UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE GEOGRAFIA HUMANA

SILVIA LOPES RAIMUNDO

**Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias,
Resistência e Cidade Desejada**

Versão corrigida

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE GEOGRAFIA HUMANA

**Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias,
Resistência e Cidade Desejada**

Sílvia Lopes Raimundo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia Humana do Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de doutora em Geografia.

Versão corrigida. Resolução CoPGr 5890 de 20 de
dezembro de 2010.

De acordo: _____

Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Rt Raimundo, Sílvia Lopes
 Território, Cultura e Política: Movimento Cultural
 das Periferias, Resistência e Cidade Desejada /
 Sílvia Lopes Raimundo ; orientador Manoel Fernandes
 de Sousa Neto. - São Paulo, 2017.
 274 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Geografia. Área de concentração:
 Geografia Humana.

 1. Coletivo Cultural. 2. Periferia Urbana. 3.
 Território Paulistano. I. Sousa Neto, Manoel
 Fernandes de, orient. II. Título.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes

Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias, Resistência e Cidade Desejada

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutora em Geografia.

Aprovada em: 3 de fevereiro de 2017.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto/FFLCH – USP

Julgamento: Aprovada

Prof. Dra. Rosalina Burgos/UFSCar

Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Gilberto Cunha Franca/UFSCar

Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Alecsandro José Ratts / UFG

Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Fabio Betioli Contel/FFLCH – USP

Julgamento: Aprovada

Agradecimentos

Esse trabalho, simplesmente não existiria sem o apoio e a amizade de algumas pessoas com as quais pudemos contar nas diversas fases da pesquisa. Sem elas, certamente, nada disso seria possível. A todas e todos e um sem fim de gente amada, nossos mais sinceros e carinhosos agradecimentos. Muito obrigada!

Primeiramente, gostaríamos de agradecer o professor Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto, não somente pela leitura e orientação precisas, mas especialmente pelo bom humor e altas doses de compreensão, sobretudo com os caminhos do fazer a pesquisa, muitas vezes enviesados.

Agradecemos as professoras Dra. Glória Anunciação Alves e Dra. Rosalina Burgos, pelas críticas e contribuições fundamentais apontadas no exame de qualificação e aos professores Dr. Fabio Betioli Contel, Dr. Alex Ratts e Dr. Gilberto Cunha Franca pela leitura atenta do trabalho final. Sem dúvida, essa banca que contou também com os professores Dra. Rosalina Burgos, o Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto e o Dr. Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim, que acompanhou a defesa como suplente, tornou um processo, normalmente muito difícil para os candidatos, em uma sessão tranquila e muito bonita. Agradecemos a seriedade e a delicadeza com as quais conduziram o processo.

Aos responsáveis pelos arquivos e bibliotecas onde realizamos pesquisa e levantamento em fontes primárias, especialmente para os funcionários da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, do Arquivo Histórico Municipal, do Museu do Transporte e da Fundação Energia e Saneamento, aqui nominalmente à Bianca Grazini, funcionária do Núcleo de Documentação e Pesquisa. Agradecemos também os funcionários da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo pelas informações e dados de última hora, especialmente, à Vera Lucia Cardim Cerqueira e ao Cleber Lopes.

Aos artistas e militantes do Movimento Cultural das Periferias, amigos que fizemos na caminhada e que somaram na pesquisa. Abraços e agradecimento

especiais para os entrevistados: Aurélio, Marcello, Queila, Elaine, Jesus, Nando Comunista, Pirata e Soró. Valeu, queridos!

Aos queridos que ALMA e do Movimento Cultural de Ermelino Matarazzo pelo carinho e acolhimento, sempre certo. Abraços ao Jonilson, Thabata, Ana, Eliana, Vander Che, Angélica, Alvico, Raquel e Felipe Bit.

Aos amigos do projeto Praça Girante que nos deram a oportunidade de redescobrimos a cidade, vive-la de maneira mais leve e reelaborar os percursos desse trabalho. Thais, Ribamar, Rafael, Gabriela, Jonas, Gustavo, André, Gabriel, Douglas e Priscila, muito obrigada.

Aos amigos que de alguma forma ajudaram na realização da pesquisa ou nos socorreram nos últimos dias antes da entrega da tese e da revisão: Alessandro Peres, Sheila Souza, Vitor Marcel, Leandro Alves, Juliana Colli, Fabiana Luz, Daniela Caielli, Elivelton Silva, Isabel Perides e Maurício Yamauri. E um agradecimento especial ao André Lusivo, por ter feito os mapas e a Angélica Pereira pelas transcrições.

Agradecemos também o apoio dos alunos e professores do Centro Universitário Sant'anna, da Universidade Cruzeiro do Sul e da Universidade Santo Amaro. Um abraço especial aos companheiros de trabalho e amigos queridos, Felipe Almeida, Ronaldo Malheiros, Jônatas Silva, Letícia Trombeta, Sheila Ruiz, Lenira Domingues, Vanessa Zanetich, Denise Lopes, Juliana Martinek e Mariana Silva. Assim como aos companheiros da AGB São Paulo, sempre tão compreensíveis com as minhas ausências.

Um abraço especial à minha família pela torcida incansável, especialmente para a tia Angela e para a Izabella, sempre presentes. E aos amigos de sempre, família ampliada, Dulce, Silvia Helena, Gordo, Flavia, Tambelli, Cristina, Fabio e Marcão. A vida fica menos complicada quando vivemos e caminhamos em boa companhia.

E por fim, mas remetendo-nos ao começo de tudo, aos nossos pais, Iracema e Osmar, agradecemos acima de tudo, a dádiva da vida, nosso presente mais precioso.

“Os territórios possíveis levam ao fim e ao começo. Põe o real como pedaços que se sabem pedaços. O fazer e o pensar indagam: de quem é o pedaço?” Armando Corrêa da Silva (*De quem é o pedaço? Espaço e cultura*).

“Por uma Periferia que nos une pelo amor, pela dor e pela cor. É tudo nosso!” Sérgio Vaz (*Literatura, pão e poesia*).

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. **Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias, Resistência e Cidade Desejada.** 274 f. 2017. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

RESUMO

A presente tese buscou compreender o Movimento Cultural das Periferias, os diferentes coletivos culturais que o compõem e como esses participam do contínuo processo de formação territorial. A tese que orienta a pesquisa está relacionada ao fato da periferia de São Paulo, origem de importantes movimentos sociais desde a década de 1970, encontrar-se novamente animada com o surgimento de diversos Coletivos Culturais que articulam politicamente a apropriação do território e territorializam a cidade. O trabalho tratou do fato dos artistas e produtores culturais representarem o papel de sujeitos, inclusive bastante atuantes no *corpus* do campo político do município de São Paulo, criando movimentos, realizando fóruns, alterando leis e produzindo uma nova estética política no território paulistano.

Palavras-chave: Coletivo Cultural, Periferia Urbana, Território Paulistano

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Territory Culture and Politics: peripheral Cultural movement Resistance and the desired city. 274f. 2017. Doctoral thesis, Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, 2017

ABSTRACT

The present thesis has sought to understand the Peripheral Culture Movement, its diverse cultural collectives and their way of participating in the continuous process of territorial formation. The thesis that guides this research is related to the fact that the peripheral zone of Sao Paulo, the starting point of significant social movements during the 1970's, is once again animated by the emergence of various cultural collectives politically connected to territorial ownership and urban territoriality processes . This work has considered the fact that artists and cultural producers play the role of subjects, moreover intensely active on Sao Paulo political field corpus as they create movements, accomplish discussion forums, alter laws and produce a new political aesthetics on the territory of Sao Paulo.

Key-words: Cultural Collective, Urban Peripheral, Territory of Sao Paulo

Lista de siglas

ACO – Ação Católica Operária

AGB – Associação dos Geógrafos do Brasil

Anampos – Articulação Nacional de Movimentos Populares Sindicais

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAP – Coletivos Culturais de Cidade Ademar e Pereira

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CERET – Centro Esportivo Recreativo e Educativo do Trabalhador

CGT – Central Única de Trabalhadores

CMP – Central de Movimentos Populares

Coletivo ALMA – Coletivo Aliança Libertária Meio Ambiente

CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores

CONCLAT – Congresso da Classe Trabalhadora

CNDA - Conselho Nacional de Direito Autoral

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de Guaianases

COHAB – Companhia de Habitação

CNRC - Centro Nacional de Referência

CRUFF – Cooperativa de Reciclagem União faz a Força de Itaquera

COV – Coletivo de Ocupação Verde

CUT – Central Única de Trabalhadores

FBN - Fundação Biblioteca Nacional

FCP - Fundação Cultural Palmares

FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa

FCZL – Fórum de Cultura da Zona Leste

FEPAC - Fundo Especial de Promoção das Atividades Culturais

FUNARTE - Fundação Nacional de Arte

G.O.G. – Genilvado Oliveira Gonçalves

GT's – Grupos de Trabalhos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ISS – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

IMCITA – Integração dos Movimentos Culturais de Itaquera

INCE - Instituto Nacional de Cinema Educativo

INL - Instituto Nacional do Livro

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana

IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

MAM – Museu de Arte Moderna

MASP – Museu de Arte de São Paulo

MCP – Movimento Cultural das Periferias

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MINC – Ministério da Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPA – Movimento Popular de Artes de São Miguel Paulista

MST – Movimento dos Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores sem Teto

OSs – Organizações Sociais

PRP – Partido República Paulista

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SACs – Sociedade Amigos das Cidades

SEAC – Secretaria de Ação Comunitária

SNC – Sistema Nacional de Cultura

SMCP - Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia

TBC – Teatro Brasileiro de Comédia

T-D-T – Territorialização, desterritorialização e reterritorialização

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USI – União dos Sindicatos Independentes

ZL – Zona Leste

Lista de Mapas

Mapa 1 Área Urbanizada 1882/1914.....	82
Mapa 2 Área Urbanizada 1915/1929.....	83
Mapa 3 Cidade de São Paulo com as linhas de bondes e ônibus em 1919.....	90
Mapa 4 Área Urbanizada 1930/1949.....	92
Mapa 5 Área Urbanizada 1950/1962.....	93
Mapa 6 Área Urbanizada 1975/1985.....	94
Mapa 7 Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.....	219
Mapa 8 Agente Comunitário de Cultura 2016	222
Mapa 9 Programa VAI - Núcleo de Cidadania Cultural	228
Mapa 10 Equipamentos Culturais Municipais.....	242
Mapa 11 Regiões da Lei de Fomento à Cultura da Periferia.....	247
Mapa 12 Fomento à Cultura da Periferia (Inscritos no Programa)	250

Lista de Fotos

Foto 1 Publicidade em Jornal (2008) Alessandro Peres	112
Foto 2 Publicidade em Jornal - Alessandro Peres (2008)	113
Foto 3 Espetáculo - Foi tudo por terra - ALMA 2014	185
Foto 4 Espetáculo - Foi tudo por terra - ALMA 2014	186
Foto 5 Atividade com as crianças depois do espetáculo - Foi tudo por terra - ALMA 2014	186
Foto 6 Atividade com as crianças depois do espetáculo - Foi tudo por terra - ALMA 2014	187
Foto 7 Espetáculo [Des] Água - Jonilson Montalvão 2014	189
Foto 8 Espetáculo [Des]Água - Jonilson Montalvão	189
Foto 9 Espetáculo [Des]Água - Jonilson Montalvão 2014	190
Foto 10 Parque Raul Seixas - Thais Cunha Gomes.....	191
Foto 11 Encontro de Formação - Queila Rodrigues 2013	202
Foto 12 Encontro de Formação - Queila Rodrigues – 2013	202
Foto 13 Seminário de Políticas Públicas para a Periferia - Harika Maia	204
Foto 14 Abertura da Mostra na Favela da Paz - Fotógrafo não identificado -2013	213

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPITULO 1. PERIFERIZAÇÃO NA METRÓPOLE: FORMAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM SÃO PAULO	34
1.1. A questão urbana e a construção da noção de periferia	34
1.2. Formação territorial, território e territorialidade	57
CAPITULO 2. A 'PAULICEIA DESVAIRADA' E A ETERNA FORMA DE NEGAR A PERIFERIA	76
CAPITULO 3. O LUGAR DA PERIFERIA NA METRÓPOLE	129
3.1. Movimentos sociais urbanos: A periferia em movimento	129
3.2. Cultura, cidadania e o fazer político	144
3.3. O canto da periferia: rap, território e resistência	154
3.4. No caminho, o encontro com a tese: coletivos, prática etnográfica e cadernos de campo	173
3.5. O Coletivo ALMA e a experiência do “olhar descentrado”	182
3.6. É Nós por Nós: o Movimento Cultural das Periferias.....	192
CAPITULO 4. COLETIVOS CULTURAIS E DIREITO A CIDADE	218
4.1. Periferia, práticas e discursos: a cidade que desejam [obviedades de uma cidade em xeque].....	218
4.2. Salve, quebradaS! Defendendo o óbvio: a lei de fomento à cultura das periferias	229
4.2.1. Políticas públicas para cultura.....	229
4. 2.2. A Lei de Fomento à Periferia: construção de uma lei de iniciativa popular	237
Considerações finais	251
Referências Bibliográficas	253

INTRODUÇÃO

Antes de tudo, uma breve explicação (preambulando ...)

Um operário adquire um terreno: ele mesmo abre um poço depois do serviço, compra os tijolos. E aos domingos convida a turma para lhe dar uma mão. Em poucos domingos as casas se levantam pelos barrancos da Vila Matilde, Vila Esperança, Vila Guilhermina. São as casas domingueiras (HOJE, 1947 apud BONDUKI, 1998, p. 282).

Para iniciar a apresentação da tese, peço licença para escrever esta prosa inicial na primeira pessoa do singular, pois gostaria de começar o texto final com uma breve explicação, uma espécie de relato de caráter mais pessoal sobre caminhos e experiências como pesquisadora. E de alguma forma trazer elementos para que o leitor compreenda melhor os caminhos percorridos para a realização desta tese.

Assim como os militantes do Movimento Cultural que acompanhei para a realização do doutorado, também sou periférica. Nasci em São Miguel Paulista, Zona Leste da cidade, passei a adolescência em Santos, litoral paulista, e retornei à cidade e à condição periférica um pouco antes de entrar na universidade. Meus avós vieram de outros lugares, os maternos de Pernambuco e Bahia e os paternos de São Simão e Santa Rosa do Viterbo, interior de São Paulo. Os primeiros, Iraci Tenório Cavalcanti Lopes e Joaquim Ferreira Lopes, antes de chegarem ao bairro nascido da antiga aldeia de Ururaí, passaram uma pequena temporada no interior do estado trabalhando como agricultores. Os segundos, Aparecida Perlin Raimundo e José Lino Raimundo nasceram plantando e colhendo café na fazenda da família Santos Dumont, local onde centenas de italianos e descendentes foram explorados durante anos. E provavelmente pelas péssimas condições de trabalho e salários baixos, as duas famílias migraram para São Paulo.

Entre as memórias do vô Zé Lino, um excelente contador de histórias, existe uma, muito paulistana, que vou resgatar agora. Meu pai e seu irmão mais velho, forçados pelas condições materiais da família, começaram a trabalhar muito cedo, ainda meninos. Em São Paulo, durante a infância e parte da pré-adolescência, enquanto cursavam o antigo Primário, contratados pela Prefeitura de São Paulo,

trabalharam abrindo valetas nas ruas. Naquela época, a cidade crescia e pelo jeito todos os braços eram bem vindos, inclusive os infantis. No cotidiano duro da periferia onde moravam, região da Vila Matilde e Penha, os meninos iam para a escola e depois para o trabalho.

Nesse período, pelo preço de aluguel, assim que os filhos concluíram uma etapa do trabalho e receberam o salário, meu avô fez uma proposta. Ele disse: “Vocês preferem usar o dinheiro para comprar a roupa para a formatura ou ajudar o pai comprar uma casa? Tem uma pequena, lá longe, em São Miguel...”. Eles estavam concluindo o Ensino Primário e minha avó estava muito orgulhosa disso. Desejava que estivessem bonitos e bem vestidos no dia da formatura, porém ao serem questionados pelo pai, os meninos imediatamente responderam que preferiam a casa. Contrariando a minha avó, eles foram à formatura vestidos com as velhas e surradas roupas de sempre, porém orgulhosos por terem contribuído com a aquisição da casa.

Assim, indo para mais longe do Centro, minha família paterna realizou um sonho. Adquiriu um lote de um corretor e devagar, durante muitos finais de semana, foi construindo o novo lar. Essa história é minha, mas também de milhares de paulistanos moradores da periferia que a partir dos esforços familiares, inclusive das crianças, também realizaram o mesmo sonho. Diversas famílias, mão-de-obra agrícola dispensada do campo [do interior ou de outros estados] e mobilizada para trabalhar na cidade de São Paulo, exploradas e espoliadas de todas as formas construíram o território e suas periferias.

Essa história contada pelo meu avô, junto com tantas outras sobre o cotidiano no campo, sacis e mulas sem cabeça, ficou guardada na minha memória durante muito tempo para ser desvendada somente a partir do curso de geografia.

Depois de uma temporada acordando e vendo o mar em Santos, retornar a São Paulo e atravessá-la cotidianamente, ampliou aquele horizonte geográfico guardado na memória da menina periférica. Aparelhada desde o nascimento para sentir e observar coisas, pessoas e lugares, cada dia eu preenchia mais as lacunas do mapa da metrópole dando conteúdo às formas vistas pelo caminho. Durante o curso aprendi “abrir os olhos e enxergar”, avistar a paisagem e descortinar seus segredos, ver a materialidade e revelar o invisível. O meu dicionário particular foi ganhando novos verbetes, conceitos e categorias. E então espaço, território e lugar passaram a se

articular nos meus pensamentos, refinando minha leitura sobre o mundo que a cada dia apresentava-se de maneira mais complexa. São Paulo passava agora pelas lentes da geografia urbana.

Mas, apesar de alimentar o hábito de mudar os caminhos somente para observar os lugares, as casas e os diferentes jeitos de morar, em princípio não fui estudar o urbano, mas sim a história da geografia.

A primeira experiência como pesquisadora aconteceu durante o desenvolvimento do Trabalho de Graduação Individual (TGI) e justamente a partir da reflexão sobre uma dessas palavrinhas novas. A compreensão sobre a noção de região, inicialmente um mote para estudar, foi transformando-se em um tema de pesquisa. O professor Antonio Carlos Robert Moraes pacientemente desenhou o objeto de pesquisa comigo. Leitor atento e entusiasmado acompanhou e orientou o processo de pesquisa desde o princípio. O que inicialmente seria sobre região tornou-se um trabalho acerca do regionalismo paulistano na obra do poeta e ensaísta Cassiano Ricardo. E a partir da leitura e análise dos livros *A Marcha para Oeste* (1940), *Martim Cererê* (1922) e *O Brasil no Original* (1936), tecemos o trabalho de graduação individual, *A Gesta Bandeirante: O Regionalismo Paulista na obra de Cassiano Ricardo* (1994).

Durante esse percurso tive a companhia de muita gente. Na época, animado com as discussões e a energia dos orientandos, o Tônico, apelido carinhoso dado ao Professor Antonio Carlos Robert Moraes, organizou um grupo de estudos com os alunos. Além de mim, outros inspirados pelo livro *Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil* (1991) e a discussão central do grupo de estudos, cultura e política, chegaram para pesquisar temas que de certa forma dialogavam entre si. Eram elas e eles, Patrícia Bromberg, Perla Zuzman, Flávia Salazar Salgado, Fábio Betioli Contel, Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim, Manoel Fernandes de Sousa Neto, Alex Ratts e Gunther Rudzit¹. Em outra linha, ligada à questão ambiental,

¹ Lindos trabalhos de conclusão de curso foram realizados nesse momento. Fábio Betioli Contel, *Espaço, Natureza e Sociedade: O pensamento geográfico dos colonos ilustrados na época da Independência* (1994); Patrícia Bromberg, *O Discurso Geográfico na obra de Euclides da Cunha. Uma Contribuição para a História Social da Geografia* (1994); Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim, *As ideologias geográficas no pensamento integralista* (1995); Flávia Salazar Salgado, *O Brasil por Mário de Andrade: Um olhar sobre os discursos e as representações do espaço nacional do começo do século* (1997) e o meu *A Gesta Bandeirante. O regionalismo paulista na obra de Cassiano Ricardo* (1994). Mais tarde, o mesmo grupo também deu continuidade à pesquisa produzindo mestrados e doutorados. Os orientandos e trabalhos são: Alex Ratts, *Fronteiras Invisíveis: Territórios Negros e Indígenas no Ceará* (1996); o Manoel Fernandes de Sousa Neto, *Senador Pompeu: Um Geógrafo do*

também caminhavam conosco a Carmen Lúcia Rodrigues (Calu) e o Fabio Sanson².

A leitura sobre Cassiano Ricardo e o regionalismo paulista abriu um tema para o mestrado. O estudo sobre a origem e os fundamentos do regionalismo paulista e desse como matriz da identidade nacional, ideias vistas como *ideologias geográficas*, vulgarizadas através da obra de Cassiano Ricardo e outros escritores das décadas de 1920 e 1930, estavam na obra dos professores Afonso Taunay e o Alfredo Ellis Junior, dois historiadores das bandeiras. Minha motivação para a escolha dos autores e, conseqüentemente, do recorte histórico a ser estudado, decorreu primeiro da importância do período para a história da geografia no Brasil, momento da sua institucionalização e segundo pelo fato de ter sido base na elaboração de discursos que em um contexto posterior foi intensamente utilizado pelo Estado-Novo na legitimação de certas intervenções no território nacional. Esses autores divulgaram insistentemente uma determinada leitura sobre a história da formação territorial do Brasil, através de aulas, palestras, artigos e livros produzidos e publicados prioritariamente por três instituições, o Museu Paulista, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a Universidade de São Paulo (RAIMUNDO, 2002)³.

Refletindo sobre esse período, outros encontros enriqueceram ainda mais ciclo de trabalho com o Tônico e seus orientandos. A *Terra Brasilis*, território fértil onde

Poder no Império do Brasil (1997); o Gunther Rudzitis, *O Processo de Formação do Oficial do Exército Brasileiro e a Geografia (1850-1930)* (1997); Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim, *Território e Movimento Integralista: Uma Contribuição ao Estudo das Ideologias Geográficas no Pensamento Autoritário Brasileiro das Décadas de 1920-1930* (2001); Perla Zuzman, *Sociedades Geográficas na Promoção dos Saberes a Respeito do Território: Estratégias Políticas e Acadêmicas das Instituições Geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*, além da minha dissertação, *A Invenção do Mito Bandeirante: Tradição e Pensamento Regionalista na Historiografia Paulista das Décadas de 1920-1930* (2002).

² Carmen Lúcia Rodrigues, *Limites do Consenso: Territórios Polissêmicos na Mata Atlântica e a Gestão Ambiental Participativa* (2001) e o Fábio Eduardo De Giusti Sanson, *As Unidades de Conservação Ambiental como Vetores do Ordenamento Territorial* (2001). Manoel Fernandes de Sousa Neto e Paulo Albuquerque Bomfim também defenderam suas teses de doutorado, *Planos para o Império: os planos de viação do Segundo Reinado* (2004) e *A ostentação estatística: um projeto geopolítico para o território nacional: estado e planejamento no período pós-64* (2007), respectivamente.

³ As primeiras décadas do século XX, principalmente de 1930, podem ser consideradas como o período da constituição de uma comunidade geográfica especializada. Nesse momento se fundou o primeiro ensaio brasileiro de ensino superior de geografia representado pelo Curso Livre de Geografia Superior fundado em 1926, por Everardo Backheuser e Carlos Delgado de Carvalho, ambos professores do Colégio Pedro II e mentores da crítica à geografia mnemônica que se baseava na memorização de diferentes localidades, climas e formas de relevo (ANSELMO, 2000). Na década de 1930 foram criados cursos universitários de geografia na Universidade de São Paulo e na Universidade do Brasil (1934), a Associação dos Geógrafos Brasileiros (1935), assim como também órgãos estatais como o Conselho Nacional de Geografia (1937) e o Instituto Brasileiro de Estatística (1939) iniciativas que muito contribuíram para a institucionalização da geografia no Brasil (MORAES, 1991a).

ainda hoje habitam pessoas muito queridas e amadas, foi para mim uma experiência singular. Uma revista organizada e publicada sem fomento, resultado da insistência de jovens professores que investiram tempo, emoções e recursos próprios para criar uma rede que fosse capaz de reduzir as distâncias entre nós e, conseqüentemente a solidão, sentimento que contamina frequentadores de arquivos. Meus caminhar e propósitos fortaleceram-se na companhia segura de Letícia Parente Ribeiro, Rita de Cássia Anselmo, Alexandrina Luz, Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim, Manoel Fernandes de Sousa Neto, Sergio Nunes e Genylton Odilon Rêgo da Rocha. Impressiono-me ainda hoje com a nossa atitude de sonhar e construir juntos. Ficaram as revistas, lindas por sinal, os excelentes textos e o contato com a professora Lia Osório Machado e o professor Silvio Bray. Quatro encontros nacionais, dos quais de alguma forma participei, Rio Claro (SP), Uberlândia (MG), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), sedes desses eventos. Ainda houve muitos outros encontros mais informais, reuniões, telefonemas e cartas (sim, nós trocávamos cartas!). E eram lindas, todas meticulosamente escritas.

Com o tempo, fui afastando-me da revista e do grupo e dando sinais de que em breve 'dobraria a esquina'. Hoje, a revista e a rede seguem na história com velhos e novos integrantes. Eu, por outros caminhos, honro essa experiência e esses camaradas para que se fortaleçam mais e mais.

O ciclo de trabalho com as temáticas desenvolvidas durante o TGI e mestrado foi fechando-se vagarosamente com as tentativas de um doutorado. Na primeira tentativa doutoral apresentei um projeto sobre a construção da ideia de metrópole durante a festa do IVº centenário da cidade de São Paulo ocorrida em 1954. Encerrado num período bastante difícil, intensamente marcado pela doença e morte do meu pai, esse doutorado foi abortado pela impossibilidade de conjugar as questões familiares com a pesquisa. A ideia era fechar o ciclo de pesquisas nessa linha discutindo como o regionalismo político, enquanto *ideologia geográfica*, fundamentava-se de forma dialética pela articulação do par tradição/modernidade, já que a festa programada com uma série de eventos, concursos, desfiles, exposições e publicações resgatavam a mítica do bandeirante para justificar a existência de condições de São Paulo ser considerada como uma metrópole moderna. Na segunda tentativa, essa que finalizo agora, fiz a seleção com um projeto ainda vinculado ao trabalho anterior e ao estudo sobre a história da geografia. Porém, a engenharia sanitária de Saturnino de Brito

não vingou como tema. Dobrei novamente a esquina com fé para percorrer outros territórios, outros saberes. São Paulo contemporânea afastava-me definitivamente da pesquisa anterior.

O ciclo encerrado sem o fechamento desse projeto criou um estranhamento, no sentido posto por Brecht não somente libertando-me dos sentimentos de apego aos temas anteriormente estudados, especialmente aqueles não concluídos, mas por um encorajamento para pensar outras possibilidades, outros fazeres. A pesquisadora de arquivo (trabalho que adorava fazer), o ofício com os documentos primários, ácaros e traças ficaram no passado para darem lugar para a próxima experiência.

As novas possibilidades de viver outras experiências e lugares de maneira mais independente e descomprometida provocou certo esvaziamento permitindo-me perceber os lugares e o território, não mais como a 'expectadora apática' dos últimos tempos, mas como uma pesquisadora espantada e cheia de curiosidades e questões de outra natureza. Percebi então que a crise criada pelo afastamento da pesquisa anterior havia passado, deixando as boas heranças da orientação do Tonico e das vivências na *Terra Brasilis*, base para (re)começar na trilha do doutorado, agora com o professor Manoel Fernandes de Sousa Neto.

A liberdade dada pelo novo orientador abriu possibilidades de pensar em um novo projeto, agora mais próximo daquilo que estava acontecendo paralelamente, pois a mudança de tema ocorreu em virtude do meu envolvimento em projetos desenvolvidos em espaços públicos, como praças e parques, eventos nos quais conheci diferentes coletivos, movimentos culturais, fóruns e redes de artistas. Então, nesse momento, ainda como moradora da Zona Leste, reencontrei-me com a periferia de duas formas, primeiro vivendo e curtindo a minha 'quebrada', aproveitando um intenso movimento cultural e segundo, militando em coletivos e desenvolvendo atividades, em princípio em movimentos de moradia, depois em praças, fazendo hortas e promovendo eventos culturais com o propósito de fomentar discussões sobre o espaço público.

Encontrei saberes e novas formas de fazer, percebi a possibilidade de pensar o território enquanto espaço de formação do indivíduo, enquanto ser e (ser) cidadão. Descobri a cidade educadora, sua conexão com a sociedade e o papel do educador no processo de conhecimento dos lugares e construção/transformação do espaço

geográfico.

Tal percepção ficou ainda mais clara com a participação no *Praça Girante*⁴, um projeto de mapeamento colaborativo premiado, em 2014, pelo VAI⁵, assim como a realização de suas etapas, especialmente as visitas aos coletivos, momentos nos quais ao reconhecer-me novamente como moradora da periferia redefini a pesquisa de doutorado, colocando-me mais uma vez de frente às temáticas da cultura e da periferia⁶. A organização dos coletivos, suas formas de articulação e a produção cultural na periferia, vista como criadora de um discurso contra hegemônico carregado de desejos de construção de outra cidade, entendida aqui como a expressão do modo de vida urbano, “um lugar que abriga, produz e reproduz culturas” (CAVALCANTI, 2008, p. 19) passaram a compor minhas preocupações na pesquisa⁷.

Com um contato mais intenso vivido a partir da experiência do trabalho etnográfico e da “descrição densa” dos coletivos e dos coletivos de coletivos, no qual acompanhamos diversas atividades, pudemos perceber que os Fóruns e Movimentos Culturais na periferia apresentavam-se como as possibilidades empíricas mais ricas para os nossos propósitos⁸. Enfim, reencontrei-me mais uma vez com as periferias,

⁴ A proposta do projeto *Praça Girante* tinha como objetivos principais mapear e registrar narrativas de pessoas que participam de coletivos em São Paulo. E secundário, realizar levantamento de coletivos, alimentar uma plataforma de mapa colaborativo, efetuar registros fotográficos e em áudio e/ou vídeo das entrevistas realizadas em visitas aos coletivos (em suas sedes ou espaços de apresentação), organizar rodas de conversas e oficinas e produzir exposição fixa ou itinerante com os registros criados. Participaram desse projeto: André Araujo, Beth Cestari, Douglas Medeiros, Gabriela Santos, Gabriel Donati, Gustavo Pera, Jonatas Silva, Lana Efraim, Priscila Menegassi, Rafael Afonso, Raoni Queiroz, Ribamar Maramaldo, Rosana Saito, Thais Cunha Gomes.

⁵ O VAI é um Programa para Valorização de Iniciativas Culturais, implantado em 2003 pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo. O VAI foi criado pela lei 13540 (da autoria do vereador Nabil Bonduki) e regulamentado pelo decreto 43823/2003 com o objetivo principal de fomentar, por meio de subsídios, ações artístico-culturais, especialmente de jovens de baixa renda, moradores de áreas de maior vulnerabilidade social.

⁶ Em 2008, quando já lecionava em um curso de graduação, depois de muitas conversas com a professora Rosalina Burgos, senti necessidade de discutir um pouco mais sobre periferia com os alunos. Então, organizei para a Semana de Geografia do Centro Universitário Sant’Anna uma mesa composta pelo professor e geógrafo Billy Malaquias e o Negro Panta, o W L Lúcio e o Tatu, integrantes do grupo de Rap Família Tramoia e moradores do bairro União de Vila Nova, São Miguel Paulista. Esse evento foi uma oportunidade única de ver reunidos naquele ambiente um pesquisador bem articulado com a periferia e sua cultura e jovens que viviam a realidade de fazer cultura em um bairro periférico da zona leste da cidade.

⁷ A noção de hegemonia foi criada no interior da tradição marxista e desenvolvida primorosamente por Antonio Gramsci em *Cadernos do Cárcere* (2007). Em seus apontamentos, escritos em aproximadamente três décadas de cárcere, Gramsci observou que na sociedade ocidental, o combate pelo poder acontece no interior da Sociedade Civil, onde as classes subalternizadas para atingirem o poder precisam criar não somente uma hegemonia política, mas também uma hegemonia cultural, movimento no qual devem construir criticamente um novo senso contra a hegemonia das classes dominantes (GRAMSCI, 2007 e COUTINHO, 2008).

⁸ GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

aquelas mesmas, em parte construídas pelos meus avós que um dia sonharam com a casa própria. E esse encontro aconteceu como se uma vez mais na história familiar, trocássemos a roupa da festa da metrópole que fora o IVº Centenário, para falar sobre a festa que é morar como pesquisadora nesse nosso pedaço, quebrada pulsante de muitos encontros e possibilidades que é a periferia.

Aproximações do tema

Os Coletivos Culturais das periferias, inspirações para o nosso trabalho, desenvolvem atividades como produção de cinema e teatro, exposições de filmes, realização de saraus, *slams*,⁹ rodas de leitura, feira de troca de livros, organização de festivais de música, dança e teatro, produção de *graffiti*, gravação de CDs, publicação de revistas, jornais, livros, sites e fanzines, apresentações de maracatu, jongo, capoeira, maculelê, cursos de fotografia, formação política, educação ambiental e cursinho pré-vestibular popular, entre outras¹⁰. A organização em Coletivos, vista como uma das expressões mais efervescentes entre os movimentos sociais contemporâneos atuantes nos espaços urbanos do Brasil e em outras partes da América Latina e do mundo se constituem como grupos organizados de pessoas

[...] que lutam por interesses comuns e vislumbram avanços que ‘em grande medida, independem do que o Estado pode conceder – objetivos que guardam uma relação muito mais próxima com um senso de crescimento e identidade pessoais em interação com a subcultura do movimento (DOWNING, 2001, p.5).

Apesar dos debates acerca dessa noção ainda serem recentes, assim como foi visto por Aluizio Marino (2016), Coletivos geralmente aparecem como grupos de origem em movimentos independentes, organizados de forma horizontal e, muitas

⁹ *Slams* são campeonatos poéticos, nos quais os *slammers* apresentam poemas de autoria própria e de no máximo 3 minutos para um público e um júri popular que irá julgar a performance de cada poeta. Em São Paulo existem alguns *Slams* bem importantes, entre eles: o *Slam* da Guilhermina, na praça anexa do metrô Guilhermina-Esperança, o *Slam* do Grito, Estação Sacomã do metrô, o *Slam* do Corre, em São Miguel Paulista, o *Slam* da Resistência, na Praça Roosevelt, Zap *Slam* (Zona Autônoma da Palavra), Núcleo Bartolomeu de Depoimentos, Pompéia, entre outros. Para conhecer um pouco mais ver *Slam Poesia TV Cultura Digital* <https://www.youtube.com/watch?v=XyZyrLugcBI>

¹⁰ De maneira geral, são grupos que valorizam os processos democráticos, as estruturas menos hierarquizadas, cujas ações culturais compartilham de uma leitura crítica da realidade e dos valores predominantes da sociedade contemporânea.

vezes, sem personalidade jurídica. Normalmente, formados por jovens, muitos deles periféricos, reunidos por interesses comuns e ações de cultura com características político ideológicas contra hegemônicas. Porém, Maia (2014), fundamentada em Reguillo (2012 apud MAIA, 2014), alerta para uma distinção necessária de grupo, coletivo e movimento. Para Reguillo, grupo caracteriza-se por ser uma reunião de pessoas sem organicidade e coletivo por ser um grupo estruturado e com certa organicidade, atividades e projetos compartilhados. Já movimento seria marcado por um objetivo social comum que convoca o grupo ao espaço público.

Então, para nós, os coletivos estudados muitas vezes nasceram simplesmente como grupos, de maneira espontânea, em uma brincadeira, de forma lúdica. Normalmente organizam ações e atividades em conjunto, contudo sem organicidade. Quando estruturados e organizados de forma mais orgânica com atividades e agendas definidas como parte de um projeto construído coletivamente e executados de forma organizada e regular, podemos considerar como sendo um Coletivo. Por serem atividades com baixo custo, muitos coletivos começam organizando saraus e encontros poéticos, momento de encontro que posteriormente cria um ambiente propício para os integrantes, já articulados planejarem outras ações em diferentes linguagens artísticas, como, por exemplo, teatro, música, cinema e dança.

Mas quando se agrupam nas redes, os “coletivos de coletivos” (MAIA, 2014), como, por exemplo, o Fórum Cultural da Zona Leste (FCZL), a Rede Popular de Cultura M’boi Campo Limpo, o CAP – Coletivos Culturais de Cidade Ademar e Pedreira e a Rede Viva Periferia Viva, e dessas no Movimento Cultural das Periferias, ainda que não tenham base consolidada com um grande número de militantes, caracteriza-se como movimento social em construção, pois tem uma participação mais concreta e efetiva na discussão sobre políticas públicas com outros sujeitos políticos, como a Prefeitura de São Paulo, a Câmara Municipal e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

Essas características e seus fazeres culturais e artísticos tornam-se bem interessantes e reveladores quando usados como forma para pensarmos o desenvolvimento econômico de São Paulo e a construção da ideia de metrópole durante o século XX. Isso porque durante o processo de industrialização da cidade houve a construção do território e, concomitantemente, das periferias, naquele momento, lugares distantes das áreas centrais e de difícil acesso nos quais

trabalhadores foram exilados da sua própria cidade. Os operários e suas famílias que circulavam raramente pelo Centro e quando isso acontecia era apenas para irem ao trabalho, fazerem compras ou resolverem problemas burocráticos, pouco desfrutaram das atividades culturais e de lazer oferecidos. Então, os bairros centrais configuraram-se como espaços de uso privilegiado e quase exclusivo das camadas mais abastadas. E as periferias como espaços de moradia para os trabalhadores pobres.

O interessante é que ao pensarmos neste exílio na metrópole, nos aspectos de natureza e origem, não somente como peça fundamental para o desenvolvimento da cidade baseado no industrialismo, mas também como parte do processo de construção da ideia de metrópole moderna, percebemos que a classe trabalhadora foi propositalmente invisibilizada nas memórias de muitos eventos da cidade, especialmente dos grandes, como, por exemplo, da Semana de Arte Moderna e de algumas festas cívicas¹¹. As festividades do Iº Centenário da Independência e do IVº Centenário da Cidade de São Paulo podem ser consideradas como exemplares de um momento marcado pela “invenção de tradições” (HOBBSAWM, RANGER, 1984), na medida em que foram palco da definição de quais eventos e pessoas deveriam ser lembrados e da consolidação de certas imagens sobre a cidade¹². Textos produzidos na época, como livros, edições comemorativas de jornais e revistas, discursos proferidos publicamente, concursos de poesias, feiras, exposições, programas de rádio e televisão, entre outras linguagens, constituem-se em discursos ricos em visões acerca da sociedade e do território.

Na década de 1950, durante os preparativos da festa do IVº Centenário, assim como já havia acontecido na do Iº Centenário da Independência do Brasil, determinada parcela da sociedade produziu e divulgou reflexões acerca da cidade, sobre suas artes, literatura, história e geografia, indagações sobre a relação sociedade-espço, reflexões sobre mobilidade do trabalho, entre outros temas. A diversidade de discursos acerca do território e sua produção constituíam-se também

¹¹ As cerimônias públicas, festas pátrias, que segundo Oliveira (1989), possui função pedagógica e unificadora, capazes de reduzir as distâncias existentes e agregar pessoas de diferentes classes sociais, quando realizadas em momentos de crise ou de mudanças contribuem para a criação e consolidação de novas tradições.

¹² Segundo Hobsbawm e Ranger, “tradição inventada” seria “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição [...]” (1984, p. 9), processo que implicaria em uma continuidade em relação ao passado.

temáticas localizadas na documentação produzida na época¹³.

Contudo, apesar de terem sido grandes eventos, especialmente o do IVº Centenário, não foram aproveitados pelos trabalhadores, esses somente participaram como expectadores, nunca de forma efetiva, criando e protagonizando também. Nessa segunda festa, o Monumento à Mãe Preta, instalado no Largo do Paissandu, representa uma das poucas ações de referência aos negros que colaboraram com a construção de São Paulo. Outra intervenção da população negra aconteceu durante o concurso de escolas de samba, evento no qual a Nenê de Vila Matilde saiu vitoriosa. Dessa forma, observando as ausências, podemos ver que há uma cidade festejada e outra esquecida. Essa situação aconteceu, porque houve durante a festa do IVº Centenário uma produção ideológica baseada nos projetos de modernização e de progresso da qual a periferia que produziu a cidade foi exilada da própria cidade. A ideologia, entendida a partir de Gramsci, como uma “visão de mundo”¹⁴ escondeu a cultura do pobre e do negro do interior ou do Nordeste, em detrimento da “alta cultura”, representada pelos grandes teatros, as Bienais de Arte, O Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) e o Museu de Arte de São Paulo (MASP), entre outros, que foi privilegiada como única e legítima, válida e festejável.

À época na qual essas instituições representavam a experiência metropolitana e internacionalizada, símbolos da modernização desejada pelas classes dominantes, a cultura popular ficou circunscrita a alguns espaços públicos como praças e as periferias. Na produção ideológica do progresso não houve lugar para a periferia e seus moradores, tão pouco para a cultura popular, porque esses representavam o atraso. Essas festas foram eventos importantíssimos para a produção do discurso da modernidade associada a uma determinada tradição inventada e reinventada sempre

¹³ Estão entre esses documentos: a coleção *A cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana*, organizada por Aroldo de Azevedo e publicada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e Universidade de São Paulo e a Coleção de *Mapas Antigos de São Paulo*, publicado pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1954).

¹⁴ Em relação ao conceito de ideologia na perspectiva marxista, José Carlos Bruni (mimeografado, sd) identifica duas vertentes: uma como “produção de ilusão” e outra como “visão de mundo”. Na primeira delas, a ideologia, fundamentada na existência das divisões social do trabalho e da sociedade em classes, propiciaria aos mais pobres a ilusão de que teriam autonomia de pensamento, porém esses seriam subordinados aos interesses das classes dominantes. Nessa versão o papel dos críticos [tarefa exclusiva dos intelectuais] seria o esclarecimento e a desmistificação. O segundo conceito, parte da ideia que ideologia, mesmo sendo uma “ilusão”, é uma força histórica, uma dimensão política, inscrita na *práxis*. Nessa perspectiva, a ideologia aceita como realidade, cumpre um papel de convencimento e legitimação. Como escreveu Bruni (sd), “[...] abre-se um campo para o estudo da dialética entre a ideologia e cultura, totalmente insuspeito pela concepção anterior”. Aqui ideologia é vista “[...] enquanto valor simbólico produzido e consumido socialmente, enquanto combustível intelectual que impulsiona a prática social” (MORAES, 1991, p. 40).

que necessário.

O discurso da “Gesta bandeirante” (RAIMUNDO, 2001), construído meticulosamente por historiadores e ideólogos durante as três primeiras décadas do século XX, como ideologia que poderia ser recuperada quando fosse necessário, desenhou a imagem do bandeirante como “gigante” e São Paulo como a cidade que não poderia parar. Esse “gigante” representa a ideologia do trabalho que foi criada para envolver e movimentar os trabalhadores no interior do projeto de progresso e modernização incessante proposto para a cidade¹⁵. Nesse sentido, o lugar reservado aos pobres é exclusivamente o de trabalhadores e consumidores. Tal estrutura obteve muito sucesso, posto que durante anos os trabalhadores permaneceram confinados nas periferias mais distantes, sem gozar dos benefícios do centro da cidade e de seus equipamentos de cultura e lazer, criados para uso exclusivo das classes dominantes.

Contudo, esse processo também apresentou contradições, pois apesar de ter com um dos objetivos a segregação e o confinamento da classe trabalhadora nas periferias distantes, algumas décadas depois surgiria um movimento formado por Coletivos Culturais, cuja as ações deixariam bem evidente a existência de cultura e arte produzidas nesses lugares mais pobres. A questão é que festa e cultura, antes pensadas e elaboradas para certas frações da sociedade, feitas em outros lugares, agora se insurgem como política.

Hoje, as produções e atividades dos coletivos, muitas vezes com apropriação de espaços públicos, interferem na rotina tanto da metrópole quanto da cidade, propondo novas dinâmicas sociais, assim como outras perspectivas de produção interna dos espaços urbanos. E vice-versa, a realidade da escala intra-urbana também interfere nas realizações dos artistas e produtores culturais envolvidos em coletivos da periferia de São Paulo. Como escreveram Milton Santos e Maria Laura Silveira, baseados em Churchill, “[...] primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.96). As práticas e ações cotidianas dos coletivos acontecem concomitantemente à produção e à valorização do espaço urbano feitas sob a racionalidade capitalista.

¹⁵ Como exposto em nossa dissertação de mestrado, em São Paulo onde há diversas praças, ruas e rodovias nomeadas em homenagem a esses personagens históricos, vimos em diferentes momentos emergir algum tipo de alusão às bandeiras, inclusive em discursos de políticos, como foi o caso do governador Geraldo Alckmin na inauguração do porta-aviões São Paulo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O ponto alto de seu discurso aconteceu quando disse desejar que o espírito desbravador presente nas antigas bandeiras paulistas pudesse ser evocado por aqueles que nos dias atuais protegem a nação (RAIMUNDO, 2001).

A produção do espaço urbano é feita a partir da racionalidade capitalista. Essa racionalidade é que define lugares na cidade segundo o processo de produção. Assim é que se pode analisar a produção de periferias, de favelas, de bairros operários, de bairros de auto segregação da burguesia, de centros deteriorados [...] A segregação é um processo fundamental da estruturação do espaço intra-urbano. Seu estudo é importante para a análise da cidade na sua relação com a cultura, com o exercício da cidadania, com a vida cotidiana (CAVALCANTI, 2008, p. 17).

A racionalidade capitalista de expandir-se cria espaços diferentes, fragmentando-os. Alguns mais distantes geograficamente do centro não só receberam historicamente menor investimento em equipamentos públicos de uso coletivo, como também menor influência do capital, condições nas quais talvez morem as explicações para entendermos a criação das contra racionalidades vistas por Milton Santos, para quem, a “força dos fracos é seu tempo lento” surgidas dos espaços opacos, onde está a classe trabalhadora, os populares e seus saberes (SANTOS, 1994)¹⁶.

O estudo dessas práticas contra hegemônicas, compreendidas a partir do movimento contraditório existente entre racionalidades e contra racionalidades, poderá desvelar ações, contradições e conflitos de toda ordem. Uma das primeiras contradições está no fato dos movimentos contra o discurso hegemônico ser criado e disseminado a partir das áreas periféricas, nas quais existem mais dificuldades de acesso à modernidade material tão presente nas áreas mais “luminosas”. Nos espaços “opacos”, territórios de tantas necessidades, por serem desinteressantes para a racionalidade dominante, surgem grandes possibilidades de insurgência dos pobres que organizados criam discursos destoantes à lógica impostas, projetos e ações. São “espaços de esperança”, como denominou Harvey (2009) nos quais são recriadas, a partir das experiências individuais e coletivas, outras formas de ver e agir no mundo.

Milton Santos esclarece que:

¹⁶Sobre os conceitos de lugares “opacos” e “luminosos” ver *Técnica, espaço, tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional de Milton Santos, 1994.

Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos autores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis [...]. Essas contra racionalidades se localizam, de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas, e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais 'opacas', tomadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea (SANTOS, 1996, p. 246).

Nesse sentido, os movimentos de resistências aparecem nas periferias de São Paulo, onde a população luta por melhores condições de vida desde a década de 1960. Primeiro pela luta dos movimentos sociais ligados à igreja católica e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ao movimento operário e ao Partido Comunista, inicialmente por creches e moradias, depois por outros equipamentos públicos, segundo a partir da década de 1990, pela militância do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por moradia, e dos Coletivos Culturais por equipamentos públicos e fomento para cultura periférica, nossa prioridade nessa pesquisa.

A exemplo de São Miguel Paulista, vista por Gohn (1985; 1991) como um bairro que foi de esquerda desde o período do regime militar pós 1964, outros bairros da zona leste e de outras regiões da cidade, como da zona sul, continuam sendo um espaço de emergência de movimentos combatentes. Hoje, superada em parte, as necessidades por equipamentos e infraestrutura, a questão cultural tornou-se também uma pauta de luta dos movimentos sociais e culturais das periferias.

Dessa forma, as periferias de São Paulo seriam parte do território nos quais grupos, realizados por fora do mercado, através das artes, representadas pela literatura marginal, música, teatro, movimento *hip hop*, constroem discursos contra a racionalidade imposta pelas grandes corporações e construtores hegemônicos da cidade. Fortalecendo-se a cada dia, definiriam as periferias como lugares nos quais, a *práxis* política e a valorização da cotidianidade recriam possibilidades reais de construção do possível que muda as trajetórias de vida não somente dos protagonistas dos movimentos sociais e culturais, como dos outros moradores.

Esse “*outro possível*” é o movimento que constrói e reconstrói uma utopia do futuro criada à revelia das racionalidades. É a vida cotidiana transformada em arte, criada na lógica oposta àquela derivada do capital, apresentando projetos para a construção de outra cidade. Os sujeitos políticos periféricos buscam a transformação desse mundo existente num “outro possível”, para usar uma expressão de Henry Lefebvre.

O isolamento e o confinamento espacial dos mais pobres em áreas menos valorizadas nas quais há um acúmulo de necessidade podem fazer com que as pessoas lancem sobre as periferias uma visão equivocada e pessimista, já que acreditam na proporcionalidade existente entre conforto, oportunidades com criatividade/movimento. Permitam-nos um olhar inicialmente otimista. A aridez de investimentos e as privações existentes na periferia não significam diretamente um deserto de ideias, tão pouco pura alienação. A compreensão a partir da lógica da contra racionalidade pode iluminar melhor a questão e mostrar que a “periferia tem talentos” e visão crítica como podemos ver na letra da GOG (Genivaldo Oliveira Gonçalves), para quem “a rima denuncia”. “O rap ele é verborrágico, tem uma postura, ele exige, ele define, ele aponta”. A arte nesse caso vem carregada de conteúdo político.

A quem possa interessar, a proposta é mudar. O que vem da boca reflete sua forma de pensar. Não é apenas se vestir, investir na imagem. É traduzir, resistir, persistir na mensagem (GOG – música *A quem possa interessar*)¹⁷.

Milton Santos (2001), em famosa reflexão sobre a globalização neoliberal, lembra que mesmo em tempos onde a tirania da informação e do dinheiro aprofundam a competitividade, o empobrecimento das massas e o surgimento de novos totalitarismos, como, por exemplo, o consumismo, podemos perceber a formação de um movimento que ao apropriar-se de uma determinada família de técnicas, formada pela tríade computador, *fax modem* e telefone, cria não somente informação precisa,

¹⁷ A letra de *A quem possa interessar* está acessível em <http://letras.mus.br/gog/961445/> Acesso em 17 de setembro de 2014. Para ouvir acessar <https://www.youtube.com/watch?v=qg-fFA0I0Is> Acesso em 27 de outubro de 2016.

como também novas concepções do real divulgadas em diferentes linguagens e formatos, como, por exemplo, cinema, teatro, dança, música, literatura, rádios comunitárias, enfim uma infinidade de ações que fogem do padrão imposto pelos atores hegemônicos que insistem na ideia do pensamento único divulgado pelas grandes agências internacionais de informação. Os *rappers*, representantes de um movimento periférico de essência tão territorial, tornam-se exemplares quando produzem seus CDs.

Então, a cidade do espaço enquanto mercadoria, cidade do consumo, começa contrariar a ideia do “vamos aceitar as coisas como estão, porque não há mais nada a fazer”, porque para entrar numa nova lógica, talvez no período popular da história, como bem definiu Milton Santos (2001), contexto marcado pelo fortalecimento e protagonismo da sociedade civil, especialmente dos não hegemônicos, torna-se urgente e necessário escrever uma “nova metanarrativa”.

No plano teórico o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar numa experiência ordinária de cada homem. De tal modo, num mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias de uma história concreta. E isso, também, que permite conhecer as possibilidades e escrever uma nova história (SANTOS, 2001, p.21).

Nesse contexto, surgem de experiências pontuais espalhadas pela cidade, entre pessoas que buscam narrar e escrever a partir de suas vivências outras versões da história, quebrando assim a crença na narrativa única, ícone dos arautos do neoliberalismo. Ao quebrar esse paradigma, surge uma infinidade de discursos, projetos invisíveis aos meios de comunicação de massa, em diferentes regiões. A periferia torna-se o centro do pensamento crítico e da produção cultural da cidade¹⁸. No centro e na periferia, Associações, Coletivos, Pontos de Cultura divulgam, em outra lógica, diferente da imposta pelo mundo da mercadoria, relatam outras visões

¹⁸ Sobre esse assunto ver o documentário “A Periferia é o Centro - 10 Anos do Programa VAI” de Peu Pereira in <https://www.youtube.com/watch?v=lezP-VjqWi0> Acesso em 26/09/2014..

sobre o mundo.

Nossa pesquisa empírica junto aos coletivos e fóruns culturais tornou visível e evidente as manifestações de uma cultura periférica e marginal, vista nas atividades promovidas pelos movimentos culturais. Esse movimento, formado por um conjunto de práticas e ações populares permite o surgimento da viva manifestação da contestação e da crítica, primeiro aos modos de se fazer e promover cultura, depois ao próprio modelo de desenvolvimento. Uma “revanche do território” (SANTOS, 2001) torna-se possível, porque a distância dos radares das grandes corporações possibilita, a partir da apropriação de algumas tecnologias, o desenvolvimento criativo, independente das dificuldades que o território periférico impõe, como a acelerada escassez.

Essa espécie de revanche acontece quando ações subversivas fazem com que parcela da população passe a desobedecer a leis, normas e regras, todas criadas como ações fundamentais para a instrumentalização da economia e do Estado. Essas desobediências, insubordinações à lógica imposta pela racionalidade hegemônica, estão na “proliferação de ‘ilegais’, ‘irregulares’, ‘informais’” (SANTOS, 2000, p.120), tanto na ocupação e organização dos loteamentos, como nas letras de rap e dos grafites que gritam transgressões, uma subversão característica do período popular da história, pois daí “frações da sociedade passam da situação anterior de conformidade associada ao conformismo a uma etapa superior da produção de consciência” (SANTOS, 2000, p.120). Desses movimentos, o que inicialmente poderiam tratar-se apenas de uma narrativa sobre o cotidiano do seu lugar, do seu pedaço, desvendando problemas, códigos de ética e comportamento, festas etc., como acontece nas extensas letras de Rap, pode nascer um movimento social transformador não somente de pensamentos, mas do próprio território urbano.

Então podemos escrever como Souza e Rodrigues

[...] que essas novas experiências têm um grande potencial e podem se transformar em importantes agentes políticos no debate sobre a cidade e na construção de propostas de novas formas de organizar a vida e o espaço urbano (SOUZA e RODRIGUES, 2004, p. 96).

E considerar que a sociedade civil, também organizada em coletivos e associações, ao promover, em diversos pedaços da cidade, ações e intervenções urbanas, ressignificam o papel do cidadão na discussão sobre a cidade enquanto um lugar de encontro e convivência, qualificando a pauta do direito à cidade e uso dos espaços públicos como temas e causas. Muitos ainda se envolvem organicamente e/ou apoiam outros movimentos sociais por terra e moradia, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)¹⁹.

E distanciando-se do anterior, esse novo período promove um caminho contrário do individualismo, privatismo e consumismo à medida que cria novos pontos de encontro em espaços públicos, como escolas, bibliotecas, ruas, parques e praças. Lugares nos quais surgem projetos coletivos baseados em novos valores, como respeito à comunidade e à integridade ecológica, uma comunicação não violenta, feita em nome de uma justiça social e econômica. Como reapropriação de espaços, antes dominados por outra classe social, tal movimento torna-se revolucionário. Então,

Por meio da cultura [os jovens] projetam-se socialmente por um canal legítimo, e na nova perspectiva se tornam sujeitos plenos, cidadãos [...] É por meio da cultura e dos grupos que podem propor outras experiências de vida, e é através das suas ações que se percebem enquanto sujeitos políticos, participantes da sociedade e capazes de mobilizar e transformar (MAIA, 2014, p. 61).

Assim como Xavier e Kahil (sd) e Gomes (2008), orientadas pela obra de Santos (2001), acreditamos que a mudança venha do “indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único” (SANTOS, 2001, p.14). Daí a opção de buscarmos a compreensão das manifestações político-culturais e o papel de seus idealizadores, artistas e produtores culturais na organização/construção do território. É saber como o trabalho e os discursos produzidos no interior dos coletivos culturais e dos “coletivos de coletivos” criam consciência do espaço e, mais especificamente, como essa nova percepção

¹⁹ Para Antonio Gramsci, a noção de Sociedade Civil é um conjunto de organizações e aparelhos ideológicos de hegemonia, através dos quais, os grupos e as classes sociais se reúnem para combater seus interesses e valores (GRAMSCI, 2007 e COUTINHO, 2008).

transforma-se em práticas espaciais que questionam o mundo corporativo, sua ingerência sobre o território urbano, e a fragmentação do espaço, cristalizada na injusta distribuição de equipamentos públicos de saúde, transporte, cultura e educação.

Enfim, a tese que orienta nossa pesquisa está relacionada ao fato da periferia ser o lugar do surgimento de importantes movimentos sociais tanto os nascidos no final dos anos de 1970, como os criados nas últimas décadas. E que nesse último, os artistas e produtores culturais, juntamente com os militantes do movimento por moradia, representarem o papel de atores políticos, inclusive bastante atuantes no *corpus* do campo político do município de São Paulo. Por final, se há um lugar na cidade, esse lugar é a periferia.

Compreender como os coletivos surgem e articulam-se a partir da periferia e também com os fóruns de cultura e o movimento cultural das periferias, auto identificado enquanto movimento em construção organizam-se e atuam politicamente. Para tanto, ainda precisamos responder outras questões como: Existe um processo de educação e formação a partir da periferia? Se sim, o que é ser educado a partir da periferia? Quais são as principais pautas? Se essas são as mesmas em todos os coletivos? Quais são as estratégias e formas de atuação frente às dificuldades? E como se relacionam com o poder público? Se para além das demandas ligadas à existência e sobrevivência dos coletivos, seus membros se preocupam com a cidade. Como vêm à cidade? Qual cidade desejam (re) construir? Como a periferia constrói a cidade? Como os coletivos contribuem para a transformação da cidade

CAPITULO 1. PERIFERIZAÇÃO NA METRÓPOLE: FORMAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM SÃO PAULO

1.1. A questão urbana e a construção da noção de periferia

“Por uma Periferia que nos une pelo amor, pela dor e pela cor. É tudo nosso!”

Sérgio Vaz

A compreensão do Movimento Cultural das Periferias (MCP), assim como da natureza de sua relação com o território, desde a origem até a atuação política, passa pelo entendimento do processo de formação territorial da cidade e, conseqüentemente, da construção de suas periferias e representações. O MCP surgiu do encontro e da identificação de diversos coletivos que atuam nas periferias da cidade que ao perceberem as semelhanças nas dificuldades, resolveram começar uma reflexão sobre as temáticas pautadas, especialmente sobre a possibilidade da criação de uma lei de fomento. A questão da periferia torna-se central para o movimento à medida que definem a importância de garantir um fomento específico para as áreas mais pobres da cidade.

A Lei de Fomento à Cultura das Periferias, uma lei de iniciativa popular²⁰, pensada com o intuito de promover as ações artísticas e impulsionar a cultura nas periferias mostra a relação do movimento com o território. Uma lei que distribuirá, a partir de editais, um subsídio maior que o de outros editais, capaz de fomentar e garantir a subsistência e a formação do artista. Segundo os militantes do Movimento,

²⁰ É importante salientar que a Lei não entrou na Câmara como de iniciativa popular, porque no Brasil há restrições do legislativo em relação aos processos necessários para definir e aprovar uma lei desse tipo. Um dos principais está na obrigatoriedade da coleta de assinaturas em um abaixo assinado e da posterior verificação do mesmo (nome por nome, documento por documento). Contrariando a Constituição Federal, o que normalmente acontece, a exemplo da Lei de Fomento, é um grupo de vereadores ou deputados acolherem uma determinada lei de origem popular e encaminhá-la como se você deles. Mas, queremos destacar que apesar do texto final aparecer com diversos vereadores como autores, o processo de construção da Lei de Fomento foi coletivo e popular.

uma reparação, ainda que insuficiente, das perdas históricas pelas quais passaram os moradores das periferias de São Paulo.

Na elaboração dessa lei, o conceito de periferia foi muito discutido, não somente porque a distribuição do fomento deve ser realizada a partir de áreas de maior escassez nas periferias e bolsões de pobreza localizados no centro expandido, mas porque ser periférico define a identidade do grupo que elaborou uma lei específica para determinadas frações da sociedade. Dessa forma, a existência da lei e seu princípio partem da realidade vivida na periferia.

Como os protagonistas do MCP, colocam grande peso nessa identidade construída historicamente, com forte contribuição do Movimento *hip hop*, tornou-se fundamental compreender quando, como e porque as periferias foram criadas. E também quando a moradia da classe trabalhadora foi transferida para as áreas distantes, até então com rara ocupação. Reconstruir a história desse processo faz-se importante, embora pareça uma obviedade, destacar que não se constitui uma metrópole sem a periferia e mais, nenhuma metrópole se explica senão pela sua periferia (MARX, 2008; MORAES, 2002; KOWARICK, 1979).

A “proletarização do espaço” com “ocupação pobre, extensiva e horizontalizada” acentuou-se durante a segunda etapa da industrialização do País, em meados da década de 1950 (MARICATO, 1982), causando uma série de problemas urbanos, como falta de acesso à moradia, muito tempo constrangido no deslocamento para o trabalho, ausência de equipamentos públicos de uso coletivo, entre outros.

Nesse período muitas pessoas se deslocaram para São Paulo à procura de emprego consubstanciando-se em um grande movimento de mobilidade da força de trabalho de outras regiões do Brasil para São Paulo. Para Gaudemar (1978), a mobilidade da força de trabalho caracteriza-se pela submissão do trabalhador ao capital e ao próprio modo de produção capitalista, onde a força de trabalho é considerada como mercadoria. Como afirmou Gaudemar (1978):

Se se afirmou que o capitalismo começava com a exploração da força de trabalho, é necessário acrescentar que ele só poderia nascer uma vez que o trabalhador tivesse adquirido esta mobilidade; não só no sentido apologético que a teoria clássica

reconheceu do homem inteiramente livre de seu destino, actor da sua própria história, mas no sentido das contrariedades que lhe são impostas por essa procura de emprego. A mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento (GAUDEMAR, 1978, p. 192).

Então, a partir da intensidade da mobilidade de força de trabalho, podemos considerar que São Paulo foi selecionado, tornando-se um novo centro de acumulação do capital na América Latina, pois como também escreveu Gaudemar (1978), são nas regiões mais desenvolvidas que se observa maior mobilidade de trabalhadores.

Tabela 1. Crescimento Populacional

Anos	São Paulo (Município)	RMSP	São Paulo (Estado)	Brasil
1872	31.385	_____	837.354	10.112.061
1890	64.934	_____	1.384.753	14.333.915
1900	239.820	_____	2.282.279	17.318.556
1920	579.033	_____	4.592.188	30.635.605
1940	1.326.261	1.568.045	7.180.316	41.236.314
1950	2.198.096	2.622.786	9.134.423	51.944.397
1960	3.781.446	4.739.406	12.974.699	70.119.071
1970	5.924.615	8.139.730	17.771.948	93.139.037

Elaboração: Vanir de Lima Belo. FONTE: IBGE²¹

Porém, somente a partir da década de 1970, as questões urbanas criadas durante esse processo ganharam atenção dos pesquisadores. As periferias passaram então a se configurar como questão central para pensarmos o desenvolvimento de São Paulo e do País. Esse destaque para as questões urbanas é resultado da dimensão que a industrialização paulista assumiu no interior da economia nacional

²¹ Quadro organizado por Vanir de Lima Belo para a dissertação de mestrado “O enredo do carnaval nos enredos da cidade. Dinâmica territorial das escolas de samba em São Paulo (2008, p. 23).

(KOWARICK, 1975, 2009, MARICATO, 1982; SINGER, 1982; BONDUKI, 1990; TANAKA, 2006).

É importante salientar que excetuando alguns trabalhos, como, por exemplo, as letras das músicas do Adoniran Barbosa e os livros de Maria Carolina de Jesus, que alcançaram a fama e puderam respectivamente ser ouvidos e lidos, a classe trabalhadora foi excluída do discurso hegemônico (CALDAS, 1995). Ainda que a miséria não estivesse clara aos olhos de todos, a cidade que contava com 2,7 milhões de habitantes já tinha extensas e populosas periferias, prova materializada das desigualdades socioespaciais. Enquanto o centro exibia sinais do progresso com melhoramentos urbanos, à população de baixa renda restavam as favelas, os cortiços e os bairros distantes, resultado não somente da chamada “crise de habitação”, fenômeno da lógica mercantil do ato de morar/habitar, que iniciada na década de 1940, geraria o modelo de expansão da cidade baseado na tríade loteamento periférico, desejo de ter uma casa própria e autoconstrução para, pelo menos, as cinco décadas seguintes (BONDUKI, 1998), mas pela própria lógica de reprodução do capital. Lúcio Kowarick escreve que essa tríade foi sustentada pelos esforços e sacrifícios baseados no sobretrabalho dos moradores periféricos (KOWARICK, 2009). Os bairros afastados, Santana, Pinheiros, Penha e Lapa, passam, em decorrência dessa expansão, a funcionar como subcentros comerciais, e junto aos bairros operários, são os mais populosos.

Cidade de trabalhadores mobilizados, São Paulo é um centro de acumulação de capital que submete toda uma classe às piores condições de vida. Deraldo, o poeta do filme *“O homem que virou suco”*, um nordestino que foi confundido com o Severino também migrante, seu sócio, operário que assassinou o patrão no dia da festa na qual receberia uma homenagem como bom funcionário, encarnou o papel reservado pelo sistema à milhares de nordestinos que tiveram suas cidadanias sequestradas. Estes trabalhadores foram transformados em massa pelo sistema, metaforicamente, a mesma vinda do bagaço, a sobra do “suco de laranja”. Porém, com todos os preconceitos e opressões sofridos na cidade do projeto de modernização em ação, o repentista e intelectual do povo, detentor de cultura, resiste e escreve um livro sobre

sua própria história. “É a história de todo nordestino, o cara que chega a São Paulo, trabalha, luta e acaba passando fome e vira suco de laranja”²².

Nesse sentido, já durante os anos de 1970, com continuidade na década de 1980, pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento começaram a produção de uma literatura sobre o processo de metropolização e o surgimento das periferias. Tanaka (2016) lembra que apesar de existirem preocupações com a cidade e de termos tentativas para a resolução dos problemas, as pesquisas e as reflexões acerca da questão urbana ganharam intensidade no Brasil somente a partir da década de 1970 trazendo entre os temas estudados a conceituação e caracterização da periferia. Essa década foi emblemática para as pesquisas sobre o urbano, pois foi nesse momento que a noção de periferia passou a ser utilizada com o objetivo de contribuir com o entendimento da nova realidade urbana.

Nesse processo, tal temática foi reflexão das ciências sociais em diversas obras durante as décadas de 1970 e depois de 1980 e 1990. Destacam-se obras como *A espoliação urbana* de Lúcio Kowarick (1973), *A luta pelo espaço* de Eva Blay (1978), *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de Geografia Urbana* de Jurgen Langenbuch (1971), *A Produção Capitalista da Casa (e a cidade) no Brasil Industrial* de Ermínia Maricato (1979), *As Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria* de Nabil Bonduki (1998), *Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológicos da geografia* (1988) e *Metrópole Corporativa Fragmentada: O Caso de São Paulo* (1990) de Milton Santos.

E mais recentemente temos um retorno ao tema com a produção de várias teses e dissertações, em diferentes áreas que tem a periferia como tema e contexto. Entre essas temos: *Periferias urbanas na metrópole de São Paulo: Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico*, de Rosalina Burgos, (Tese do Programa de Geografia Humana, USP, 2008); *“A maior zueira”*: experiências juvenis na periferia de São Paulo, de Alexandre Barbosa Pereira (Tese do Departamento de Antropologia, USP, 2010); *Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias metropolitanas*, de Danilo Volochko (Tese do Departamento de Geografia, USP, 2011); *É tudo Nosso!*

²² O filme “O homem que virou suco” (1981) de João Batista Andrade pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=FF70tq8QSS4>. Acesso em 22 de setembro de 2016.

Produção cultural na periferia paulistana, de Erica Peçanha do Nascimento, (Tese do Departamento de Antropologia, USP, 2011); *A crise da cidade em jogo: o futebol na contramão em ruas da Penha*, de Glauro Roberto Gonçalves, (Dissertação do Departamento de Geografia, USP, 2011); *O Jardim Ibirapuera: da imposição à crise do trabalho*, de Daniel Manzione Giavarotti, (Dissertação do Departamento de Geografia, USP, 2012); *A modernização periférica e crise do trabalho: considerações sobre a reprodução social a partir da periferia metropolitana de São Paulo*, de Fernando Firmino Messias (Dissertação do Programa de Geografia Humana, USP, 2012); *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*, de Tiarajú Pablo D'Andréa (Tese do Programa de Sociologia, USP, 2013), *A ressignificação do espaço: produção, circulação de cultura contra-hegemônica nas periferias da cidade de São Paulo*, de Pedro Luiz Damião (Dissertação do Programa de Geografia Humana, USP, 2014); *A luta está no sangue: família, política e movimento de moradia em São Paulo*, de Carlos Roberto Filadelfo de Aquino (Tese do Programa de Antropologia, USP, 2015); *Racionais MC's: do denunciismo deslocado à virada crítica*, de Charleston Ricardo Simões Lopes (Tese do Programa de Literatura, USP, 2015); *Crime, trabalho e política: um estudo de caso entre jovens de periferia de São Paulo*, de Thais Regina Pavez (Tese do Programa de Ciências Políticas, USP, 2015); *Sarau do Binho VIVE! Identidades alteradas e o sarau como processo de identificação periférica*, de Diego Elias Santana Duarte, (Dissertação do Programa de Geografia Humana, USP, 2016); *A canção? Racionais MC's como efeito colateral do sistema cancional brasileiro*, de Acaum Silvério de Oliveira, (Tese do Programa de Letras, USP, 2015); *Itaquera para quem?: Projetos urbanos e mudanças socioespaciais na periferia de São Paulo*, de Felipe Vieira de Oliveira (Dissertação do Programa Mudança Social e Participação Política, USP, 2015); *O rap do Racionais MC's e sala de aula como via de emancipação de jovens na periferia de São Paulo: Análises musicais com ênfase no rap*, de Raquel Mendonça Martins (Dissertação do Programa Psicologia e Educação, USP, 2015), *Da classe média à periferia? O PT nas eleições municipais paulistanas 1996 – 2013*, de Diego Frizzo de Medeiros, (Dissertação do Programa de Ciências Políticas, USP, 2013); *Encontros e desencontros entre o petismo e lulismo: classe, ideologia e voto na periferia de São Paulo*, Camila Rocha de Oliveira, (Dissertação do Programa de Ciências Políticas, USP, 2013) e *Espacialidade e ativismo Social na zona leste de São Paulo: O caso do*

Coletivo Dolores Boca Aberta Mecntrnica de Artes, de Gabriela Bortolozzo, (Dissertao do Programa de Organizao do Espao/UNESP, 2014).

Em grande parte dos estudos sobre a metrpole realizados ao longo do sculo XX houve um destaque muito grande para as questes habitao, periferia e a relao das duas com o processo de industrializao. Dessa forma, ao longo dessas pesquisas, a habitao foi vista tanto como parte fundamental para a reproduo da classe trabalhadora (BONDUKI, 1998) e motor para o processo de industrializao de So Paulo e do pas, como motor da formao territorial da cidade, marcada pela abertura de inmeros loteamentos nos subrbios, hoje periferias.

Essa forma de produo da metrpole definiu-se a partir do padro perifrico de crescimento urbano de So Paulo durante o entre 1930 e 1970, especialmente nas dcadas de 1940, 1950 e 1960, perodo de maior expanso horizontal da mancha urbana. A abertura de loteamentos e a construo de casas populares a baixo custo, feitas de forma extensiva a partir da autoconstruo, funcionou como estratgia para formar a classe operria e criar um exrcito de reserva para indstria nascente. A garantia de moradia para paulistanos e migrantes baixava o custos para a reproduo do trabalhador, o que facilitava sua permanncia em So Paulo. A autoconstruo consubstanciou-se como uma estratgia barata e muito lucrativa para o capital, por dois motivos fundamentais, primeiro porque as empresas aproveitaram-se da fora de trabalho das grandes massas de trabalhadores e, depois porque possibilitou que houvesse a valorizao do solo com intensa circulao do capital.

Lcio Kowarick (2009), a partir dos resultados apresentados no Relatrio da Secretaria de Economia e Planejamento, publicado em 1978, destaca o quanto construir a prpria residncia pode ser um processo "longo e penoso". Penoso pelo esforo fsico e financeiro da famlia que dedica por anos seus finais de semana na construo, no somente sacrificando um tempo livre que deveria ser dedicado ao descanso e ao lazer, mas direcionando toda a poupana familiar para este projeto. Subtraindo o necessrio para a reproduo do trabalhador, a sobra dos salrios, horas extras, bicos, 13º salrio, assim como dinheiro proveniente da venda das frias e da reduo dos gastos familiares, inclusive com alimentao eram direcionados para a construo da casa prpria. Esta estratgia de construo estruturou-se no sobretrabalho gratuito e remunerado. Gratuito, por construir a casa prpria e ajudar os

outros sem pagamento e remunerado, pois os trabalhadores dilatavam a jornada de trabalho com horas extras e bicos.

E longo, porque os trabalhadores, mesmo canalizando todos os esforços e economias para a construção da casa, levavam mais de dez anos para concluírem o projeto, período no qual também pagavam os lotes. A pesquisa, realizada durante a década de 1970 apontava que 70% dos entrevistados ainda não consideravam sua residência concluída (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 1978, p. 78 apud KOWARICK, 2009).

As casas são construídas em lotes financiados, quase sempre pelo próprio proprietário, cuja quitação ocorre entre cinco e dez anos, tempo no qual a família, amigos e vizinhos abrem poços, fazem os alicerces e as fundações, batem lajes de forma coletiva, processo no qual um morador vai, à medida das necessidades, ajudando o vizinho. E depois esse colabora com os outros.

É um processo que depende da capacidade de poupança da família e decorre do somatório de trabalho que for capaz de injetar na confecção de sua moradia; depende também da rede de relações – parentes, conterrâneos, vizinhos e amigos – que é capaz de atrair para ajudar nas tarefas construtivas (KOWARICK, 2009, p. 167).

Em grupo e de forma comunitária, os construtores vão trocando conhecimento sobre técnicas e materiais. As experiências de um morador vão contribuindo para a construção da habitação do outro. Onde, entre erros e acertos, tecnologias rudimentares e inovações criativas vão sendo transmitidas durante a construção que acontece segundo as condições materiais do dono do lote. Não havia projeto, o planejamento era definido pelos trabalhadores, onde cada um ia subindo um cômodo por vez, seguindo a lógica das necessidades. Um quarto, cozinha e banheiro já eram suficientes para acolherem a família no novo bairro. Os outros cômodos eram construídos devagar. O importante era sair do aluguel e ter a casa própria.

Para além do processo de dilapidação do trabalhador, a modalidade de autoconstrução também promoveu a valorização do espaço, visto que depois da chegada das melhorias urbanas, como pavimentação, água ou esgoto, creches, postos de saúde, escolas e transporte coletivo, assim como da diversificação de comércio e serviços, há um aumento no preço dos lotes e dos aluguéis, assim como das taxas de impostos. Revela-se então uma nova perversidade, na qual os

moradores mais pobres deverão procurar outro local de moradia mais distante, com menor custo e certamente desprovido de infraestrutura (KOWARICK, 2009, p 165-166).

Reproduz-se, assim, em escala ampliada, um padrão periférico de expansão urbana rarefeita, que não só aumenta os custos de urbanização, mas também gera modos de vida marcadamente desgastantes para aqueles que optaram por habitar nessas regiões (KOWARICK, 2009, p. 165-166).

Durante a industrialização, São Paulo reproduziu um modelo de crescimento baseado na distribuição desigual da riqueza. A sua transformação em um grande centro econômico, o mais importante centro industrial da América Latina, preservou os contrastes, onde a acumulação e a riqueza caminhavam contraditória e complementarmente juntas com a miséria.

A indústria brasileira, impulsionada a partir da primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), período no qual produziu basicamente bens de consumo, a partir da década de 1950 ampliou e diversificou o parque industrial, fabricando também bens de produção (SINGER, 1968). A produção de diferentes objetos vem junto com a massificação do consumo desses bens modernos, especialmente do automóvel, “mudam radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído”. Essas mudanças na economia brasileira influenciam diretamente no padrão de consumo e de produção da cidade, mas que contraditoriamente, já que apesar de promover a compra desses bens, diferenciando assim a vida urbana em relação à vida no campo, preserva intensas desigualdades, jogando “a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional”, (MARICATO, 2001, p. 20), criando “espaços segregados” (ROLNIK, 1997X). A formação territorial e a construção das periferias, primeiro da cidade e depois metropolitanas, podem ser consideradas como obra coletiva, não somente pelos processos formais de produção do espaço, normatizados e regulados pelo Estado e pelo capital como pela luta dos movimentos sociais e suas reivindicações. O processo de periferização é próprio da lógica de expansão concentradora do capital realizada no fenômeno de urbanização. Porém, a periferia, que é um constructo sócio histórico, aparece como algo natural e parte fundamental da ideologia de disciplinarização do trabalho.

No Brasil, a noção periferia foi construída como noção explicativa da realidade durante a segunda metade do século XX, marcadamente um contexto histórico específico de transição do regime político militar autoritário para o democrático, no qual, apesar das estratégias de cerceamento das liberdades do cidadão, houve o surgimento e ascensão dos movimentos sociais urbanos por moradia, transporte, saúde e diversos equipamentos públicos de uso coletivo. Esse será o contexto do amplo debate do tema tanto pelos movimentos sociais como pela academia. A nossa reflexão sobre o noção de periferia se baseou na dissertação de mestrado de Giselle Megumi Martino Takata *Periferia: conceito, práticas e discursos* (2006). A partir dessa leitura destacamos dois campos, distintos, porém interligados. Um primeiro, relacionado às ideias de desenvolvimento, subdesenvolvimento e marginalidade dentro do sistema capitalista e um segundo ligado à incorporação da noção de periferia, elaborada a partir das reflexões e debates realizados pelo grupo anterior, à análise e compreensão das questões urbanas.

Em relação ao primeiro, a origem dos modelos interpretativos do Brasil fundamentou-se nas obras que constituem aquele conjunto de escritos reconhecidos como pensamento social brasileiro, uma produção intelectual baseada em autores denominados por Antonio Candido como “intérpretes do Brasil” (CANDIDO, 1965). No Brasil até o início da década de 1930, a chave para a interpretação do País e de seu passado estava presa à oligarquia, representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1938), na época empenhado na valorização das realizações dos heróis brancos e na invenção do nacional. Novas interpretações surgem com Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Roberto Simonsen, então os autores referidos por Candido.

Estes autores olharam para o Brasil sob uma perspectiva renovadora, na qual a produção intelectual reconstruiu a história da formação da sociedade brasileira, conferindo-lhe um novo sentido (ARRUDA, 2004). Um método relativamente novo, marcado pela preocupação em explicar as relações sociais a partir das bases materiais foi apresentada por Caio Prado Junior em *“Evolução política do Brasil”* (1933). A historicidade do fato social e do fato econômico colocou em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante. Pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira, as classes aparecem como categoria de análise (MOTA, 1977).

No mesmo ano de 1933, a primeira edição de *“Casa Grande e Senzala”* de Gilberto Freyre atingiu grande popularidade. Freyre apresentou um estilo pouco convencional baseado em abordagem da antropologia cultural norte-americana. À nova forma de interpretação de Caio Prado Junior, Gilberto Freyre soma uma denúncia do atraso intelectual brasileiro. Nessa linha também estão as obras *“Raízes do Brasil”* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda e *“História Econômica do Brasil”* (1937) de Roberto Simonsen. Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, apesar de terem diferentes produções, juntos contribuíram para grandes mudanças na forma de pensar o Brasil. Mota (1977) alerta que esses dois autores foram responsáveis pela elaboração de novas formas de percepção e ajustamento à ordem vigente.

Entretanto, não será difícil encontrar o saudosismo aristocrático presente nas reflexões de Gilberto Freyre, diferente do caso de Caio Prado Junior, que ultrapassou o momento de descoberta das oligarquias em sua vida social e política. Esse mesmo tempo viu o Brasil urbano e industrial, apresentado por Roberto Simonsen em a *“História Econômica do Brasil”* (1937) (MOTA, 1977)²³. Para além destas obras tem aquelas que carregam no título a palavra formação. Esse tema foi intensamente debatido no conjunto das obras que constituíram o pensamento social brasileiro (ARRUDA, 2004).

[...] nos principais títulos da ensaística de explicação do caso brasileiro: Formação do Brasil Contemporâneo; Formação Política do Brasil; Formação Econômica do Brasil; Formação do Patronato Brasileiro, etc. – sem contar que a mesma palavra emblemática designa igualmente o assunto dos clássicos que não a trazem enfatizada no título, como Casa-Grande e Raízes do Brasil (ARANTES apud TANAKA, 2006).

²³ O ambiente de novas interpretações a respeito da realidade brasileira é marcado não somente pelo aparecimento de obras literárias, mas também pela criação de novos cursos superiores na área das ciências humanas. Os anos trinta representam uma participação expressiva dos intelectuais na política nacional. Essa participação explicitamente ou implicitamente aparece em grande parte dos trabalhos publicados. Neste momento foram editadas obras no gênero ensaio que buscam revelar a realidade a partir de diagnósticos. Os temas políticos e sociais refletem o caráter ideológico dos textos. No apoio a tais projetos, o papel das editoras, principalmente da José Olympio com a publicação da “Série documentos brasileiros”, é bem representativo. Com um quadro de criatividade e produção intelectual, passando por uma abertura de horizontes, o movimento de 1930 pode ser considerado um marco cultural na construção e vulgarização de uma visão de mundo mais ampla.

Esse grupo de estudiosos brasileiros constituiu a *intelligentsia* “desenhando retratos do Brasil, elaborando diagnósticos, concebendo projetos, vislumbrando trajetórias futuras” (ARRUDA, 2004, p.116). Esses autores apresentaram novos temas, quando pela primeira vez escreveram sobre a realidade e as desigualdades presentes no processo de formação da sociedade. Evidenciaram suas contradições a partir da análise do todo e das partes que compõe o país, a presença dos colonizadores, o modelo de produção baseado no latifúndio agroexportador, na exploração dos índios e negros escravizados. De certa forma, revelaram temas antes ausentes ou obscurecidos (ARRUDA, 2004, TANAKA, 2006).

Esse “dilema da formação da sociedade brasileira”, exposto por esta *intelligentsia* será a base para campo denominado *desenvolvimentista*, representado no Brasil principalmente por Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Esses autores discutiram a formação do Estado nacional brasileiro como um Estado autônomo, capaz de controlar seu destino, assim como promover as transformações necessárias para sua melhor constituição, rompendo com dois aspectos fundamentais: a assimetria da sociedade colonial, determinante para a sua continuidade na sociedade de classes do país e pela dependência externa que marca as relações do modo de produção capitalista. De maneira geral, a abordagem desses três autores visava identificar as condições e ações necessárias para o país superar as contradições estruturais presentes desde o período colonial (TANAKA, 2016).

Dentre as leituras, destacam-se as ideias formuladas por Celso Furtado, feitas por dentro da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), especialmente a noção de subdesenvolvimento utilizada como central na explicação das especificidades da sociedade brasileira e latino-americana. Essa vertente, segundo Francisco de Oliveira, representou um marco na história das ciências sociais e uma ruptura com o ‘método neoclássico e marginalista’, que trabalhava em uma perspectiva a-histórica (OLIVEIRA, 2003b).

Para Francisco de Oliveira (2003b), a ideia de subdesenvolvimento nesses autores indica uma interpretação sobre a inserção dos países da América Latina na divisão internacional do trabalho. Esta inserção seria desigual, pois na relação de trocas de bens primários, produzidos na América Latina, por bens manufaturados, feitos nos países centrais, os primeiros sempre teriam menor valor que os segundos.

Para além deste desequilíbrio o mesmo autor destaca que a noção de subdesenvolvimento foi fundamental na elaboração do modelo interpretativo dual-estruturalista, muito utilizado para analisar as economias dos países latino-americanos a partir das relações centro-periferia. Oliveira lembra que para os autores que usavam desse modelo interpretativo, estas economias seriam constituídas por dois setores, um o moderno, exportador e dependente dos países centrais e um setor atrasado, um obstáculo para a modernização do país. Nesse momento, para Celso Furtado, a única saída para o atraso seria a industrialização. Já para Francisco de Oliveira, essa proposta converteu-se em uma forte ideologia desenvolvimentista defendida por Celso Furtado quando esteve no governo, à medida que o autor, ocupando cargos, defendia a intervenção estatal e o planejamento voltados para promoção da industrialização (OLIVEIRA, 2003 b).

Francisco de Oliveira questiona o desenvolvimentismo e essa noção de troca desigual, pois:

[...] esta [a troca desigual] não se dá porque existe um desequilíbrio na relação de trocas, senão porque é a hegemonia do capital financeiro dos países centrais sobre a produção da 'periferia', como é o caso da América Latina, que estrutura o próprio sistema de preços internacional, fazendo com que a moeda nos países dependentes expresse menos valor hora trabalho e mais sua função na circulação interna do excedente e sua relação – a taxa cambial – com a moeda hegemônica (OLIVEIRA, 2003b, p. 16).

Apesar das críticas feitas por Francisco de Oliveira, como lembra Kowarick (2002), o pensamento econômico brasileiro consolidou-se a partir da década de 1950, sob forte influência dessa ideologia desenvolvimentista que colocou na industrialização, pautada no modelo de substituição de importações, fonte do pleno desenvolvimento capitalista, como saída para a superação do atraso e da pobreza.

Tanaka (2016) lembra que o contexto da década de 1950, momento no qual as ciências sociais pensavam o Brasil e as possibilidades de transformação, era o momento da consolidação do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, em

construção desde 1930, porém em um momento marcado pela entrada intensa do capital internacional e da diversificação do parque industrial e na produção de bens de consumo. Como lembra Kowarick, muito provavelmente, por esse contexto e todos os problemas criados por essas transformações, as interpretações elaboradas a partir do mesmo momento surgiram marcadas por um forte tom crítico sobre as formas de desenvolvimento econômico dos países da América Latina e as condições sociais e urbanas resultantes do desenvolvimento baseado no industrialismo (KOWARICK, 2002).

O fato dos países industrializados da América Latina estarem inseridos plenamente no sistema capitalista, não significa total eliminação das acentuadas desigualdades sociais, muito pelo contrário, diversos centros industriais considerados modernos contrastavam com áreas de extrema pobreza, onde ainda predominavam relações de produção não capitalistas, como era o caso de São Paulo durante a década de 1950, o moderno e industrializado convivia com o arcaico, bastante presente nas periferias.

Como já exposto anteriormente, a interpretação da CEPAL rompeu com visão evolucionista e com a-história que via a pobreza das cidades latino-americanas como um estágio pelo qual as cidades europeias também já tinham passado, dentro do capitalismo, substituindo por outra fundamentada na ideia de subdesenvolvimento. Nesse contexto, a expressão periferia foi utilizada como um termo que contrapõe a ideia de países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Os países periféricos não estariam simplesmente em um estágio anterior de desenvolvimento com relação aos centrais, mas teriam características próprias pela forma como foram integrados ao sistema capitalista, assim como teriam peculiaridades em sua estrutura sócio-econômicas que deveriam ser consideradas. As relações de troca entre países centrais e periféricos na leitura da CEPAL, ao invés de promover o desenvolvimento dos últimos, reforçariam as disparidades de desenvolvimento. A pobreza a partir de então passa a ser explicada como resultado das trocas desiguais que estariam impedindo o desenvolvimento e modernizações destas regiões 'atrasadas' (TANAKA, 2016 p. 30).

A corrente que toma o não-integrado ao setor 'moderno' e industrializado do capitalismo como 'atrasado' orienta o debate sobre os caminhos possíveis para o desenvolvimento a partir da ideia de marginalidade, concepção na qual a população empobrecida que não compartilha dos benefícios desta industrialização-urbanização estaria à margem, ou seja, fora dos modos de produção desta sociedade (KOWARICK, 2002).

Essa linha que influenciou fortemente as análises sobre as periferias urbanas e de certa forma se consolidou na academia e no senso comum da literatura mais ampla sobre o urbano, especialmente nos jornais e revistas que produzem a noção de periferia como pedaço marginalizado da cidade, fortalecendo a ideia de espaço de exclusão, depois de uma leitura cuidadosa foi sistematizada por Guido Mantega (1984). Os modelos interpretativos dessa linha, tanto para a análise do Brasil, como para a leitura das periferias urbanas sofreram grande influência da ideologia desenvolvimentista. Os autores brasileiros, guardadas as diferenças e divergências, sofrem forte influência desta ideologia desenvolvimentista e buscam construir interpretações que não somente expliquem o desenvolvimento social e econômico brasileiro, como também indiquem caminhos de superação das desigualdades. Essas diferentes formas de analisar o Brasil gerou algumas linhas de interpretação expostas didaticamente por Guido Mantega em "*A Economia Política Brasileira*" (1984), do qual extrairemos um resumo.

O primeiro modelo apresentado por Mantega representa o grupo formado por Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Ignácio Rangel. Esses autores, baseados nos pressupostos teóricos neoclássicos e keynesianos, defendiam um desenvolvimento com forte intervenção estatal, voltado para a industrialização e o fortalecimento do mercado consumidor interno. Esse modelo, mais denominado de *Modelo de Substituição de Importações*, teria dois fundamentos: primeiro na presença intensa do Estado assumindo o papel de agente do equilíbrio das forças produtivas e na superação do caráter monopolista que vinha assumindo a industrialização brasileira e segundo na existência de um mercado consumidor interno fortalecido tanto pela intervenção estatal, quanto pela geração de postos de trabalho e, conseqüentemente, pela incorporação das massas urbanas no trabalho industrial. (MANTEGA, 1984)

O modelo interpretativo dois, com fundamentos marxistas, teve como principais formuladores os autores Nelson Werneck Sodré, em seguida Alberto Passos Guimarães, ambos ligados ao Partido Comunista. Os autores, crentes na existência de um caráter imperialista das trocas, partem da ideia de que os principais entraves do desenvolvimento seriam o caráter semifeudal da economia e a exportação de produtos primários, com larga transferência de recursos para o exterior. Caio Prado Jr, para quem as relações de produção no Brasil estão plenamente integradas ao capitalismo (MANTEGA, 1984).

O chamado *Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista* foi inspirado na esquerda norte-americana e por concepções trotskistas e da ideia que o desenvolvimento desigual e combinado orientaria limitando o desenvolvimento dos países atrasados. André Gunder Frank, em seguida Rui Mauro Marini elaboram a Teoria da Superexploração dos Trabalhadores Periféricos que seriam explorados tanto pela burguesia local quanto pelas empresas dos países centrais. Para esses autores, os setores informais, a massa de trabalhadores desempregados e os subempregos no campo e na cidade manteriam os sempre salários baixos para garantir a acumulação de riqueza. As saídas possíveis seriam o socialismo e, contraditoriamente o fascismo. O primeiro possibilitaria a implantação da democracia e da soberania nacional, fundamentos para o pleno desenvolvimento das forças produtivas e o segundo, permitiria a contínua exploração da força de trabalho (MANTEGA, 1984).

O quarto seria o da *Teoria da Dependência*, modelo no qual a manutenção da relação de dependência aos países centrais, através da associação ao capital estrangeiro, financiamentos externos e importação de bens de capital, desenvolveria internamente atividades produtivas. Esses recursos internacionais seriam capazes de fomentar a industrialização interna e consequentemente possibilitar a consolidação da indústria nacional (MANTEGA, 1984).

Entre as críticas endereçadas à *Teoria da Dependência*, a mais importante para a nossa leitura está no fato de Kowarick (2002) não considerar o trabalhador morador das periferias como um excluído do sistema. Para o autor, o crescimento econômico, por sua própria natureza, tem no aumento da pobreza e no confinamento dos trabalhadores nas periferias uma etapa de seu desenvolvimento, sendo assim, de fundamental importância para o processo de produção e acumulação de riqueza, a

super exploração do trabalhador que para garantir sua sobrevivência, assim como de sua família, precisa reduzir os gastos com moradia, refugiando-se em lugares cada vez mais distantes.

Em suma, essas sociedades de periferia do capitalismo teriam leis gerais de acumulação inerentes ao desenvolvimento dependente periférico, que, ao mesmo tempo em que produz novas modalidades, reproduz antigas formas de produção capitalista estruturadas no pauperismo, desigualdade e marginalização, no subdesenvolvimento social econômico (KOWARICK, 2001).

Essas linhagens influenciaram bastante as pesquisas pioneiras sobre São Paulo, da leitura desses clássicos e das críticas sobre esses surgiram grupos de pesquisa e novas formas de interpretar o espaço urbano de São Paulo e suas principais questões, dentre essas as ligadas às periferias.

Giselle Tanaka (2016) faz em sua dissertação de mestrado, uma excelente análise da forma como a noção de periferia foi sendo incorporada pelas ciências sociais, criando uma genealogia dividida em três blocos: um primeiro representa a conceituação de periferia no centro dos processos de produção do espaço urbano no Brasil; um segundo, a periferia no centro das contradições da produção do espaço urbano no Brasil e o terceiro, o estudo da periferia como problemática urbana.

No primeiro momento de inclusão da noção do conceito de periferia no centro dos processos de produção do espaço urbano no Brasil, temos como trabalhos pioneiros sobre a periferia, os resultados diretos da pesquisa realizada por Nabil Bonduki e Raquel Rolnik. *“Periferias: Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho”* (1979) e também *artigo “Periferia da Grande São Paulo, reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho”* (1979), publicações nas quais os autores apresentam a metodologia e os resultados dos estudos (TANAKA, 2016).

Com o objetivo de conceituar periferia a partir do entendimento dos mecanismos que determinam sua formação e o papel dos principais agentes, o loteador, o morador e o poder público, os autores abordam a produção de loteamentos na periferia. Nesses trabalhos, que iriam inspirar diferentes

pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, o foco periferia leva a uma discussão metodológica, pois para seu entendimento torna-se necessário compreender o contexto e a dinâmica social e econômica (BONDUKI e ROLNIK, 1979b, TANAKA, 2016). Nesse caso, a formação do território paulistano e os sucessivos processos de periferizações somente podem ser compreendidos se contextualizados por dentro do padrão de acumulação industrial.

Historicamente, o padrão de acumulação industrial convergiu para São Paulo, porque a região já contava com uma rede de serviços e infraestrutura urbana relativamente bem provida, dispondo inclusive de indústrias fornecedoras dos insumos necessários aos conglomerados fabris a serem implantados. Além de apresentar vantagens de localização, proximidade de mercados consumidores e oferta de mão-de-obra especializada, fator fundamental para fazer girar um sistema produtivo que planejava ser do ponto de vista tecnológico e organizacional relativamente dinâmico (KOWARICK; CAMPANÁRIO 1994).

Há uma relação direta entre o modelo de desenvolvimento urbano paulistano e o modelo de crescimento econômico, já que o espraiamento urbano da metrópole paulista e a consequente formação de periferias ocorrida durante as décadas de maior crescimento industrial esteve diretamente associado à intensa migração de população pobre, massa formadora do exército de reserva das novas empresas (BONDUKI, MARICATO, 2001, VILLAÇA, TANAKA, 2006).

Fruto de uma conjuntura de progresso e modernização, o período entre 1940 e 1980 corresponde ao maior crescimento econômico industrial brasileiro, com média de crescimento do Produto Interno Bruto de 7% ao ano (MARICATO, 2001). A Região Metropolitana de São Paulo²⁴, no final do período entre 1950 e 1980, apresentava 36% de pessoal ocupado no parque manufaturado do país, 46% do total de salários, 40% do valor de transformação industrial dos investimentos de capital na indústria, concentrando-se 70% do valor de transformação dos ramos de material de transporte e elétrico, 60% dos produtos farmacêuticos e plásticos, 55% do referente à indústria

²⁴ A região metropolitana de São Paulo (RMSP) foi instituída em 1973, hoje formada por São Paulo, com aproximadamente 11,32 milhões de habitantes, com mais 37 municípios, estende-se por 8051 Km². Já sobre a cidade de São Paulo, estima-se que de 1930 a 1980 a superfície da área urbanizada passou de 150 a 1370 Km². Contudo ainda existem terrenos reservados para especulação imobiliária. Estão estimados em 41% na cidade propriamente dita e mais de 60% na periferia (SACHS, 1999).

mecânica, além da presença significativa em quase todos os outros ramos fabris. Nas décadas de 70 e 80, esta concentração transborda a fronteira metropolitana, fazendo a chamada região do entorno, formado pelos municípios de Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Baixada Santista, crescer num ritmo mais intenso que o desenvolvimento da própria metrópole de São Paulo (KOWARICK; CAMPANÁRIO, 1994).

Durante esse período, o Brasil, assim como muitos países na América Latina, passou por um intenso processo de êxodo rural e, conseqüentemente urbanização com o crescimento rápido de algumas cidades. A população urbana de 26,3% no início da década de 1950 ultrapassou, ao final do século XX, 80%. Entre 1950 e 1960, o crescimento populacional e o espraiamento da cidade de São Paulo alcançaram as maiores taxas, respectivamente, 5% e 5,5% (MARICATO, 2001).

Em São Paulo a área de urbanização cresceu a partir de 1930 ao longo das estradas de ferro e depois de 1950, das rodovias, principalmente ocupando os terrenos mais baixos para a implantação das indústrias. São Paulo tinha em 1938, 43,1% da população industrial brasileira concentrada em seu território e em 1970, 58%. Nessas décadas, a cidade de São Paulo destacou-se não somente como o mais importante centro industrial do país, mas como forte centro financeiro, inclusive superando o Rio de Janeiro. Com mais de 2 milhões de habitantes em 1950 e crescimento superior a 5% ao ano, São Paulo atinge 6 milhões de habitantes em 1970, desenhando já a conurbação com os municípios da atual região metropolitana, sobretudo Osasco e Taboão da Serra, Guarulhos, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema (ROLNIK, 2001).

Durante as décadas de 1960 e 1970 a periferia conheceu um crescimento mais rápido que o centro. Segundo Sachs (1999), nesse período São Miguel Paulista, bairro da periferia da zona leste teve sua população aumentada de 66 mil em 1960 para 445 mil habitantes, em 1980. Já em Itaquera, onde foram construídos conjuntos habitacionais da COHAB, os números são de 33600 para 415 mil habitantes. A autora ainda lembra que no mesmo período, os loteamentos clandestinos e as favelas fizeram a população de Santo Amaro passar de 190 mil para 766 mil habitantes. Entre 1940 e 1980, aproximadamente 4 milhões de pessoas migraram para município de São Paulo e mais de 2,4 milhões para os demais municípios da região metropolitana.

Então em 1980, 50,9% da população do município de São Paulo e 56,3% da população da RMSP eram formadas por migrantes, sendo um terço de origem no Nordeste. Depois, o saldo migratório representou três quartos do crescimento da Grande São Paulo durante a década de 1940, 60% durante os vinte anos seguintes e 50% entre 1970 e 1980 (SACHS, 1999).

Os problemas criados por esse modelo de expansão da cidade, baseado na abertura de loteamentos populares bastante precários foram tratados pela publicação *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, organizada por Cândido Procópio Ferreira Camargo²⁵. Esse livro tornou-se relevante, pois ainda durante o período da ditadura revelou para a população um retrato de uma metrópole que sofria, entre outros problemas, como mobilidade, aumento do trânsito e dos congestionamentos, insuficiência do transporte público, incapacidade do poder público prover saneamento básico, infraestrutura e serviços urbanos coletivos para toda a cidade. A novidade do período está no fato dessas revelações terem pautado temas para debates e estudos, inspirando e envolvendo pesquisadores que a partir de então passaram a investigar tais questões, buscando compreendê-las nas suas origens. Nesse momento então as classes populares e temas afins são tomados como temas de pesquisa.

Durante a década de 1970, começou a ser construída uma nova cartografia do território metropolitano, até então desconhecida. Uma cartografia dos lugares mais distantes do centro histórico passou a ser erigida a partir do momento que surgiram questionamentos sobre, a gestão urbana, como a cidade era pensada e a incapacidade do planejamento oficial garantir o desenvolvimento urbano. A publicação *“São Paulo 1975”* foi nesse sentido importantíssima, pois tornando visíveis os problemas urbanos, revelou a “cidade ilegal” (ROLNIK, 1997). Uma prova da visão distorcida do Estado sobre a cidade são os mapas oficiais da cidade cujo desenho nesse momento representavam apenas a cidade produzida dentro das normas e leis vigentes, sobre as quais incidiam o controle e regulação estatal, desconsiderando assim as periferias produzidas na ilegalidade para acolher as classes (TANAKA, 2006).

²⁵ É importante ressaltar o papel da Igreja Católica, da CEBRAP e do CEDEC que durante esse período não somente abrem espaço, mas também financiam pesquisas e publicações sobre os problemas urbanos (TANAKA, 2016). *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*, livro emblemático para o desvendamento das questões urbanas foi desenvolvido pela equipe do CEBRAP, livro escrito para a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e patrocinado pelo Cardeal Dom Evaristo Arns (SACHS, 1999).

Com essa nova configuração marcada pela concentração de capital força de trabalho, São Paulo adquiriu características metropolitanas. Campanário e Kowarick (1994) explicam que tal *status* foi alcançado não somente porque sua feição demográfica agigantou-se ou porque houve rápida e grande extensão de sua mancha urbana, sobretudo pelo papel econômico que passou a desempenhar sobre o território econômico nacional, aprofundando as características divisão internacional do trabalho internamente à sociedade brasileira, deixando para as demais regiões metropolitanas brasileiras produzirem a partir do excedente acumulado por grandes grupos empresariais atuantes nas áreas mais dinâmicas do país, quadro que agravou as desigualdades inter-regionais, impondo às regiões mais atrasadas relações de troca em favor das áreas econômicas mais avançadas do país. Nesse sentido, Maria Adélia de Souza que:

O fato de São Paulo tornar-se um centro hegemônico do processo de acumulação no Brasil tem facilitado certa pauperização relativa nas outras regiões do país [...] revelando as condições de pauperização dos nordestinos (1994, p.26).

Na verdade, apesar de existir grande concentração de riqueza em São Paulo, não podemos inferir que sua população seja, em geral, mais rica, tão pouco que as condições de vida da população da Região Metropolitana São Paulo tenham melhorado. Muito pelo contrário, Campanário e Kowarick (1994) lembram que o modelo econômico implantado no pós-guerra, assentado na exploração de mão de obra não-qualificada, no uso pouco racional das matérias-primas e dos recursos naturais existentes, com baixo padrão tecnológico e gerencial na maioria das unidades produtivas, não somente reproduziu, como aprofundou demasiadamente o padrão do capitalismo, marcado pela acentuada pauperização da população. Salientam ainda que durante a década de 1980, a classe trabalhadora pagou o ônus do ajuste estrutural. Nesse período o salário mínimo pago na região mais rica do país decresceu, entre 1959 e 1991, cerca de 60%.

A contradição entre modernização do território e processo de periferização também aparece em Souza (1994, p.71) quando escreve:

[...] consolida-se como centro de serviço: criação de universidades, construção de prisões. Há intensa movimentação operária. Ampliam-se as periferias [...]. A cidade cresce, a população pobre é jogada para fora do centro, que se valoriza. Consolida-se um processo de especulação imobiliária, iniciado no final do século XIX, acompanhado de uma grande demanda habitacional (SOUZA, 1994, p.71).

“O território abrigará e dará novas dinâmicas ao projeto desenvolvimentista brasileiro”, já que São Paulo delineava as razões de um planejamento hegemônico e a expansão do que seria a Região Metropolitana (na década de 1970) com profundo crescimento das desigualdades territoriais (GOMES, 2008, p.36).

Acelera-se o processo de expansão do espaço construído, tanto na formação das periferias (horizontalização) quanto no adensamento e modernização dos espaços urbanos (verticalização). Há sempre, indiscutivelmente, uma modernização metropolitana: infraestrutura – água e esgoto, metrô, legislação urbana e planejamento urbano para uma parte da cidade. Amplia-se a intervenção do Estado no urbano (SOUZA, 1994, p. 27)

Distantes das áreas valorizadas, surgiram espaços que por terem baixa infraestrutura urbanística e falta de serviços básicos, como educação, saúde e saneamento básico passaram a ser designados de periferia. Era a metrópole corporativa e fragmentada estudada por Milton Santos (1990), que formada por uma rede corporativa de interesses, fragmenta-se a partir dos reflexos de uma divisão interna do trabalho, reservando a cada pedaço especificidades e funcionalidades definidas pelo capital, “[...] usos que assinalam abundância versus escassez [...] imagens que são fragmentadas, mas que são processos de um uso corporativo do território” (GOMES, 2008, p.60).

Como escreveram Xavier e Kahil, inspiradas em Milton Santos, na metrópole que se organiza para abrigar as grandes corporações, a modernização é desigual e seletiva, à medida que exclui espaços em detrimento de outros, produzindo escassez

de moradia e equipamentos de toda ordem, como educação, saúde, cultura, esporte e lazer para a população mais pobre.

A instrumentalização para adequar o meio às exigências do mercado mundial impede o investimento nas questões prioritárias para a maior parte da população. Nesse sentido,

A metrópole é aquela que exclui, segrega e fragmenta. Moderniza-se à custa das condições estruturais de pobreza. São Paulo ao mesmo tempo em que se adéqua as exigências do processo de globalização, tem uma grande parcela da população mergulhada na pobreza (sd, p. 331).

Kowarick (1997) lembra que em '*São Paulo 1975, crescimento e pobreza*', livro sobre o qual já escrevemos anteriormente (KOWARICK, BRANT, 1976) apareceu uma discussão sobre o contexto econômico fundamental para a época. Para os autores, o modelo de desenvolvimento implantado durante o regime militar e o chamado 'milagre econômico' gerava uma grande precarização das condições de vida, gerando um processo de aceleração no qual o crescimento econômico, simultaneamente, reproduz a pobreza, compreendido por Lúcio Kowarick como espoliação urbana (BONDUKI, 2001).

Porém, além de lembrar que no auge do milagre econômico com taxas de crescimento superiores a 10% ao ano, aumentavam os índices de mortalidade infantil, das condições urbanas de trabalho e remuneração, Kowarick e os outros autores de *São Paulo, 1975* valorizavam outras configurações das condições da vida urbana. Os processos de exploração do trabalho e o empobrecimento dele decorrentes continuavam centrais na interpretação sobre a metrópole, porém a problematização da reprodução da 'força de trabalho' passou a abranger questões como:

[...] custos e tempo de locomoção gastos nos transportes coletivos, precariedade dos serviços de saúde, a condição de vida nos cortiços e favelas, o acesso e permanência na escola; ou 'sobre o trabalho gratuito' realizado na construção da casa própria situada e terrenos clandestinos desprovidos de serviços básicos (1997, p.105).

Implícita já no livro '*São Paulo, 1975*', a noção de espoliação urbana é definida por uma série de exclusões e extorsões típicos da 'dinâmica de acumulação do

capital' que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, socialmente necessários, junto com o acesso à terra e à habitação (KOWARICK,1993, p.59).

O processo de formação do território paulistano, desenhado de forma desigual pela modernização seletiva, produziu pobreza e escassez pelas periferias, como denunciado '*São Paulo, 1975*'. A falta de moradia e de equipamentos públicos de uso coletivo colocou a população mais pobre numa situação que a única saída seria a luta por tudo que fora negado. As décadas de 1970 e 1980 juntas representam um período de grandes mobilizações populares. As periferias se movimentam em busca não somente dos equipamentos ausentes, mas também por um lugar na cidade e na metrópole.

1.2. Formação territorial, território e territorialidade

Em tempos nos quais muitas pessoas, inclusive pesquisadores, trabalham na esfera da subjetividade, vendo a sociedade como "líquido-moderno", conceito de Bauman (2004), marcada pela fluidez e pelo efêmero, as cartografias muitas vezes são construídas a partir das representações de cada indivíduo. Caminho no qual aparecem também processos participativos de produção de conceitos e de novas epistemologias, dentre as quais a palavra território. O conceito de território, tão caro e fundamental para a geografia, inclusive para sua institucionalização como campo autônomo de conhecimento, tem aparecido em diferentes narrativas, algumas institucionais e hegemônicas, como nos relatórios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e outras contra hegemônicas, como em movimentos sociais e de resistência, muitas vezes como um termo.

Porém, sabemos que por mais que as pessoas pensem a partir das percepções e subjetividade, a materialidade é real e objetiva. Para além das representações, existem dados muito objetivos e concretos que continuam sendo importantíssimos para explicar o mundo. Tem todo um discurso para nos fazer crer que não existem mais classes sociais, porque as relações estão cada vez mais voláteis e efêmeras, porém pensando a partir do mundo da concretude, sabemos que existem sim. Eles

não são invisíveis, existem e resistem fora das redes sociais, bem localizados na modernidade. Pesquisam e debatem e mais, desenvolvem pensamento crítico acerca das coisas e dos fenômenos. Apesar de também usarem a *internet* como um meio de comunicação, esses sujeitos procuram ver o mundo com profundidade e a partir de um sistema de valores, ultrapassando as aparências construídas pelo consumo e pela moda. E também elaboram leis. Porque no fundo, como *démodés*, acreditam na transformação e na existência de outro mundo possível.

Esses vivem num território real, desses revelados pelos números das instituições de pesquisa. Vivem a concretude de acordar cedo e percorrer longas distâncias de casa até o trabalho. Pegam ônibus, trens e metrô lotados. Muitos jovens são sobreviventes de dados reais de homicídios causados pela polícia. Enfim, não vivem dentro de um *cyber* espaço, nem na leveza das representações pós-modernas, vivem nas periferias da cidade de São Paulo, partes de um território concreto, construído historicamente.

E exatamente pela existência deste território e de sua relevância para a compreensão da sociedade, há um debate mais profundo sobre seu desenvolvimento e a sua relevância para a compreensão de diferentes processos na cidade, assim como na metrópole de São Paulo. Compreender as relações estabelecidas entre cultura e política através do estudo da atuação de Coletivos que para além das atividades desenvolvidas, articulam-se politicamente na periferia e na cidade, pede uma reflexão sobre a formação territorial, que necessariamente passa por uma reflexão pelo território.

No campo científico, o conceito de território foi originalmente elaborado por dentro das ciências naturais, mais especificamente na botânica e na zoologia, para designar uma área de domínio natural de determinada espécie vegetal ou animal. O conceito de território foi introduzido na geografia a partir do estudo comparativo de comportamento de animais, suas raízes estão nos livros 'Antropogeografia' (1882) e 'Geografia Política' (1897), obra seminal de Friedrich Ratzel²⁶, O território recriado no contexto da formação do Estado Alemão de meados do século XIX passou a representar o "espaço vital", uma parcela do espaço terrestre necessária para o

²⁶ CAPEL, Horacio. Geografia Humana y Ciencias Sociales: una perspectiva histórica. Editorial Montesinos, Barcelona, 1985. (144p.)

desenvolvimento da nação, dominada por um Estado (MORAES, 1990 e COSTA, 1992). Para além das questões materiais e de recursos, no discurso para legitimar a criação do Estado alemão, o conceito de território contribuiu para forjar identidade e consciência nacional do novo povo. Fundamentado em relações de poder e da ideia de posse e propriedade, o território ganhou contornos jurídicos e políticos, tornando-se expressão legal.

Central para a Geografia Política desde sua primeira elaboração, o conceito território ao longo da história foi tornando-se imprescindível nas análises geográficas. E apesar de não ser tão polissêmico como outros conceitos, o território também passou por intensos debates e já foi amplamente discutido por Moraes (1990, 1991, 2000, 2002, 2009, 2013), Raffestin (1993), Escolar (1992), Milton Santos (1994, 1996), Silva (1996), Santos e Silveira (2001) e Haesbaert, (2004, 2006), entre outros autores brasileiros e estrangeiros, da geografia e de outros campos científicos, especialmente na antropologia, onde o conceito aparece associado à cultura e suas subjetividades.

A perspectiva proposta por Ratzel predominou no campo reconhecido como Geografia Política Clássica até a década de 1970, quando o contexto da renovação crítica possibilitou novos debates e a reelaboração não somente do conceito de território, como da própria perspectiva da geografia. Nesse momento a ciência geográfica passava por uma intensa crise epistemológica na qual os geógrafos discutiam inclusive o quanto esse saber científico seria capaz de compreender e explicar, a partir das transformações que ocorriam na sociedade, os problemas concretos do espaço geográfico²⁷. É nesse momento que surgem diferentes perspectivas e enfoques para os conceitos de território e territorialidade.

De acordo com Saquet (2007), nascido na França em 1936, contemporâneo de Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e Henry Lefebvre, Claude Raffestin protagonizou esse novo debate sobre os conceitos de território e territorialidade afirmando que “uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes” (RAFFESTIN, 1993, p. 17), pois “[...] a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 51).

²⁷ Sobre esse momento, ler o artigo “*A geografia está em crise. Viva a geografia*” de Carlos Walter Porto-Gonçalves, trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional de Geógrafos de Fortaleza, realizado em julho de 1978, Boletim Paulista de Geografia, nº 55, novembro/1978.

A geografia política clássica é na verdade uma geografia de Estado, o que seria necessário ultrapassar propondo uma problemática relacional, na qual o poder é a chave - em todas as relações circula o poder que não é nem possuído, nem adquirido, mas simplesmente exercido (RAFFESTIN 1993, p.7).

Em 'Por uma geografia do Poder', livro que influenciou bastante a geografia brasileira, especialmente por ser única deste autor a ser traduzida no País, Raffestin (1993) criticou o fato de Ratzel definir que toda forma de poder advém exclusivamente do Estado. Para Raffestin, baseado em Foucault, o poder é multidimensional, já que a atuação do Estado convive e conflita-se com outras formas de poder, como das organizações sociais e das relações cotidianas (GALVÃO, FRANÇA, BRAGA, 2009).

O poder político é congruente a toda forma de organização. Ora, a geografia política, no sentido estrito do termo, deveria levar em consideração as organizações que se desenvolvem num quadro espaço-temporal que contribuem para organizar ou para desorganizar (RAFFESTIN, 1993, p. 18).

Na trilha para a compreensão do território e da territorialidade, Raffestin elaborou a ideia de 'sistema territorial', um conceito central composto por uma tessitura em malhas heterogêneas, formada por nós e redes, organizados hierarquicamente para estabelecer as ligações, políticas e culturais entre os territórios. Para Galvão, França e Braga, esse:

[...] o sistema é construído pelos atores e suas relações de poder, os quais produzem dinâmicas sociais que imprimem as características de cada território, determinando as limitações, mas também as transposições desses limites políticos e administrativos através das ligações em redes (2009, p. 43).

Os nós, feitos também de indivíduos ou coletivos, são vistos por Raffestin como pontos interdependentes que podem comunicar-se e estabelecer infinitas relações. Essas criam os sistemas territoriais, postos também como imagens e representações produzidas a partir dessas tessituras, revelam as relações de produção e as relações de poder estabelecidas em rede, compreendida como fluxos materiais e imateriais simultâneos, capazes de estabelecer circulação e comunicação.

A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advém do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o 'instrumento' por excelência de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

No processo de produção dos 'sistemas territoriais', que para Raffestin pode ser tanto o meio quanto o fim, as classes dominantes definem as redes e estabelecem relações de poder controlando seus pontos e dessa forma a circulação e a comunicação que podem ser no primeiro grupo, eixos rodoviários e ferroviários, e no segundo as redes de rádio e televisão.

Quem procura tomar o poder se apropria pouco a pouco das redes de circulação e de comunicação: controle dos eixos rodoviários e ferroviários, controle das redes de alimentação de energia, controle das centrais telefônicas, das instalações de rádio e de televisão. Controlar as redes é controlar os homens, é impor-lhes uma nova ordem que substitui a antiga (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Por fim, destacamos que para Raffestin, a questão das territorialidades, outro conceito fundamental para o autor, aparece no esquema T-D-R: 1) territorialização, um conjunto de relações sociais decodificadas, 2) desterritorialização, a partida e o abandono do território e 3) reterritorialização, como o retorno ao território e o restabelecimento das relações sociais, perspectiva que será resgatado pelo Rogério Haesbaert (2004, 2013).

Em uma perspectiva em consonância com o pensamento pós-moderno, Rogério Haesbaert busca um conceito de território múltiplo, visto não apenas como recurso, mas especialmente como “fonte de reconhecimento e afirmação” (2013). Para ele, o conceito que nasceu com dupla conotação, uma primeira material e outra simbólica pode caracterizar processos de identificação em uma lógica localizada numa geografia em movimento. A mesma *terra-territorium* e de *terreo-territor* (terror, aterrorizar) cria duas conotações diferentes, uma centrada na ideia de dominação jurídico-política que pode inspirar um sentimento de medo aos que não podem desfrutar daquela terra e outra versão mais positiva, marcada pelos processos de “apropriação” (HAESBAERT, 2004).

Dessa forma, para o autor, território seria:

[...] um produto de uma relação de forças, envolvendo o domínio ou controle político do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (HAESBAERT, 2006, p. 121).

Aproximando-se de Deleuze e Guattari, Haesbaert toma o conceito de poder, não somente como o tradicional poder político e econômico, mais concreto e representativo do ato de dominar, mas também no sentido mais simbólico que está no processo de apropriação realizada pelos indivíduos ou grupos que “se empoderam” através do acionamento das identidades. Nesse sentido propõe um conceito de território constituído por uma dupla face, uma funcional e outra expressiva, pois para o geógrafo nos “expressamos por meio do território que construímos” (2013), já que “um conjunto de relações sociais que reconstruiu o espaço reapropriando-se dele, refaz o homem, suas classes e seus grupos” (HAESBAERT, 2004).

Território, assim como o próprio espaço, antes de ser uma matéria estanque é um movimento, um ato. Um ato de sobrevivência ao mesmo tempo física e psíquica, material e simbólica: necessitamos tanto dominar o espaço e usufruir dele quanto, por apropriação simbólica, marcar diferenças e, por meio delas, buscar nosso

reconhecimento para além da indiferença – ou a indiferenciação dos espaços que nos impõem para viver (HAESBAERT, 2013, p. 73).

O autor parte da ideia que a territorialização apresenta-se como múltipla não somente pela possibilidade de acesso a diferentes lugares, mas pela simultaneidade de tempos vividos hoje via *internet*. Os indivíduos e grupos podem transitar em diferentes territórios e construir multiterritorialidades ou transterritorialidades, passíveis de serem cartografadas.

Esse trânsito entre territórios e culturas estabelecendo geografias em movimento (2013) já estava presente quando aprofundou o estudo sobre o esquema T-D-R, apresentado por Raffestin (1993) às noções de desterritorialização e multiterritorialidade. Para o autor, há uma ligação entre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Para além da discussão sobre a perda ou o desaparecimento dos territórios, o autor propõe discutir a complexidade tanto dos processos de construção de múltiplos territórios, como dos de (re)territorialização. Para o autor, a desterritorialização pensada de maneira individualizada seria um ‘mito’, pois se manifesta sempre em conjunto com processos de reterritorialização (HAESBAERT, 2004).

Haesbaert trata a questão a partir das ideias de territórios múltiplos e multiterritorialidade:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 344).

O autor apoia-se na chamada flexibilidade territorial do mundo “pós-moderno” na qual os mais privilegiados usufruam de uma multiplicidade de territórios a partir de

viagens e conexão em rede por vários pontos do mundo. Dessa forma considera a existência de novas articulações espaciais em rede das quais surgem territórios-rede flexíveis, nos quais é possível vivenciar essas múltiplas modalidades, de forma concomitante (mobilidade “virtual”) ou sucessiva (mobilidade física), uma “experiência espacial integrada”. Diferenciando-se dos territórios-zona contínuos²⁸.

O mais importante a destacar na nossa experiência multiterritorial “pós-moderna” é o fato de que não se trata simplesmente, como já ressaltamos, da imbricação ou da justaposição de múltiplos territórios que, mesmo recombinaos, mantêm sua individualidade numa espécie de “todo” como produto ou somatório de suas partes. A efetiva multiterritorialidade seria uma experiência profundamente inovadora a partir da compressão espaço-temporal [...] (HAESBAERT, 2004, p.12).

A realização da multiterritorialidade contemporânea envolve como condição básica a presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede, que por definição são sempre territórios múltiplos que podem conjugar territórios-zona através de redes de conexão. Assim, o autor indica que os sujeitos podem participar de múltiplos territórios ao mesmo tempo. Os artistas e produtores culturais dos coletivos culturais e ativistas e militantes de outros grupos sociais poderiam em uma mesma cidade participar de um território de morar, território para trabalhar, para estudar, para passear. Assim, construiriam territórios-zona, territórios-rede e territorialidades. E também estariam em constante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), fato que prejudicaria a formação de identidades culturais, mais comuns nos territórios-zona.

Estas concepções elaboradas por Rogério Haesbaert encontram grande adesão entre pesquisadores e cientistas de outras áreas, especialmente antropólogos e arquitetos, assim como em movimentos sociais e de resistência, contudo nestes últimos mais como um termo que como um conceito. Há uma contradição, já que muitos militantes de movimentos culturais são politicamente de esquerda, no mínimo progressistas, com formação em partidos, movimentos de base e sindicatos, com

²⁸ Sobre redes e territórios ver “O sentido da rede: notas para uma discussão” de Leila C. Dias (2007).

nítida formação marxista. E as elaborações de tendência pós-moderna partem de uma crítica as grandes metanarrativas, especialmente a marxista.

Essa perspectiva dialoga em parte com o pensamento do professor Armando Correia da Silva, por este também ser leitor de Deleuze e Guattari e considerar a existência das apropriações simbólicas do espaço. Em artigo publicado na coletânea *“Território, Globalização e Fragmentação”*, lançado pela primeira vez em 1994, reeditado dois anos depois, buscando compreender a dimensão da consciência do território, Silva (1996) escreve que a territorialidade está relacionada à ideia de posse, à condição de domínio de um grupo sobre o território que também é físico e, por isso, passível de ser conhecido. A territorialidade pode ser forjada pelo Estado e também criada pelos indivíduos que definem o “território humano”, o pedaço, a quebrada dos jovens da periferia. Assim, a territorialidade para o autor pode definir territórios em diferentes escalas, podendo ele ser da escala do corpo também.

O território humano é um pedaço, no sentido dos meninos de rua. O corpo pode ser um território e isso as mulheres conhecem milenarmente (SILVA, 1996, p. 259).

Em qualquer uma das escalas apontadas pelo autor, o território possui um aspecto físico. Por isso, conhecer o território é, inicialmente, conhecer a si mesmo, nas partes e no todo. Em segundo lugar, conhecer o território é conhecer o outro.

Outra tendência para a análise territorial foi elaborada por Antonio Carlos Robert Moraes, que motivado pela investigação da geografia histórica, apontou um novo enfoque de análise do território visto como resultado histórico da relação da sociedade com o espaço, abrindo então uma “[...] ótica de conceber a geografia como uma história territorial”. Ao percorrer esse caminho e explicitar o quadro teórico empregado, destaca o conceito de território como “espaços qualificados pela dominação política”, “jurisdições (legais, tributárias, militares ou religiosas), figuras de governo, áreas de exercício de um poder” (MORAES, 2009, p. 64). Assim, o território colonial aparece como “âmbitos espaciais de pretensão de soberania interfactuados entre as metrópoles europeias, áreas formalmente delimitadas de suposta jurisdição de uma autoridade metropolitana, de fronteira vagas ou hipotéticas” (MORAES, 2009,

p. 64). Ainda em um contexto de disputa da geografia com a antropologia pelo uso dessa categoria, Moraes (2002) esclarece que sua proposta se diferencia da elaborada pelos antropólogos, pois esses concebem essa categoria como um espaço identitário, enquanto em seus trabalhos sobre formação territorial, analisa na escala nacional, buscando a gênese dos processos de construção do território.

Moraes (2002) lembra que a geografia demorou muito tempo para diferenciar a análise de território da leitura sobre a formação territorial. Ainda que Friedrich Ratzel tenha proposto o estudo da formação dos territórios como objeto desse campo disciplinar, a geografia, durante décadas, conformou-se com abordagens estáticas, descritivas e centradas no presente. O autor destaca que tais espaços de dominação política formal suportam várias regiões no seu interior, consolidação de espaços econômicos de ocupação efetiva no território colonial. Para Moraes, o conceito de território desdobra-se em outros dois, o de “territórios usados” e de “fundos territoriais”. Dois conceitos que se complementariam na construção da história da formação territorial do país.

Moraes (2009) lembra que o conceito “território usado” foi proposto por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) que o compreendem como:

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e depois de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.96).

Porém, Moraes salienta que sua concepção não é exatamente a mesma, no seu caso, dizendo respeito às áreas efetivamente usadas.

Então, o território colonial teria áreas de ocupação efetiva, chamadas de “território usado” e reservas de espaço, regiões economicamente ainda não

apropriadas pelos fluxos da colonização que seriam qualificados pelo povoamento e/ou exploração econômica. Sintetizando, Moraes (2009) arremata:

[...] temos: o território colonial como área de soberania formal (e de administração) de uma metrópole; o território usado como as áreas efetivamente apropriadas pela colonização (os enclaves e regiões), e os fundos territoriais como reservas para a expansão futura da ação colonizadora (MORAES, 2009, p 65).

No caminho para o entendimento do que Milton Santos denominou como

[...] “relações espaço-temporais” que são ao mesmo tempo “elementos de particularização dos processos históricos, ao espacializá-los, e resultantes de determinações históricas que se materializam no espaço, os quais particularizam os lugares terrestres ao dar-lhes a marca da temporalidade dos usos sociais ali praticadas (2002, p. 63-4).

Moraes indica a superação da orientação positivista que valorizava a descrição e a caracterização do território como fato, tomando-o assim “como um acidente geográfico da superfície da Terra”, para a partir do trato sincrônico das dimensões econômica, política e cultural da vida possa-se compreender os processos sociais enquanto intervenções humanas, criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre. Aqui, para o autor, a visão na qual território pode ser entendido pelo seu processo formação supera o conceito anteriormente estabelecido por Friedrich Ratzel, em 1882.

Vindo para um período mais contemporâneo, pensamos que a cidade e a metrópole de São Paulo, consolidadas ao longo o século XX poderão ser pensadas a partir dessas concepções. São Paulo, enquanto metrópole moderna, nasceu durante um processo de industrialização, iniciado em fins do século XIX, reproduzindo horizontalmente pobreza e abandono, ausências e necessidades naquilo que denominamos na literatura, genericamente, de periferia. Seu território,

processualmente construído, é resultado histórico das experiências econômicas, políticas e culturais da sociedade e do Estado. E tal perspectiva assenta-se na concepção histórica da formação territorial apresentada por Antonio Carlos Robert Moraes (2002).

[...] o território pode ser equacionado como uma construção simbólica vinculada a um imaginário territorial. Contudo trata-se também da materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula-se uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para as formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares (MORAES, 2002, p. 74).

Por esse caminho, pensamos ser possível analisar São Paulo também a partir da perspectiva da formação territorial. Assim, como compreender as relações estabelecidas entre sociedade e território, consciência do espaço e noções de territorialidade estabelecidas a partir da materialidade.

Esse processo acirra-se durante o período da globalização neoliberal. A metrópole de São Paulo foi construída para servir à racionalidade de um projeto modernizante introduzido no Brasil no final do século XIX, intensificando-se durante o século seguinte em conjunto com o processo de urbanização que se acelerou com mais intensidade após a segunda guerra mundial, quando se iniciou o processo de globalização da economia. Os vetores modernizantes vão se fixando no território da metrópole de forma desigual, acumulando-se e enriquecendo as áreas centrais, em detrimento das periféricas que ao mesmo tempo vão empobrecendo-se. É uma urbanização corporativa, que feita para atender aos interesses das grandes corporações e de parte da sociedade, valoriza uns lugares em detrimento de outros, construindo dessa forma uma “metrópole corporativa e fragmentada” (SANTOS, 2009).

Nesse processo de urbanização corporativa, a paisagem da cidade, entendida como espaço criado é o resultado de uma dialética entre matéria e ideia, na qual as formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias (MORAES, 1991). As paisagens (elementos visíveis da construção do território) são ao mesmo tempo projeções dos homens e mulheres reais, sujeitos históricos, estímulo para novas intervenções. Na *práxis* humana, “a paisagem é ao mesmo tempo um resultado e o alimento dos projetos de produção do espaço”²⁹ (MORAES, 1991, p. 23).

Moraes (1991) lembra que para além das implicações econômicas, onde toda apropriação do espaço obedece a necessidades da produção, revelando padrões espaciais do capitalismo (MORAES, 1991, p. 23), também existem aquelas do campo da subjetividade. O autor indica que para compreendermos a questão na sua integralidade, é necessário reconhecer o “estatuto ontológico da esfera da consciência e da subjetividade, adentrando nos meandros do imaginário humano” (MORAES, 1991, p. 24). Se por um lado notamos as determinações econômicas (ligadas à tecnologia, aos materiais e às funções), também destacamos elementos manifestos na tradição, na simbologia, no estilo etc.

[...] percebe-se que o espaço produzido propicia leituras. Estas em si momentos de produção dos lugares retroalimentam o processo aos veicularem projetos e interpretações, ao realizarem a valorização subjetiva do espaço. A manifestação da consciência, que diretamente nos interessa (MORAES, 1991, p. 25).

Teríamos então o discurso sobre o espaço, em si mesmo aprendido enquanto produto histórico e cultural, a consciência do espaço diretamente ligada à compreensão do debate maior da valorização do espaço (MORAES, 1991, p. 25), pois há de se “questionar não somente a forma espacial criada (materializada), mas sua imagem no fluido universo da cultura e da política” (MORAES, 1991, p. 25). Aqui entendemos os discursos sobre os lugares tanto como reveladores da consciência do

²⁹ Moraes também esclarece que existe a ‘práxis manipulativa’, primeira leitura do espaço, vinda do manuseio dos fenômenos e das repetições no plano empírico. E a ‘práxis apropriativa’, vinda da ciência e da “consciência mais elaborada. Um produto histórico mais tardio” (MORAES, 1991, p. 28).

espaço, como elementos ativos na transformação dos espaços, vitais para compreendermos nossa época de legitimações discursivas e de veloz construção/destruição das paisagens (MORAES, 1991).

A leitura da paisagem é comum a qualquer sociedade, em qualquer época. A relação dos homens com a natureza implica níveis de percepção do meio que os abriga. A construção do hábitat necessariamente envolve projeções, pré-ideações, avaliações, enfim formas de consciência do espaço. Assim, em todo período histórico e em todo grupo humano vamos encontrar reflexões sobre o espaço ocupado. O próprio território de certa forma se define nessa autoconsciência (MORAES, 1991, p. 27).

A citação acima deixa claro que para Moraes, as pessoas, assim como a forma de agirem e se relacionarem, constroem os sentidos da territorialidade. Dessa forma, evidenciando que o conceito e a utilização do território e do espaço urbano (que também é território) estão inseridos em uma lógica na qual o modo de vida da sociedade produz e molda o espaço.

Os conceitos de território, formação territorial e territorialidade propostos por Moraes (1991, 2000, 2002) contribuem imensamente para o entendimento tanto dos processos de formação do território urbano, quanto da formação das centralidades e periferias da cidade de São Paulo. Além disto, e mais especialmente, podemos perceber como neste território urbano *“corporativo e fragmentado”* (SANTOS, 2009), grupos de trabalhadores da cultura, reconhecidos hoje como coletivos, organizam-se internamente, relacionam-se entre si, criam identidades e consciência espacial, articulam-se politicamente a partir da criação de fóruns regionais e compreendem a cidade, nas suas inúmeras contradições, criando narrativas críticas e proposições. Nestas experiências podemos ver a manutenção da totalidade, como posto por Neil Smith (2002) quando discutiu e criticou o conceito de “diferença” usado pelos pós-modernos, responsáveis por uma reflexão na qual a totalidade foi perdida.

Uma forma de se realizar a leitura sobre o processo de formação territorial também pode acontecer a partir da análise das representações cartográficas da cidade, pois os mapas, produtos de comunicação visual, imagens ou representações

gráficas de algum aspecto do mundo real, carregam por dentro da concretude de suas linhas, signos e símbolos, e certa leitura de mundo da sociedade que os construiu. Pois, os mapas são mais que objetos exatos, são documentos criados socialmente e possibilitam o encontro de novos significados, agendas ocultas e visões do mundo (HARLEY, 2005). De certa forma,

[...] os mapas revelam o mundo, tanto quanto outro documento, em termos de relações e práticas de poder, preferências e prioridades culturais. O que lemos em um mapa está tão relacionado com um mundo social invisível e com a ideologia, como com os fenômenos observados e medidos na paisagem. Os mapas sempre mostram mais que a soma inalterada de um conjunto de técnicas (HARLEY, 2005, p. 61. Tradução da autora).

Para Harley, os mapas são formas de saber socialmente construído, ou seja, carregados de intenções e consequências, são formas manipuladas de saber. Então, os mapas foram, são e sempre serão imagens carregadas de julgamentos de valor. Não havendo nada de inerte ou passivo em seus registros (HARLEY, 2005)³⁰.

Por isto, apesar de não ser a leitura privilegiada desta pesquisa, não poderíamos deixar de destacar o papel dos documentos cartográficos para a compreensão da formação do território paulistano e das periferias. Um dos documentos cartográficos mais importantes para pensarmos o território durante o final do século XIX e início do XX é a coleção de mapas e plantas publicada durante as comemorações dos quatrocentos anos da fundação da Cidade de São Paulo. A obra "*São Paulo Antigo: Plantas da Cidade*", composta por 11 plantas que representam a cidade durante o período entre os anos de 1810 e 1897, com tiragem de 3000 cópias, pode ser interpretada a partir do entendimento do contexto no qual foi criada, sem ignorar os

³⁰ Dessa forma, ler e entender um mapa passa, necessariamente, pela compreensão do contexto no qual foi criado. Com o intuito de ultrapassar a falsa dicotomia existente entre os enfoques internalista e externalista da interpretação histórica, Harley orienta que o método histórico de análise dos mapas assenta-se na necessidade de interpretá-los inseridos no seu contexto de criação, ou seja, no contexto do cartógrafo, no contexto de outros mapas e, por último, mas não menos importante, no contexto nos quais foram fabricados e usados (HARLEY, 2005). Enfim, os mapas, vistos também como metáforas do mundo, podem ser analisados.

aspectos técnicos³¹. Pois, como podemos ver no *site* do Arquivo Municipal Washington Luis.

Ao longo dos últimos 55 anos, esse conjunto de plantas históricas revelou-se muito mais do que mera curiosidade posta ao alcance do público; passou a constituir um imprescindível instrumento de pesquisa para todos aqueles que se interessam em aprofundar seus conhecimentos sobre a São Paulo do período colonial, imperial e da Primeira República. São inesgotáveis as informações que se podem extrair desses documentos gráficos: dados relativos às diferentes etapas de desenvolvimento urbano, reconstituição do traçado de antigos caminhos, determinação da posição de ângulos de tomada de velhas fotografias, identificação e datação de construções antigas da cidade, etc. (ARQUIVO HISTÓRICO, sd).

Essa produção cartográfica é um conjunto bem estruturado de documentação que fornece informações preciosas sobre a reconstituição histórica da morfologia urbana. Os mapas relacionam a expansão dos limites da cidade de São Paulo com o crescimento econômico, que segundo a apresentação do Sérgio Milliet, já se comparava ao crescimento do Rio de Janeiro, na época capital da República. Um crescimento, não por questões administrativas, mas sim pela expressão territorializada do desenvolvimento econômico de São Paulo ³². De certo modo, os

³¹ Com a proximidade da comemoração dos 455º aniversário da cidade de São Paulo, a Divisão do Arquivo Histórico Municipal (DPH, SMC), publicou em meio digital as onze plantas, já há muito esgotada. Tal iniciativa se apresenta como de suma importância, não somente porque muitos materiais cartográficos estão em estado de conservação bastante ruins, mas também porque sua edição reproduz as impressões cartográficas, publicadas em 1954, cronologicamente reordenadas, acompanhadas de informações técnicas e de cuidadosa análise das informações que eles contêm http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/

³² As onze plantas, reproduzidas e reunidas como coleção, pertenciam ao Museu Paulista, Universidade de São Paulo, sendo que dessas, três eram reproduções de plantas originais (*Planta da Cidade de S. Paulo*, de 1810, *Mapa da Imperial Cidade de São Paulo*, de 1855 e *Planta da Cidade de São Paulo*, de 1868); duas reproduções de cópias impressas (*Planta da Capital do Estado de S. Paulo*, de 1890, e *Planta Geral da Capital de São Paulo*, de 1897) e seis cópias executadas por desenhistas na primeira parte do século XX, a partir de documentos gráficos originais ou de cópias mais antigas ou ainda de exemplares impressos (*Planta da Imperial Cidade de S. Paulo*, levantada em 1810 e redesenhada com atualizações em 1841, copiada em 1915 e recopiada em 1918; *Mapa da Cidade de São Paulo e seus Subúrbios*, de data desconhecida – entre 1844 e 1847, certamente –, desenhada em 1919; *Planta da Cidade de São Paulo*, de 1841, copiada em 1861 e de novo copiada em 1918; *Carta da Capital de São Paulo*, de 1842, *Mapa da Capital da Província de S. Paulo*, de 1877, e *Planta da Cidade de São Paulo*, de 1881).

mapas contam como São Paulo passou da pequena vila à metrópole, ou como escreveu Richard Morse (1954), *“De comunidade à metrópole”*.

A produção da cartografia paulistana se enriqueceu ao longo dos séculos XIX e XX. Durante o século XIX produzida, especialmente por engenheiros militares, representa a necessidade de reconhecimento topográfico do território para a identificação dos pontos de defesa e dos recursos naturais existentes, sobretudo o abastecimento de água, das divisões e demarcações de terras, do estabelecimento dos limites espaciais da cidade e das rotas de circulação. Com o desenvolvimento comercial e financeiro, chegam ao final do século XIX, novos profissionais, entre eles os cartógrafos, topógrafos, desenhistas. Com a determinação de se estabelecerem no Brasil, passaram a trabalhar como profissionais autônomos ou como funcionários de empresas especializadas na produção de mapas e plantas para guias de ruas e almanaques de São Paulo. Nesses localizavam serviços de utilidade pública, instituições de lazer e cultura, saúde e segurança, as divisões administrativas da cidade em bairros ou subdistritos, as vias de circulação, assim como outras referências necessárias na época.

Mais tarde, durante as primeiras três décadas do século XX, a reorganização espacial e os projetos de melhoramentos públicos voltados ao saneamento e embelezamento da cidade, derivados do trabalho de companhias prestadoras de serviços públicos, principalmente para abastecimento de água e implantação de redes de esgoto, iluminação, comunicação e transportes públicos, recém-instalados em São Paulo, tais profissionais continuaram confeccionando mapas e plantas da cidade. Contudo foi no decorrer dos anos 40, durante o desenvolvimento socioeconômico e industrial, acompanhado de um crescimento físico-territorial, setores como *“Obras, Vias Públicas e Urbanismos”* desenvolvem planos e projetos urbanos, repletos de material cartográfico. Nesse momento, houve maior empenho para a implantação de sistema viário e de transportes coletivos, retificação de rios e urbanização de várzeas, implantação de praças, parques e jardins. A partir dos anos 50, a expansão territorial urbana, a necessidade de controle do parcelamento, uso e ocupação do solo, bastante associada ao planejamento urbano e elaboração de documentos cadastrais e fiscais, eleva a cartografia ao *status* de importante instrumento de gestão pública (EMÍDIO, 2009).

As plantas reunidas na coleção “*São Paulo Antigo: Plantas da Cidade*” são na sua totalidade produções do século XIX, período no qual a cartografia paulistana se enriqueceu, profundamente. Na sequência do século XX também tivemos um grande desenvolvimento das técnicas cartográficas. De maneira geral, a cartografia produzida durante o século XIX, especialmente por engenheiros militares, representa a necessidade de reconhecimento topográfico do território para a identificação dos pontos de defesa e dos recursos naturais existentes, sobretudo o abastecimento de água, das divisões e demarcações de terras, do estabelecimento dos limites espaciais da cidade e das rotas de circulação.

No caminho para a compreensão do processo de formação do território urbano da cidade de São Paulo, a modernização, motor transformador das bases da sociedade coloca-se como elemento fundamental. Entendida como progresso técnico, instala-se, num movimento dialético criado entre o subjetivo e o objetivo, imaterial e material, no território, configurando assim a produção do mesmo. As ideias de moderno, marcadas pelo desenvolvimento do conhecimento científico e do progresso técnico com grande acúmulo de inovações, funcionam como suporte ideológico para justificar e legitimar a modernização da cidade e da metrópole.

Como visto anteriormente, a produção do espaço fundamenta-se também sobre pré-ideações, sendo suas representações um resultado de uma construção intelectual e cultural (MORAES, 1991, p. 40). Estas representações acerca da relação sociedade-espaço, discursos sobre as formas espaciais, que têm implicação com a identidade de classe e de como esta construiu, valorizou e apreendeu a memória do território, muitas vezes formalizadas em músicas, livros, textos jornalísticos e literários – em romances, ensaios e poesias, podem manifestar projetos, interesses, necessidades e utopias (MORAES, 1991)³³.

³³ Essa perspectiva também baseou as pesquisas sobre a história da geografia quando foi necessário ultrapassar os limites da ciência acadêmica e trabalhar com um universo maior, capaz de permitir a ampliação de um objeto restrito ao campo da geografia institucionalizada para outro que conseguisse abranger visões geográficas criadas e divulgadas por determinada sociedade. Trabalhar com as ideologias geográficas não se restringe apenas aos textos produzidos sob o rótulo da geografia institucionalizada, ou seja, no interior da geografia acadêmica ou da disciplina escolar. Como lembrou Marcelo Escolar (1996).

Na história social do pensamento geográfico pode ser uma história do discurso acadêmico, de certas perspectivas teóricas e suas articulações, de estratégias protocolares, de práticas corporativas e políticas etc., mas também pode ser, uma vez que seja fundamento ideológico e proposta de legitimação científica institucionalizada, a história da organização estatal (nacional) do território. Uma

Como nosso objetivo principal envolve os coletivos artísticos e culturais das periferias, nos interessa agora compreender como no processo de formação territorial formaram-se as periferias urbanas no município de São Paulo. E também entender como a formação territorial da cidade e, posteriormente, da metrópole é resultado de um processo de sucessivas periferizações, criando, incorporado e pondo a periferia em constante movimento e formação.

Mais à frente buscaremos, na conjuntura concreta do território paulistano, respostas para outras perguntas mais específicas: Os sujeitos políticos, artistas militantes de coletivos culturais, são conscientes das condições do território? Existe um sentido de territorialidade? Quais as leituras sobre o território sobressaem entre os coletivos? Há uma leitura hegemônica? Quais influenciaram as representações acerca do território? E se essas leituras são capazes de orientar a produção o território.

CAPITULO 2. A 'PAULICEIA DESVAIRADA' E A ETERNA FORMA DE NEGAR A PERIFERIA

A reedição da relação contraditória do antigo/moderno, assim como foi barbárie/civilização durante a passagem do século XIX para o XX, dualidades com o velho que devem ser ultrapassadas e abandonadas, repetidas vezes com a modernização, continua sendo vista como caminho possível a ser trilhado, um inevitável percurso, apresentado como projeto único pelas classes hegemônicas. No Brasil, essa suposta inevitabilidade aparece associada ao par dialético passado/futuro que ao longo da história foi sendo repetido diversas vezes, praticamente como um mantra. Civilização, Modernização e Globalização. As palavras mudam, mas a ideia central permanece a mesma. Novos projetos de país foram implementados, sempre conservando alguns aspectos políticos e ideológicos do passado. No Brasil, um passo à frente em relação às tecnologias e às técnicas nunca significou a substituição de uma palavra pela outra, de um significado pelo outro, do passado pelo presente, muito pelo contrário, muitas vezes o antigo apareceu como suporte necessário para o novo.

Durante a construção da São Paulo como metrópole moderna, projeto da burguesia industrial em formação, foi reeditado o par dialético antigo/moderno, porém desta vez, o discurso e a ideologia do progresso, baseados no industrialismo, tomaram formas espaciais bastante evidentes. Em conjunto com a centralidade estruturada a partir da instalação das fábricas e da criação de uma área de comércio e de prestação de serviços, formaram-se as periferias. E a cidade, lugar do universal e da vanguarda, contrapõe-se ao atraso das periferias, lugar de moradia dos trabalhadores, da precariedade e da pobreza³⁴.

Na passagem do século XIX para o XX, a cidade de São Paulo entrou em um acelerado processo de urbanização, deslocando o eixo da economia brasileira do Rio de Janeiro para São Paulo. Nesse período, o Rio de Janeiro destacava-se por liderar a indústria nacional, enquanto São Paulo ainda era uma cidade menos urbanizada que o Distrito Federal. Sabemos que nesse momento, na cidade ainda

³⁴ É importante salientar que apesar de sabermos que o processo de metropolização surgiu no Brasil atrelado à industrialização, estudiosos traçaram diferentes periodizações. Para [...] Langenbuch (1971); Reis Filho (1978); Saia (1963); Silva Bruno (1954) e Morse (1970), entre outros-, o marco do processo de metropolização em São Paulo se situaria entre 1915 e 1945. Para Reis Filho (1978), entre 1920 e 1940 ocorreram as primeiras transformações tecnológicas de importância do País, aliadas ao desenvolvimento industrial. Para Saia (1963), a metropolização em São Paulo se dá entre 1929 e 1945; já Langenbuch (1971) vai distinguir dois momentos: o início da metropolização, entre 1915 e 1940, e a grande metropolização recente, a partir de 1940 (SOUZA, 1994, p.49).

persistiam formas arcaicas de produção, como, por exemplo, o bonde puxado por burros, a iluminação a gás e manufaturas com trabalho manual. Apesar de já existir energia elétrica, através da Companhia Água e Luz, seu uso abrangia poucos espaços da Cidade, a energia a vapor ainda era comum³⁵.

Embora o seu ponto de partida, em relação ao Rio de Janeiro, tenha sido muito mais modesto, São Paulo entrou no processo de urbanização inaugurando uma nova etapa de modernização à medida que foi incorporando as mudanças tecnológicas criadas durante a Segunda Revolução Industrial, a revolução científico-tecnológica. Nesse período, a cidade de São Paulo viveu a introdução de novas tecnológicas como, por exemplo, ferrovias, telégrafo, telefone e eletricidade, entre outras, assim como investimento de capital estrangeiro, especialmente inglês. A ingerência de países centrais interessados em ampliar suas áreas de influência era um fato importante (BELO, 2006), porque como afirma Sevcenko “(...) não basta, entretanto, às potências incorporar essas novas áreas [antigas e novas colônias] às suas possessões territoriais; era necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais de modo a instalar-lhes os hábito e práticas de produção e consumo conformes ao novo padrão da economia de base científico-tecnológica” (1988, p. 12-13).

³⁵ Para Saes (2004), o estabelecimento da The São Paulo Light and Power Company Limited na capital paulista é um marco fundamental dessa modernização. Autorizada a funcionar no Brasil em julho de 1889, a empresa que se instalou, inicialmente em São Paulo, para conceder energia para o movimento dos bondes elétricos, acabou expandindo seus negócios. Em pouco tempo, a Light adquiriu o controle acionário da São Paulo Gás Company (1912), constituiu a The Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company (1916). “Não é exagero afirmar que desde então, exceto pelo serviço de água e esgoto, sob responsabilidade do governo do Estado, os serviços públicos urbanos da Capital haviam sido monopolizados pela Light [...]” (SAES, 2004, p. 228).

Sua expansão deu um novo impulso à indústria paulistana que nessa época começava a usar cada vez mais a eletricidade como fonte de energia. Vejamos alguns exemplos de empresas da Capital em dados de 1907. Fiação e tecelagem: Regoli e Crespi: 610 operários, Companhia Industrial de São Paulo: 500 operários, F. Matarazzo & Cia – Fábrica Mariângela: 450 operários, Companhia Nacional de Tecidos de Juta: 1500 operários; Calçados: Elias Farhat & Irmãos: 450 operários, Coelho da Rocha & Cia.: 500 operários, Clark Ltd.: 300 operários; Cerveja: Companhia Antártica Paulista: 362 operários; Chapéus: M. Serichio & Cia.: 205 operários; Fundição: Companhia Mecânica e Importadora: 353 operários, Lidgerwood & Co.: 206 operários, Moinho de Trigo: F. Matarazzo & Cia.: 200 operários; Fósforos: Companhia Nacional de Fósforos de Segurança: 600 operários; Material de Construção e papel: Companhia Melhoramentos de São Paulo: 308 operários, Jácomo Cresta & Cia.: 220 operários, Companhia Progresso Paulista: 145 operários; Vidros e Cristais: Vidraçaria Santa Marina: 408 operários, Dr. Manoel Silva: 186 operários, Conrado Sorgenitch: 102 operários (SAES, 2004).

Uma consequência, talvez a mais importante, desse processo foi o surgimento da metrópole paulistana que, naquele momento, modernizava-se com a consolidação de uma base territorial composta por redes de transporte (ferrovias e posteriormente rodovias), comunicação (telégrafo e telefone) e também financeira, cujo objetivo principal era sua adequação às necessidades da incipiente indústria e dos grupos que as controlava [...]. Observa-se, portanto, a incorporação da técnica ao território possibilitando o desenvolvimento industrial e a integração nacional, que somente em meados do século XX começaria a se consolidar (BELO, 2006, p.12).

As primeiras manifestações da atividade industrial e a formação da classe operária na província de São Paulo aconteceram a partir do final do século XIX, em muito ligada aos processos de transformações da expansão e das necessidades da economia cafeeira e à extinção do tráfico interno de mão-de-obra escrava. Com o desenvolvimento nos sistemas de transportes e serviços portuários, especialmente da ferrovia, houve um avanço da economia de exportação de café e com isso um significativo acúmulo de excedente, o que acabou constituindo um núcleo de trabalhadores no setor de serviços. Durante a crise do sistema escravagista, aumentavam as relações mercantis, especialmente, na capital que se definia como centro urbano distribuidor de produtos e serviços (FAUSTO, 1977).

Com o final do sistema escravagista e a mudança na divisão social do trabalho, a cidade de São Paulo começou a crescer em ritmo mais acelerado. O crescimento mais significativo iniciaria-se entre o período de 1872 a 1886, quando cresceu 52%, elevando a população de 31.385 para 47.697 habitantes. Já entre 1886 e 1890, cresceu 36%, passando de 47.697 para 64.934 habitantes. Mas, o grande crescimento nesta virada de século aconteceu entre 1890 e 1900, quando a população passou de 64.934 para 239.820 habitantes.

Em 1890, São Paulo era a quinta maior cidade brasileira, atrás do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. No início do século XX chegou ao segundo lugar, mas apesar de ter registrado um crescimento de 268% de crescimento, ainda estava muito longe dos 688.000 habitantes da capital federal (SINGER, 1968, FAUSTO, 1977). Neste momento a cidade de São Paulo despontava como um centro urbano, no qual já existiam algumas fábricas e uma diversidade de serviços e comércio,

caracterizando assim o surgimento uma nova divisão social de trabalho, incluído a nascente classe operária.

O crescimento da cidade deveu-se não só à sua consolidação como grande mercado distribuidor, mas também ao influxo da massa de imigrantes. Apesar da escassez de dados, há indícios de que imigrantes subvencionados, ou não, permaneceram na cidade, onde as oportunidades de ascensão eram maiores. É provável também que o fluxo rural-urbano no Estado tenha ocorrido já na última década do século, logo após o fim dos primeiros contratos de formação de café. Seja como for, a afirmação da Capital como centro integrador regional se deu à medida que as relações capitalistas de produção se estenderam, intensificando a divisão do trabalho e o consequente crescimento do pequeno comércio, da classe média profissional ou burocrática, dos primeiros núcleos operários [...] (FAUSTO, 1977, p. 18).

Nessa época começaram a surgir os bairros operários e em função da sociedade de classes, um território assimétrico, já que enquanto a massa de imigrantes morava nos bairros de várzeas, próximo das fábricas, onde os terrenos tinham preços mais baixos, surgiram bairros residenciais nos lugares mais altos estendendo-se até o espigão onde está a Avenida Paulista. Os bairros do Brás, Bom Retiro e Mooca surgiram para receber as novas fábricas e seu operariado (ROLNIK, 1997). Assim, nasceram em São Paulo, à classe trabalhadora e o seu lugar de trabalho e moradia. Os operários foram morar próximos das fábricas, localizadas onde os terrenos e aluguéis eram mais acessíveis.

A industrialização impulsionou a urbanização e a cidade cresceu acompanhando os leitos dos rios e as linhas de trem. A falta de interesse pelos terrenos marginais às ferrovias como local de residência favoreceu a indústria que os adquiria a baixo custo para a instalação de estabelecimentos fabris (PETRONE, 1958).

Assim, surgiu uma nova paisagem em São Paulo, assim descrita por. Pasquale Petrone:

Dentro do perímetro urbano, em zonas como o Brás, a Mooca e o Belenzinho observa-se um ininterrupto suceder de pequenas habitações, quase sempre térreas e sem nenhum jardim à frente, geralmente geminadas (duas a duas, quatro a quatro), todas mais ou menos iguais, de estilo pobre ou indefinível. Estendem-se assim, em sua monotonia e em sua humildade, em filas intermináveis, que chegam a ocupar quarteirões inteiros. No meio delas, porém surge de quando em vez a pesada e característica fachada de uma fábrica ou, então, pequenas oficinas ou fabriquetas (PETRONE, 1958, p. 105).

Langenbuch (1971) indica, ao comparar duas plantas da Cidade – uma de 1897 e outra de 1914 – novos arruamentos em áreas mais distantes como, Vila Mariana, Vila Clementino, Vila Prudente, Ipiranga, Penha de França, Pinheiros e Nossa Senhora do Ó, Vila Tietê (Casa Verde), Saúde, Lapa e Vila Leopoldina. Outro indicativo desse crescimento também estava no desenvolvimento do ramo da construção civil. A movimentação dessa atividade, voltada não somente para a construção de obras públicas e de palacetes, monopolizadas na época pelo escritório de Ramos de Azevedo³⁶, como também na construção de residências de padrão menos luxuoso e de estabelecimentos comerciais mobilizava um grande número de engenheiros, empreiteiros e trabalhadores da construção civil³⁷.

Durante a década de 1920, a indústria de São Paulo deu um grande salto ao implantar um novo centro produtor de bens de capital e de insumos mais complexos, diversificando a produção de bens de consumo, como no caso da indústria têxtil³⁸. É

³⁶ O escritório de Ramos de Azevedo foi responsável pela construção dos edifícios da Escola Caetano de Campos (1892-1894), na Praça da República; da Escola Politécnica (1895), onde hoje está o Arquivo Histórico Municipal e o Centro Paula Souza; do Theatro Municipal (1903-1911); do Liceu de Artes e Ofícios (1897-1900), onde hoje está a Pinacoteca, Parque da Luz; o Portal do cemitério da Consolação (1902); o Liceu Pasteur (1903); o Palácio das Indústrias (1911-1924), no Parque D. Pedro; o grupo Escolar Rodrigues Alves (1919), do Mercado Municipal da Cantareira (1922 -1933), entre outros.

³⁷ A expansão da Cidade e a transformação do espaço urbano puderam ser confirmadas pela ação da própria Prefeitura de São Paulo. Nesse período os prefeitos Antonio Prado (1899-1910) e Barão de Duprat (1911-1914) promoveram amplas intervenções na Cidade. O primeiro, além de ter construído o Theatro Municipal, instalou o bonde elétrico, abriu, retificou e pavimentou várias ruas, como a XV de Novembro e Álvares Penteado, reformou praças e ampliou a rede de saneamento. O segundo, Raimundo Duprat abriu a Avenida São João, construiu o Viaduto Santa Ifigênia e promoveu o saneamento e urbanização da Vale do Anhangabaú (SAES, 2004).

³⁸ É sintomática a situação da indústria de fiação e tecelagem, um dos ramos principais do parque industrial nacional no começo do século. Em 1905, o Distrito Federal possuía 10 estabelecimentos, com 209.200 fusos, 7.360 teares e 8216 operários. O estado de São Paulo com 18 estabelecimentos, com 110.996 fusos, 3.907 teares e 6.269 operários. Como podemos perceber no Rio de Janeiro era maior o número de teares e fusos por operário empregado. Já em 1915, a situação inverte-se já que o Rio de Janeiro tem 23 estabelecimentos e São Paulo 51. O Rio de Janeiro tinha 338.326 fusos, 11.562

importante notar que o crescimento da indústria paulista (taxa média anual de 6,6%) é superior aos do resto do País (em torno de 3,4%). Surgiu então uma série de indústrias de bens de produção, como mecânicas, metalúrgicas e fundições, assim como fábrica de motores, aparelhos elétricos, equipamentos para a indústria têxtil e açucareira e as empresas laminadoras de metal. Além de mudanças e adequações para melhorar o controle da produção de tecidos de fibras artificiais e sintéticas, com a fabricação de fios de *raiom* (SOUZA, 1995).

Kowarick lembra que para além das inovações tecnológicas e racionalização dos processos produtivos, a incorporação cada vez maior da massa de trabalhadores também foi fundamental para as transformações da cidade (KOWARICK, 2009). O crescimento da cidade e do excedente de mão-de-obra resultou do grande influxo da massa de imigrantes. Neste período, desde o final do século XIX e, especialmente, entre 1918 a 1922, a cidade que havia passado por um processo de industrialização cresceu também através da mobilidade de trabalho. A população italiana da capital, aproximadamente 70.000 pessoas, era composta na sua maior parte de indivíduos recém-chegados e de operários já estabelecidos.³⁹

teares e 16.045 operários e São Paulo 378.138 fusos, 12.743 teares e 18.338 operários. Nesse mesmo ano, em termos absolutos, São Paulo ultrapassou o Rio de Janeiro (SINGER, 1968).

³⁹ Mas, vale lembrar que essa complexização da indústria é anterior, como explica Saes (2004). Para a autora, o Recenseamento de 1920 trouxe dados que confirmavam certo crescimento da indústria em período anterior, pois mostravam que os estabelecimentos industriais fundados entre 1915 e 1919 (5.936) correspondiam a quase 45 % do total dos estabelecimentos em funcionamento em 1919 (13.336). Ainda segundo a mesma autora, essa também era a proporção verificada para o Estado de São Paulo: de 4.145 estabelecimentos industriais excedentes na época do censo, 1.867 havia sido fundados entre 1915 e 1919, ou seja, no período anterior já tinha ocorrido um grande crescimento industrial, isso porque havíamos passado por um período de substituições de importações por conta da crise desencadeada pela Primeira Guerra Mundial. Assim, alguns ramos, a exemplo dos frigoríficos e das usinas de açúcar, voltados à exportação se beneficiaram muito. A fábrica de carruagem Grassi, fundada em 1904, a partir de 1910 passou a montar carrocerias de ônibus sobre chassis importados. Mais tarde, já década de 1920, passou a fazer carrocerias de caminhões para a Ford e para a *General Motors*. Antes de 20 também existiam duas indústrias de papel: Melhoramentos e Klabin, que fundadas em 1910, expandiram sua capacidade de produção nos anos 20. Quando chegamos em 1920, o Brasil já possuía um setor tradicional consolidado com uma significativa indústria têxtil (fiação e tecelagem de algodão, juta, lã), calçados, chapéus, moagem de trigo, cerveja, fósforos, fundição de açúcar (essa no interior) consolidada. Além de empresas de móveis, confecções, serrarias, massas e vidro (SAES, 2004).

Mapa 1 Área Urbanizada 1882/1914⁴⁰

Área Urbanizada 1882/1914

Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa.
 Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003.
 Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro

⁴⁰ <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php> Acesso em 15 de outubro de 2016.

Enquanto os patrões reorganizavam a fábrica e redefiniam os procedimentos de disciplinamento e controle do trabalhador, apoiados nas noções da ciência, da técnica e do progresso, marcas da modernização, os trabalhadores resistentes ao projeto de construção da nova fábrica mostram o outro lado da metrópole em formação. Os trabalhadores que viviam em condições muito precárias, em completa promiscuidade, dividindo acomodações com outras 30 ou 40 pessoas, em cortiços dos bairros do Bom Retiro, Bixiga e Brás, intensificavam as formas de resistência pelo controle do processo de trabalho (RAGO, 1997).

No Largo da Memória, na Ladeira dos Piques, na Rua da Consolação e em várias ruas desta florescente Capital, são inúmeros os casarões abrigando durante a noite centenas de pessoas sem luz, sem ar e que fazem durante o dia a cozinha em alcovas escuras, por meio de fogareiros volantes envenenando ainda mais a esta atmosfera, já deletéria e pernicioso [...] A dimensão reduzidíssima da moradia operária, a escuridão e a umidade dos compartimentos nauseabundos, a exiguidade dos quartos de dormir, a utilização comunitária de tanques e latrinas, o fedor exalado pela merda acumulada nas fossas ou nos latões, o convívio promíscuo de pessoas e de animais nos mesmos espaços assustam as exigências dos sentidos refinados das classes privilegiadas (RAGO, 1997, p.166).

O que de fato surgiu como novidade na década de 1920 em termos de industrialização foram ramos voltados, não mais para bens de consumo correntes, como, por exemplo, tecidos, calçados, alimentos e bebidas, mas sim a insumos industriais e aos primeiros bens de consumo duráveis. Na década de 1920, surgiram a Companhia Brasileira de Cimento Portland em Perus; no ramo de fundição, a Fábrica de Aço Paulista, no bairro da Mooca, e ampliando a produção de aço, a Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia em São Caetano. Nesses mesmos anos se consolidou a produtora de elevadores Pirie & Villares (primeiro Elevadores Atlas, depois Indústrias Villares). Temos ainda a indústria de máquinas, como, por exemplo, agrícolas, algumas situadas no interior (Dedini e Romi), outras na Capital, especialmente de teares e máquinas têxteis (Ribeiro e Andrighetti). Para além dessas, algumas empresas automobilísticas instalaram montadoras em São Paulo, como, por exemplo, a Ford (1919), a General Motors (1924) e a Internacional Harvester (1926). A fabricação de *raiom* foi iniciada pelo grupo Matarazzo em 1924, numa fábrica

localizada em São Caetano do Sul (SAES, 2004). Sobre isso Maria Adélia de Sousa esclarece que fica

[...] evidente que desde então o capital nacional se defronta com o internacional, nos setores que implicavam grandes investimentos, riscos empresariais e problemas com patentes internacionais: montagem de veículos da indústria química e farmacêutica. Compete à Ford, à GM, à Philips e à Rodhia ingressar e produzir. Internacionalizar-se o capital e o espaço. Introduz-se a modernidade (SOUZA, 1995, p. 66-67).

Com a diversificação dada pela fabricação de novas mercadorias e certa sofisticação das mesmas, São Paulo passou também por um enriquecimento e diversificação do setor comercial. Entre 1900 e 1930, houve progressiva substituição do vapor pela eletricidade; fazendo surgir nas lojas novos equipamentos como o rádio, o gramofone e a máquina de fotografar, mudando o cotidiano das classes que podiam acessar tais aparelhos. Mudanças, essas que refletiriam não somente no crescimento do sistema bancário e no surgimento de entidades associativas dos setores empresariais, mas também no crescimento da venda de produtos como materiais elétricos e ferragens; artefatos de borracha; veículos, peças e acessórios, combustíveis e lubrificantes, também no comércio da Cidade com a diversificação da oferta e o aumento dos estabelecimentos comerciais.

Símbolo dessas mudanças, Mappin Store, em 1919, apenas 6 anos após se estabelecer na rua XV de Novembro, transferiu-se para um prédio de grandes dimensões na esquina da rua Direita com a São Bento, em frente à futura praça do Patriarca (...); a rua Direita abrigava o comércio de tecidos finos: além da já referida Casa Alemã, a Casa Hasta e as Casas Brasileiras de Seda. A Singer Sewing Machines já havia instalado, em 1906, uma loja em São Paulo para venda de suas máquinas de costura. As grandes fábricas de automóveis passaram a ter representantes na Cidade. Em suma o comércio teve que se adaptar aos novos padrões de consumo. Uma estatística geral do número de estabelecimentos do comércio de mercadorias na Capital mostra o avanço de novos ramos (SAES, 2004, p. 38-39).

Para além de movimentação cultural capaz de criar, sob a ótica e a estética modernista, um discurso sobre a modernidade, e um mercado consumidor para os novos produtos, o projeto de desenvolvimento de São Paulo esteve ligado à perspectiva de modernização, não somente dos equipamentos e da estrutura urbana, como do sistema produtivo vigente. Ao se afastar da crise do café e, consequentemente, do antigo modelo agrário-exportador, a classe dirigente preparou-se para defender um projeto de industrialização. Tal perspectiva só alcançou condições de existência a partir do apoio do presidente Getúlio Vargas, pois ao longo de seu governo foram lançadas as bases para a construção da metrópole que emergiria após a Segunda Guerra Mundial. Essa fração da burguesia em formação buscava tanto o progresso material e econômico quanto cultural e intelectual⁴¹.

Em São Paulo, especialmente após a gestão do prefeito Prestes Maia (1939-1945), um modelo de desenvolvimento baseado na realização de obras públicas acabou se consolidando. O projeto, fundamentado no sistema rodoviarista e expansionista, apresentado no Plano de Avenidas de Prestes Maia, criou um conceito de cidade a partir da circulação de automóveis. Sua principal ênfase era a constituição de um sistema viário que combinava a implantação de um perímetro de irradiação com um conjunto de avenidas radiais e perimetrais. As avenidas radiais faziam a ligação com os bairros periféricos e o sistema perimetral se articulava com as avenidas radiais, constituindo assim as bases para uma progressiva expansão territorial da cidade. Nesse sentido, a gestão de Prestes Maia significou a superação de um urbanismo de orientação estética e sanitarista que havia marcado o início do século 20.

Nesse momento, as iniciativas pública e privada voltaram-se para um projeto único, onde a recém-formada burguesia industrial preparava um projeto de desenvolvimento econômico voltado para a indústria e a administração pública implementava uma série de melhorias urbanas capazes de qualificar a cidade como moderna⁴². A necessidade de substituir importações, gerada primeiro pela crise produzida durante a Primeira Guerra Mundial, depois pela crise da economia cafeeira, criada pelos reflexos da quebra da Bolsa de Nova York (1929) deu grande impulso ao

⁴¹ As décadas de 30 e 40, período de aprofundamento do processo de industrialização e urbanização, foram marcadas por um forte traço de racionalização e montagem institucional. Em São Paulo, especialmente após a gestão do prefeito Prestes Maia (1939-1945), um modelo de desenvolvimento baseado na realização de obras públicas acabou se consolidando.

⁴² Sobre o tema modernidade e São Paulo ver FRÚGOLI (1995).

desenvolvimento industrial, “logo incorporado como nova fonte do imaginário republicano e alternativa para os anseios de progresso” (SEVCENKO, 2004, p. 38).

Nesse período, ainda podemos dizer que as centralidades de atividades culturais e políticas convergiam-se na Capital Federal. No Rio de Janeiro ainda estava a maior concentração de instituições federais de comunicação e ensino, parte significativa da grande imprensa, das rádios, da produção musical, cinematográfica e teatral do país. Por outro lado, em São Paulo, a camada da burguesia urbana mais esclarecida via-se às voltas com a iniciativa de criar instituições de ensino como, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Escola de Sociologia e Política e a Pontifícia Universidade Católica, construir um pensamento nacional em defesa dos interesses locais, para capacitar uma mão-de-obra que atendesse as demandas da nascente industrialização (GAMA, 1998). Nos anos 40, já aconteciam muitos eventos culturais na cidade, multiplicavam-se os museus e as salas de cinemas e de teatros. Construía-se um território para o estabelecimento da cultura de massa.

Em 1950, o papel econômico central do estado de São Paulo e, mais especialmente de sua capital, ampliou-se demasiadamente devido à criação de muitos estabelecimentos fabris durante a década, especialmente com grandes fábricas de material elétrico, transportes, automobilística e comunicações, como, além disso, caracterizam-se pelo desenvolvimento qualitativo representado pela mecanização e novas tecnologias.⁴³

A relevância econômica do Estado de São Paulo e de sua capital continuou a ampliar-se devido ao desenvolvimento industrial, podendo-se dizer que a década de 1950 foi aquela em que se criou o maior número de estabelecimentos fabris no Estado, em termos absolutos. A grande importância do processo decorre da transformação qualitativa ocorrida no parque industrial. Até então predominara a indústria leve, principalmente os setores têxtil e alimentício. Daquele momento em diante, boa parte

⁴³ Nesse momento, o setor industrial, com 24.519 estabelecimentos fabris e 484.844 operários, constituía-se como principal gerador de renda bruta do estado, participando com 33,2% sobre o seu total. Dados sobre o setor da indústria entre 1940 e 1970 mostram um aumento substantivo do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado. É expressiva a industrialização de municípios como Santo André, São Bernardo, Diadema, Mauá, São Caetano e Osasco e a consequente concentração de indústrias mais modernas e produtivas. Enquanto na capital estavam os ramos mais tradicionais (têxteis, vestuário e calçados, alimentares e produtos metalúrgicos), nos municípios onde existiam melhores condições como terrenos grandes, planos e baratos e vias de transporte mais adequadas, como rodovias e ferrovias, como o caso dos que formam ABCD paulista, instalaram-se os novos ramos, especialmente o automobilístico.

das fábricas que se instala será de material elétrico de transportes e comunicações; além disso, caracteriza-se pelo grande porte e pela mecanização (QUEIROZ, 2004, p.46-47).

Ainda que a miséria não estivesse aos olhos de todos, a cidade que já tinha atingido a população de 2,7 milhões de pessoas contribuía para a expansão dos subúrbios. Enquanto o centro exibia sinais do progresso com melhoramentos urbanos, à população de baixa renda restavam as favelas, cortiços e bairros distantes, resultado da chamada crise de habitação, que na verdade fazia parte do negócio e da lógica de acumulação, que se estendia desde a década de 1940 e geraria o modelo expansão da cidade baseado na tríade loteamento periférico, desejo de ter uma casa própria e autoconstrução (BONDUKI, 1998). Nasceram novas centralidades, pois os bairros afastados, como Santana, Pinheiros, Penha e Lapa, passaram funcionar como subcentros comerciais.

Então, surgiu uma modalidade de formação territorial e produção do espaço urbano complementar às iniciativas anteriores, espraiando-se progressivamente em direção às áreas que mais tarde seriam consideradas como periferias. Nesse momento, a quase totalidade da população operária e de classe média, assim como o comércio, os prestadores de serviço e indústria distribuíam-se orientados pelos caminhos dos trilhos bonde e trem, transportes da época.

Depois de todo o debate sobre saúde e higienização das pessoas e lugares, da criação de áreas segregadas e habitadas por classes sociais específicas, tudo fundamentado num processo de normatização do território urbano, surgiu o chamado “padrão periférico”. Esboçado na década de 1930 e consolidado nos anos posteriores, esse novo padrão estabeleceu-se a partir da existência dos loteamentos ‘clandestinos’ e na técnica da autoconstrução da moradia, pois as famílias usavam o tempo de descanso, normalmente os finais de semana, para construir suas casas (KOWARICK, 2009).

A substituição dos bondes elétricos pelos ônibus foi fundamental para a consolidação do “padrão periférico” de produção do território, pois ampliou linhas e percursos que passaram a chegar a áreas cada vez mais distantes, permitindo que o trabalhador pudesse morar nesses lugares. A introdução desse novo meio de transporte mudou a estrutura do território, descaracterizando o “padrão concentrado e concêntrico”, produzido pelos bondes e suas linhas com percursos menores

(KOWARICK, 2009).

Os bondes elétricos que a rigor começaram a circular em 1897, tiveram em 1900 chegavam apenas aos bairros da Barra Funda, Vila Buarque e Bom Retiro ⁴⁴. Contudo, apesar dos números, sabemos que as linhas não chegavam aos lugares mais distantes, fato que contribuiu para uma limitação do surgimento primeiro dos subúrbios (MARTINS, 2001), depois das periferias. Esse crescimento acontecerá somente com a introdução das linhas de ônibus com maiores percursos. No mapa a seguir, podemos observar o avanço das linhas de bonde e as fronteiras do território da cidade. Ver abaixo o Mapa Cidade de São Paulo com as linhas de bondes e ônibus em 1929

⁴⁴ Mesmo com a instalação dos bondes elétricos os bondes de tração animal continuaram sendo usados durante um tempo. Na mesma época também existiam as linhas a vapor que ligavam o centro a Santo Amaro e Cantareira.

Mapa 3 Cidade de São Paulo com as linhas de bondes e ônibus em 1919

Acervo: Fundação Energia e Saneamento

Como escreveu Rolnik, com o pneu que pôde levar para lugares antes inacessíveis, a cidade deixou de ser compacta para ser espalhada. A realidade agora não era mais a de moradias operárias próximas às fábricas, o trabalhador construtor de sua própria casa nas periferias, percorrendo grandes distâncias para chegar aos locais de trabalho nas centralidades. Enquanto isso, o centro/sudoeste em processo de verticalização, consolidava-se como polo privilegiado de centralidade com os principais centros de comércio e serviços (ROLNIK, 2001).

Segundo Lúcio Kowarick (2009), a consolidação do padrão de autoconstrução, já volumoso nos anos de 1940, foi efetivada em decorrência de três processos. Em primeiro lugar tivemos uma modernização no sistema viário, realizada a partir da implantação do Plano de Avenidas de Prestes Maia (1939). Por outro lado, tivemos a substituição dos bondes pelos ônibus que apesar de ter sido lenta, foi “fator básico para a multiplicação dos ‘bairros populares’ que, em 1950, já congregavam quase 40% dos moradores de São Paulo em casa própria” (KOWARICK, 2009, p. 164). E em terceiro lugar, a crise habitacional provocada pela Lei do Inquilinato (1942) que cessou a construção de casa de aluguel e provocou muitos despejos, cerca de 10%. Burgos (2016), Langenbuch (1968) e Martins (2001) nos ajudam a compreender melhor esta questão, pois durante o período entre 1940 e 1970, o processo de formação territorial, baseado nas sucessivas periferizações, baseou-se no binômio loteamento-ônibus (LANGENBUCH, 1968), ideia semelhante a outro binômio, o subúrbio-estação (MARTINS, 2001). Essa relação da mobilidade estabelecida pelo processo de ocupação do solo urbano aconteceu como decorrência da própria mobilidade do trabalho. Como podemos observar nos mapas a seguir, nesse período entre 1940 e 1970, houve uma intensificação do processo de ocupação em direção às periferias.

Mapa 4 Área Urbanizada 1930/1949⁴⁵

⁴⁵ <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php> Acesso em 15 de outubro de 2016.

Mapa 5 Área Urbanizada 1950/1962⁴⁶

⁴⁶ <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php> Acesso em 15 de outubro de 2016.

Mapa 6 Área Urbanizada 1975/1985⁴⁷

⁴⁷ <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php> Acesso em 15 de outubro de 2016.

Mais uma vez o poder público cooperou com um processo de ocupação das áreas mais distantes, pois mesmo sabendo da clandestinidade das construções não delimitou o processo, pois agiu de maneira corporativa com os empresários. O processo que orientou a criação das periferias esteve intimamente ligado ao rebaixamento dos salários, já que na periferia, onde os trabalhadores construíram suas próprias casas, a reprodução da vida tinha um custo menor. Dessa forma, a periferia e o periférico não estavam excluídos, muito pelo contrário, estavam inseridos em um projeto. Empurrando o pobre para as periferias, o patrão garantiria mão-de-obra suficiente e a baixo custo.

Enquanto esses processos aconteciam, no campo da cultura, um discurso ideológico que justificasse a construção da cidade e de seu território dessa forma era meticulosamente construído. Esse discurso ideológico da modernização que embalou o nascimento da metrópole moderna baseou-se em elaborações criadas no campo da cultura, especialmente nas produzidas a partir da Semana de Arte Moderna de 1917 (do próprio movimento modernista) e dos preparativos para a festa do IVº Centenário da Cidade de São Paulo, realizada em 1954. Esses dois eventos marcaram contextos de grande debate e produção discursiva sobre o moderno, o modernismo e a modernização.

Na Primeira República, fundada por uma mentalidade positivista e liberal que ainda preservava certa atmosfera cultural do final do Império, alguns autores como Euclides da Cunha, Graça Aranha, Monteiro Lobato e Lima Barreto introduziram algo de novo no meio intelectual, à medida que anteciparam a essência do Movimento Modernista, o interesse pela realidade brasileira (BOSI, S/D), atrelado à definição do nacional e a necessidade da criação de uma política cultural de massa.

A década de 1920 representou o início de muitas transformações, propiciando um ambiente para a realização de mudanças no campo cultural que ganharia prioridade na década de 1930, durante a constituição do projeto ideológico de Getúlio Vargas. O movimento de 1922, como outros anteriores também buscou compreender o problema da construção da identidade nacional, sendo que no centro dessa discussão estava a incorporação do Brasil no quadro internacional. A discussão girou basicamente em torno de dois temas, o da modernidade e o da brasilidade. E a questão principal seria: Como modernizar o Brasil sem descaracterizar sua essência nacional? Frente a esse impasse e com o intuito de encontrar uma resposta condizente para o problema posto, o Movimento Modernista segmentou-se quanto à

ideia de nacional (VELLOSO, 1983), apresentando-se em duas fases distintas. Uma primeira, iniciada em 1917, caracterizada pela polêmica do modernismo com o passadismo, fase chamada de atualização-modernização, cuja essência estava na absorção da renovação estética das vanguardas europeias e uma segunda fase, inaugurada em 1924, na qual o objetivo principal relacionava-se à elaboração de uma cultura nacional.

Eduardo J. Moraes (1978) situou o início do primeiro momento modernista, no ano de 1917, por conta da polêmica gerada do artigo *“Paranoia ou Mistificação: a propósito da Exposição Malfatti”*. No texto escrito por Monteiro Lobato e publicado no jornal o *Estado de São Paulo* o autor faz elogios à Anita Malfatti, porém severas críticas à estética do modernismo.

Há duas espécies de artistas. Uma composta dos que veem normalmente as coisas e em consequência disso fazem arte pura, guardando os eternos ritmos da vida, e adotados para a concretização das emoções estéticas, os processos clássicos dos grandes mestres. [...] A outra espécie é formada pelos que veem anormalmente a natureza, e interpretam-na à luz de teorias efêmeras, sob a sugestão estrábica de escolas rebeldes, surgidas cá e lá como furúnculos da cultura excessiva. São produtos do cansaço e do sadismo de todos os períodos de decadência: são frutos de fins de estação, bichados ao nascedouro.

Estas considerações são provocadas pela exposição da Sra. Malfatti, onde se notam acentuadíssimas tendências para uma atitude estética forçada no sentido das extravagâncias de Picasso e companhia. Essa artista possui um talento vigoroso, fora do comum. Poucas vezes, através de uma obra torcida para má direção, se notam tantas e tão preciosas qualidades latentes. Percebe-se de qualquer daqueles quadrinhos como a sua autora é independente, como é original, como é inventiva, em que alto grau possui um sem número de qualidades inatas e adquiridas das mais fecundas para construir uma sólida individualidade artística. Entretanto, seduzida pelas teorias do que ela chama arte moderna, penetrou nos domínios dum impressionante discutibilíssimo, e põe todo o seu talento a serviço duma nova espécie de caricatura (LOBATO, 1917 apud MORAES, 1978, p 101)

Em resposta ao texto sarcástico de Monteiro Lobato, Oswald de Andrade colocou em discussão todos os elementos que compõem o primeiro momento modernista, como a polêmica contra o passadismo, o apelo às vanguardas europeias,

a importância das artes plásticas e a necessidade de elaborar uma linguagem para a nova realidade brasileira. De certa forma, Oswald de Andrade, um representante da classe dominante, defendeu tanto as possibilidades de atualização cultural, como o projeto de progresso material e modernizador de São Paulo.

Em contato com diferentes centros culturais da França, os modernistas defendiam a ativação dos canais entre os dois países e o desenvolvimento da cultura nacional *pari passo* ao processo de modernização. Para os modernistas, neste momento, São Paulo não poderia deixar de atualizar-se culturalmente frente aos grandes centros renovadores como, por exemplo, Paris.

Um segundo elemento importante estava na relação entre a literatura e as artes plásticas. O processo de modernização-atualização propunha uma mudança que ultrapassava o ambiente das letras. Essa tarefa devia alcançar maior amplitude, pois o espaço desejado era o progresso das artes em geral, ou seja, na literatura, na música e nas artes plásticas, por isso o protagonismo de importantes artistas como Anita Malfatti, com sua polêmica exposição de 1917; Brecheret e Di Cavalcanti, na organização da Semana de 1922 e Tarsila do Amaral, por causa de seus contatos com os grupos cubistas franceses.

Para esses artistas, a modernização do ambiente cultural, objetivo constante deste primeiro momento do Modernismo, também implicava na mudança da vida material paulistana. A relação dos elementos da estética modernista com a paisagem da metrópole paulistana esteve presente em vários textos do período, como pode ser observado na conferência '*Arte Moderna*', proferida por Menotti del Pichia, em 17 de 1922, segunda noite da Semana de Arte Moderna, realizada na Theatro Municipal de São Paulo.

Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa arte! E que o rufo de um automóvel, nos trilhos dos dois versos, espante da poesia o último deus homérico, que fica, anacronicamente, a dormir e sonhar, na era do jazz-band e do cinema, com a flauta dos pastores da Arcádia e os seus divinos de Helena (PICHIA apud MORAES, 1978, p. 65).

Aos temas atualização, renovação e demolição do passado anacrônico, juntou-se a realidade urbana, tema muito comum no período, porém focado simplesmente

nas áreas centrais. Os artistas, quase todos pertencentes às famílias mais ricas, escreviam sobre uma cidade “efervescente” e sob o aspecto modernizador, porém sem uma visão da totalidade do processo de industrialização e seus impactos negativos sobre a cidade. Para eles, a periferia ainda não existia. O máximo que conseguiam ver de popular eram os espetáculos de circo que aconteciam no largo do Paissandu.

Nos anos de 1920, a fábrica objeto moderno e modernizador, higiênica e racionalizada, apresentava-se como espaço de sofisticada dominação. Durante a década de 1910, o patrão, sempre eficaz no uso das medidas punitivas e do controle da força de trabalho, especialista no uso das estratégias de disciplinarização do operário de uma fábrica de ambiente detestável, aniquilava a criatividade da classe. Esse a partir de regimes disciplinares violentos criou um ambiente mais propício para a produção do trabalhador da década de 1920, já destruído enquanto sujeito pela “imagem edulcorada do mundo do trabalho projetada pelo imaginário burguês” que tinha como objetivo a fabricação de ‘corpus dóceis’ e disciplinados ao trabalho (RAGO, 1997, p. 20). O modelo ideal de trabalhador para a instalação efetiva do fordismo/taylorismo no Brasil.

Do império da violência física e direta exercida no âmbito da fábrica, onde o industrial ditava irreverentemente as normas de conduta, procurando padronizar os comportamentos segundo sua vontade, determinando os horários, os salários e todas as formas de relacionamento entre capital e trabalho, passa-se progressivamente para a introdução de novas técnicas moralizadoras, disciplinas doces e suaves (RAGO, 1997, p. 19).

Portanto, antes mesmo da inserção do taylorismo e do fordismo no Brasil, introduzido plenamente na década de 1930, projeta-se para a fábrica higiênica, construída num espaço racionalizado, trabalhadores disciplinados e apolíticos da produção. A superação da ‘fábrica satânica’, substituída pela projeção da ‘fábrica higiênica’, e o disciplinamento do proletariado completou-se com a moralização no ambiente privado da moradia, exemplificada pelas vilas operárias e inclusive na organização do lazer trabalhador, encerrado agora em uma espécie de ‘prisão domiciliar’, extensão da fábrica e de suas estratégias disciplinares.

Em 1924, houve uma mudança no discurso do modernismo quando entrou em cena o desejo de elaborar uma literatura e um projeto de cultura nacional. Nesse momento, o caráter nacional passou a ser a questão principal, a brasilidade tornou-se tema constante. Nesse sentido, o *“Manifesto Pau-Brasil”*, publicado no *Correio da Manhã*, em 18 de março de 1924, foi o primeiro texto que tratou sob a ótica do modernismo, a questão do nacionalismo na literatura (MORAES, 1978).

Oswald de Andrade, autor do *“Manifesto Pau-Brasil”*, localizou seu texto como marco inicial do processo de *“redescoberta do Brasil”*, assim pertencendo ao segundo momento modernista. Apesar de ainda manter as polêmicas do momento anterior, não se tratava mais de simplesmente combater o passadismo em nome da renovação, mas de introduzir a ótica do nacionalismo neste processo que se iniciava. Oswald de Andrade e outros artistas acreditavam que a modernização seria possível somente quando o país compreendesse sua essência nacional. O manifesto apresentou dois pontos importantes: o primeiro se preocupou com a destruição dos elementos da cultura que ocultam a verdadeira realidade e o segundo propõe uma nova visão da vida nacional.

Para Oswald de Andrade, o maior problema do país estava no uso de uma lente construída a partir da cultura erudita que ao invés de mostrar, ocultava a realidade a partir do contato e uso da perspectiva europeia. Para o autor, durante quatro séculos de nossa história, importamos elementos para a construção de nossa cultura e de nossa visão sobre nós mesmos. Por isso, o Manifesto Oswald de Andrade apresentou uma crítica ao lado erudito do Brasil, na qual caracterizou a cultura brasileira como importada e falsa. Em suma, o texto trazia uma oposição ao romantismo, ao naturalismo e aos ideais do século XIX. Com *“O Manifesto Pau-Brasil”* os intelectuais brasileiros se prepararam para adotar uma nova visão do mundo e da cultura, rompendo com o passado a partir da valorização dos elementos nacionais.

Na ótica de Oswald de Andrade, a redescoberta do Brasil devia abarcar não somente o fenômeno da modernização, mas também os aspectos da vida. Assim, os pares antagônicos, presente/passado, moderno/atrasado, campo/cidade e erudito/popular, entre outros, eram vistos não apenas como opostos, diferenciados e separados, mas também, como integrados.

Ao compararmos a problemática constante do *“Manifesto Pau-Brasil”* com as questões propostas no primeiro momento do modernismo, verificaremos uma mudança substancial com relação aos seus propósitos básicos. No primeiro momento,

o ponto mais importante foi o processo de atualização e renovação e o franco combate ao passadismo, já no segundo, idealizado por Oswald de Andrade, não foi o passado genérico o objeto combatido, mas a parte concreta deste passado, aquela que em função do processo de importação de elementos culturais da Europa escondia a realidade.

Contudo, se “*O Movimento Pau-Brasil*” constitui um marco nas mudanças dentro do Modernismo e de certa maneira teve suas ideias nacionalistas aceitas por outros grupos do Movimento, em relação à forma de definir as teses nacionalistas houve muitas diferenças de grupo para grupo até mesmo de autor para autor. Eduardo J. Moraes, a partir do exame de documentos do período, observa que em torno da publicação do Manifesto de Oswald de Andrade instaurou-se uma polêmica discussão pela definição do nacionalismo literário (MORAES, 1978).

Tal questão foi discutida por Mário de Andrade que quando defendeu o uso da sabedoria e do estudo para pesquisar os elementos constituintes da brasilidade, deixou claro que não compreendia a forma intuitiva do trabalho de Oswald de Andrade. Para o autor, a compreensão do nacional somente seria possível através da pesquisa, por isso, praticamente abandonou o setor da criação artística para fazer um estudo sobre a cultura brasileira (LOPEZ, 2002), desenvolvendo a partir de então um trabalho mais político (SALGADO, 1997). Foi então que Mário de Andrade fez duas viagens etnográficas entre os anos de 1927 e 1929, uma para a região norte e outra para o nordeste.

Observa-se pelo seu diário que outra grande preocupação de Mário de Andrade era pesquisar, ou como afirmava: *recolher* manifestações artísticas e culturais brasileiras. Sabe-se que durante a viagem recolhe *cirandas* entre outras manifestações artísticas. Além disso, também há outros testemunhos de observação, como assistir aos ensaios de *Boi-Bumbá* (manifestação típica de uma dança dramática brasileira que ocorre em grande parte do território brasileiro com diversas variações), além de outras atividades festivas. Cabe lembrar que esse período é especialmente rico em festas populares – as tradicionais festas juninas – que interessavam a Mário de Andrade (ANDRADE apud SANTOS, 2009).

Suas impressões sobre essas viagens pelo “Brasil profundo” foram publicadas durante o período no qual foi articulador do *Diário Nacional*, jornal do Partido

Democrático, atreladas a uma discussão de caráter mais político. Entre 1927 e 1932, Mário de Andrade escreveu sobre suas duas viagens etnográficas e sobre o comunismo no Brasil, denunciando a intervenção norte-americana no cenário internacional (SALGADO, 1997). Mais tarde, seria convidado a criar uma instituição cultural, o Departamento de Cultura Municipal, onde atuou como diretor entre os anos de 1935 e 1938 e iniciou uma política cultural de caráter mais popular para a cidade de São Paulo.

Ao escrever para o amigo Candido Portinari, Mário de Andrade de forma vibrante contou:

Vou criar bibliotecas populares, já estamos com três parques infantis para crianças dos bairros operários, criando uma biblioteca Brasileira, dirigindo o teatro Municipal, lançando uma biblioteca infantil, organizando as grandes festas populares, dia da raça, fim de ano, carnaval, enfim cuidando de tudo (ANDRADE apud SALGADO, 1997, p. 30).

A modernização e a modernidade, consubstanciadas no processo intenso de urbanização e, conseqüentemente, no surgimento da metrópole não foram afastadas definitivamente da ideia de tradição. Um exemplo disso está na presença da dualidade tradição/modernidade em São Paulo, constante nos textos, discursos e imagens das comemorações do quarto centenário da fundação da cidade. Neste momento os projetos de modernização apareciam relacionados à história dos bandeirantes. Ainda que o projeto de modernização estivesse calcado em bases do nacional desenvolvimentismo, as frações das classes dominantes continuaram fazendo referências à historiografia inventada nas três primeiras décadas do século XX. O crescimento econômico pretendido a partir do industrialismo faria parte de uma espécie de destino manifesto desde a época das bandeiras⁴⁸.

⁴⁸ Prova disto são as fotos comemorativas publicadas nos dois maiores jornais de São Paulo no dia da festa do IV Centenário. Essas edições especiais trouxeram lado-a-lado figuras e fotos daquilo que de mais moderno poderia existir numa casa, como liquidificadores, máquinas de lavar roupa, junto com a figura historicamente construída do herói bandeirante. Assim como havia acontecido durante as comemorações do Primeiro Centenário da Independência em 1922, o projeto traçado para a festa do IV Centenário da Cidade também guardou espaço para a reescrita da história de São Paulo. Três décadas mais tarde ressurgiu a possibilidade de festejar São Paulo e destacar mais uma vez aquelas qualidades tão bem definidas pelos que escreveram a história oficial local. A Comissão organizadora da festa, entre outros temas, priorizou a divulgação da história de São Paulo. O resgate do mito bandeirante, representante de um paulista trabalhador e empreendedor, conciliador de passado e futuro, legitimou um projeto modernizador para a cidade, espaço privilegiado para investimentos tanto de melhoramentos urbanísticos, como para o desenvolvimento industrial. Ordenar e equacionar soluções para antigos problemas, preparar São Paulo para um futuro civilizado, promissor e internacionalmente

Esse ideário caracterizado por uma forma específica de pensar o mundo através do ideal de progresso, atrelado ao passado. Então se por um lado, a urbanização criaria um ambiente para a modernização, avanço das técnicas no mundo da produção, por outro, no universo das ideias havia a necessidade de ideologias que justificassem mudanças, muitas vezes assentadas na tradição bandeirante⁴⁹.

Essas repetições, representações do modelo de modernização econômico-social do país, são interpretadas por Carlos Nelson Coutinho, grande vulgarizador do pensamento do filósofo político italiano Antonio Gramsci no Brasil, como sendo momentos de “conciliação sociais e políticas com o passado” marca das “revoluções passivas”, como transformações feitas de cima para baixo com algumas concessões aos de baixo, aos subalternos, mas sem protagonismo das classes populares (COUTINHO, 1990).

O caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lênin chamou de ‘via prussiana’ e Gramsci designou como ‘revolução passiva. Ao invés das forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da ‘via francesa’, a alteração social se faz mediante conciliação entre o novo e o velho, ou seja, se considerarmos o plano imediatamente político, mediante um reformismo ‘pelo alto, que exclui inteiramente a participação popular (COUTINHO, 1990, p. 70).

A principal consequência política dessas conciliações é a criação da impressão de que a mudança social acontece independente da ação do povo, ficando a falsa ideia que as mudanças são resultado da atuação de “indivíduos excepcionais”, fato que torna muito difícil o surgimento de uma consciência democrático-popular e,

articulado tornou-se objetivo da nascente elite burguesa industrial. Nesse sentido, a festa do IV Centenário apresentou-se como oportunidade para a exposição de outra cidade, anunciando o nascimento de uma nova metrópole.

⁴⁹ Nesse momento, a geografia enquanto ideário/ciência moderna apareceu tanto em iniciativas acadêmicas, como em não acadêmicas. Por fora da geografia institucionalizada, muito relacionada com a perspectiva de reanimar uma antiga História Geral das Bandeiras, surgiu a necessidade de promover estudos, assim como de reeditar livros e mapas com temas voltados à formação territorial do Brasil, as bandeiras e os bandeirantes. Enfim, a geografia histórica e o estudo sobre os territórios do passado apresentaram-se como opção para a comissão organizadora da festa do IV Centenário. Por dentro da instituição, no caso da Universidade de São Paulo (USP) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), fortaleceu-se um discurso geográfico acerca da cidade. O incentivo à pesquisa sobre o ambiente urbano e a publicação da coleção “A Cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana”, organizada pelo professor Aroldo de Azevedo, cristalizaram uma das contribuições dos geógrafos à festa.

consequentemente, de uma mudança vinda dos de baixo (COUTINHO, 1990). As possibilidades de mudanças estariam no fortalecimento da sociedade civil (conjunto de organizações, aparelhos ideológicos de hegemonia, através dos quais os grupos sociais se organizam para defenderem seus direitos) para atuar nos campos de lutas por hegemonia.

Dessa forma a história do Brasil seria constituída por uma sucessão de “revoluções passivas” que conciliaram os desejos da sociedade civil (os subalternizados) com os projetos da sociedade política (Estado *strito senso*) e das classes hegemônicas⁵⁰. Diferente das revoluções jacobinas, realizadas a partir de baixo com a força popular, as revoluções passivas apresentam sempre dois movimentos: o da “restauração” e o da “renovação”, reação conservadora frente a alguma possibilidade de reação radical dos “de baixo” e “concessões” das camadas dominantes às demandas populares (COUTINHO, 2008). Ao tratar da história italiana, Gramsci escreveu:

[...] o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de ‘restaurações’ que acolheram certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’ ou ‘revoluções-restaurações’, ou ainda, ‘revoluções passivas’ (GRAMSCI apud COUTINHO, 2008).

Daí o uso contínuo de pares duais, aparentemente contraditórios, mas representativos dessa histórica conciliação. Moderniza-se em relação às técnicas e tecnologias, conserva-se o *modus operandis* da política que permanece conservadora em vários aspectos. É importante inclusive destacar que tal conciliação tem permanência no Brasil. E o momento atual demonstra a contemporaneidade desta leitura a partir de Gramsci.

Tal cultura política causaria um desenvolvimento a partir das “modernizações conservadoras”, modelo detalhado por Otávio Ianni no livro *A ideia de Brasil Moderno*, com primeira edição em 1992. Neste livro, o autor explica que desde o final do século

⁵⁰ O termo “revolução passiva” foi emprestado do historiador Vincenzo Cuoco que reformulado por Antonio Gramsci tornou-se um conceito central para analisar não somente os acontecimentos do *Risorgimento*, formação do Estado-Burguês moderno na Itália, mas também para compreensão de outros fatos sociais, como a restauração pós-napoleônica, o fascismo e o americanismo (COUTINHO, 2008).

XIX intensificou-se a preocupação das elites com as possíveis mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais a partir da extinção do regime de trabalho escravo e do fim da Monarquia. Nesse momento, “(...) os que lutavam contra como os que eram a favor dos movimentos abolicionistas e republicanos pensavam ou pressentiam, queriam, queriam ou temiam as possíveis transformações” (IANNI, 1992 p.34). Para o autor, o prenúncio do Brasil moderno esbarrava na história e suas permanências. Heranças como escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo e as “linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar [e] O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política” (IANNI, 1992 p.33).

Em todos os lugares, combina-se o moderno material com o autoritário do mando e desmando. Como na Madeira-Mamoré, em Canudos, Contestado, Revolta da Vacina, ocupações de terras, greves operárias, protestos contra desmandos. Uma história na qual a modernidade está mesclada no caleidoscópio dos pretéritos, dos ‘ciclos’ desencontrados de tempos e lugares, como se o presente fosse um depósito arqueológico de épocas e regiões (IANNI, 1992, p.37).

A consciência urbana moderna brasileira, também construída e fundamentada na ideia de “modernização conservadora”, surgiu juntamente com a metrópole no início do século XX em São Paulo, momento no qual a cidade, munida de vantagens geográficas, infraestrutura e mão-de-obra, tornou-se centro industrial e comercial do país⁵¹ e o moderno transformou-se em uma “palavra-epifania”⁵². Para Nicolau

⁵¹ Apesar de datarmos a consciência de modernidade com o surgimento do processo de metropolização, não podemos esquecer que no decorrer do século XIX, a modernidade e a tecnologia perseguidas até com certa obsessão por parte da elite ilustrada latinoamericana foram introduzidas nos países periféricos da América a partir da “metabolização” de ideias e práticas do discurso das burguesias europeias, especialmente da França, local de onde se exportavam numerosos artigos, hábitos, costumes e moda burguesa, além de correntes de pensamento, como o positivismo de Auguste Comte. As Exposições Universais de Buenos Aires e Rio de Janeiro, assim como as regionais do Rio Grande do Sul são exemplos da inserção do pensamento moderno no Brasil do século XIX (PESAVENTO, 1997).

⁵² Para Otávio Ianni, a ideia de Brasil Moderno está presente, as vezes de maneira mais explícita, outras não, como em muitas obras do pensamento social brasileiro de fins do século XIX, como em Silvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Machado de Assis, Raul Pompéia, Lima Barreto e muitos outros. Mais tarde, já nas décadas de 20 e 30, as ideias de moderno aparecem de forma explícita, como em Oliveira Viana, Vicente Licínio Cardoso, Jackson de Figueiredo, Manoel Bomfim, Paulo Prado, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Roberto C. Simonsen, Caio Prado Júnior, Astrojildo Pereira e outros. Também em Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Portinari, Villa Lobos, entre outros. Assim como em José Honório Rodrigues, Romulo de Almeida, Celso Furtado,

Sevcenko:

O vocábulo 'moderno' vai condensando assim conotações que se sobrepõem em camadas sucessivas e cumulativas, as quais lhe dão uma força expressiva ímpar, muito intensificada por esses três amplos contextos: a revolução tecnológica, a passagem do século e o pós-guerra. 'Moderno' se torna a palavra-origem, o novo absoluto, a palavra-futuro, a palavra-ação, a palavra-potência, a palavra libertação, a palavra-alumbramento, a palavra-reencantamento, a palavra-epifania (1992, p. 228).

Na Cidade de São Paulo, a exemplo do *Mappin Stores*, as lojas mais sofisticadas enfatizavam o caráter moderno de suas mercadorias. Alfaiatarias anunciavam o desenho moderno de seus figurinos, outras destacavam o fato de serem casas comerciais de vanguarda.

[...] os fiambres enlatados do Armour, 'o mais moderno da América do Sul', quando ele aqui se instalou em 1921, iniciando um espantoso sistema de abate em série e processamento mecânico das carnes em escala colossal. E o que pensar da 'Casa Edison', que evocava o 'gênio' por trás das novas tecnologias e se apresentava simplesmente como 'moderno magazin'? Ou o que se passaria no misterioso "Gabinete de raios X do dr. Raphael de Barros", sobre quem só éramos informados que 'acaba de chegar da Europa [...] (SEVCENKO, 1992, p. 229-230).

Na mesma linha seguem-se os pedidos pela racionalização da política fiscal e pela ação moderna do Estado no tratamento das questões da saúde e educação. Até mesmo políticos do Partido Republicano Paulista (PRP), hegemônico em São Paulo, envolveram-se em projetos modernizantes. Nessa época, Washington Luis envolveu-se em processos de racionalização administrativa, gerenciamento científico, historiografia, museologia, ciências sociais, carros, fotografia, cinema e aviões. Insere-

Guerreiro Ramos, Nélon Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Raymundo Faoro, Antonio Candido e Florestan Fernandes. Para Ianni," Não se trata de imaginar que todos pretendem o futuro, ou o presente aperfeiçoado. São múltiplas e contraditórias as interpretações e diretrizes de uns e outros. Trata-se de um amplo leque, no qual se encontra inclusive os que preferem corrigir o presente pelos parâmetros passados, preconizando a modernização conservadora" (IANNI, 1992 p.34-35).

se nesse ideário modernizador o projeto de Júlio de Mesquita em transformar São Paulo no maior centro científico da América Latina consubstanciado, anos mais tarde, na criação da Universidade de São Paulo⁵³.

O repertório imagético e textual sobre a modernização da cidade produzido ao longo das primeiras décadas do século XX foi resgatado tempos depois. Durante os anos de 1950, uma das imagens sobre São Paulo mais divulgadas pelos meios de comunicação foi a de cidade moderna, disciplinada para o trabalho e preparada para a prosperidade. Nesse momento, o Centro Novo, historicamente local de maior concentração das melhorias urbanísticas e equipamentos culturais, representava para certa fração da sociedade, a cidade ideal, apta para receber e produzir toda e qualquer novidade. No meio da multidão, no vai e vem da cidade que se modernizava e tinha pressa e desejos de incorporar o que de mais novo existia, o paulistano mais abastado mergulhou na massa urbana e desfrutou suas novidades.

Nessa época o Centro Novo, área que fica entre o Vale do Anhangabaú e o Largo do Arouche, concentrava não somente o chamado “comércio elegante”, como também possibilidades de entretenimento e lazer voltados para essa classe social. Passados mais de trinta anos da Semana de Arte Moderna, o Centro Novo era o lugar com mais equipamentos e atividades culturais da cidade, local onde aconteciam com frequência muitas sessões de cinema, música e exposições. Os bares, cafés e livrarias do centro recebiam artistas e intelectuais, atraídos pelos equipamentos culturais instalados nas ruas próximas às praças Dom José Gaspar e República.

⁵³ Segundo a periodização histórica de Souza (1994), compreendida em 11 fases que vão de 1554, fase da Vila fulgurante ao período pós 1982, Metrópole da gestão democrática, o período de metropolização e modernização, estudado nesse trabalho abarca três fases.

A sexta fase (1889-1916), “com a República, a cidade consolida sua função bancária, comercial e industrial e acelera o processo de urbanização, consolidando os novos loteamentos, como as avenidas Paulista e Higienópolis. Inauguram-se viadutos e moderniza-se a infra-estrutura (água, luz e transporte). Em 1900, São Paulo tem 250 mil almas, possui bairros residenciais modernos, operários trabalhando na indústria e anuncia-se a instalação de bondes elétricos. Surgem os primeiros planos urbanos (BOUVARD, 1911). Em 1915, a produção do Estado de São Paulo representa 40% da produção nacional” (SOUZA, 1995, p.50).

Sétima fase (1916-1945), “Caracteriza-se por intenso processo migratório estrangeiro. São Paulo é o maior centro industrial da América do Sul. Consolida-se como centro de serviço: criação de universidades, construção de prisões. Há intensa movimentação operária. Ampliando-se as periferias. O prefeito Prestes Maia colabora na elaboração dos planos urbanos. Constroem-se os primeiros arranha-céus. Inicia-se o processo de verticalização. Define-se em 1929 o Primeiro Código de Obras, denominado Arthur Saboya” (SOUZA, 1995, p.50).

E a oitava fase (1945 – 1954), marcada como “Fase de enorme caos urbano – símbolo de crescimento incontrolado. São Paulo consolida-se como importante centro sócio-econômico brasileiro. Inaugura-se o prédio do Banco do Estado de São Paulo (1947), indiscutivelmente um marco da cidade. Desenvolvem-se os meios de comunicação (televisão, em 1949). Multiplicam-se os bancos. Intenso desenvolvimento industrial. Inicia-se o processo de incorporação imobiliária” (SOUZA, 1995, p. 50-51).

Nessa área estavam o Museu de Arte de São Paulo (MASP) e sua Cinemateca, o Museu de Arte Moderna (MAM) e o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), fundado pelo italiano Franco Zampari (1948).

O crescimento material de São Paulo possibilitou um grande investimento na área cultural, fato que entre outras coisas, ajudou a trazer para a cidade, as Bienais de Arte de 1951 e 1953. A primeira, realizada no Trianon, teve a participação de dezenove países, que exibiram 1.800 obras de pintura, escultura, desenho e gravura, uma Exposição Internacional de Arquitetura e um Festival Internacional de Cinema. A segunda que aconteceu em 1953 expôs em dois pavilhões do Parque do Ibirapuera, obras de trinta e dois países.

Porém, esta “alta cultura” dos museus e teatros, dos bares e livrarias, estava vinculada à lógica de acumulação do capital em São Paulo. Enquanto o Centro era valorizado com vários equipamentos culturais, tornando-se um ponto de encontro para as camadas de médio e alto poder aquisitivo, a periferia adensada permanecia desprovida dos principais serviços urbanos imprescindíveis à reprodução da força de trabalho, em particular os bens de consumo coletivo como: transportes, saneamento básico, postos de saúde, segurança, escolas e creches.

A festa para comemorar o quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo pode ser compreendida neste mesmo contexto, a configuração de um projeto desenvolvimentista acompanhado de uma política cultural seletiva para a cidade. O nacional desenvolvimentismo brasileiro foi criado a partir de um movimento que indicava a necessidade de mudança a partir dos países centrais. Tais mudanças acabaram refletindo e criando uma política econômica própria dos países periféricos da América Latina e, especialmente, do Brasil. Durante as décadas de 40 e 50 a ideia de desenvolvimento, amplamente vulgarizada pelos simpatizantes de Keynes, empolgou não somente parte da intelectualidade brasileira, como latino-americana constituindo-se numa bandeira em prol da industrialização e da consolidação do desenvolvimento capitalista nos países desse continente.

A “*Revista Cruzeiro*”, uma das revistas de maior circulação do país, anunciou a festa assim:

São Paulo ingressa no seu IV Centenário, destituída apenas do título de capital geográfico-política do Brasil. Porque no mais, guarda todas as primazias. É a capital

econômica, pela pujança de sua produção. É a capital artística, por que lá se ensaia o melhor teatro do País, lá se faz o melhor cinema que está nos projetando no cenário internacional; a sua arquitetura é a mais moderna e a mais bonita [...] É a capital demográfica, porque em número de habitantes já ocupa o primeiro lugar e não encontra quem lhe siga os passos. É a cidade mais limpa, a de melhor trânsito, a dos maiores arranha-céus, a dos mais luxuosos cinemas (REVISTA CRUZEIRO apud ARANTES, 2000, p.36).

Nessa época, os países periféricos, em grande medida agroexportadores, buscavam no campo da política econômica e do planejamento governamental inspiração para formulação de planos de desenvolvimento. No campo teórico a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) criou uma nova forma de interpretar as relações entre os países capitalistas avançados e os da chamada periferia latino-americana. No campo da política econômica e do planejamento forneceu para os governos de países periféricos os principais ingredientes da ideologia desenvolvimentista dos anos de 1950⁵⁴.

Para além dessas instituições também existiram outras iniciativas planificadoras como os estudos realizados pela Comissão Mista Brasileiro-Americana (1948), criada com o intuito de realizar estudos, formular e fomentar projetos a partir da ajuda técnica e financeira de empresas e governo estadunidense. Com esses objetivos realizou pesquisas e apresentou recomendações e projetos para o desenvolvimento do comércio, agricultura, pecuária, pesca, piscicultura, combustíveis, mineração, indústria, transportes, eletricidade, mão-de-obra, assuntos fiscais, financiamentos, discriminação de capitais do país.

O País já contava com uma estrutura, dividida em classes sociais, mais complexa. Em 1951, ano de retorno de Getúlio Vargas à presidência, o crescimento dos setores secundário e terciário, assim como o crescimento de centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e Salvador

⁵⁴ No caso brasileiro, a influência do ideário desenvolvimentista, fortemente ancorada nas diretrizes da CEPAL, marcou presença durante os anos 50. A partir da segunda metade dessa década surgem os primeiros trabalhos brasileiros gestados no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Ao que tudo indica, o ideário cepalino inspirou trabalhos tanto na esfera teórica da política econômica, quanto como medidas concretas de governo. É o que podemos verificar no Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reaparelhamento Industrial do segundo governo Vargas, e no Plano de Metas, orientados pelas conclusões e diagnósticos da Comissão Mista Brasil-EUA e pelo grupo Misto do BNDE-CEPAL.

criava uma sociedade brasileira bastante diferenciada onde a burguesia industrial, a classe média e o proletariado apresentavam-se como as classes sociais com maior interesse e sensibilidade para discutir assuntos como desenvolvimento econômico, industrialização, nacionalismo, dependência e emancipação econômica.

A despeito das dificuldades provocadas pela inflação e agravamento das tensões sociais e políticas, as iniciativas revelam que o poder público continuou criando condições institucionais e de infraestruturas para acelerar desenvolvimento industrial do País. Com esse objetivo criaram órgãos destinados a favorecer o desenvolvimento econômico e realizaram estudos técnico-científicos sobre os problemas econômicos brasileiros. Nesse sentido aprofundaram um debate técnico e político sobre as perspectivas abertas à expansão da economia nacional ampliando a discussão sobre planejamento econômico e adoção de políticas econômicas planificadas por parte do governo e dos setores governamentais⁵⁵. E consequentemente, criaram um ambiente profícuo para debates que para além da CEPAL e do Congresso Nacional, atingiram as universidades, o mercado editorial, à imprensa escrita e partidos políticos, cristalizando em novos órgãos governamentais, uma política para a industrialização e a resolução de problemas econômico-financeiros e administrativos do País.

Dessa forma, percebemos que além do poder público continuar criando condições para a expansão e diferenciação do sistema econômico brasileiro, também se definia claramente uma política de nacionalização dos centros de decisão relativos à política econômica do País. Em consequência, reforçaram a ideia de incentivar a realização de estudos sistemáticos sobre os problemas econômicos e a formulação de diretrizes para orientar a política econômica governamental. As palavras planificar, programar e propor projetos foram incorporadas na linguagem dos membros do governo e das lideranças políticas.

Nesse contexto, a festa surgiu como um negócio a ser desenvolvido a partir do investimento público. A ideia de cidade de São Paulo como lugar da modernidade e

⁵⁵ Nos anos de 1952-53 foram criados o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás). Em 1954, o governo propôs o Plano Nacional de Eletrificação; e, também em mensagem enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, propunha-se a criação das empresas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

do progresso apareceu constantemente na imprensa escrita e falada. Nas vésperas e no ano de comemoração do IV Centenário, programas de rádio, televisão, jornais e revistas, entre outros meios de comunicação abusaram das mensagens sobre o tema. A população recebia tanto informações mais objetivas sobre a festa, atividades, eventos e cronograma, como subjetivas, por vezes ideológicas, por dentro de propagandas comerciais ou manifestações em homenagem pelo aniversário da cidade. Textos, música, poesia e vasta iconografia denunciam a importância dos festejos para a divulgação de produtos e ideias.

Com o objetivo de ampliar um mercado consumidor interno para bens duráveis, criando uma ideia de consumo *standart*, a propaganda nas edições especiais dos jornais paulistanos foi bem significativa. Sobre isto MOURA comentou

[...] pude experimentar, na qualidade de leitora, a sensação de ser verdadeiramente bombardeada por um imenso volume de publicidade veiculada pelas empresas, num momento particularmente significativo no âmbito do processo de industrialização do Estado e do Brasil (1995).

Para a mesma autora, tal “bombardeamento” informativo, difundido nos meios de comunicação de massa demonstra um esforço do empresariado na defesa de uma política desenvolvimentista e, portanto, não haveria

[...] nada a se estranhar, no fato de que o espaço publicitário que se abre em função da festa do IV Centenário venha se traduzir, enquanto canal político oportuno e adequado às determinações capitalistas, numa apropriação da data por parte do empresariado (MOURA, 1995).

O processo de urbanização urdia uma realidade diferente dos anos de 1940, criando uma nova etapa de consumo interno e influenciando diferentes setores, no consumo, no mercado de trabalho e nas relações sociais. Como salienta Paul Singer:

O mesmo se dá com a importação de novos produtos, que se incorporam ao consumo na medida em que a população se urbaniza. O estilo de vida urbano é um produto do capitalismo industrial, que se transforma cada vez que novos produtos são lançados no mercado. O automóvel, a televisão, o telefone, a geladeira e centenas de outros produtos caracterizam um padrão de vida que constitui a razão de ser do

‘desenvolvimento’ para a maioria da população. É claro que a importação desses novos produtos tende a crescer na medida em que parcelas crescentes da população são incorporadas à economia capitalista (1986, p. 223).

Então, os representantes da burguesia industrial aproveitaram o contexto da festa para envolverem instituições públicas e privadas em um processo de resgate e apropriação dos símbolos identitários, historicamente construídos e inventados (HOBBSAWM, 1984), ideologia para fundamentar um projeto de metrópole. A festa consubstanciou-se em um momento ímpar para a divulgação, concomitante, da história oficial que destaca a tradição bandeirante, o berço jesuítico e o indígena como elementos fundadores e ícones da modernidade de São Paulo e de produtos industrializados, edificações novas e comércio imobiliário. Nessa perspectiva, na qual o envolvimento da sociedade era visto pelos idealizadores da festa como passo fundamental no processo de criação de novas necessidades, e conseqüentemente, de um mercado consumidor para os produtos lançados na época, assim como também de um ideário que defendesse um projeto de desenvolvimento baseado no industrialismo, a propaganda se colocou como peça básica da estratégia traçada. Então, a propaganda inseriria pouco a pouco novos objetos criados pela indústria moderna no imaginário da sociedade, criando assim novos padrões de consumo.

Outro aspecto relevante da propaganda criada durante os festejos estava na incorporação de elementos de certa historiografia posta como oficial por instituições e pesquisadores de muita credibilidade na época. Da história oficial escrita durante as décadas de 1920 e 1930 foram resgatados personagens e fatos históricos como os bandeirantes, os jesuítas, as monções, entradas e bandeiras, padre José de Anchieta, padre Manoel da Nóbrega para serem usados na publicidade de eletrodomésticos, terrenos, casas, enxovais, roupas, móveis etc.

Na leitura de documentos da época, especialmente jornais, é possível encontrar propagandas como a da Monções Construtora e Imobiliária S.A. e do Vermouth Cinzano que divulgaram seus produtos a partir da reprodução de uma história linear e evolutiva. No mesmo plano, o passado e o presente, a tradição e a modernidade, a Evocação do Passado e a Exaltação do Futuro vendem lotes e unidades de habitação. Assim, a publicidade da empresa Monções Construtora e Imobiliária consiste no uso concomitante de imagens que remetem de um lado à fundação da cidade e a ideia do berço jesuítico, destacando os padres Manoel da Nóbrega e José

de Anchieta e de outro, a modernização representada pelo concreto de viadutos e prédios. O próprio nome da construtora já remetia à história colonial, Monções.

CORREIO PAULISTANO

EVOCÇÃO DO PASSADO...

1554 1954

EXALTAÇÃO DO FUTURO!

No passado das tuas "Bandeiras", aí está, São Paulo, a melhor certeza do teu futuro magnífico, ante-visto no esplendor do teu presente!

Terra dos Bandeirantes, os ciclôpicos gigantes cujas botas marcaram as coxilhas... deixaram rastros na Amazônia... afundaram-se pelo litoral... e compassaram o oeste da Pátria Brasileira... as tuas singulares virtudes permanecem hoje ainda mais palpitantes do que ontem, pois, se os "Bandeirantes" tiveram o seu progresso limitado pelas divisas da Pátria ou pelas espumas do mar, aos seus filhos de hoje, os paulistas, não mais importam essas linhas, resolvidos a fazer-te crescer e expandir no sentido vertical, rumo aos céus e aos espaços infinitos, sem outro limite que não o da sua própria inteligência!

Fonte perene de estímulo à iniciativa, às realizações e ao civismo, és um esplêndido monumento homenageando o trabalho e o dinamismo dos teus próprios filhos.

E a Monções, cujo nome propositadamente evoca uma das tuas mais caras epopéias, neste teu dia de glórias, em que, há quatrocentos anos do teu berço, engastadas os primeiros passos na senda luminosa do futuro, rejubila-se, felicitando-te e felicitando-se, porque tem crescido e crescerá contigo, marchando o teu busto de imponentes conjuntos arquitetônicos, nos quais a família paulistana tem encontrado o sonhado "lar próprio". Parabéns, São Paulo, querida!

MONÇÕES CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA S/A

DIRETORIA: Dr. Sylvio Brand Carneiro - Diretor-Presidente
 João Artur de Jesus - Diretor-Superintendente
 Aurélio Jordão Artur de - Diretor-Tesoureiro
 José de Castro Ribeiro - Diretor-Geral

Vista de montanha São Paulo, vendo-se ao fundo o Condição Viaduto

A CONTRIBUIÇÃO DA MONÇÕES PARA O PROGRESSO DE SÃO PAULO

2.790 Residências já entregues e em construção:

84 residências em Vila Pompéia • 120 residências na Cidade Monções • 60 residências apartamentos no Edifício Piauí • 60 apartamentos no Edifício Duque de Caxias • 50 apartamentos no Edifício Península • 300 apartamentos no Edifício Viadutos • 300 apartamentos no Edifício Planície • 100 apartamentos no Edifício Gregório • 200 no Edifício Hortolândia • 200 no Edifício Verde Mar (Itanópolis) • 200 no Edifício Euzébio • 200 no Edifício Dona Vertidiana Prado • 120 no Edifício Saint-Henri • 120 no Edifício Ardeur • 200 no Edifício Loure • 120 no Edifício General Jardim Garagens para 800 carros - 34 lojas.

Área construída: cerca de 500.000 m²
 Número de Operários em Serviço - 3.348

Foto 1 Publicidade em Jornal (2008) Alessandro Peres

Fonte: Folha da Manhã em 24 e 25 de janeiro de 1954

O texto que acompanha a publicidade contribuía para que a leitura esperada pelos responsáveis pela propaganda acontecesse:

Terra dos Bandeirantes, os ciclôpicos gigantes cujas botas marcaram as coxilhas ... deram rastros na Amazônia ... aprofundaram-se pelo litoral ... e compassaram o oeste da Pátria Brasileira ... As tuas singulares virtudes permanecem hoje ainda mais palpitantes do que ontem, pois se os 'Bandeirantes' tiveram seu progresso limitado pelas divisas da Pátria ou pelas espumas do mar, aos seus filhos de hoje, os paulistas, não mais importam essas linhas, resolvidos a fazer-te crescer e expandir no sentido vertical, rumo aos céus e aos espaços infinitos, sem outro limite que não o da própria

inteligência! Fonte perene de estímulo e iniciativa, às realizações e ao civismo, és um esplêndido monumento homenageando o trabalho e o dinamismo dos teus próprios filhos [E conclui] Monções, cujo nome propositalmente evoca uma das tuas mais caras epopeias, neste teu dia de glórias, em que, há quatrocentos anos de teu berço, engatinhando-te e felicitando-te, porque tem crescido e crescerá contigo, marchetando o teu busto de imponentes conjuntos arquitetônicos, nos quais a família paulistana tem encontrado o sonhado 'lar próprio'. Parabéns, São Paulo, querida! (CORREIO DA MANHÃ, 1954) ⁵⁶.

Já a publicidade do Vermouth Cinzano destacava São Paulo com um pequeno texto colocado na parte superior da página que dizia “A São Paulo. A cidade que mais cresce no MUNDO” e outro que aponta “O VERMOUTH MAIS FAMOSO DO MUNDO” (CORREIO DA MANHÃ, 1954). As imagens trazem uma garrafa da bebida, a ‘espiral’ do IV Centenário, símbolo da festa e duas taças, uma com imagem de 1554 e outra de 1954.

Foto 2 Publicidade em Jornal - Alessandro Peres (2008)

Fonte: Folha da Manhã em 24 e 25 de janeiro de 1954

⁵⁶ Texto publicitário das Moções, publicado na Folha da Manhã em 24 e 25 de janeiro de 1954.

Outro anúncio que fazia uma relação direta entre o passado heroico da cidade e a fase de opulência desejada pela burguesia é o da empresa Goodyear, publicado na revista *O Cruzeiro* (23-Jan-1954). Nele a imagem de cidade moderna aparece junto ao Monumento às Bandeiras, idealizado e construído por Victor Brecheret. O texto da propaganda, que lembra a ideia de “Destino Manifesto” de Frederick Jackson Turner, convidava os leitores para viajarem a São Paulo:

Venha conhecer São Paulo – A cidade que mais rapidamente cresce no mundo; venha conhecer São Paulo - centro de trabalho, onde se ergue o maior parque industrial da América Latina! Venha conhecer São Paulo – cidade de cultura, com seus monumentos, seus museus, suas galerias de obras-primas da arte universal, suas universidades que deram ao Brasil tantos homens ilustres, seus teatros, sua arquitetura monumental! Venha conhecer São Paulo – onde o destino colocou o arroio do Ipiranga, berço da Independência e da liberdade! [...] Venha conhecer São Paulo – orgulho do Brasil! (*O CRUZEIRO*, 1954).

Na propaganda da IBESA, a cidade aparecia como irradiadora de progresso para o resto do país. O texto “*A bota-de-sete-léguas do Bandeirante fez o Brasil maior!*” coloca que a

[...] grandeza foi a fatalidade histórica de nosso destino. Grandiosas Florestas, Caudalosos rios. Riquezas incalculáveis. Mas isto não bastou ao bandeirante. Ele quis um Brasil ainda maior. E, à força de tenacidade e heroísmo, alargou suas fronteiras e forjou essa mola gigante de progresso que é São Paulo. Integrados no parque industrial de São Paulo, como célula viva de sua inumerável vitalidade, voltados, por ocasião das comemorações do 4° Centenário, o nosso pensamento para a figura ciclópica do Bandeirante, à qual rendemos nossa mais sincera e profunda homenagem

Para Lofego, a indústria paulista colocava-se como natural herdeira dos passos do bandeirante e de todos os adjetivos atribuídos a ele, como resistência, durabilidade, longevidade, credibilidade, força e energia, e dessa forma, assim como o forte antepassado, levar seus produtos a todo País (2002).

Várias empresas utilizaram o momento, assim como seus ícones e símbolos para venderem seus produtos. A indústria de liquidificadores Arno também contribuiu no processo de consolidação da proposta do IV Centenário. Além de criar um produto

especial para a data, o Liquidificador Arno IV Centenário, “moderno e funcional”, buscou destacar em propagandas publicadas em jornais e revistas, as qualidades do produto a partir de associações com a festa. O chuveiro elétrico Sintéx anunciou o modelo Catalina como “um título de glória para a indústria paulista! Eis que surge inteiramente idealizado, e realizado para proporcionar o máximo de rendimento e conforto (...) um chuveiro de duração praticamente infinita!”.

Modernize seu lar para a festa do IV Centenário era o mote de várias propagandas do período⁵⁷. A ideia de modernidade e modernização, justificativa para defender o projeto de desenvolvimento nacional baseado no industrialismo, também funcionou como argumento para vender os produtos dessa indústria. Já o conceito de cidade que mais cresce no mundo, moderna refletia em uma casa moderna repleta de aparelhos novos.

Sobre esse aspecto Figueiredo apontou que é

[...] bastante significativo o volume de peças publicitárias que nos anos 50 aludiam ao ‘crescimento nacional’ ou ao ‘progresso’ do Brasil, revelando a existência, entre camadas médias urbanas, da expectativa de que viesse a se realizar um ideal coletivo de ‘modernização’ do país. Tal ideal valoriza o padrão de vida urbano-industrial e vinha claramente ao encontro dos projetos do governo e dos grandes grupos empresariais brasileiros e estrangeiros, criando a sensação de um consenso nacional em torno deles. Acreditava-se então que, atingido certo ‘patamar’ de desenvolvimento, todas as nossas mazelas seriam resolvidas e todos os brasileiros seriam igualmente beneficiados. Porém, enquanto para as camadas dominantes esses benefícios eram traduzidos no incremento de seus lucros, para os setores médios eles significavam a conquista do bem-estar, entendido, por sua vez, como a elevação dos padrões de vida e de consumo (apud LOFEGO, 2002, p. 139-140).

Enfim, é possível a inserção capitalista do discurso bandeirante! E isso é possível, porque a imposição da ideologia acontece também no plano estético, já que a obra bandeirante, violenta na sua essência, teve seus capítulos mais sangrentos apagados para serem substituídos por outros mais idílicos em uma historiografia na qual o Brasil aparece como um paraíso.

⁵⁷ As lojas de varejo como a Isnard também aproveitaram o momento de festa para promover produtos e incentivar compras. Em propagandas, aconselhavam os clientes mudarem a mobília da casa e também adquirirem roupas novas. Tudo isso para receber as visitas e apresentar-se bem na festa do IV Centenário.

A obra violenta dos bandeirantes, a ação etnocida da invasão territorial, deve ser vista como pura poesia. Os índios que foram mortos ou aprisionados pela ação bandeirante são tratados como irmãos de seus assassinos, como se esse fosse um país construído sem o derramamento de uma só gota de sangue. Uma história tão idílica quanto edênica. Na história do Brasil [...] não existe espaço para assuntos que por ventura possam macular a imagem do paulista. Os principais capítulos devem ser enaltecidos de um personagem e de um grande tema, respectivamente do bandeirante e da nossa herança material – o território. (RAIMUNDO, 2000, p. 74-75).

Agora, o novo bandeirante é o grande capitalista, a ideia do herói empreendedor, criador de riquezas e que expande a escala dos seus domínios fica bem clara. Nesse contexto, em função das demandas do mercado que se instalavam, as pessoas mudavam e ajustavam constantemente seus valores e seus modos de vida. O cinema e, posteriormente, a televisão e por fim, a publicidade teve papel fundamental no propósito de formar consumidores para os novos produtos.

A televisão viria completar e dar o toque final a esse processo iniciado pelo cinema, invadindo e comandando a vida das pessoas dentro do próprio lar e organizando o ritmo e as atividades das famílias pelo fluxo variado da programação e dos intervalos comerciais (SEVCENKO, 1998, p. 602-603).

Então, os cenários expostos no cinema e, mais tarde na televisão passaram a ditar estilos de vida, inclusive os objetos necessários e a forma de organizá-los no interior de uma casa.

Nos períodos de prosperidade e grande diversificação de consumo, como após a Segunda Guerra, o cinema se tornou a vitrine por excelência da exibição e glamorização dos novos materiais, objetos utilitários e equipamentos de conforto e decoração doméstica. Ele é a fonte irradiadora dos modelos que se convertem numa ampla demanda [...] (SEVCENKO, 1998, p. 602-603).

Após assistir um filme ou um programa de televisão e ver astros e estrelas usando novos produtos fabricados a base de materiais como, os plásticos, polímeros, *náilon*, *raiom*, *banlon*, *bouclê*, *blue jeans*, acrílico, acetatos, fórmicas, *courvin*, linóleos,

napas, entre outros, surgia um desejo, quase que incontrolável de adquirir um novo acervo de bens que ali se apresentavam. Dessa forma,

Os objetos passaram a ser alvo do mesmo culto fetichista que a imagem dos astros e estrelas, e era muito comuns os estúdios reforçarem essa associação, para além das roupas, joias e adereços, distribuindo fotos de seus contratados ao lado de telefones, motocicletas, discos e aparelhos sonoros, televisores, carros, móveis e ambientes com design moderno, além de paisagens, hotéis e locações turísticas. O objeto do desejo se torna inseparável do desejo do objeto e um pode suprir simbolicamente ausência do outro. O ato de consumo se torna assim, ele próprio, carregado de uma energia sensual, ao mesmo tempo fetichista e voyeurista, marcado pelo gozo de desfilar entre os artigos, ver bem de perto e tocar os objetos, eventualmente possuí-los e exibi-los a outros olhos cobiçosos [...] (SEVCENKO, 1998, p. 603).

E apesar de aparentemente fora do lugar, aconteceu *pari passu* a criação de um ideário moderno e o resgate de uma tradição. A busca pelo passado legitimava o progresso de São Paulo, um futuro traçado no passado que se tentava verificar na história e na geografia. Era a tentativa de conciliar moderno e tradição, exemplo de um desenvolvimento que seguiu a lógica da modernização conservadora, a revolução passiva presente nos Cadernos do Cárcere de Gramsci, como já escrevemos anteriormente.

De certa forma, o discurso hegemônico do IV Centenário acabou divulgando uma mistura de referências a São Paulo, como, por exemplo, terra do trabalho, terra da liberdade dos costumes e, especialmente, capital bandeirante. Aliás, o mito do bandeirante se fixa muito fortemente nessa época, e diz respeito à imagem do empreendedor e do trabalhador que se deseja imprimir aos paulistanos. Desses personagens, cada um tem seu lugar definido, o empreendedor investe em novos negócios e consome o Centro da cidade e seus equipamentos culturais, já o trabalhador com seus baixos salários, quase todo gasto com a reprodução da vida, mal tem tempo de viver os benefícios do tal progresso. Uma série de equipamentos culturais construídos durante as décadas de 1940 e 1950 demonstra a existência de um projeto em sinergia com a cultura de massa e a indústria cultural. Na década de 1950, já há nitidamente uma concepção de cultura como mercadoria e isso também parte da indústria cultural.

Existia um consumo e um consumidor não cidadão. Essa fração da sociedade privilegiada que tinha acesso aos bens de consumo e culturais sempre desejou privilégios, nunca democracia e participação cidadã. Para esses, pouco importava se nem toda a cidade tinha acesso a esses bens. Tanto que os esforços para invisibilizar os pobres foi enorme. Com raras exceções, os não participaram da festa do IV Centenário.

Contudo, apesar dessa construção material e ideológica, havia na cidade outras manifestações culturais que não estavam relacionadas a esse movimento. Apesar da existência de um projeto hegemônico de cidade, havia desde essa época uma cultura dos mais pobres, presente no centro e nos bairros onde a classe trabalhadora morava.

Em *“Brasil: Raízes do protesto negro”*, Clóvis Moura, lembra que o negro brasileiro sempre foi um grande organizador, desde o período do regime escravagista. Em organizações, voluntárias ou espontâneas, denominadas pelo autor como “grupos específicos negros”, procuraram juntar recursos para comprar alforrias, minorar a situação dos negros durante o período de escravidão e lutar contra a situação de marginalização crescente após a declaração da Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888.

Durante o período no qual perdurou o regime escravagista e, posteriormente, quando se iniciou – após a Abolição – o seu processo de marginalização, ele se manteve organizado, com organizações intermitentes, frágeis e um tanto desarticulado, mas sempre constantes. A organização de quilombos de confrarias religiosas, irmandades, dos cantos, na Bahia, de grupos religiosos afro-brasileiros como o candomblé, terreiros de xangô e mesmo umbanda, mais recentemente, são exemplos significativos (MOURA, 1983, p.47)

Esses grupos criaram, e criam ainda hoje, identidades através de uma marca que a sociedade de classes, diferenciada etnicamente, impôs, organizando-se a partir da consciência da diferença que as camadas privilegiadas estabeleceram, pois “A formação desses grupos específicos, numa sociedade competitiva, nasce, fundamentalmente, do antagonismo entre classes sociais e os seus diversos estratos e frações” (MOURA, 1983, p.47). Assim, muitos grupos, inclusive atualmente, carregam uma marca inferiorizadora, e acumulativa, segundo os padrões das classes

dominantes e situação socioeconômica, pois essa experiência em organizarem-se em grupo, vinda dos quilombos, passa pelas favelas e bairros empobrecidos de muitas cidades, criando “(...) patamares amortecedores à sua destruição” (MOURA, 1983, p.47).

No Brasil, o preconceito em relação à cor da pele que impedia a participação dos negros em instituições e entidades criadas por brancos, determinou a criação de entidades próprias. Clubes de lazer, cooperativas, escolas de samba, jornais e imprensa independente foram criados não somente como possibilidade de convivência social e lazer, mas como resistência social e étnica, representando “(...) um papel muito importante como fator de aglutinação e polo que elaborava uma ideologia grupal” (MOURA, 1983, p.48). Nesses grupos, a população negra tomava conhecimentos das atividades da comunidade. Ali ficavam sabendo de festas religiosas, atividades de lazer, competições esportivas, bailes, aniversários e uma infinidade de eventos. Caso não houvesse as organizações, dificilmente conseguiriam ter informações e acesso às atividades sociais, culturais, religiosas e políticas⁵⁸.

Na passagem do século XIX para o XX, período marcado pelo início do processo de urbanização, a população negra continuou resistindo e se organizando em grupos como Irmandades religiosas, terreiros, jornais, associações e clubes entre outros. Apesar da cidade de São Paulo modernizar-se a partir da consolidação de uma base territorial composta por redes de transporte e comunicação e criar um meio para a disseminação de um discurso sobre a modernidade, fazendo crer que nasciam as condições necessárias para a criação de uma metrópole, nela ainda faltava espaço para os pobres, trabalhadores imigrantes e negros. Essa cidade onde diversos produtores fixaram residência, grande beneficiária de investimentos financeiros

⁵⁸ Oliveira (2002) indica que a maior parte dos estudos sobre as organizações negras são sobre o cunho sociopolítico. Os exemplos são: ANDREWS, George Reid “O protesto político negro em São Paulo, 1888-1988 in *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n° 27, 1991; PEREIRA, João Batista Borges. Aspectos do comportamento político do negro em São Paulo. *Ciência e Cultura*. São Paulo, vol. 34, n° 10, 1982^a. PEREIRA, João Batista Borges. Parâmetros ideológicos do projeto político de negros em São Paulo: um ensaio de antropologia política. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n° 24, 1982^b; NASCIMENTO, Maria Ercília. *A Estratégia da Desigualdade: o Movimento Negro dos anos 70*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1988; PINTO, Regina Pahim. *Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade*. Tese de doutorado. Departamento de Antropologia. FFLCH/USP, 1993; MENDONÇA, Luciana F. M. *Movimento Negro: da Marca da Inferioridade Racial a Construção da Identidade Étnica*. Dissertação de mestrado. São Paulo. FFLCH/USP, 1996; Porém, outros buscam compreender a ressignificação das religiões de origem africana: PRANDI, Reginaldo. *Os Candomblés em São Paulo*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1991; SILVA, Vagner Gonçalves de. *Os Orixás da Metrópole*, Petrópolis, Vozes, 1995 e AMARAL, Rita de Cássia. *Povo-de-Santo, povo de festa*. Dissertação de mestrado, Antropologia, FFLCH/USP.

internacionais, as frações mais pobres da sociedade não tinham acesso à crescente modernização. Isso pois:

(...) ao mesmo tempo que o desenvolvimento do capitalismo viabiliza uma gama de novas alternativas de trabalho e lazer para as populações urbanas, reforça também as possibilidades de exclusão de grupos subalternos da sociedade, em relação aos benefícios que são produzidos pelo seu trabalho (SILVA, 1995 apud BELO, 2008).

Nesse momento, a população paulistana era composta em sua maioria por imigrantes e seus descendentes, especialmente italianos, alguns provenientes das fazendas de café do interior paulista e outros vindos exatamente para o trabalharem nas fábricas e por negros recém-libertos, ainda pouco inseridos na economia urbana. Esses como ainda sofriam as consequências do sistema escravocrata, acabavam se submetendo a diversas formas de exploração. Muitas mulheres negras prestavam serviços domésticos, trabalhavam como cozinheiras, quituteiras, lavadeiras e passadeiras. As residentes no Bixiga na Avenida Paulista e Jardins e as moradoras da Barra Funda em Campos Elísios e Higienópolis (SIMSON, 1989; ROLNIK, 1997; BELO, 2008).

Já os homens prestavam serviços temporários e pequenos ofícios, como carroceiros, carregadores, vendedores de rua, leiteiros, carvoeiros, lenheiros, tripeiros, tropeiros e pedreiros, ambulantes de diversos tipos ou trabalhavam de maneira mais perene como carregadores e ensacadores em armazéns das estradas de ferro São Paulo Railway e Sorocabana. Muitos deles também se reuniam no Largo da Banana, local onde hoje está o Memorial da América Latina, para venderem as bananas que ganhavam como parte do pagamento que realizavam nos armazéns. O interessante é que nesse lugar complementavam o salário que eram muito baixos, mas também se divertiam cantando, sambando e jogando tiririca, uma espécie de capoeira (BELO, 2008, MORAES, 1995).

Os mais diferentes grupos conviviam nas ruas e toleravam-se em uma sociedade marcada por grandes desigualdades culturais e étnicas. Em função dos conflitos e da negação das realizações culturais, buscavam formas de lazer e participação política em uma vida comunitária com outros negros.

Por isso, isolados dentro da própria cidade, os vários segmentos marginalizados iriam se agrupar, criando formas de sobrevivência e experiências sociais diferenciadas daquelas que a elite paulistana tentava impor e formalizar como sendo a de todos os cidadãos civilizados. Dentro desse conjunto social segregado, os segmentos de mesma origem tentariam criar modos formais e formais de solidariedade, buscando justamente sua sobrevivência (OLIVEIRA, 2002, p.22 23).

Então, como as festas promovidas pelas frações da sociedade mais poderosas tinham acesso limitado, excluindo assim à população pobre e negra, esses últimos organizados em grupos festejavam a seu modo em lugares nos quais era permitido fazer (BELO, 2008, p.16).

Como afirma Moraes (...) segregados em seus territórios, os negros procuravam manter vivas suas tradições através da releitura de suas memórias nas experiências cotidianas proporcionadas pelo novo conjunto urbano social internacionalizado, e que se expressava nas festas populares, nos batuques, nas pernadas e capoeiras, nos times de futebol, nos sambas de roda, nas rodas de macumba e jongo (1995, p. 67).

Nesse contexto urbano cosmopolita, repleto de negações acerca da população negra, as organizações tiveram imensa importância. Entidades religiosas como as Irmandades, a exemplo dos Pretos do Rosário de São Paulo, empresa negra independente, a Frente Negra Brasileira, a Associação Cultural do Negro, o Movimento Negro Unificado, as Escolas de Samba e as religiões de matriz africana cumpriram um papel como plataformas de unificação e resistência dos negros frente às dificuldades encontradas na cidade (MOURA, 1983).

Como aponta Moura (1984) e Moraes (1995), desde os séculos XVII e XVIII, as manifestações culturais, especialmente as religiosas de base africana sofrem proibições. A população negra além de ter sua cultura negada, ainda tinha dificuldades de participar das festas religiosas católicas. No século XIX foram proibidos definitivamente de participarem dessas festas e passaram a se reunir nas Irmandades católicas, dentro das quais poderiam organizar e fazer festas.

Os integrantes das Irmandades aproveitavam o final das festas religiosas para criarem seus próprios espaços de brincadeiras. No pátio da igreja tocavam, cantavam e dançavam congadas e moçambiques. Em louvor de Nossa Senhora do

Rosário e São Benedito e nas festas populares, animadas com batuques, pernadas e capoeiras, sambas de roda e jongo resgatavam a memória (OLIVEIRA, 2002, p. 27).⁵⁹

Ao criarem práticas como essas, a população pobre da cidade ocupava espaços específicos, procurando reafirmar não somente sua existência, mas também um sentido de pertencimento a essa cidade que os negava o tempo todo. Então, no território da cidade formaram-se espécies de redutos da população negra, sendo os bairros da Barra Funda, Bela Vista (Bixiga), Lavapés, Liberdade e Baixada do Glicério os principais. Os bairros do Brás, Belém, Mooca, Penha, Jabaquara e Saúde, por serem constantemente atingidos por enchentes, ofereciam terrenos e aluguéis mais acessíveis à população mais pobre e por isso também tinham grande concentração de negros. Esses bairros, especialmente a Barra Funda, tornaram-se lugares de referência para a cultura de uma população formada por negros, uns recém-chegados da zona rural paulista, outros nascidos na cidade de São Paulo, que unidos em espaços socialmente delimitados construiriam a partir de sua ancestralidade uma leitura diferente da cidade.

Nesses bairros próximos ao centro, mas sem condições de usar os bens sociais e culturais e participar das atividades promovidas nesses espaços, morando em habitações geralmente coletivas e deterioradas, a população pobre buscava trabalho e formas de sobreviver e se divertir nas proximidades da moradia, nas ruas e casas. Os negros, trabalhadores que faziam os piores trabalhos e viviam nas piores condições de vida, mesmo cansados, após um dia árduo e pesado de atividade nos armazéns das ferrovias faziam das ruas e quintais o espaço da festa. Nesses espaços aconteciam encontros e festas populares, rodas de partido alto, de capoeira e pernada (OLIVEIRA, 2002; BELO, 2008).

⁵⁹ Nesse sentido estava na origem da Irmandade do Rosário que surgiu para reunir e dar identidade aos negros impossibilitados de exercerem suas crenças africanas com liberdade. A Irmandade, fundada em 1711, resistiu e cumpriu importante papel também na passagem do século XIX para o XX, período de industrialização e urbanização. Sua própria história, marcada por ameaças contínuas e pela demolição e transferência da igreja, já é um exemplo de conflito estabelecido com a sociedade escravocrata e resistência dos negros na cidade. No seu entorno existia uma comunidade formada por africanos livres, muito atuantes que moravam em quartos (nome dado às unidades habitacionais) e trabalhavam no mesmo prédio onde tinham suas quitandas, lugares para venderem doces, geleias, legumes, hortaliças, mandioca, milho verde cru e cozido (MOURA, 1984). Esses africanos livres frequentavam assiduamente as festas da Irmandade.

Morando em regiões que eram autênticos territórios negros, esses grupos podiam viver de acordo com as regras que eles próprios estabeleciam informalmente, abrindo possibilidades para o exercício de suas práticas sociais e culturais. Esse longo trajeto principia no século XIX com a ocupação de espaços nas festas religiosas e nas ruas, continua no século passado e prossegue durante este século nas variadas experiências culturais que tentam impor à cidade, assimilando alguns de seus elementos e determinando a inclusão de outros, contribuindo, enfim, para criar a identidade contraditória e múltipla de São Paulo (OLIVEIRA, 2002, p.28).

E foi na Barra Funda, nesse contexto, que surgiu o primeiro cordão carnavalesco negro da cidade. Fundado em 1914 por Dionísio Barbosa e pela família, o Grupo Carnavalesco da Barra Funda surgiu influenciado pela cultura dos migrantes vindos do interior do estado de São Paulo. O samba rural e o samba de bumbo, trazidos por negros dos municípios como Araraquara, Piracicaba, Sorocaba, Tietê, Campinas, Capivari e também por manifestações carnavalescas populares cariocas, como os ranchos, foram base inspiradora do cordão e de uma forma de manifestação carnavalesca que permitiu a participação da população negra (ANDRADE, 1950; MANZATTI, 2005; BELO, 2006). O cordão carnavalesco fez a alegria da Barra Funda até 1936. Anos mais tarde, mais precisamente em 1953, Inocência Tobias, junto com outros sambistas, fundou um novo cordão, o grupo Mocidade Camisa Verde e Branco que em 1972 tornou-se escola de samba (BELO, 2008).

Waldenyr Caldas (1995) que primeira metade do século XX, mais especificamente na década de 1940, no centro, próximo ao largo do Paissandu, tinham as festas do Rosário e na praça da Sé uma grande movimentação de engraxates. Os registros mostram que a Sé já era bem movimentada, sua paisagem era povoada pelos camelôs que começavam a aparecer e outros subempregados, pequenas mesas de doces caseiros e outras atividades. Entre esses subempregados tinham os engraxates, homens e garotas que lustravam sapatos e faziam outros serviços também, como carregar compras e pacotes pesados (CALDAS, 1995).

Túlio de Lemos, jornalista e frequentador do centro, descreve as batucadas de engraxates em diferentes lugares da cidade, como nas praças da Sé e do Correio, na Avenida São João, no largo São Bento, na Anhangabaú, entre outros lugares, porque como subempregados que podiam carregar seus instrumentos de trabalho, os

engraxates circulavam atrás de fregueses e faziam o batuque onde tivesse trabalho. Das observações realizadas na praça da Sé nessa época, Tulio de Lemos, destaca que quando os engraxates não estavam trabalhando, aproveitavam para cantar e batucar. A percussão era improvisada, feita com as partes da estação de trabalho, batucavam na caixa de engraxate, na latinha de graxa e naquilo que tinham por perto. Instrumentos de trabalho improvisados como para fazer música. A citação de Tulio de Lemos, um observador dos vai e vem da praça da Sé e de toda a vida que havia por lá, é longa, porém rica em detalhes

E eu vos direi que os instrumentos eram bem espantosos; o mais importante era uma dessas caixas usadas pelos engraxates ambulantes; esse conhecido aparelho de madeira, de forma mais ou menos triangular, com um dispositivo no qual por \$300 a gente pode pôr o pé, vendo curvar-se diante dele nosso semelhante menos favorecido pela sorte; pois essa caixa, percutida com arte, produz vários sons dos mais graves ao mais agudo. Batendo-se-lhe na superfície lisa emitirá um som relativo ao dos bambas, som que uma habilidosa pressão das mãos do tocador modificará para mais claro ou mais escuro; o dispositivo no qual se apoia o sapato a engraxar produz por sua vez outro som, assim como cada parte da caixa realiza um som particular, coisa que por si só engendraria todo um complexo sistema orquestral. Mas, não fiquemos na 'caixa', pois que outras delícias vos esperam. O vidro vazio que costuma conter água que dá brilho à engraxadela, eis outro instrumento de alto valor no fabuloso conjunto; solicitadas por mãos carinhosamente musicais, os pobres vidros cantam lindamente. E o que me direis dessas latinhas de 'pastas para calçados'? Pois eu vos afirmo que se possuídes uma poética alma de engraxate paulistano podereis transformá-las em magníficos instrumentos de música: a lata propriamente dita tem um timbre seco e agudo, de pouca ressonância, ao passo que a tampa oferece um som brilhante, ligeiramente mais grave, mas eis que, fechada, cheia ou vazia, a incrível latinha realiza o milagre e muitos outros sons. Também a tem uma função sonora. Enfim: todos os apetrechos de trabalho dos engraxates em contacto com a musicalidade desses trabalhadores, são elevados à condição de instrumento de música (LEMOS apud CALDAS, 1995, p. 92/5).

Os “músicos engraxates”, representantes da cultura popular urbana no centro de São Paulo, foram lembrados com nostalgia em 1958. A música “Lata de graxa”, de Mário Vieira Geraldo do Blota, gravada por Germano Mathias, mostra as

transformações pelas quais passou a praça da Sé, marco zero e símbolo da cidade e uma das consequências da modernização do local, o despejo dos famosos engraxates. A letra de “Lata de graxa”:

Barra Funda, castiga a batucada, meu irmão, vamos engolir
Com chifre e tudo
No coração da cidade.
Hoje mora na saudade
A velha Praça da Sé (Bis)
Nossa tradição
Da praça da batucada
Agora remodelada
Só ficou recordação

Até o engraxate
Foi despejado
E teve que se mudar
Com sua caixa

Ai que saudade
Da batucada (Bis)
Feita na lata de graxa (VIEIRA, BLOTA apud CALDAS, 1995, p. 92)

Mudar de lugar também era uma estratégia de sobrevivência, considerados vadios “[...] infratores da lei que burlavam o fisco” por não pagarem impostos e, situação agravada pelo fato de muitos serem negros e pobres, eram constantemente perseguidos pelo Estado, representado pela polícia. Poetas de rua, talvez os primeiros *Griôs* [*Griots*]⁶⁰ urbanos de São Paulo, inclusive antecedendo os MCs, os mestres de cerimônias do *hip hop*, sobre os quais falaremos mais adiante, não raro encaminhados ao Gabinete de Investigações eram presos e quando libertos tinham seus materiais e instrumentos de trabalho e música confiscados.

Porém, o preconceito institucionalizado pelo Estado que prendia e registrava o engraxate por vadiagem, não era suficiente para calar esses *Griôs* urbanos. Como escreveu Caldas, “Se na música popular brasileira daquela época o amor dominava a

⁶⁰ A tradição *Griot* de contar histórias oralmente chegou no Brasil durante a diáspora africana. Os *griôs* são guardiões dos saberes ancestrais e responsáveis por transmiti-los para as gerações presentes.

temática poética dos compositores, o mesmo não acontecia com os poetas-engraxates, ou seja, os poetas de rua” (CALDAS, 1995, p. 96). As músicas apresentadas pelas ruas do centro tinham como temática as questões sociais, os problemas que os pobres excluídos dos processos de produção, aqueles que sobreviviam com subempregos, os chamados “bicos e biscates”, entre estes os próprios poetas, os engraxates, sofriam no cotidiano da metrópole declarada moderna e modernizadora as contradições do capitalismo. Em um samba-batuque, como denominavam suas composições, sempre coletivas, cantam e batucam denunciando aos transeuntes as condições de vida e moradia e discriminação sofrida por eles na cidade:

Dizem que engraxate é profissão de vagabundo,
Mas, ninguém sabe dar valor
A quem merece neste mundo
Se o teu trabalho fosse cada um para si
Deus para nós todos, eu assim podia agir.

Viver em camelagem
Eu penso que não é vantagem
Morando no porão,
Dormindo na friagem
E deste jeitinho sei me defender, sempre folgazão,
Mas honrado até morrer (POETAS ENGRAXATES *apud* CALDAS, 1995, p. 97).

Nesse momento, quando a especialização do trabalho, elemento central para a diferenciação das classes sociais, ainda não era tão perceptível, os engraxates já eram subalternizados pelo Estado e sofriam com essa qualificação. Porém, não se calavam, como não se calaram Adoniram Barbosa e Maria Carolina de Jesus.

Adoniram Barbosa, batizado João Rufino, foi pintor, encanador, tecelão, garçom e “Ciente de tudo que ocorria no dia-a-dia do trabalhador [o compositor] passaria para a história da música popular brasileira como um genuíno compositor de sambas paulistanos” (CALDAS, 1985, p. 114). Segundo Zuza Homem de Mello (*apud* CALDAS, 1985), as canções “*Samba do Arnesto*” (1951), “*Saudosa Maloca*” (1951) e “*Trem das Onze*” (1965) formam uma trilogia incomparável de composições sobre São Paulo. Em suas canções consegue traduzir o processo de metropolização, a questão

dos transportes, da casa própria, do cotidiano pobre da periferia, da mudança da paisagem através das demolições e construções e o despejo. Enfim, canta o progresso e suas vítimas.

O livro *“Quarto de Despejo”*, traduzido para vários idiomas, foi publicado pela primeira vez em 1963, porém foi escrito durante a década de 1950. Visto como um documento é um registro do cotidiano no qual a autora narra seu dia-a-dia na favela do Canindé, revelando, sobretudo, uma metrópole desigual e fragmentada que produz além de monumentos, grandes avenidas e edifícios altos e modernos, pobreza das favelas e dos trabalhadores, tema evitado pelos jornalistas e ensaístas do período.

Carolina de Jesus não fez uma simples descrição do cotidiano da favela do Canindé, mas uma análise mais totalizadora da metrópole, “[...] sua obra é universal, como universal é o drama da miséria humana” (CALDAS, 1995, p. 111). E isso é tão verdade que seus conteúdos, tão evitados pelo governo e sociedade, estamparam capas de jornais e revistas, o eu na época causou intenso debate e pressão social, tanto que a prefeitura municipal, em resposta à opinião pública, elaborou um plano de reurbanização da favela onde a escritora morava.

Sobre a obra, o escritor Audálio Dantas, prefaciador da primeira edição do livro, escreveu:

‘Quarto de Despejo’ tem o sentido de uma revolução, em todos os seus aspectos. Primeiro, ele nos mostra uma favela nua, *sem samba e sem literatura*, como bem disse a escritora Dinah Silveira de Queiroz. É a favela vista de dentro, por quem estava lá dentro e viveu integralmente as suas desgraças; a favela descrita de um ângulo inteiramente novo, um retrato de corpo inteiro sem os retoques do academismo cômodo de certos pesquisadores. Em sua revelação terrível de uma área de desintegração social – a favela do Canindé – o livro surge como o projeto inconsciente de todo o povo brasileiro, através da palavra tosca, mas admiravelmente clara, de Carolina de Jesus... O livro clama contra a fome que assalta as barracas do Canindé, que se desdobra em outras favelas, no Rio de Janeiro, em Recife, em Porto Alegre, em Manaus. É o grito dos que, não sendo favelados, de acordo com a concepção acadêmica de favela (aglomerado de casebres de tábuas), vivem sordidamente e cortiços ou porões das grandes cidades ou em miseráveis palhoças do interior (DANTAS, 1963 *apud* CALDAS, 1985, p. 111-112).

Como escreveu Oliveira (2002, p.19), “Há outras cidades dentro de São Paulo. Alegres, descontraídas e irreverentes, convivendo com a vida do trabalho”. Na “terra do trabalho” (2002, p.19), aquela forjada na tradição bandeirante, o paulistano também resiste politicamente a partir das experiências cotidianas e do fazer arte. O paulistano canta, batuca e samba. São Paulo também é a terra da festa “(...) porque a festa não é negação do trabalho, mas o seu contraponto” (2002, p.19). Da “briga’ por espaços na cidade”, das experiências cotidianas e “contribuições de outras presenças na cidade, como a dos negros e nordestinos” (OLIVEIRA, 2002, p.23), surgiu uma cultura popular urbana e assim, uma outra cidade, alegre e diferente do projeto traçado pelos hegemônicos.

O discurso da cidade/metrópole construído durante a idealização e realização da festa do quarto centenário de São Paulo, anunciada terra promissora, com destino manifesto desde a construção do território colonial português na América Latina, ocultou o popular e suas manifestações. Porém, vemos que as manifestações foram várias. E hoje vemos, em contrapartida, como escreveu Oliveira que existe uma cidade “(...) submersa, a [cidade] das periferias imensas, a perder de vista, e a leitura dessa cidade é tanto mais atraente e convidativa à medida que se tenta articular suas relações com a cultura – a cultura quente e viva construída pelo acontecer cotidiano da metrópole” (2002, p.24).

Hoje, vemos a apropriação da cidade e da metrópole por diferentes coletivos culturais, artistas e trabalhadores da cultura que ocupam os espaços públicos e ressignificando-os a partir de desejos e planos traçados por eles próprios. E como em um jogo dialético, mudam e transformam-se a partir das experiências vividas durante o processo de ocupação dos espaços públicos.

CAPITULO 3. O LUGAR DA PERIFERIA NA METRÓPOLE

3.1. Movimentos sociais urbanos: A periferia em movimento

Como já vimos anteriormente, diferente das décadas anteriores, atualmente muitos coletivos culturais e artísticos agem de forma mais integrada. A iniciativa dos Fóruns Culturais de reunirem-se em torno de um grupo maior chamado Movimento Cultural das Periferias demonstra que estamos vivendo um novo momento de organização das lutas dos trabalhadores da cultura. Se antes os coletivos estavam mais isolados e dispersos, hoje se articulam não somente virtualmente, mas também presencialmente a partir de encontros, reuniões, fóruns e formações em conjunto, o que de certa forma já o caracterizaria como um movimento em construção.

Esse movimento nos últimos três anos de trabalho e encontros fez contatos com coletivos em diferentes regiões do território paulistano, com os quais estabeleceu pautas e agendas comuns e criou estratégias de luta e resistência. Essa forma de articulação feita sobre o território, coletivos organizados em fóruns e estes no Movimento Cultural das Periferias, aponta a necessidade de uma reflexão sobre a história e o papel dos movimentos sociais em São Paulo.

Historicamente, a questão espacial, especialmente o território, esteve presente no debate acerca dos movimentos sociais urbanos e rurais. Ora, em pesquisas realizadas por geógrafos, ora em estudos desenvolvidos por outros cientistas sociais. Ainda que em um dado momento a análise espacial tem sido reconhecida como objeto definidor de um campo específico de atuação, longe de defender um monopólio da ciência geográfica sobre a análise espacial, sabemos que para além das excelentes pesquisas realizadas por investigadores de outras áreas sobre os movimentos sociais, visto também pela perspectiva espacial, faz-se necessário destacar a importância das pesquisas de geógrafos nessa área.

A produção teórica sobre os diferentes movimentos sociais urbanos desenvolveu-se segundo a própria dinâmica dos objetos. A existência e a intensidade das ações dos movimentos sociais influencia o envolvimento dos pesquisadores com

a temática. Para Gohn, as pesquisas nestas áreas acompanham um fluxo ascendente e refluxo dos próprios movimentos sociais, alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face às conjunturas e às forças sociopolíticas em ação. Então, em todas as vezes que os movimentos se fortaleceram na cidade de São Paulo, as pesquisas também se intensificaram (1985, 1991). Hoje, estamos vivendo um pouco desse fluxo ascendente no qual vemos diferentes movimentos fortalecidos, como ambiental, cultural, LGBT, negro, por moradia, por terra, muitos acompanhados de perto por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Enfim, a luta e o trabalho constante de indivíduos e grupos criaram um interesse da academia que tem buscado compreender esta efervescência que pode aparecer tanto como ativismo, como movimento social.

Como esclareceram Souza e Rodrigues (2004), ativismos e movimentos sociais são formas específicas como as pessoas se organizam e participam da sociedade, lutam por direitos, estabelecem laços de cooperação e organizam ações políticas e culturais. Os autores estabelecem que ativismo social seja uma categoria mais ampla que “[...] envolve diversas formas de organização, mobilização e ação dos habitantes das cidades [...]” desde ações paroquiais, acríicas em relação à sociedade instituída até mobilizações mais amplas e críticas acerca da sociedade constituída, em seus fundamentos, sociais, econômicos, políticos e culturais, movimentam-se com forte potencial transformador (RODRIGUES e SOUZA, 2004, p. 83).

O primeiro, o ativismo reivindicativo constitui-se em grupos de pressão que expressariam a luta por melhoramentos urbanos e equipamentos públicos de uso coletivo, como creches, hospitais, postos de saúde, enfim algo específico e pontual. Este tipo de ativismo, por não possuir uma pauta de luta ampliada, passa por uma desmobilização logo depois de atingido seu objetivo. Já os movimentos sociais são alimentados por uma crítica ao modelo hegemônico e pautas que visam à contestação e a transformação da ordem socioespacial instituída.

A diferenciação entre ativismo reivindicativo e movimento social realizada por Souza e Rodrigues (2004) faz sentido quando nos deparamos com a análise de Ana Maria Doimo (1984), em “Movimento Urbano, Igreja e Participação Popular”. Apesar de escrever que nem todas as reivindicações urbanas podem ser classificadas como Movimento Social Urbano, pois toca na ideia de transformação, esta é considerada

em princípio como possibilidade, não um dado efetivo. Podemos perceber isto quando escreveu que para sê-lo “[...] este deve conter os germes da transformação” (DOIMO, 1984, p.24). Esse conceito permite classificar as Sociedades de Amigos de Bairro de São Paulo, surgidas em 1934 como Sociedades de Amigos da Cidade (SACs), a partir da iniciativa de profissionais liberais, como Movimento Social. Movimento que evidencia uma “[...] debilidade organizativa e a pouca capacidade de pressão frente ao Estado como suas características marcantes” (DOIMO, 1984, p.24). Que com viés populista:

[...] funcionavam como elos entre a população e o poder público, que tinha possibilidade de atender, pelo menos em parte, às reivindicações assim apresentadas. Tratava-se, no fundo, de trocar as obras e os serviços, financiados pelo erário público, pelo voto dos beneficiários (SINGER, BRANT, 1980, p.87).

Em termos de classificação, pela fragilidade dessas associações e especialmente pela postura acrítica em relação ao fato dos recursos públicos serem mobilizados quase que exclusivamente para garantir o avanço das forças produtivas monopolistas em São Paulo, hoje Rodrigues e Souza (2004) não as classificariam como Movimento Social, mas sim como ativismo reivindicativo.

É importante lembrar que Ana Maria Doimo não acredita na possibilidade de mudança e transformação social a partir da reapropriação do Estado pela sociedade civil consciente e autonomamente constituída (SANTOS, 2008).

As pesquisas sobre os movimentos sociais, iniciadas na Europa em meados da década de 1960 e no Brasil, durante a década de 1980 envolveram muitos pesquisadores, resultando em uma das maiores inovações nas ciências sociais. Os estudos mais consistentes e teóricos começaram a surgir durante as décadas de 1980 e 1990, pois a produção feita anteriormente era bem descritiva. Nesse mesmo sentido, Santos (2011) esclarece que no contexto da globalização e da intensificação das lutas, o estudo da temática foi ganhando não somente proeminência no pensamento social, como também uma reflexão mais densa acerca das teorias e conceitos. Neste processo o espaço, antes desvalorizado por outras ciências sociais,

passou a fazer parte do corpo teórico privilegiado destas ciências. O autor citado ainda considera que a valorização da diversidade dos movimentos de luta e resistência contra as forças hegemônicas do capitalismo tem contribuído imensamente para que pesquisadores de diferentes áreas se voltem para os estudos sobre os movimentos sociais, destacando o espaço como dimensão fundamental dessas experiências. Quando então passa a existir, com certa convergência de olhares e do corpo conceitual, um encontro de cientistas sociais, geógrafos e não geógrafos estudando movimentos sociais numa perspectiva espacial. “Cientistas sociais trabalhando sobre movimentos sociais se aproximam dos debates sobre o espaço, e geógrafos se aproximam dos movimentos sociais” (SANTOS, 2011, p. 26).

Na geografia esse fluxo sobre o qual escreve Maria da Glória Gohn (1985 e 1991) e Renato Emerson Nascimento dos Santos (2011) coincide com o período de renovação teórico-metodológica e com o estabelecimento do pensamento social crítico no Brasil. Nesse contexto, surge um diálogo entre os geógrafos e os sujeitos sociais coletivos. Tal movimento pode ser percebido nas ações e agendas da Associação dos Geógrafos Brasileiros que nesse período aproximou-se da temática e da criação de uma geografia voltada para as transformações sociais, inaugurando então, em uma conjuntura específica, uma geografia de luta, uma ciência que coloca seus saberes nos projetos que buscavam compreender as relações estabelecidas entre os movimentos sociais e os projetos hegemônicos. O campo de força político e o reconhecimento das condições de operar mudanças na história do país contribuíram para o fortalecimento dos movimentos.

Com o intuito de nos localizarmos entre as abordagens teóricas sobre os Movimentos Sociais, utilizaremos aqui os apontamentos de Maria da Glória Gohn (2014) para o universo das Ciências Sociais e Renato Emerson Nascimento dos Santos (2011) para os estudos no âmbito da geografia.

Os autores da primeira abordagem a histórico-estrutural, muito relevante até a década de 1970, tem como fontes clássicas além de Karl Marx que influenciou imensamente a leitura sobre os movimentos sociais, haja vista que apesar de não ter teorizado sobre as ações coletivas, estudou e delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado, Antonio Gramsci, Henry Lefebvre, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky, Lenin, Mao Tse-Tung, entre outros. E mais recentemente

recebeu grandes contribuições de E. Hobsbawm, E. P. Thompson, G. Rudé, R. William, R. Kurtz. T. Eagleton, I. Mészáros, T. Skocpol, M. Mayer, O. Ianni, F. Oliveira, R. Antunes e E. Sader.

Na abordagem histórico-estrutural, o conceito de movimento social durante muito tempo ficou subordinado ao de luta de classe. Depois estudos críticos, realizados por autores marxistas como Hobsbawm, passaram a tratar o conceito de movimento social associado à ideia de reforma e revolução, no qual o paradigma do processo histórico de transformação social apontou para um caminho que analisa e classifica os movimentos como reformista, reacionário ou revolucionário. Neste período muitos estudos empíricos tiveram como objeto o movimento operário ou camponês, os sindicatos e os partidos políticos. A desigualdade social aparece como um tema central, e a sua superação com a emancipação da classe trabalhadora uma meta. E. P. Thompson e E. Hobsbawm recolocam na linha das teorias marxistas o papel central da cultura para pensar os movimentos sociais (GOHN, 2014).

Gohn lembra que a corrente culturalista-identitária tem uma gama inspiradora bem diversa e complexa que envolve leituras e fundamentos do idealismo de Kant, do romantismo de Rousseau, das teorias utópicas e libertárias do século XIX, do idealismo de Nietzsche e a fenomenologia. Foucault influenciou durante as décadas de 1960 e 1970 e Habermas, Bobbio, Arendt e Giddens nos anos de 1980. A abordagem baseada nestas leituras contribui para a fundamentação dos estudos inseridos que se costumou chamar de “Os novos movimentos sociais” que estudou os novos espaços sociais e culturais e seus sujeitos, mulheres, negros, índios, jovens etc. Autores como Touraine (1960), Melucci (1980), Offe (1983), Eder (2002), Scott (1985), Geertz (1989), Pizzorno (1983), Kriesi (1995) criticaram as abordagens estruturais ortodoxas, especialmente o uso excessivo da categoria classe social e a predileção por estudar o movimento operário e sindical. Destacam o estudo da identidade de outros grupos julgados relevantes (GOHN, 2014).

A terceira corrente, a institucional/organizacional-comportamentalista, desenvolvida especialmente nos Estados Unidos, mas com influência na Europa, tem fundamentos nas teorias liberais dos séculos XVII e XVIII, no qual os principais nomes foram: Adam Smith, John Locke e J.S. Mill. Nessa linha de interpretação, um

movimento social atingia seu objetivo máximo quando se transformava em uma organização institucionalizada (GOHN, 2014).

A geografia, compreendida como uma ciência social, também se reaproxima dos estudos sobre os movimentos sociais, onde de forma comprometida com a transformação, tem na leitura e no diálogo social seu ponto de partida, isso não significa que exista um bloco teórico-metodológico único, há diferenças de olhares entre determinados grupos de pesquisa.

Os estudos motivados pela importância dos movimentos sociais podem ser analisados de diferentes maneiras, sendo que cada uma delas compreende a questão de uma forma diferente e a análise a partir de certo corpo teórico construído para compreender as espacialidades dos movimentos sociais, sempre em diálogo com os estudos realizados por outras ciências sociais. Longe de fazer uma discussão exaustiva sobre as diferentes perspectivas de análise, partimos das três tendências localizadas pelo Renato Emerson dos Santos (2011), sendo essas: a Geografia da organização dos movimentos sociais, a Geografia das lutas sociais e a Geo-grafia dos movimentos sociais.

A primeira tendência, a Geografia da organização dos movimentos sociais, assim como outras ciências sociais, representa o conjunto de pesquisas que aborda as formas de organização dos movimentos e de sua configuração espacial de forma mais descrita. Neste grupo os pesquisadores destacam de maneira minuciosa a estrutura organizativa e as agendas mobilizadoras dos movimentos estudados. Maria Terezinha de Soares Segadas, Statiê Mizubuti e Julia Adão Bernardes estariam nesse grupo (SANTOS, 2011).

A segunda, Geografia das lutas sociais, representa um conjunto de pesquisas que diferente da anterior não ‘personificam’ as organizações sociais, a partir da exaustiva descrição das organizações, preferindo compreender as diferentes formas de luta e os conflitos sociais espacializados. Em termos de fundamentos teóricos e do diálogo com os estudos realizados pelos cientistas sociais esta corrente pode ser localizada no conjunto da abordagem histórico-estrutural tratada anteriormente Gohn, no conjunto da teoria crítica marxista compreende os conflitos enquanto expressão concreta das contradições inerentes ao processo de produção do espaço capitalista.

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira teria seus trabalhos localizados nesse conjunto (SANTOS, 2011).

A terceira e mais recente perspectiva, Geo-grafias dos movimentos sociais caracteriza-se, segundo Renato dos Santos (2011) por um duplo percurso analítico já que apesar tomar o espaço como objeto e base de método, esforça-se para propor o movimento social enquanto categoria de pensamento na geografia, momento no qual o movimento social deixa de ser objeto e passa ser um instrumento para a compreensão das espacialidades. Os trabalhos de Carlos Walter Porto-Gonçalves e Bernardo Mançano Fernandes são os mais importantes dessa tendência (SANTOS, 2011).

Hoje, num contexto de efervescência das manifestações sociais, a geografia, assim como outras ciências sociais, volta-se novamente para a compreensão dessas questões, estudando movimentos rurais, quilombolas, indígenas, afetados por barragens, urbanos de moradia, de educação e culturais, entre outros em uma destas três perspectivas expostas anteriormente, em um diálogo permanente com referências das ciências sociais.

Cabe agora dizer que o nosso caminho para pensar os movimentos sociais fundamenta-se na leitura dos historiadores ingleses E. Hobsbawm e E. P. Thompson. Esses autores apresentam a possibilidade, ainda que por dentro do enfoque histórico-estrutural e do foco na história e na mobilização da classe operária, praticamente inexistente em São Paulo contemporânea, de por dentro da esfera da cultura política estudar as experiências coletivas vivenciadas pelos trabalhadores da cultura, vistos como sujeitos políticos, historicamente construídos, durante a mobilização e a construção do Movimento Cultural das Periferias. Thompson traz a ideia de que as classes sociais “estão em constante formação através das lutas e das vivências, daí a importância” da experiência. Para esse autor, as condições materiais são fundamentais, mas não são determinantes.

Esses fundamentos permitem entender o Coletivo Cultural, sua organização e as ações realizadas, sejam estas reuniões, audiências públicas, manifestações ou atos. E se por um lado Hobsbawm (1970) nos ajuda compreender os movimentos a ponto de os classificarmos como reformistas ou revolucionárias, Thompson (1971) recupera questões como valor, cultura e teoria política o que nos permitirá compreender melhor

ainda os coletivos. E Gramsci e Lukács contribuem para o enriquecimento desta análise à medida que trazem outros conceitos. Reivindicamos de Gramsci para o nosso trabalho os conceitos de sociedade política e sociedade civil, além de campo de força, classes hegemônicas e senso comum e de Lukács, o de *práxis*. Corpo teórico que nos ajuda a compreender como as pessoas no cotidiano experienciam as carências e ausências e mais, como nessa situação conseguem se organizar e enfrentar a situação de forma transformadora que poderá conduzi-los às rupturas com o estabelecido.

No Brasil, Eder Sader (1988), quando escreveu sobre os “novos personagens” que entravam em cena, compartilhou desta abordagem, pois em seus trabalhos não enfatizou as estruturas econômicas, sociais e políticas, mas sim as experiências populares, valorizando o cotidiano e por dentro deste o desenrolar dos acontecimentos e da tomada de consciência de como se formam os mecanismos de resistência às inúmeras opressões (SANTOS, 2008). Para este autor, é assim que se constrói a cultura política, com base na aprendizagem produzida pela experiência no cotidiano.

Os movimentos sociais constituem-se como um dos sujeitos sociopolíticos coletivos mais presentes desde as experiências de 1970, pois ao mobilizarem ideias e valores e gerarem saberes, esses funcionam como fontes de mudanças sociais. Os primeiros estudos e pesquisas sobre movimentos sociais urbanos no Brasil e na América Latina apareceram durante a década de 1970, associados primeiro ao contexto urbano-industrial em consolidação em alguns centros e depois como crítica da literatura que abordava as classes populares como apenas executoras das políticas elaboradas pelo Estado. Ao fazer uma análise da literatura sobre o assunto, Maria da Glória Gohn (1985, 1991) verificou a inexistência de estudos específicos realizados em período anterior a essa década.

A maioria dos autores que trabalham com movimentos sociais urbanos concorda que o período entre 1978 e 1985 (entre as greves do ABCD paulista e a vitória de Tancredo Neves, para presidente da República, no Colégio Eleitoral) marcou a transição para um novo modo de fazer política e para novas práticas de pressão social. A forma mais

elaborada de atuação dos movimentos populares contribuiu para o fortalecimento da chamada sociedade civil (SANTOS, 2008, p. 87).

No Brasil, os movimentos originados nessa década tinham uma particularidade, já eram movimentos sociais de classe. Eram sindicais, urbanos e rurais, movimentos populares por moradia e equipamentos e bens de consumo de uso coletivo. Os movimentos dessa década organizaram-se localmente em torno de demandas isoladas, reivindicando aos únicos opositores, o Estado e a burguesia, representada pela fábrica. Os movimentos de maior visibilidade social e política desse período foram os sindicais e de moradores, por salários/melhores condições de trabalho e infraestrutura urbana/moradia, respectivamente (GOHN, 1991)⁶¹. Porém, como em outros lugares do mundo, além das reivindicações relacionadas à exploração do trabalho e à espoliação urbana, muitos se manifestaram em lutas por questões específicas como a feminista, a situação vivida pelos negros, a ambientalista, em todas colocando em xeque uma “relação secular de subalternidade” e preconceitos (SANTOS, 2008, p. 87).

Na década seguinte, os movimentos sociais com um acúmulo de experiências, mais organizados e fortalecidos passaram a lutar por demandas mais amplas, como pelo acesso aos direitos mínimos e básicos dos indivíduos negados pelo regime militar. Novas categorias se fortalecem e começaram a lutar com mais força e envolvimento, como foi o caso dos petroleiros e portuários. Porém, como ressaltou Gohn (1991), em 1982 quando uma parcela da oposição acessou o poder, as diferenças acentuaram-se e infelizmente houve uma fragmentação dos movimentos populares, causando inclusive o desaparecimento de alguns, como o por creches em São Paulo. Outros se perderam durante os processos de articulações por políticas públicas com os novos governos estaduais e municipais. E alguns sobreviveram e se fortaleceram como o movimento por moradia.

A situação socioeconômica, caracterizada por desemprego, aluguéis altos e esgotamento dos espaços nas favelas já formadas, pressionou as camadas mais pobres irem para as periferias e lá ocuparem novos lotes. À medida que os terrenos

⁶¹ Durante as décadas de 1970 e 1980 o movimento sindical uniu-se ao de moradores, pois os operários tinham suas moradias nas periferias. Foi de grande importância a participação dos trabalhadores na Pastoral Operária (SANTOS, 2008; IFFLY, 2010).

iam sendo ocupados, os movimentos por moradia iam se articulando por mais acesso a terra, regularização da área, posse, entre outras reivindicações.

Neste período, os movimentos sociais, de um modo geral, passaram a estruturar-se em torno de grandes blocos segundo as tendências político-partidárias ou aos posicionamentos políticos de setores expressivos da sociedade civil, como, por exemplo, a ala progressista da Igreja Católica. No caso do movimento sindical, surgiram a Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), a Central Única de Trabalhadores (CUT), a Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União dos Sindicatos Independentes (USI). O movimento popular cria a Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam), a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (Anampos) que mais tarde viabilizaria a construção da Central de Movimentos Populares (CMP)⁶².

Concomitantemente ao surgimento desses movimentos, apareceram outros, estimulados por programas sociais do governo, especialmente através da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Secretaria de Ação Comunitária (SEAC) e projetos mais específicos como o Rondon, porém sem participação da base. Esses programas oficiais apropriaram-se da força simbólica e do conteúdo político da palavra comunidade, herança das Comunidades Eclesiais e Base da Igreja Católica (CEBs), para conferir um sentido para a nova cultura política que surgia. E mesmo não sendo de base popular crítica, começaram usar a expressão Comunidade para denominar entidades criadas pelo estímulo do poder público como comunitárias⁶³.

⁶² A Maria Glória Gohn realizou recentemente (2013) um mapeamento dos movimentos sociais onde destaca os seguintes: Coalizão de Moradia, Liga Brasileira das Lésbicas; (MAB) Movimento dos atingidos por Barragens; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); – Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMR); Movimento Consulta Popular; Movimento dos Catadores de Lixo Reciclável; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); Pastoral da Juventude do Brasil (PJB); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); União Nacional dos Estudantes (UNE); Rede de Educação Cidadã; Vida e Juventude. No universo sindical: – Central Geral dos Trabalhadores (CGTB); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Força Sindical; Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); União Geral dos Trabalhadores (UGT). (GOHN, 2013)

⁶³ Os movimentos sociais criados por estímulo dos agentes da sociedade política utilizavam o termo comunidade em seu sentido funcional-positivista, como lócus geográfico espacial, em oposição ao termo sociedade, organização social vista como burocrática e impessoal. A comunidade seria a teia criada pela rede de relações informais, uniformizadora dos interesses dos indivíduos, negadora das diferenças sociais e, portanto, negadora de uma leitura do social a partir de uma sociedade dividida em classes (GOHN, 1991, 14/15).

Como escreveu Vera da Silva Teles, não há dúvidas sobre a importância da Igreja e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na articulação dos movimentos sociais nas periferias, especialmente nas zonas leste e sul. Como posto anteriormente, no contexto no qual foram criadas, São Paulo que passava por um processo de formação territorial, durante a industrialização, alargando horizontalmente as “fronteiras” do perímetro urbano, produzindo pobreza e abandono, reservava para a classe operária, formada por migrantes e pobres, os loteamentos em bairros distantes. As evidências de que a Igreja atuou nessas áreas fomentando os movimentos sociais são muitas, especialmente em 1974 e 1975.⁶⁴ Porém, Teles lembra que muitas vezes o papel da Igreja é qualificado da noção de vazio que essas teriam preenchido (TELES, 1994)⁶⁵.

A ideia de um “nada” deixado pela repressão do pós-64, pelo fechamento ou desestruturação dos espaços convencionais da ação política, pelo desfiguramento das funções de representação das instituições, pela destruição das organizações de esquerda, supõe a percepção de um tempo linear e contínuo em seu desenrolar e que a Igreja viria interromper para fundar um novo tempo. Supõe ainda a percepção de um espaço homogêneo, habitado por uma população indiferenciada na sua subordinação, à espera de uma ação redentora capaz de iluminá-la, despertá-la e conscientizá-la (TELES, 1994, p.221).

Em relatos sobre a década de 1970, há indícios da existência de muitos outros personagens nas periferias, “[...] portadores de experiências vividas e tempos e espaços diferenciados que se cruzavam e interagiam nos locais de moradia [...]” (TELES, 1994). Eram militantes sindicais que viveram as mobilizações pré-64, críticos ao sindicalismo populista, operário católicos, ligados à Ação católica Operária (ACO) e

⁶⁴ Nas pastorais, nos grupos de rua e nas reuniões da associação, as mulheres não discutiam somente as condições socioeconômicas do país e as condições do bairro, como também a própria condição feminina, repressão familiar, medo do companheiro. Esse processo de discussão e conhecimento da condição feminina e de classe politiza, criou um discurso, revelador de valores, aspirações e utopias (KOWARICK, 1994).

⁶⁵ A constituição das CEBs aconteceu durante o contexto da ditadura no Brasil (1964-1984), período com forte censura, detenção, limitação dos direitos civis, violência institucionalizada e violação dos direitos humanos, juntamente com uma série de iniciativas da Arquidiocese de São Paulo e de seu nome central, D. Evaristo Arns e seu antecessor D. Agnelo Rossi (IFFLY, 2010).

a Juventude Operária Católica, que por valorizarem o trabalho de base, organizavam grupos operários. Além de padres, freiras e agentes pastorais ligados à Teologia da Libertação, operários que participaram da greve de 1968, militantes da esquerda clandestina e moradores ligados a movimentos de bairros, também organizando as comunidades de base. Personagens que em seus relatos desenharam “[...] contornos de campos diferenciados de experiências, em que se inscrevem histórias práticas singulares, que iluminam as diferentes formas pelas quais as condições da época foram vivenciadas [...]” (TELES, 1994, p. 222)⁶⁶.

A mesma autora alerta que é importante considerar que as noções de organização, participação e ações coletivas elaboradas no interior dos movimentos sociais não são resultado único e exclusivamente dos conflitos com o Estado, mas são também construções realizadas durante as práticas e discursos tecidos no campo das experiências.

De um lado, significações por meio das quais a herança dos acontecimentos passados objetivava-se por conta da presença dos diversos personagens que os vivenciaram e daquilo que foram capazes e legar enquanto códigos e referências de ação. De outro, as significações que têm origem nas práticas comunitárias da Igreja, com seu discurso pleno de valores éticos, que recodifica os elementos da religiosidade popular num discurso que fala da necessidade de instaurar a justiça e a igualdade no mundo, que atribui uma identidade aos “oprimidos” enquanto “povo de Deus” e enquanto agentes de construção de uma “nova sociedade” a ser regida pelos critérios da fraternidade entre os homens (TELES, 1994, p. 242).

A partir dessa perspectiva que apontou a existência de outros sujeitos, falas e heranças, mas que não excluiu o papel da Igreja na formação dos movimentos sociais a partir da oferta de espaços e instrumentos para articulação popular, formação de lideranças comunitárias e de jovens, muitos deles articuladores dos coletivos que surgiram a partir do final da década de 1980.

⁶⁶ Nas décadas de 1970 e 1980, também foram criadas as Pastorais Sociais Carcerária, Operária e Moradia aumentando a capilaridade popular das CEBs e que já se constituíam como espaços de resistência, núcleo de reflexão e luta por direitos humanos e direito às melhores condições de vida na cidade.

Para além das contribuições para a construção de uma Igreja mais democrática, em diálogo constante com o “povo”, assunto marginal a essa pesquisa, D. Evaristo Arns, durante sua permanência em São Paulo, contribuiu imensamente para o desenvolvimento de condições de conhecer melhor e estar mais perto das classes mais pobres da cidade, possibilitando uma inserção nos bairros mais distantes, tanto para a evangelização, como para o conhecimento da realidade das periferias. Nesse sentido, surgiram a *Comissão de Justiça e Paz de São Paulo*, a Operação Periferia e a constituição das Pastorais, como, por exemplo, a Carcerária, a Operária e a da Moradia. Estávamos vivendo em um período ditatorial, no qual as liberdades civis e os direitos humanos não eram respeitados, e a igreja, a partir dessas novas estruturas, tomou um lugar importante no interior da sociedade civil.

A partir da criação dos Centros Comunitários, consequentemente das CEBs e das pastorais, e da aproximação com pessoas progressistas envolvidas com os movimentos sociais periféricos e sindicais, a igreja pode a partir da criação, fomentar pesquisas, publicá-las e apresentar outro discurso sobre a metrópole. Talvez esse tenha sido o primeiro momento em que, diferente do que aconteceu durante a Semana de Arte Moderna e a festa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, as periferias foram efetivamente visibilizadas para o resto da cidade, inclusive para frações das classes dominantes que propositalmente havia mobilizado os trabalhadores para morarem nos bairros mais distantes do centro.

A *Comissão de Justiça e Paz* nasceu fundamentada num Conselho Curador formado por onze membros, sendo desses três advogados, três juristas, um estudante, universitário, um líder operário, um agente pastoral, um sociólogo e o próprio arcebispo. Essa composição diversa significaria que a igreja em São Paulo teria mais instrumentos para lutar, promovendo a defesa dos presos políticos, dando assistência jurídica e material, tanto para presos, como para a família; a denúncia de violação dos direitos humanos, principalmente na Anistia Internacional; a promoção e defesa de segmentos marginalizados socialmente, promovendo pesquisas e levantamento dos principais problemas socioeconômicos da população de São Paulo, casos de violência contra presos comuns e condições de vida de moradores de rua. Além de também ajudarem presos comuns, apoiaram uruguaios, argentinos, chilenos perseguidos e refugiados no exterior (RODRIGUES, 2008).

As pesquisas sobre os principais problemas socioeconômicos de São Paulo, realizadas pelo CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), resultaram em dois livros publicados em 1976, o primeiro, *“São Paulo 1975 – crescimento e pobreza”* de Paul Singer, Lúcio Kowarick e outros e o segundo, *“Meu depoimento sobre o esquadrão da morte”* de Hélio Bicudo.

A Operação Periferia (1972-1976), projeto explícito criado com o objetivo de sensibilizar e envolver os fiéis em ações para melhorar a vida dos moradores da periferia, também incentivou a formação de novas CEBs. Esse projeto para Rodrigues, sintonizava “[...] o desejo de resolver os problemas sociais com o de aumentar a presença da Igreja Católica na periferia” (RODRIGUES, 2008, p.106).

A concretização de tal projeto cristalizou-se no território, quando Dom Evaristo vendeu o Palácio Pio XII, residência oficial dos arcebispos e usou parte dos cinco milhões de dólares para comprar terrenos na periferia e construir diversos Centros Comunitários. E as CEBs, sediadas nesses centros, teriam se multiplicado em São Paulo, sobretudo na periferia durante as décadas de 1970/80. Em 1976, a Comissão Arquidiocesana Pastoral da Periferia (coordenada pelo padre Ubaldo Steri) substituiu a Operação Periferia, priorizando questões ligadas ao ‘mundo do trabalho’, ‘Comunidades Eclesiais de Base’, ‘Direitos Humanos e Marginalizados’ e a ‘Periferia’.

O período da realização da Assembleia Constituinte de 1988 ficou marcado por uma mudança no cenário dos movimentos sociais, a inversão dos papéis dos agentes sociais. Enquanto na década de 1970, e parte de 1980, a sociedade civil colocou-se como grande apoiadora dos movimentos, como foi o caso de setores da Igreja Católica, no final da década de 1980 passou para a sociedade política (Estado), que já não era vista como o maior inimigo dos pobres. A compreensão desse novo panorama vem, segundo Gohn, 1991, do fato de ter acontecido duas mudanças importantes: a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo municipal de São Paulo com Luiza Erundina Prefeita (1989 - 1993) e a crise interna da Igreja Católica mais progressista.

As mudanças na Igreja, inclusive com uma redivisão territorial e criação de novas dioceses e a consequente troca ou afastamento de alguns religiosos importantes para os movimentos, aumentou as distâncias entre a base dos movimentos sociais e a Igreja. Nesse processo, exemplares foram a transferência do

Dom Angélico Bernardino Sândalo e punição de Frei Leonardo Boff, ainda hoje vistos como representantes da Igreja progressista. (GOHN, 1991, 16). E apesar de já existirem outras articulações, como por exemplo, com os médicos ligados ao Partido Comunista, articulados no território, a perda do espaço das comunidades, sempre localizadas em lugares mais distantes e com infinitas carências materiais, foi significativa para os movimentos de bairro (IFFLY, 2010).

O Brasil já tinha passado pelo processo de redemocratização (1985) e de construção da Constituição (1988). Já vivíamos o governo de Fernando Collor de Melo e as ingerências da globalização neoliberal pressionavam o Estado, atacando especialmente a estrutura administrativa e as políticas públicas. O projeto de Estado de bem-estar social brasileiro, nunca realizado, sofreu grande impacto com as orientações contidas no Consenso de Washington (1989). Entrando na década de 1990, as medidas neoliberais foram se realizando com as ações voltadas para as privatizações das empresas públicas, flexibilização das leis trabalhistas e terceirização da força de trabalho.

Esse contexto e os fatos ligados à reestruturação da Igreja que na época deixou uma série de militantes sem espaço para desenvolverem suas atividades, encontros, reuniões e formações, motivou os jovens se organizarem de outras formas, especialmente através de Coletivos. D'Andrea (2013), destaca que “[...] a possibilidade de fazer política em um contexto de descenso dos movimentos sociais e dos partidos políticos; a luta por pacificação; a necessidade de sobrevivência material, da qual a produção artística se revelou como uma possibilidade [...]”⁶⁷ foram motivações para o surgimento desse tipo de organização. As experiências e a emancipação do pensamento permitiram que essa parcela da sociedade, ainda que desterrados de seus antigos lugares de encontro, e muitas vezes com dificuldades materiais, pudessem se rearticular ocupando espaços públicos com atividades políticas e artísticas⁶⁸.

⁶⁷ Essa sensação de estarem órfãos e sem espaço para organização política piorou durante o primeiro governo Luis Inácio Lula da Silva, todo o significado da Carta ao Povo Brasileiro e a consequente desestruturação dos núcleos e das bases na periferia. Sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), leia Lincoln Secco (2011).

⁶⁸ Entre os primeiros Coletivos que surgiram na cidade estão o *Pombas Urbanas* (1989) e *Buraco d'Óráculo* (1998), dois grupos que sediados na Cidade Tiradentes e no Gangaíba, respectivamente, resistem e continuam desenvolvendo teatro de rua, cursos e formações não somente na zona leste de São Paulo, como em outras regiões do País.

3.2. Cultura, cidadania e o fazer político

“Uns vem de carro, outros vem de bike, nós vem de pó
Pó...esia
Nos livro, nos disco, nos pino, no papel
Transformei um grupo de Rap num cartel
Era tudo que eu tinha e essa foi minha cota
Fazer folha de caderno valer mais do que folha de coca”
(Renan Inquérito)

A luta dos movimentos sociais por direito de acesso a equipamentos de uso coletivo, infraestrutura e moradia foi importantíssima para algumas conquistas em São Paulo, porém há um grande percurso a ser realizado, pois as periferias continuam a se constituem como espaços de ausências, inclusive no campo da cultura, por equipamentos como Casas de Cultura, Bibliotecas, Centros Culturais, cinemas e teatros, ainda hoje, escassos e insuficientes. Uma pauta de luta não foi substituída por outra, a cultura já era uma questão na década de 1970, apenas tomou uma importância maior devido, primeiro ao contexto mais democrático que permitiu parte da sociedade civil exigir políticas públicas específicas para essa área e segundo porque muitas reivindicações ligadas às necessidades básicas já tinham sido conquistadas. Nesse caso, não podemos esquecer que inclusive a própria democracia foi também conquistada à duras penas pela periferia.

O termo cultura é um desses conceitos polissêmicos de difícil definição que ao longo da história tomou vários significados. Dentre as diferentes conceituações, seguiremos pelos caminhos interpretativos lançados pelo grupo *Estudos Culturais*, especialmente pela perspectiva criada por Raymond Williams. Neto de agricultores e filho de ferroviário, Raymond Williams, nasceu em uma família eleitora do Partido Trabalhista Britânico, em um lugar no qual a população, majoritariamente, votava no partido Liberal. Com vasta experiência no universo da classe trabalhadora, professor e intelectual militante foi um dos responsáveis pela criação da Nova Esquerda

Britânica⁶⁹ e pelo fortalecimento dos *Estudos Culturais*. Em 1956, dez anos após sua formatura, publicou *Cultura e Sociedade*, trabalho no qual realiza uma profunda análise acerca do debate sobre o conceito de cultura na tradição britânica entre 1780 e 1950⁷⁰.

Ao fazer uma longa revisão crítica sobre o conceito, em uma perspectiva materialista com forte influência de Antonio Gramsci, Raymond Williams ressaltou a convergência de algumas perspectivas na pesquisa no campo da cultura que influenciaram seu próprio conceito. “A dificuldade do termo é, pois, óbvia, mas pode ser encarada de maneira mais proveitosa como resultado de formas precursoras de convergência de interesses” (WILLIAMS, 2000, p.12). Destacou duas formas principais:

(a)ênfase no *espírito formador* de um modo global, manifesto por todo o âmbito das atividades sociais, porém mais evidentes em atividades “especialmente culturais” – uma certa linguagem, estilos de arte, tipo de trabalho intelectual; e b) ênfase em uma *ordem social global* no seio da qual uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, é considerada produto direto ou indireto de uma ordem prioritariamente constituída por outras atividades sociais. [...] Esta [convergência] possui muitos elementos em comum com (b), em sua ênfase numa ordem social global, mas dela difere em sua insistência em que a “prática cultural” e a “produção cultural” (seus termos mais conhecidos) não procedem apenas de uma ordem social diversamente constituída, mas são elementos importantes de sua constituição. Por outro lado, ela participa de alguns elementos de (a), em sua ênfase em práticas culturais como *constitutivas* (se bem que hoje em dia, entre outras). Em vez, porém, do “*espírito formador*” que, afirmava-se, criava todas as demais atividades, ela encara a cultura como sistema de significações mediante a qual necessariamente (se bem que entre outros meios) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada (WILLIAMS, 2000, p.12-13).

Assim, Williams aponta certa convergência prática entre 1) os sentidos antropológicos e sociológicos da cultura como *modo de vida global*, dentro do qual

⁶⁹ A *Nova Esquerda Britânica*, grupo do qual Raymond Williams fez parte, era um movimento de intelectuais que entendiam cultura a partir do seu significado no campo de lutas da classe operária, frequentemente cooptada pelo consumo de produtos pensados e fabricados para a “massa”. A partir dessa reflexão, o grupo passou reivindicar a criação de um sistema que atendesse os valores dos trabalhadores. Para esses autores, a compreensão da questão cultural passava necessariamente pela crítica aos conceitos de “alta” e “baixa” cultura (ABREU, 2010).

⁷⁰ Raymond Williams aprofundou esse debate em outros livros, entre esses, *Cultura* (2000) e *Marxismo e literatura* (1980).

teria um *sistema de significações*, “essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social” e 2) o sentido mais comum de cultura vista “como atividades artísticas e intelectuais” que abarca não somente as artes e as formas de produção intelectual tradicional, mas todas as *práticas significativas*. Então além das artes e filosofia, entrariam o jornalismo, a moda e a publicidade (WILLIAMS, 2000, p.13). Essa concepção de cultura *ordinária, comum* e presente no cotidiano é fundamental para o nosso trabalho, pois possibilita uma leitura das reflexões e práticas dos Coletivos no interior de um *sistema de significações*.

Os integrantes dos Coletivos, formados em um contexto reivindicatório, desenvolvem suas atividades artísticas, em diferentes linguagens, contudo associadas às lutas políticas. A linguagem e a estética das artes tornam-se veículos para a exposição de críticas à ordem contra racionalidade. Arte e cultura criam espaços de liberdade de expressão e trocas de saberes, com *slams* e saraus, urdindo condições para a construção de outros olhares sobre a cidade. Criam constantemente projetos éticos, estéticos e comprometidos com a periferia, onde São Paulo, vista pelos empreendedores imobiliários, latifundiários urbanos e Estado como espaço do capital, toma outra dimensão, uma cultura de caráter democrático confere a cidade uma estética política.

Esses novos olhares que constroem a cidade, modos de ser e viver as experiências cotidianas e políticas tem na arte, uma linguagem privilegiada para expressar uma infinidade de reflexões, questionamentos, críticas, utopias e projetos. Arte vista como uma expressão que pode dar sentido e significado a nossa existência, funciona como uma linguagem privilegiada para expressar uma infinidade de reflexões. Que por provocar certa angústia, nos encoraja conhecer não somente o nosso lugar, mas os lugares dos outros também, fazer pesquisa e criar um repertório sobre o território da cidade. Então, a arte abre o olhar, amplia os horizontes geográficos.

E é do fazer Arte [a estética] e das experiências individuais e coletivas que surgem os projetos de maior escala, os mais políticos e éticos. A arte e a estética entrelaçadas, criando experiências estéticas e abrindo caminhos como prática política. Essa talvez seja a ética do bem estar e da justiça de Habermas ou a ética

contida na Pedagogia Estética do Paulo Freire, uma *práxis* na qual a decência, a solidariedade, a honestidade, a verdade, lealdade e a beleza, caminham lado a lado.

Nesse movimento, a cultura surge como um campo privilegiado para gerar certa *práxis* política que contrapõe as concepções estéticas de um gosto não dominado ou consolidado pela classe dominante intelectualizada. Então no campo das “economias das trocas simbólicas”, pensada por Pierre Bourdieu (1982), artistas e militantes estabelecem um projeto cultural para as periferias que supere o lugar de consumidor e avance para a conquista do lugar de criação não somente no campo da produção cultural, como também de políticas públicas, especialmente aquelas que garantam, no âmbito dos Direitos Humanos, o pleno gozo do Direito à Cultura. Um direito à literatura, por exemplo, não só o direito de leitura, mas o de escrita e produção⁷¹. E nesse ponto, toma sentido o trabalho dos saraus e *slams*. Muitas pessoas começam a frequentar esses eventos como espectadores, participantes externos, e com o tempo vão se envolvendo de tal modo que começam a escrever e logo passam a ler seus textos. Não é incomum histórias assim acabarem com publicações, porque alguns espectadores com um tempo tornam-se escritores, inclusive alguns “talentos da literatura periférica” já compõem um segmento próprio que é a Literatura Marginal já aceita e absorvida pelo mercado editorial⁷².

Essas experiências, tomadas como “sistemas de significações”, formados de maneira indissociável por práticas e produções culturais, criam condições favoráveis para o surgimento de novas formas de conceber políticas públicas, consolidando, dentro da ordem democrática, uma cultura política que potencializa o sentido e as condições de exercer a cidadania.

Nos encontros promovidos pelos Coletivos, os temas ligados aos Direitos

⁷¹ Em São Paulo acontecem várias Ocupações nas quais Coletivos Culturais realizam Saraus em Bibliotecas Municipais. De maneira mais institucional, o Sistema Municipal de Bibliotecas (Secretaria Municipal de Cultura) promove o *Literatura Periférica: Veia, ventania*. O objetivo desse programa é credenciar e contratar Coletivos para a realização de Saraus, Batalhas de poesias e *Slams* que possam difundir a leitura e a produção literária. Veia, Ventania pode ser entendido como um projeto que amplia o Direito à Literatura, sobre o qual escreveu CANDIDO (1989).

⁷² A Literatura Marginal, um conceito de escrita construído desde 1970, hoje agrupa escritores bem conhecidos da cena periférica, entre eles: Sérgio Vaz, autor de *Pensamentos Vadios e Literatura, pão e poesia*, entre outros e Ferréz, autor de *Capão Pecado e Manual Prático do Ódio*. A importância e o impacto da Literatura Marginal são tão significativos que a revista *Caros Amigos* fez três edições sobre o assunto durante os anos 2000 (reeditadas juntas em 2016 em um caderno especial): Para conhecer melhor ver os vídeos: *A vida é loka* <https://www.youtube.com/watch?v=d8M1HZd032U> e *As pedras não falam. Mas quebram vidraças* <https://www.youtube.com/watch?v=QOKNIa-wwAM>.

Humanos, racismo, direitos da mulher e preconceito, à política e a cidade, meio ambiente, especulação imobiliária e condições de vida na periferia são constantes. Nesse sentido, tais encontros seriam sempre, por princípio uma ágora, um espaço no qual, poetas, músicos, articuladores e produtores artísticos durante a brincadeira do fazer arte, aprenderiam uns com os outros. E então pensando sobre seus direitos e também sobre os direitos negados, articulando e pautando temas fundamentais de luta, criam identidades e reconhecem-se como moradores da periferia. É na instância cultural, e não somente nas escolas, igrejas e partidos, como foi no passado, mais livre e democrática que se constrói a consciência de pertencimento à cidade e noção de cidadania.

Em tempos de neoliberalismo ainda vivemos uma “cidadania atrofiada”, expressão usada por Milton Santos no livro *“O Espaço do Cidadão”*, publicado pela primeira vez em 1987, em um contexto dominado pela hegemonia das grandes corporações. Naquele ano apontou um quadro de crise comum a todos os países capitalistas, inclusive com muita nitidez nos subdesenvolvidos (2002). Nesse livro, o autor lembra que o discurso das liberdades humanas e dos direitos garantidores vai além daqueles direitos inerentes ao simples fato do indivíduo nascer para esse mundo.

Viver torna-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência (SANTOS, 2007, p. 19).

O respeito ao indivíduo como consagração da cidadania como “lei da sociedade” (SANTOS, 2007, p. 19) deveria abarcar a todos, garantindo direitos e liberdades. Porém, ainda que possa ser aprendida como estado de espírito, enraizado na instância da cultura, a cidadania seja, acima de tudo, uma conquista, pois quando ameaçada deve-se assegurar seu

[...] corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política”, inscrita “na própria letra das leis, mediante dispositivos institucionais que assegurem a fruição das prerrogativas pactuadas e, sempre que haja recusa, o direito de reclamar a ser ouvido (SANTOS, 2007, p. 20).

Para Carlos Nelson Coutinho (2008), cidadania e democracia estão profundamente articuladas, pois a primeira seria o melhor conceito para expressar a absorção de bens sociais pelos cidadãos, portanto a melhor expressão da democracia. Isso porque, em sua acepção sumária, “democracia é sinônimo de soberania popular”. Dessa forma,

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso da democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se aproximarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado [...] A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração (COUTINHO, 2008, p. 50-51).

Em relação à apropriação dos direitos sociais, aqueles historicamente negados, que permitiria “[...] ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade.” (COUTINHO, 2008), como no caso dos direitos civis e políticos, nem sempre são garantidos. No Brasil, especialmente no momento atual, a presença de tais direitos na Constituição de 1988, não garante sua efetiva materialização. Em trecho tão atual Carlos Nelson Coutinho escreveu que não é raro “[...] que os neoliberais se empenhem hoje, inclusive em nosso País, por eliminá-los [os direitos não somente sociais, mas civis e políticos] também das normas legais, em particular da própria Constituição” (COUTINHO, 2008, p.65).

Não é casual que o neoliberalismo - a ideologia hoje assumida pela burguesia, seja no

Primeiro no Terceiro ou no ex-Segundo Mundos - propugne enfaticamente o fim dos direitos sociais, o desmonte do *Welfare State*. Se esse objetivo assumiu formas extremas nos emblemáticos governos de Ronald Reagan e de Margareth Thatcher, não cabe esquecer que ele está igualmente presente – ainda que por vezes sob formas menos radicais – na maioria esmagadora dos governos capitalistas contemporâneos, seja de direita ou de “centro-esquerda” (COUTINHO, 2008, p.65).

Os direitos sociais não interessam à burguesia, porque a ideia de cidadania plena é incompatível com o modo de produção capitalista. Historicamente, durante a travessia da modernidade, a relação estabelecida entre cidadania (ou democracia) e capitalismo acontece em um processo contraditório.

Trata-se de uma contradição que se manifesta como um processo: processo no qual o capitalismo primeiro resiste, depois é forçado a recuar e fazer concessões, sem nunca deixar de tentar instrumentalizar a seu favor (ou mesmo suprimir, como atualmente ocorre) os direitos conquistados. Estamos diante de uma linha sinuosa, marcada por avanços e recuos, mas que tem tido até agora, no longo prazo, uma tendência predominante: a da ampliação progressiva das vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital (para retomarmos a expressão de Marx), ou seja, a introdução cada vez maior de novas lógicas não mercantis na regulação da vida social (COUTINHO, 2008, p.65).

Daí a importância de lutar pelo reconhecimento legal nos três níveis, direitos políticos, sociais e civis, pois todos (e especialmente os sociais) são resultados de conquistas da classe trabalhadora. Nesse sentido, muitos moradores das periferias de São Paulo, organizados em movimentos sociais e culturais, lutam pela garantia desses direitos, em atos de desobediência civil, exercendo cidadania (soberania popular) contrapondo-se à racionalidade da técnica, do capital e da política neoliberal.

[...] outras formas de racionalidades produzidas e mantidas, sobretudo, pelos que estão excluídos socialmente. Essas outras formas de racionalidade resultam do movimento

contraditório da vida social na esfera do cotidiano, com muita intensidade nos lugares da cidade. Nesse sentido a cidade passa a ser entendida como território construído, pelas diferentes territorialidades de modo mais ou menos flexível no jogo político da vida cotidiana, individual e coletiva (CAVALCANTI, 2008, p.18-19).

E se por um lado ainda que a globalização apresente-se como contexto ideal para a consolidação da “cultura de massas” e, conseqüentemente, da imposição de certos padrões, as tensões entre o global e o local criam condições para o surgimento de movimentos baseados em elementos menos mundializados e até mesmo do resgate de tradições da cultura popular de outras regiões do país, muito externas ao ambiente urbano contemporâneo.

Em São Paulo, certas tradições de matriz africana e indígena, tão presentes nas atividades e festas realizadas pelos coletivos lembram a ideia do “eterno retorno” de Marilise Meyer (1980), um mergulho na cultura do Brasil mais profundo, talvez como aquele realizado pelo poeta e escritor Mário de Andrade, no início do século XX, porém dessa vez como redescoberta do país a partir de incursões na própria periferia que recebeu migrantes de diferentes regiões e se reconheceu neles.

O resgate da cultura popular funcionaria então como estratégia e forma para superar as perversidades tão características do período e da sua racionalidade. Artistas e militantes seriam os atores mais importantes desses movimentos de resistência e mudança, onde as reações seriam exemplos plenos e conscientes do exercício da cidadania. Vista aqui como definiu Cavalcanti, como cidadania consciente, “cidadania ativa, aquela que exercita o direito a ter direitos, aquela que cria direitos, no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública” (CAVALCANTI, 1999).

Nas periferias de São Paulo, essas contra racionalidades, feitas “resistências do e no lugar” (CAVALCANTI, 1999) e percebidas no exercício da cidadania dependem muito da existência de organizações coletivas da sociedade civil. Se por um lado, Milton Santos (1996, 2000) entende que a consciência de cidadania surgirá nos “espaços opacos”, percebemos que os chamados “homens lentos”, moradores desses espaços, e por isso menos susceptíveis aos processos criados pelo ritmo veloz do capitalismo (1996, p. 261), apesar de mais sensíveis para perceberem outros modos de viver, vislumbram caminhos e soluções inéditas para as questões do cotidiano

quando organizados em grupos, associações e coletivos. Como escreve D'andrea, os protagonismos individuais existem, a exemplo dos artistas e militantes munidos de enorme condição de atuação política (D'ANDREA, 2013), porém as maiores manifestações de resistência contra as ideias hegemônicas são organizadas de forma coletiva.

As ideias de cidadania coletiva, prática solidária na cidade, valores sociais, vão de encontro à tendência extremamente forte da racionalidade reinante de cultivar um individualismo nas pessoas, um fortalecimento da vida privada, uma separação entre casa e rua, o que se reflete na prática cotidiana dos habitantes da cidade (CAVALCANTI, 2008, p. 21).

Para além das lutas dos movimentos sociais por moradia e creche, tão fundamentais para a formação política e cultural das periferias durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, outras experiências coletivas contribuíram imensamente para os mesmos propósitos de construção de consciência de pertencimento a uma classe social marginalizada de diferentes processos. Ao longo das últimas décadas igreja, partidos, movimento operário, cursinhos populares e coletivos de artistas cumpriram importante papel de formação fora do sistema formal que estava dentro das escolas e universidades.

A formação e a atuação individual continuam acontecendo, especialmente a partir de avanços no campo da formação acadêmica. Nos últimos anos, muitas famílias das periferias de São Paulo puderam participar pela primeira vez de uma cerimônia de colação de grau e assim verem de forma inaugural um integrante da família formado em um curso superior. Projetos como Prouni, Fies e o sistema de cotas, assim como a criação de mais universidades federais, abriram imensas possibilidades para que a classe trabalhadora pudesse efetivamente acessar os cursos superiores.

Porém, antes mesmo das iniciativas dos governos do Partido dos Trabalhadores, as periferias já passavam por uma experiência muito libertadora que foi o surgimento de diferentes cursinhos populares que para além da atividade de preparação para os

vestibulares, esses espaços funcionavam como verdadeiros centros de formação política e cultural. Foram essas experiências, antes mesmo do surgimento de projetos mais afirmativos de caráter institucional, que possibilitaram encontros, debates e intensas experiências libertadoras para pobres e negros das periferias.

Hoje, de certa forma muitos projetos saídos dessas experiências existem e promovem, assim como os cursinhos populares, uma educação não formal. Premiados por diferentes editais, muitos são patrocinados pelo Ministério da Cultura (MINC) e Secretarias de Cultura estaduais e municipais. Pontos de Cultura ou simplesmente eventos que tornam São Paulo uma cidade educadora em sua dimensão informal, aquela que ao mesmo tempo é cidade conteúdo e cidade agente educador.

A cidade, o bairro, a rua com seus conteúdos seriam o cenário para a realização da tal “Escola da Vida”, referência comum que nas redes sociais aparece substituindo o nome das instituições de educação formal. Essa escola sempre rica de vivências e trocas, processos nos quais ora é educadora, ora é educanda, seria um espaço educativo por excelência.

A cidade somos nós e nós somos cidade. Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre o que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos. Enquanto educadora, a cidade também é educanda (FREIRE, 1972, p. 22).

Então, como salientou Nídia Pontuschka, a “cidade que educa e é educada”, espaço permanente de troca de saberes, transforma-se no meio privilegiado para o surgimento de consciência política e, conseqüentemente da cidadania (2004), pois da complexidade do território e de seu cotidiano emergem diferentes realidades, conteúdos e informações que o morador pode ver/sentir/perceber/entender.

3.3. O canto da periferia: rap, território e resistência

“Permaneço vivo, prossigo a mística!
27 anos, contrariando a estatística!”
(Capítulo 4 Versículo – Racionais MC’s)

Ao chegarmos à década de 1980, as periferias já concentravam a maior parte da população do município. E seus moradores sofriam infinitas privações. Na cidade [metrópole] fragmentada, as desigualdades criadas por essa lógica, assim como o racismo e a xenofobia da elite moradora das áreas mais valorizadas logo serão percebidas pelos jovens moradores desses novos bairros. Depois de mais de três décadas de confinamento, a população periférica ainda sofre com os desdobramentos dessa visão, construída pela classe média branca e vulgarizada pelos programas policiais da televisão. Para além do tratamento discriminatório dispensado aos moradores da periferia e a repressão aos movimentos culturais que praticam os elementos do *hip hop* (grafite, *break* e rap), havia (e ainda há) os homicídios praticados durante os chamados autos de resistência.

A periferia de antes e de hoje ainda é vista por muitos como “Milhares de casas amontoadas. Ruas de terra (...)”. Periferia aqui é o Quilombo, definição proposta por Gaspar Z’Africa Brasil no livro “*O Brasil é um Quilombo*” (2014), onde escreveu:

“Antigamente Quilombos; hoje Periferia
O Esquadrão Zumbizando as origens ‘Z’Africana’.
Somos filhos de uma terra sagrada
Qualquer periferia, qualquer quebrada é um pedaço d’África [...]
Sou Kingston, show no Capão, sou Marron,
Sou Subupira, balanço Lundu, som Jongo, sou um da Sul.
Nos antigos mistérios da quilombologia
Toda quebrada é quebrada na grande Periafricana (Z’AFRICA BRASIL, 2014, p. 50-51).

As periferias, antes quilombos, pedaço da África, acolhem a maioria dos pobres pretos, porque “É lá que moram meus irmãos, meus amigos. E a maioria por aqui se parece comigo” (Racionais MC’s, álbum ‘Um homem na estrada’, 1994). Há na noção de periferia um sentido forte de identidade baseado na diáspora africana e na

condição social de descendentes e de seu cotidiano. Entre os melhores textos sobre o urbano estão as crônicas escritas pelos *rappers* a partir do final da década de 1980 e início dos anos 90. Os *rappers* e suas práticas conscientes representam-se como um grupo crítico que de maneira insistente levanta-se através dos versos contra as condições de vida nas regiões periféricas onde moram.

Essa postura crítica produziu um discurso engajado e de denúncia das situações vivenciadas nessas áreas. A violência, homicídios e diversas formas de repressão e opressão, comuns nas periferias, aparecem como temas constantes nas crônicas urbanas do rap paulistano, especialmente porque no dia a dia, em um lugar onde “A bala não é de festim!”, o baleado não é dublê e as mortes são constantes. É importante lembrar que durante as décadas de 1980 e 1990 muitas jovens foram mortas. Como está na introdução à música Capítulo 4 Versículo:

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial;
A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras;
Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros;
A cada quatro horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo;
Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente (Introdução de Capítulo 4 Versículo)

Nestas crônicas também podemos ver uma descrição de diferentes tipos de ausências. Em outra famosa música, “Fim de semana no parque”, a escassez de equipamentos e possibilidades de lazer em um final de semana na periferia fica evidente.

Olha só aquele clube que da hora.
Olha aquela quadra, olha aquele campo olha,
Olha quanta gente
Tem sorveteria cinema piscina quente
Olha quanto boy, olha quanta mina
(...) Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora (...)
Aqui não vejo nenhum clube Poliesportivo (...)
o incentivo no lazer é muito escasso
O centro comunitário é um fracasso
(Racionais MC's - Mano Brown/Edy Rock - 'Fim de semana no parque')

A letra de “*Fim de semana no parque*” do álbum “*Um homem na estrada*” de 1994, dos Racionais MC’s, não somente destaca as diferenças entre os bairros centrais e a periferia, como segundo Sousa (2013, p.51), neste álbum os Racionais MC’s “propõem uma rediscussão [...] uma intervenção nos espaços públicos, sugerindo mudanças em sua geografia” (2013, p.51). Os MC’s dos Racionais exercitam uma consciência e uma prática espacial a partir do cotidiano na periferia. O artifício de valorizar o espaço de origem aparece com frequência nas letras de rap (*rhitym and poetry* ou ritmo e poesia) e de maneira geral no universo do *hip hop*⁷³. A apropriação do conceito de periferia pelos *rappers* fundamenta um discurso de resistência que não se assenta somente na questão do estigma negativo, direcionando-se também para a afirmação da identidade do ser periférico.

Há aí uma certa visão propositiva, segundo a qual ‘ser da periferia’ significa participar de um certo *ethos* que inclui tanto a capacidade para enfrentar as duras condições de vida, quanto pertencer a redes de sociabilidade, a compartilhar certos gostos e valores (MAGNANI, 2006, p.39).

Esse certo *ethos* é a identidade criada a partir da consciência do lugar que ocupa na sociedade e condições de enfrentamento das questões e problemas próprios do cotidiano dos moradores das periferias, sobre as quais escreveu Magnani (2006). E Heitor Frúgoli Jr (2005) também analisando as letras de músicas feitas pelos *rappers*, e seus contextos de vivência, destacou a novidade que está na produção e divulgação da música de “dentro para fora”. Então há não somente a produção da arte feita da periferia, reveladora de uma identidade entre os integrantes da cultura *hip hop*, mas da divulgação dos trabalhos para fora.

Os *rappers* procuram, por meio da articulação de elaborações estéticas (que se valem de questões étnicas, de gênero, geracionais e morais, entre outras), articular uma

⁷³ O termo *hip hop* engloba três elementos que são: o rap, canto e poesia; o break, dança e o grafite, pintura.

espécie de ‘singularização da periferia’ – cuja novidade consiste na produção e divulgação de uma representação local ou nativa, e não de ‘fora para dentro’ (FRUGOLI JR, 2005, p.148).

Na década de 80, o modelo de formação das periferias, o chamado “padrão periférico”, já estava esgotado, porque nesse período, muitas famílias não conseguiam comprar lotes nessas periferias. O preço da terra, mais alto, impedia a compra e as possibilidades de preços acessíveis estavam em outros lugares, ainda mais distantes. E como além da crise econômica e o forte arrocho salarial que ocasionou desempregos e despejos, ainda tinha o custo de transporte, fatores limitantes da ocupação de novas áreas. Uma das alternativas de moradia foi ocupar terrenos mais próximos do centro, o que fez crescer favelas e surgir os movimentos por moradia. O contexto da periferia, berço do discurso dos *rappers*, já estava desenhado nesse novo momento então.

Em São Paulo, muitos jovens, e também alguns não tão jovens, artistas e produtores culturais têm atuado não somente como agentes importantes na construção de discursos e representações da periferia, mas como militantes e articuladores bastante politizados. O ato de ‘assumir a periferia como categoria afirmativa’ expandiu refletindo não somente no *hip hop*, mas em diferentes movimentos sociais e artísticos que se expressam por meio da literatura, poesia, música, teatro de rua, produção audiovisual, configurando como afirmou Pereira (2010) “uma certa cena cultural da periferia paulistana”. Contudo, o *hip hop*, especialmente o rap, teve um grande protagonismo tanto no processo de afirmação da identidade, como da criação da cena cultural periférica.

O termo *hip hop*, criado nos Estados Unidos da América, faz referência a um movimento cultural que reúne o *disc jockey* (DJ), o mestre de cerimônias (MC ou rapper), o break e o grafite, formas do fazer artístico que surgiram simultaneamente, sem a consciência de que seriam agregados como elementos constitutivos de um mesmo conjunto (FELIX, 2005).

Na cidade de São Paulo, assim como em outros grandes centros urbanos do país, o rap apresenta-se como importante elo de integração social e cultural para os jovens. Som de muitas festas e encontros nas esquinas das periferias de São Paulo, o rap foi forjado como um dos elementos centrais para a construção da identidade dos

jovens a partir da década de 1980. Em pouco tempo, a música e os outros elementos do *hip hop* tiveram uma rápida e ampla difusão enquanto estilo dos jovens periféricos. Dentro desse processo, uma das perguntas que surge é: Quais seriam os motivos para a consolidação do rap como a música da juventude da periferia? Um dos caminhos para chegarmos numa resposta plausível está em pensarmos sobre os fatores que contribuíram para tal construção.

As pistas iniciais para chegarmos às respostas já foram apontadas por Rafael Lopes de Sousa (2012) em sua pesquisa de doutorado. A consolidação do rap, segundo o autor, deu-se pela criação de gravadoras independentes, produtoras e comercializadoras dos discos, da criação programação de rádio voltada especialmente para o rap e do lançamento de uma revista que retrata e divulga o perfil dos artistas. Além da ideologia do movimento e a cultura *hip hop*, dos bailes e das posses, espaços onde as experiências são compartilhadas⁷⁴ (SOUSA, 2012).

Para além desses fatores, pensamos que o fato da população das periferias não serem vistos ainda como parte do mercado consumidor dos produtos criados pela indústria cultural, possibilitou aos jovens a condição de elaborarem alguns movimentos artísticos e culturais com certa autonomia do mercado. Talvez, seja possível pensar que da relação entre lugares opacos e luminosos, conceitos elaborados por Milton Santos (1994), tenha ocorrido uma inversão, os lugares mais opacos, sob o aspecto dos investimentos, estando ainda livres das verticalidades, tenha de alguma forma se tornado, sob o aspecto cultural, um lugar iluminado. É possível que os jovens, livres das investidas do capital, tenham agido de maneira mais autônoma e livre nos processos de criação.

A história do *hip hop* enquanto movimento cultural e do rap como música desse movimento tem suas raízes na África, no sequestro e na migração forçada de sua população para a América. A diáspora africana e a cultura negra que se espalharam pelo continente americano estão na gênese do surgimento do movimento. Nos Estados Unidos, seu surgimento remonta as ações de grupos e pessoas que produziram críticas sobre as desigualdades existentes entre as condições de vida. Discursos de Malcon X, e Martin Luther King, as ações dos *Black Panthers* e a cultura

⁷⁴ A gravadora Zimbabwe, em 1988 organizou a primeira coletânea com trabalhos dos *rappers* das periferias, o álbum “Consciência Black”. A mesma gravadora, dois anos depois lançou o primeiro trabalho dos Racionais MC’s. o ‘Holocausto Urbano’. A rádio é a 105 FM, uma frequência que tem sua programação voltada para o rap. A revista é a ‘Rap Brasil’, junto com a rádio citada anteriormente, contribuiu muito para traçar um perfil do que ele chama de ‘República dos Manos’” (SOUSA, 2012, p. 34).

Black Power vem de um mesmo processo. “A cultura negra é o motor intrínseco no processo de formação do movimento Hip Hop nos Estados Unidos [...] é parte indissociável do contexto socioespacial que esse País vai escolhendo” (GOMES, 2008, p. 40). Como escreveu Souza (2012), a estratégia de usar a música como veículo de comunicação e interlocução sociocultural não foi criada pelos *rappers*, “O rap é, então, herdeiro de uma tradição da cultura de luta e resistência que se propagou para o mundo a partir da diáspora africana” (SOUZA, 2012, p 35).

Desde o final do século XVIII, a música com base em elementos vindos da África tem sido utilizada como um importante elemento no processo de criação da cultura dos negros nas Américas. Então, músicas como *spiritual*, *blues*, *jazz*, *soul*, *funk*, samba e rap contribuíram imensamente como meio de propagar ideias sobre resistência às hostilidades sofridas pelos negros ao longo da história (SOUZA, 2012, p 35). Os *rappers* apenas

[...] potencializaram essa vertente artística valorizando a tradição oral de seus antepassados em suas manifestações. Contribuindo, assim, como a construção de um espaço onde os ‘sem palavras’ e os ‘sem escrita’ podem manifestar livre e abertamente suas opiniões para contestar, ‘a formação de uma cultura nacional que criou padrões de alfabetização universais e generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda nação (HALL apud SOUZA, 2012, p 35)

Nessa linhagem ancestral, o *hip hop* nasceu na Jamaica e depois migrou para as periferias dos Estados Unidos, caracterizadas pela falta das condições materiais, violência e discriminação histórica na formação do território com processos inversos de modernização, onde o intenso apelo ao consumo e falta de condições de possuí-los; gerou abuso do Estado e repressão por parte da polícia (GOMES, 2008). Estas condições precárias do território parecem ser as ideais para o surgimento dessa poesia de contestação. Assim também foi no Brasil.

Nos Estados Unidos, especificamente no bairro do Bronx em Nova Iorque que durante a década de 1970 já era reconhecida como uma cidade pós-industrial, as desigualdades imperavam. Os Estados Unidos passavam por uma crise política iniciada com o escândalo *Watergate* e acirrada com renúncia do presidente Richard Nixon. Além de ter passado pela marcante derrota militar na Guerra do Vietnã em 1975 (FELIX, 2005).

Nessa época a produção do espaço da cidade passava por dois fenômenos ao mesmo tempo, pois concentravam investimentos de modernização em parte do território e ampliavam as condições de centralizar o comando do sistema financeiro e de serviços e deixavam outras partes sem nenhum ou quase nenhum investimento, fazendo surgir então uma área repleta de ausências, um meio perfeito para o surgimento de movimentos de resistência e afirmação social. A redução de investimentos federais nos serviços sociais e básicos, especialmente em educação, transporte público, saneamento e saúde marcavam essas áreas (HARVEY, 2011). Desequilíbrio financeiro e em função disso, os serviços públicos precarizados pioraram demasiadamente a vida dos pobres das periferias de Nova Iorque. Os cortes de recursos foram sentidos mais intensidade nas áreas pobres (ROSE, 1997).

As condições da sociedade pós-industrial tiveram um impacto profundo sobre as comunidades negras e hispânicas. A redução dos fundos federais e da oferta da habitação a preços acessíveis deslocou a mão-de-obra da produção industrial para serviços corporativos e de informação, além de ter desgastado os modelos locais de comunicação. Isso significou que a nova população imigrante e os habitantes mais pobres das cidades pagaram um preço altíssimo pela 'desindustrialização' e pela reestruturação da economia. Essas comunidades ficaram entregues aos 'donos das favelas', aos desenvolvimentistas, aos refúgios dos traficantes, aos centros de reabilitação de viciados, aos crimes violentos, às hipotecas e aos serviços municipais e de transporte inadequados (ROSE, 1997, p 199).

Porém, os mais afetados nessa crise, souberam a partir da cultura *hip hop* denunciar este abandono por parte do Estado e suas consequências na vida desta população já tão espoliada. Os jovens pobres, isolados do resto da cidade e perseguidos pela população branca e pela polícia, criaram suas próprias festas e toda uma linguagem para comunicar a realidade de seus bairros. Os espaços de convívio social, a rua especialmente, testemunharam a chegada de novas formas de expressão, música, dança e artes plásticas. O rap, o *break* e o grafite transformaram-se em novos meios de comunicação, criando visibilidade para o jovem pobre e seu cotidiano.

Nas palavras de Harvey (2009), as opiniões apontam para um mesmo quadro de caos, necessidades e violência.

Os cortes nos serviços municipais fizeram de Nova Iorque um meio difícil e mesmo perigoso. A onda de crime e a epidemia do crack que emergiram em resposta ao ataque sobre a classe trabalhadora de Nova Iorque e a supressão do poder negro militaram contra a realização dos objetivos da elite financeira. Tampouco a classe trabalhadora de Nova Iorque sucumbiu sem uma batalha (HARVEY, 2009, p.150).

Esse mesmo projeto que objetivou transformar Nova Iorque em grande centro financeiro do mundo aumentou as desigualdades territoriais. Os lugares mais pobres sofreram ainda mais com o total abandono que fez surgir muitos problemas com tráfico, drogas e criminalidade, envolvendo especialmente os negros e os latinos.

Tudo piorado com as muitas expulsões ocorridas por causa dos novos usos territoriais. A especulação imobiliária aumenta o preço dos imóveis, expulsando seus antigos moradores para outros bairros que já eram moradia da maioria dos negros e imigrantes hispânicos (GOMES, 2008). Os afro-americanos com melhores condições econômicas mudaram-se para bairros mais abastados, aumentando o isolamento social dos '*ghettos*' (FELIX, 2005).

As transformações características do período da globalização, como, por exemplo, crescimento das redes multinacionais de telecomunicações, competição da economia global, intensa revolução tecnológica, nova divisão internacional do trabalho e poder crescente da produção do mercado financeiro contribuíram para a reestruturação social e econômica da América urbana e produção do território, a chamada "revolução da América corporativa", revelada Rose (1994). À medida que as empresas do setor terciário foram sendo substituídas, as empresas do setor secundário, as imobiliárias adquiriam velhos imóveis onde antes funcionavam fábricas e os transformou em condomínios luxuosos. De certa maneira, Nova Iorque dividiu-se entre dois grupos, um primeiro, formado por administradores de escritórios, tecnocratas e profissionais que administravam a vida financeira e comercial da cidade e um segundo, representado por desempregados e/ou subempregados, moradores do Bronx e do Harlem (ROSE, 1994, p. 196).

E este é o contexto no qual o movimento hip hop constituiu-se nos Estados Unidos da América, quando jovens tomaram conta das ruas e espontaneamente apropriaram-se dos espaços, improvisaram equipamentos de som, apoderaram-se dos microfones e dos muros. Foi então que nasceram DJ's, MC's, dançarinos, grafiteiros e

uma manifestação cultural de caráter urbano, fundamentada nos valores da cultura africana e na crítica à condição social e territorial na qual viviam.

O hip hop reinterpretou a experiência da vida urbana e apropriou-se, simbolicamente, do espaço urbano por meio do sampleado, da postura, da dança, do estilo e dos efeitos do som. A fala sobre os metrô, grupos e turmas, barulho urbano, economia estagnada, sinais estáticos e cruzados surgiram nas canções, nos temas e no som do hip hop. Os artistas grafitaram murais e logos de trens, nos caminhões e nos parques reivindicando seus territórios e inscrevendo sua outra e contida identidade na propriedade pública. Os primeiros dançarinos de break, inspirados na tecnologia, elaboraram suas danças nas esquinas das ruas junto a blocos de concretos e placas e fizeram com que as ruas se tornassem teatros e centros provisórios para a juventude [...] Os Djs, que espontaneamente iniciaram as festas nas ruas ao adaptar mesas de som e alto-falantes provisórios nos postes de luz, revisam o uso central das vias públicas ao torna-las centros comunitários livres. Os rappers se apoderam de microfones [...] (ROSE, 1994, p. 193).

As novas possibilidades tecnológicas também foram importantes para a criação do movimento *hip hop*, pois nesse mesmo período houve nos Estados Unidos da América a substituição do sistema analógico pelo digital. Em um momento de grande desenvolvimento tecnológico, marcado pela troca dos aparelhos toca-discos e *pick-ups* por aparelhos de leitores de CDs, os preços dos primeiros baixaram, abrindo a possibilidade dos mais pobres comprarem os equipamentos analógicos ou apropriarem-se de aparelhos que estavam sendo descartados. A obsolescência dos aparelhos e o uso desses pelas camadas mais pobres foram passos fundamentais para que os jovens ocupassem as ruas e animassem as festas com bailes. Então, em meio às contradições da cidade e do uso de equipamentos já obsoletos, nasceu o rap e, consequentemente, o *hip hop* (SEVCENKO, 2001; FELIX, 2005). A população negra tomou um lugar específico na divisão social do trabalho.

Durante a década de 1980, intensificando a partir da próxima, aconteceram dois movimentos importantes, o primeiro deles foi o estabelecimento de uma relação com o mercado fonográfico e a indústria cultural. E segundo, foi o fato da cultura *hip hop* ter transbordado para outras áreas da cidade de Nova Iorque e também para outros países, inclusive para o Brasil, ganhando uma maior visibilidade.

Os meios comunicadores são conquistados pelos hip hoppers, como também os meios hegemônicos os conquistam, e é exatamente nessas contradições – no centro do mundo da informação – que foi possível sua mundialização, coincidindo com o período em que o mundo conhece as possibilidades da globalização, sobretudo da economia, mas também da mundialização da cultura ou de rastros culturais (GOMES, 2008, p. 44).

O *hip hop* tem alguns nomes considerados como precursores e protagonistas, grades DJs que foram responsáveis não somente pelas técnicas para usar os equipamentos, mas da própria essência do movimento, inclusive da importância política desse para os jovens moradores dos bairros pobres. Kool Herc, Grandmaster Flash e Afrika Bambaataa são os três DJs considerados fundadores do *hip hop*.

Como escreveu Souza (2012), apesar das pessoas pensarem que o *hip hop* foi criado na Jamaica e de lá levado pronto para Estados Unidos, não foi bem assim, já que surgiu efetivamente no Bronx. Como já escrevemos anteriormente, em um bairro pobre no qual esse gênero musical encontrou as condições ideais para o jamaicano Clive Campbell, posteriormente conhecido como Kool Herc criar esse novo gênero musical. Na década de 1960, o Kool Herc aperfeiçoou *sound systems*, um sistema que já era usado em Kingston para animar os bailes dos jovens jamaicanos. Festas nas quais atuavam os *toasts*, precursores dos *Masters of Ceremony* (os Mestres de Cerimônias, MCs) e responsáveis não somente pela animação, mas também por falarem sobre assuntos delicados do cotidiano dos jovens, como por exemplo, o uso das drogas, o desemprego, a criminalidade, a situação política e a questão racial. O caminho de trazer a tona assuntos polêmicos para dentro da festa permanecerá como marca tanto no movimento *hip hop* nos Estados Unidos, como em outros países. (SOUZA, 2012, p. 36-37).

Em 1967, já morando no Bronx, percebendo as condições do bairro, Kool Herc começou a animar festas, porém com um repertório musical que assimilou gosto dos americanos. Os bailes, feitos ao ar livre, passaram a ter *soul* e *funk* também. Durante suas experiências nas festas, Kool Herc criou duas técnicas para usar as *pick-ups*. A primeira foi o *sampler*, conhecido como *break beat*, que é o uso de trechos de músicas durante a execução de outra diferente e o *back to back*, uma técnica de prolongar alguns trechos de uma música, a partir do uso de duas *pick-ups* diferentes (FELIX, 2005, p. 66).

O DJ Grandmaster Flash é outro importante protagonista do movimento *hip hop*. Flash, assim como Kool Herc, também criou técnicas para serem usadas nos bailes. Entre estas, o *scratch*, prática de girar o disco com as mãos para frente e para trás, em uma velocidade muito maior que a usual, uma das mais vulgarizadas e usadas pelos DJs. O uso destas técnicas aumentam as condições para que os DJs possam criar, a partir das músicas contidas nos LPs, novas composições. Os DJs a partir do *scratch*, *back to back* e *break beat* ultrapassam a situação de executor das músicas, transformando-se em compositores. A cada baile surgiam novas músicas (FELIX, 2005, p. 66).

Afrika Bambaataa Aassim, a que os historiadores do movimento atribuem à criação e a concepção do termo *hip hop*, sensibilizado com as crises entre as gangues, procurou organizar festas onde as diferenças e as brigas de rua fossem transpostas para as disputas de *break*. Além desse ponto de caráter político, pensando sob o aspecto técnico, Afrika Bambaataa foi o responsável pela incorporação de gêneros relacionados às bandas de fora, como a alemã Kraftwerk e a introdução do *drum machine*, instrumento eletrônico com o qual criava bases originais.

Durante a década de 1970, as festas organizadas por Grandmaster Flash e Afrika Bambaataa, principais DJs dos guetos nova-iorquinos da época, eram sempre um grande sucesso tanto para dançar, como para se reunir com outros negros. Grandmaster Flash e Afrika Bambaataa, além de Kool Herc, eram grandes mestres de cerimônia (MCs) e *disc jockeys* (DJs), desempenhando estes dois papéis ao mesmo tempo. A necessidade de estabelecer a paz e a união nos guetos estava entre os temas recitados durante as festas (FELIX, 2005).

O rap como um estilo musical de origem negra, também surgiu como herança da prática do canto falado, um costume rotineiro dos negros da África Ocidental (ANDRADE, 1996), os *griôs* ou *griots*, guardiões das histórias e tradições do povo negro, espalhados pelo mundo durante a diáspora não somente para os Estados Unidos da América como para o Brasil e Caribe. Os *rappers* por representarem uma continuidade da tradição oral, fundamento das relações culturais na África Ocidental, seriam os *griots* modernos. No Brasil essa tradição estaria muito associada aos *rappers* dos grandes centros urbanos e aos repentistas do nordeste. A importância da palavra para os ancestrais africanos foi resgatada pelos jovens negros no contexto do rap que durante os bailes, nos momentos de *free style*, tomavam nas mãos o microfone e cantavam sobre os problemas vivenciados no bairro e na cidade. Os

discursos que vão conquistando os jovens devagar ganharam *status* de poesia e o MC, graças ao sucesso de Grandmaster Flash e Afrika Bambaataa, especializam-se como rimadores. O baile, antes animado por alguém que fazia tudo, tocava e cantava, ganha outros personagens, cada um com sua função. O papel de DJ e de MC agora são desempenhados por pessoas diferentes, inaugurando outro momento na história desse movimento, a diversidade de coisas que aconteciam nos bailes criou o ambiente para a consolidação da “cultura *hip hop*” (SOUZA, 2012).

No entanto, o sucesso dos bailes, assim como a consolidação do *hip hop* como cultura do gueto e a visibilidade de seus principais DJs, trouxe também a possibilidade da indústria fonográfica apropriar-se e, conseqüentemente, mercantilizar essa cultura. Tal processo culminou não somente com o sucesso dos grupos de rap, com *rappers* sendo remunerados cada vez melhor, fato que possibilitou na ampliação do território de atuação, inclusive aumentando o número de viagens para o exterior, como também em um universo de concorrência e violência tão grande, exteriorizado no estilo *gangsta rap*, que mais tarde, já na década de 1990 resultou nos assassinatos de dois importantes nomes da cena do rap norte americano, Tupac (Amaru Shakur), assassinado em 1994 e Notorious BIG, em 1997 (FELIX, 2005).

Nesse mesmo momento aportava nos bailes black um novo tipo de música negra norte-americana, em que mais se falava do que se cantava. O público, inicialmente, passou a denominar este estilo de ‘tagarela’. Como a música de fundo era quase sempre o funk, ele passou a ser chamado de ‘funk falado’. O ritmo agradou bastante ao público, mas as pessoas não entendiam nada do que era falado nas letras, o que nunca foi motivo de impedimento para se curtir uma música nos bailes. Afinal, as letras das demais músicas norte-americanas lá executadas também não eram compreendidas (FELIX, 2005, p. 71).

Essa cultura de falar sobre temas polêmicos durante as festas de jovens moradores das regiões mais pobres chegou e se consolidou no Brasil e durante a década de 1970 e 1980, a partir dos bailes *blacks* das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, principais eventos capazes de reunir a juventude negra neste período. Apesar de parecerem inicialmente alienados e desligados dos acontecimentos, a inspiração de luta veio também de um contexto de crítica à ditadura militar, ao processo de democratização e, especialmente, inclusão dos negros na sociedade. Nas letras de rap existe um sentimento de revolta e exigência de reparações.

Um discurso sobre humilhações e injustiças praticadas durante anos permeava essa poesia. O *hip hop* então se difundiu pelas principais metrópoles do Brasil, e mais especificamente por São Paulo, passou a ser um meio de divulgação de um discurso político sobre a cidade e suas diversas particularidades. Ao orgulho de ser da periferia alinharam-se os desejos de construir um movimento cultural e político que desvendasse as realidades para as outras pessoas. Os temas violência policial e discriminação e preconceito raciais apareciam nos vídeos clips vindos dos Estados Unidos da América que eram apresentados nos bailes da *Chic Show*. E apesar dos vídeos serem em inglês e da falta de conhecimento desta língua as cenas já eram suficientes para os jovens perceberem que os problemas vividos por eles eram bem parecidos com os experienciados pela juventude norte americana.

No Brasil, nos anos de 1980, durante a década perdida, período no qual a economia ficou estagnada e a sociedade mobilizou-se pelas Diretas Já, os bailes *black*, depois as ruas e posses viram nascer os elementos do *hip hop*. Nestes lugares de festas e encontros ouviu-se música vinda dos Estados Unidos da América e aprendeu-se novos passos de dança. A convivência da juventude negra tinha uma trilha sonora: música negra, inclusive o rap, na época chamado de '*funk falado*'. Os bailes tocam músicas que inspiraram a luta e a resistência dos negros (FELIX, 2005).

Os vídeos contribuíram muito para o debate desse tema, pois os jovens tentavam imitar aquela dança nova com movimentos robóticos que viam nos dançarinos dos *clips*. Como esta modalidade de dança necessitava [e necessita] de espaço para ser praticada, os dançarinos precisavam abrir uma roda no salão, necessidade que incomodou os organizadores dos bailes, pois reduzia o espaço para os outros frequentadores. A lógica do dinheiro, vindo da venda dos convites, expulsou os dançarinos para as ruas. Porém, mais tarde a equipe organizadora do baile *black Zimbabwe* e donos do selo *Zambeze* criaram um concurso e, posteriormente, gravaram discos com os vencedores. Tal ação contribuiu imensamente para a difusão do rap e sua valorização em detrimento dos outros elementos do *hip hop*.

[...] todos os bailes em que estive presente esta lotação (1.040 pessoas) foi, em muito, superada. Pode-se calcular que no auge do baile, por volta das dez horas da noite, frequentavam a casa, a cada domingo, quatro mil pessoas.

Com esta lotação fica difícil a locomoção, até mesmo para se dançar. Algumas pessoas chegaram a afirmar que 'deveria (haver) um limite de pessoas no espaço', ou que 'não

deviam deixar entrar tanta gente, porque fica muito abafado, sem ventilação. Outros afirmaram achar o local pequeno e o público excessivo (FELIX, 2005, p. 55).

Então, expulsos, os dançarinos ocuparam as ruas. Os *breakers* ocuparam primeiro a frente do Theatro Municipal, na Praça Ramos de Azevedo, depois a calçada da rua 24 de maio, em frente ao 'Shopping Grandes Galerias', na esquina da antiga loja Mesbla e um tempo mais tarde a estação São Bento do metrô, espaço também usado pelo movimento *punk rock*. Segundo Felix (2005), a convivência dos dois grupos foi pacífica, acredita-se que essa boa relação deu-se pela coincidência de alguns pontos da pauta de luta. As ocupações, por serem nas ruas, possibilitavam a passagem do chapéu para arrecadação de um auxílio. E isso era positivo, já que muitos DJs e dançarinos era jovens de diferentes periferias e quando estavam trabalhando recebiam baixa remuneração. Então, o dinheiro arrecadado no chapéu ajudava na compra de pilhas e na manutenção dos equipamentos usados na execução das músicas.

Durante as ocupações, as pessoas abriam um roda onde aconteciam as batalhas de poesia e dança. Diferente dos Estados Unidos, onde essa disputa de poesias representavam as brigas reais das gangues, em São Paulo, onde a realidade era diferente, as disputas ficavam somente no nível do *break*, criando um espaço para o encontro, a troca de ideias e da tomada de consciência da existência dos conflitos sociais.

Na estação São Bento, o acompanhamento das danças era feito apenas com *box*, a situação mudou somente quando os MCs chegaram e os *breakers* passaram a se apresentar com o rap ao vivo. No início, as letras eram mais romantizadas, tratando de temas como lazer, por exemplo, somente depois, quando os rappers começaram a destacar questões como doenças sexualmente transmissíveis, violência e racismo, as músicas tornaram-se politizadas.

O Hip Hop surgiu no Brasil de maneira 'parcelada', isto é, os seus diferentes elementos foram adotados por pessoas que não viam maiores ligações com a dança que praticavam nos bailes *black*. O fato é que tais expressões culturais, antes do surgimento do Hip Hop, não assumiam, aqui no Brasil, uma posição política contestadora explícita. O que não deve significar que eram ações sociais realizadas simplesmente com a função de divertir ou desconstruir, sem nenhuma outra consequência. Afinal, em nosso

país, o *break* e o rap surgiram em *loci* de lazer e distração da população negra e pobre (FELIX, 2005, p. 79).

O afastamento dos temas mais leves e divertidos e a aproximação efetiva com as questões sociais e políticas ficaram mais evidentes nas letras de rap no final da década de 1980. Em 1988, o grupo Racionais MC's, formado por Mano Brown (Pedro Paulo Soares Pereira), Ice Blue (Paulo Eduardo Salvador), KL Jay (Kleber Geraldo Lelis Simões) e Ed Rock (Edivaldo Pereira Alves), lançou a música 'Pânico na Zona Sul', na qual denunciavam a violência e a prática dos 'pés de pato', uma espécie de justiceiros que matavam, a mando dos comerciantes, pessoas que consideravam suspeitos.

Justiceiros são chamados por eles mesmos
Matam, humilham e dão tiros a esmo
E a polícia não demonstra sequer vontade
De resolver ou apurar a verdade
Pois, simplesmente é conveniente
E por que ajudariam se eles os julgam delinquentes
E as ocorrências prosseguem sem problema nenhum
Continua-se o pânico na Zona Sul
Pânico na Zona Sul (RACIONAIS MCs, 1988)⁷⁵.

Essa música, sucesso do estilo *gangsta rap*⁷⁶, abriu uma nova fase do estilo musical no Brasil. As décadas de 1980 e 1990 foram ricas de experiências com os novos grupos que surgiram ou se estabeleceram como tal. Segundo o Markão, entrevistado pelo Buzo (2010), para além dos Racionais, destacaram-se também: Nos anos de 1980, Black Junior, Pepeu, Ndee Rap (Naldinho), Thaíde e DJ Hum, MC Jack e DJ Ninja, Código 13, Os Metralhas, Dee Mau, Sampa Crew, DJ Raffa e os Magrelos. E os produtores Cuca e Dinamac Duo. Nos anos de 1990, GOG, Ndee Naldinho, Baseado nas Ruas, Câmbio Negro, Sampa Crew, Geração Rap, Rap Sensation, Consciência Humana, Posse Mente Zulu, Sistema Negro, Visão de Rua,

⁷⁵Ver letra completa de "Pânico na Zona Sul" em <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/63443/> Acesso em 04/10/2016.

⁷⁶ O termo *gangsta* refere-se às letras de *rap* que destacam temas como violência urbana, tráfico de drogas, violência policial e marginalização social nas periferias. Lá nos Estados Unidos, representam este estilo Dr. Dre, Ice Clube Snoop Dogg e To Pac Shakur rappers que defende o confronto direto com a polícia e menosprezam as mulheres (FELIX, 2005).

Doctors MCs, Facção Central, SNJ, Potencial 3, Filosofia de Rua, RPW, De Menos Crime, Face Negra, MT Bronks, Sharylaine, F.N.R, GangMaster 90, Pavilhão 9, M.R.N, Detentos do Rap, Frank Fransk, Ice Rock, Comando DMC, Duck Jam e a Nação Hip Ip.

O rap dos Racionais MC's pode ser considerado como um marco do processo de politização das letras. Os *rappers* ganharam as ruas e devagar foram assumindo um papel contestador. E à medida que o *hip hop* conquistou a ruas e criou um discurso social e político também foi se tornando em uma crônica da vida na periferia.

O grupo Racionais MC's [...] 'jogam' na 'cara' de seus ouvintes que suas letras são politizadas, engajadas, comprometidas, sem qualquer possibilidade de levar à era distração. Tratava-se exatamente da atitude contrária que prevalecia nos bailes. A negritude aparece como realidade, e a exclusão social como problema (FÉLIX, 2005, p.127).

Durante a década de 1980, também surgiram as “posses”, “espaços, por excelência, em que as discussões políticas de interesse do Hip Hop ocorrem” (FÉLIX, 2005, p. 80), ocupações de grupos de *rap*, *break* e grafite que se reuniam para discutir problemas do cotidiano no bairro, como violência contra a população pobre etc. Então, é nas “posses”, onde encontrávamos os “intelectuais” do hip hop, “[...] os pensadores dessa expressão sócio-cultural” (FÉLIX, 2005, p. 80).

A primeira “posse”, *Zulu Nation* foi criada por King Afrika Bambaataa, no bairro do Bronx em 1975. Com o objetivo de defender e lutar pelas melhores condições de vida da população pobre e negra, a *Zulu Nation*, que nasceu com um caráter internacional, chegou ao Brasil pelas mãos de Nino Brown, morador de São Bernardo do Campo (SP), representante oficial da *Zulu Nation* Brasil e depois se espalhou por outros lugares. Porém, outras posses foram criadas antes seguindo o roteiro já escrito anteriormente.

Aqui no Brasil, o surgimento das posses não foi diferente do ocorrido nos Estados Unidos. Primeiramente o *rap* chegou aos bailes, assim como o *break*. Uma vez fora daquele espaço de lazer, estes dois elementos inicialmente tomaram caminhos diversos. O segundo vai para as ruas do Centro de São Paulo, à procura de espaço, visando à criação de novos passos, que posteriormente seriam utilizados nos bailes. Já

o *rap* encontra na Estação São Bento do Metrô as condições favoráveis para ser praticado pelos seus pioneiros [...] (FÉLIX, 2005, p. 84).

A primeira posse de São Paulo foi criada na praça Roosevelt, área central da cidade. O “Sindicato Negro” surgiu em 1988 para tratar de vários temas, inclusive de um que afetava demasiadamente os integrantes da posse, a questão do negro e o preconceito. Depois surgiram também as “posses” Conceitos de Rua, reunidos informalmente desde 1987, Aliança Negra (1989) e Força Ativa (1992).

Mais tarde, devido a maturidade de muitos integrantes e a aproximação com o Instituto Gélèdes, houve uma intensificação nas discussões sobre a discriminação racial e outros temas relacionados, fato que causou um estranhamento entre os integrantes e, conseqüentemente, a dissidência de parte do grupo e a fundação da Posse Força Ativa. O Nando Comunista explicou, em entrevista, que a diferença estava no fato de uma parte do grupo querer somente cantar e discotecar e a outra que já tinha avançado na discussão sobre a questão racial, pois já eram leitores de Malcolm X e Martin Luther King, desejar discutir temas fundamentais para a cidade. Além da questão racial, avançaram nas discussões sobre violência policial, desemprego, falta de políticas públicas nas periferias, etc.

Além do fato dos fundadores da posse Força Ativa também valorizavam o *break* e o *graffiti*, elementos que ainda não eram muito importantes no Brasil. Então, o que existia era o Rap e não o *hip hop*, pois como também esclareceu o Nando Comunista, naquele momento existia somente o Rap, formado por dois elementos DJ e MC. Para existir o *hip hop* era necessário fortalecer os outros dois elementos, o *break* e o *graffiti*⁷⁷.

A Posse Força Ativa se fortaleceu a partir da valorização da ancestralidade africana, especialmente da transmissão do conhecimento e das experiências através da oralidade. A Força Ativa fez isso a partir do Rap e da discussão sobre as questões do negro e do racismo, não somente nas reuniões da posse, em ambiente fechado, mas em outros lugares. Para o Nando Comunista, a Posse Força Ativa fazia esse movimento para além do microfone, mas nas escolas, com alunos e professores e nas ruas através de um bom bate papo.

⁷⁷ A reconstituição da história da Posse Força Ativa, depois Núcleo Coletivo de Esquerda Força Ativa foi realizada graças às contribuições do Nando Comunista.

Inicialmente, a partir da fundação em 1992, os encontros da Força Ativa aconteceram na Zona Norte, em Santana, depois se mudou para o Centro e mais tarde para a Cidade Tiradentes na Zona Leste.

Na Zona Norte encontravam-se no terminal de ônibus da Estação Santana do Metrô, pois como escreve Félix (2005), ficava bem próximo de dois salões de bailes *black*, a Sun Set, organizado pela equipe Chic Show, e o Santana Samba⁷⁸, pela equipe Zimbabwe.

No Centro começaram a fazer reuniões na loja do José Luiz da União dos Pan Africanistas (UPA). Lá se reunia para leituras, debates e escrita das moções. Nessa época tinham como referência os livros do Malcolm X, Frantz Fanon e Panteras Negras. O Nando Comunista que era do Fala Negão e fazia a ponte entre as discussões que aconteciam na posse Força Ativa com o bairro de Itaquera.

Em 1995, essa conexão se materializa com a transferência da Força Ativa mais uma vez, agora para a Zona Leste. Nesse ano aconteceu uma desmobilização e, consequente indisponibilidade de se reunirem, que segundo o Nando Comunista estava relacionada com as necessidades próprias da reprodução da vida. Então, ele reuniu o grupo e propôs transferir os trabalhos da posse.

Na Zona Leste, começaram com ações em escolas, primeiro na EMF Anna Lamberg Zeglio, localizada na Cidade Tiradentes, depois em outras. No espaço da escola exibiam filmes e promoviam debates sobre as questões do negro, do racismo, a segregação socioespacial e os problemas do bairro. Quando foram para a Cidade Tiradentes, começaram a trabalhar em outras escolas e também com movimentos sociais.

Nesse momento por questões históricas e políticas retiraram a palavra posse do nome. Para o Nando Comunista, partiram da ideia de que a palavra posse estava muito ligada à forma de organizar os “pretos norte americanos e suas atividades de *hip hop*”, fechados em pequenos guetos, diferente do novo horizonte, a Cidade Tiradentes e a periferia. Como o Nando Comunista destacou “A ideia de posse remete você [em um lugar fechado, delimitado] fazendo suas atividades de *hip hop*”, o que não era o caso da Força Ativa nessa fase de expandir as ações para as escolas públicas e de fazer parcerias com os movimentos sociais. “[...] na Cidade Tiradentes

⁷⁸ No Santana Samba acontecia, todas as quartas-feiras, um encontro para apresentações de grupos de Rap e de break. Mais tarde essa atividade foi transferida para o salão do Sambarilove no Bixiga, inaugurando o Clube do Rap (FELIX, 2005).

era diferente, lá estavam em vários lugares, em muitas escolas”, davam formações sobre direitos humanos e direitos das crianças e dos adolescentes (NANDO COMUNISTA). Então, para resolver essa diferença conceitual e de prática política fizera uma votação tornando a Posse Força Ativa em Núcleo Cultural Força Ativa, mais tarde, Coletivo de Esquerda Força Ativa.

Um passo importante dado pelo Coletivo Força Ativa foi a criação de uma biblioteca com obras do pensamento de esquerda. Tudo começou com uma campanha para arrecadar livros para organizar um Centro de Leitura aberto⁷⁹. Junto com os simpatizantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do Impacto Punk e da Márcia do Movimento de Saúde que cedeu a garagem da sua casa para primeiro guardar os livros, depois para abrigar o próprio centro de leitura, já sendo possível fazer empréstimos.

Depois dessa fase, os livros foram transferidos para a EMF Anna Lamberg Zeglio, onde permaneceram por dois anos (1998 e 1999), quando surgiu a oportunidade de instalar o centro de leitura em uma construção da Cohab onde funcionou uma padaria. Então a partir de um regime de comodato, reformaram o espaço, compraram mobília, estantes, entre outras coisas. Pronto a Biblioteca Comunitária Solano Trindade, “rolê” fundamental da Cidade Tiradentes, estava criada e pronta para fazer empréstimos de livros e acolher formações e debates organizados pelo Coletivo de Esquerda Força Ativa. Porque enfim,

[...] a trajetória da Posse Força Ativa que virou Núcleo e hoje é Coletivo de Esquerda, onde nós atuamos com as lutas de quem é explorado, como as pessoas do MST, do MTST, a população de rua, a questão dos meninos que estão no atendimento da Fundação Casa, os meninos e meninas cumprindo medida sócio educativa (NANDO COMUNISTA).

Então o Rap, que é a junção do DJ e do MC, possibilitou ao Nando Comunista, aos outros integrantes do Coletivo e a tantos adolescentes da Cidade Tiradentes uma nova leitura do mundo e do seu cotidiano. E para o Coletivo, nas palavras do Nando,

⁷⁹ A necessidade de organizarem uma biblioteca comunitária está muito relacionada ao fato de muitos dos integrantes do Coletivo gostarem de ler e estudar. Todos sabem o quanto a leitura pode ser libertadora. Félix (2005) observa que a partir de 2003 vários militantes do Coletivo Força Ativa, ingressaram na universidade. A formação foi realizada preferencialmente nas ciências humanas: Weber, Hélio e Fernanda (História), Nando, Wellington e Wagner (Ciências Sociais), Vanessa (Biologia), Góes (Letras), Fabiana (Serviço Social), Luís e Eliana (Pegagogia).

um “salto ontológico”, à medida que se transferiu para a periferia e se aproximou do pensamento de esquerda. O Coletivo de Esquerda Força Ativa, uma organização como aquelas lembradas por Clóvis Moura (1983), que nasceu do antagonismo entre classes sociais e os seus diversos estratos, funciona como um núcleo de resistência do lugar e no lugar à medida que cria cotidianamente práticas políticas libertadoras. Na leitura e na reflexão feita com os adolescentes dentro das escolas, na biblioteca ou na quebrada, o Coletivo contribui para o exercício da cidadania, ponto fundamental para a construção de uma soberania popular.

3.4. No caminho, o encontro com a tese: coletivos, prática etnográfica e cadernos de campo

Entre os meses de maio de 2014 a outubro de 2016, realizamos diversas incursões em coletivos culturais, fóruns e atividades organizadas pelos mesmos. Essas aproximações foram importantes para iniciarmos o mapeamento dos coletivos da zona leste e suas ações, informações fundamentais para escolhermos os coletivos que seriam acompanhados durante a pesquisa. Em cada um desses coletivos ou atividades, fizemos os contatos e estabelecemos as primeiras conversas informais. Todas as informações foram anotadas em cadernos de campo.

Durante 2014, visitamos a sede do Coletivo ALMA, Aliança Libertária Meio Ambiente, localizada no Conjunto Habitacional José Bonifácio, no bairro de Itaquera. Em maio para uma primeira aproximação e em agosto para participarmos do ‘Passeio Fotográfico’, organizado por esse Coletivo. Em espaços públicos, assistimos uma vez, em junho, o espetáculo teatral *Foi tudo por Terra* e duas vezes *[Des]Água*, em apresentações realizadas em julho e agosto do mesmo ano na Praça do Patriarca, Centro de São Paulo. Também fomos algumas vezes ao Sarau Suburbano Convicto (Bela Vista), ao Sarau O que dizem os umbigos?! e ao *Slam* da Guilhermina. Participamos ainda das atividades promovidas pelo Movimento Cultural do Ermelino Matarazzo/Ponte Rasa, especialmente, nas promovidas pelo Coletivo Muros que Gritam. Houve visitas ao COV (Coletivo Ocupação Verde) e ao Projeto CICAS, ambos

no Jd. Julieta, ao Quilombaque, em Perus e ao Centro Cultural Carlos Marighella, em Guaianases.

Em 2015 e 2016, além de continuarmos participando das diversas atividades culturais desses e de outros Coletivos, acompanhamos ainda reuniões e assembleias do Movimento Cultural das Periferias (MCP), manifestações e atos na Câmara Municipal, na sede da Prefeitura Municipal e na Secretaria Municipal de Cultura. Participamos também das apresentações da Lei de Fomento às Periferias e de seu edital em diversos Coletivos da cidade. Além de audiências públicas para a discussão do orçamento do município e para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de São Paulo, inclusive a sessão da aprovação e a reunião para a assinatura da Lei, respectivamente, no Plenário da Câmara Municipal e no Gabinete do Prefeito Fernando Haddad. Para além dessas atividades, também realizamos entrevistas com alguns integrantes do MCP e do Fórum *Hip Hop*, infelizmente não conseguimos conversar com integrantes do Fórum do Reggae.

Durante o primeiro semestre de 2016 entrevistamos a Elaine Mineiro, a Queila Rodrigues, o Jesus dos Santos, o José de Souza Queiroz (Soró), o Aurélio Prates, o Marcello Nascimento de Jesus, o André Luz dos Santos (Rapper Pirata) e o Djalma Lopes Góes (Nando Comunista). Conversas fundamentais para conhecermos e compreendermos melhor a constituição do Movimento e a construção da Lei de Fomento à Cultura da Periferia. A tentativa de contar a história desses processos se baseou nas entrevistas, nas observações e anotações feitas nos cadernos de campo e em um *dossiê*, pacientemente organizado pelo Marcello.

Militantes da cultura e dos direitos humanos, todos tem histórias próprias que se cruzaram durante os processos de luta e resistência. Os objetivos da pesquisa e a intensidade das relações não nos permite entrar tão profundamente nestas histórias de vida. Contudo, podemos fazer pequenas apresentações de cada um dos nossos companheiros de pesquisa.

Aurélio Prates, Princesa da Zona Urbana, nascido em São Bernardo do Campo, é morador da Cidade Adhemar/Pedreira desde 1987, zona sul de São Paulo. Na universidade estudou danças, apaixonando-se por danças brasileiras, especialmente o Maracatu de Baque Virado, tema de muitas das oficinas que oferece. Ator e diretor de teatro, Aurélio transforma-se em Baiana Rica para brincar

no Maracatu há quase dez anos. Também participa de vários Coletivos, entre os quais a Cia Caracaxá, companhia de Maracatu e a Casa no Meio do Mundo. Como trabalhador da cultura, colaborou com a escrita da Lei de Teatro e da Lei de Fomento à Cultura das Periferias. Além da militância no campo da cultura, também é atuante na caminhada pelo Parque dos Búfalos⁸⁰.

Elaine Mineiro é formada em geografia, teve contato com a arte bem cedo, quando ainda criança foi matriculada pela mãe em cursos de teatro e dança em uma obra social do bairro de Itaquera. De família católica, adolescente foi atuante em uma igreja de fundamentos próximos à teologia da libertação, onde como integrante da Pastoral da Juventude teve suas primeiras atuações políticas no bairro. Hoje, além de participar de um grupo de samba de mulheres, Elaine também integra o Coletivo de teatro NoBatente e o Centro de Pesquisa e Documentação de Guaianases, o CPDOC Guaianás. Moradora da Cidade Tiradentes também atua no Fórum de Cultura da Zona Leste e no Movimento Cultural das Periferias

Queila Rodrigues nasceu em uma família com origens em Pernambuco, talvez daí venha sua paixão pela cultura popular. Historiadora e programadora cultural do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, aproximou-se da cultura e das linguagens artística através do teatro, participando do Vocacional⁸¹. No Sarau O que dizem os umbigos?!! desde 2012, hoje integra também o Semente Crioula, um grupo formado exclusivamente por mulheres que difundem a cultura do coco a partir de pesquisa e repertório próprio⁸². Atua no Fórum de Cultura da Zona Leste e no Movimento Cultural das Periferias.

⁸⁰ Para conhecer um pouco do trabalho do Aurélio, ver o vídeo do Cortejo de Maracatu de Baque Virado realizado com o grupo Semente de Angola de Londrina, Paraná <https://www.youtube.com/watch?v=Tio8J64aOs4>

⁸¹ O Vocacional é um programa da Secretaria de Cultura Municipal que tem por objetivo de promover, com adolescentes a partir dos 14 anos, ações e reflexão sobre diferentes práticas artísticas, ocupação dos espaços públicos e consciência de cidadania. Para mais informações ver o site do Programa em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/formacao/vocacional/index.php?p=7548> Acesso em 02/04/2017.

⁸² Sobre Sarau O que dizem os umbigos?!! e o Grupo de Coco Semente Crioula ver o lançamento da Antologia Poética O que dizem os umbigos?!! no Sarau da Cooperifa, no Jardim Guarujá e a apresentação do grupo no Sesc Itaquera, disponível em vídeo nas páginas: <https://www.youtube.com/watch?v=XH84eEZMDsg> e <https://www.youtube.com/watch?v=SVxLJXHneLE>

Jesus dos Santos é soteropolitano e integrante do Coletivo Casa no Meio do Mundo. Ainda em Salvador, aproximou-se do universo da cultura quando foi trabalhar em um projeto de comunicação que procurava através de um jornal quinzenal e da organização de atividades culturais resgatar aspectos da identidade racial. Logo começou a participar do movimento estudantil, inicialmente em protestos por acesso ao transporte público. Foi vice-presidente da ABES (2005) e diretor de relações internacionais da UBES (2006/2007). Nessa época também atuando no Partido dos Trabalhadores (PT), veio para São Paulo, onde por circunstâncias profissionais acabou se afastando da militância partidária para atuar no campo da cultura. Já tinha se aproximado das linguagens artísticas em Salvador, quando fez teatro e dança afro, porém foi em São Paulo que se envolveu intensamente com a questão cultural. Após morar em uma casa coletiva onde havia sempre alguma atividade artística, aproximou-se intensamente com o campo da cultura quando juntos com outras pessoas criou a Casa no Meio do Mundo, um Coletivo que entre outras coisas, organiza eventos como o *Faça da Praça a sua Casa* e *Sarau Casa no Meio do Mundo*⁸³. Hoje atua no Fórum Cultural da Zona Norte e Movimento Cultural das Periferias.

Marcello Nascimento de Jesus é paulistano, filho de migrantes do sertão nordestino. Segundo ele mesmo, feito no sertão, nascido em São Paulo. Talvez por isso toque zabumba e seja apaixonado por forró e música nordestina. Geógrafo e como tal bom observador, começou a perceber a cidade e seus problemas durante a adolescência, por volta dos 14 anos quando já circulava pela cidade para trabalhar como *office boy*. O olhar geográfico do menino foi se sofisticando, primeiro pela passagem rápida em um curso de técnico em Gestão Ambiental, depois no Coletivo ALMA, para enfim chegar no curso de geografia. Entrou no ALMA para trabalhar em um projeto de horta comunitária, mas logo já estava na peça *Saindo da Lixeira* e organizando a documentação do Coletivo. Em pouco tempo, com essa habilidade de articular, fazer política e organizar coisas, o Marcello já estava envolvido com a criação Fórum de Cultura da Zona Leste e do Movimento Cultural das Periferias. Em

⁸³ A Casa no Meio do Mundo sempre convida outro Coletivo para fazer o sarau juntos, como foi o caso do Sarau A Voz do Povo, Sarau as Prê, Sarau d'Quilo, Sarau Lado B e Sarau O que dizem os umbigos?!!.

termos de gestão pública, também colaborou com a manutenção da Casa de Cultura Raul Seixas, onde foi coordenador.

O Rapper Pirata estudou Comunicação Social, mas desde os 17 anos de idade escreve sobre a cidade, compreensão que aprimora a partir da leitura diária de jornais e de livros. Durante um período de desemprego aproveitou para frequentar a biblioteca da universidade. Foi quando teve contato com um artigo de jornal no qual o professor Milton Santos questionado disse a um jornalista: “Quer entender a sociedade, pergunte a um *rapper*”. Talvez daí venha uma admiração profunda pelo geógrafo e sua visão do mundo. A partir de então passou a ler seus livros junto com outras referências como Clóvis Moura, Paulo Freire, Karl Marx, Malcon X, 2PAC e Mano Brown. É militante do Fórum do *Hip Hop* e nesses últimos anos, desde a Conferência Municipal de Cultura de 2013, atua junto ao Movimento Cultural das Periferias.⁸⁴

O Soró é reconhecido por muitos como mestre, sua experiência foi fundamental para a consolidação do Coletivo Quilombaque em Perus, desde sua chegada ao Coletivo vem “*quebrando correntes e plantando sementes*”. Nascido no interior do Mato Grosso, após o falecimento prematuro do pai, mudou-se do campo com a mãe e os irmãos para o bairro de Perus, onde começou a frequentar a escola tardiamente. Anos mais tarde, animado com as vivências e as observações das lutas de resistência nas periferias, especialmente do enfrentamento dos Queixadas, durante uma longa greve na Fábrica de Cimento de Perus, e do movimento sindical da região ABC, ingressou no Partido dos Trabalhadores e no movimento de jovens da igreja, fundamentada na teologia da libertação, onde ficou até os descaminhos das duas instituições. Depois de um período afastado da política partidária e de Perus, pois foi morar no Centro, retorna para a periferia. Ao buscar amigos do passado e tentar compreender o que acontecia no bairro, conheceu o Quilombaque. Chegou para ajuda-los na escrita de um projeto, parceria que dura até hoje.

O baiano Djalma Lopes Góes cresceu ouvindo o rádio do pai sintonizado na AM, tempo no qual o Roberto Carlos reinou quase que absoluto. Um dia trocaram a faixa de AM para FM e o Nando pode ouvir Afrika Bambaataa e outras batidas.

⁸⁴ Para conhecer um trabalho do Rapper Pirata ver o vídeo da música *Quem são eles?* Na página <https://www.youtube.com/watch?v=TwI52PXQIN4> Acesso 02/04/2017.

Desde aquele momento, passou a ouvir soul, samba rock, funk e rap e, mais especialmente, a música dos Racionais MCs. O Rap e uma nova leitura do mundo o direcionaram para a luta. Então, começou a frequentar o Fala Negão e o Fórum de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, tornando-se mais tarde Conselheiro Tutelar. O Rap o colocou em contato com os movimentos populares e criou o Nando Comunista. Professor, formado em Ciências Sociais e militante do Núcleo Coletivo de Esquerda Força Ativa promove várias atividades sobre direitos humanos, racismo, pobreza e segregação socioespacial. Nando Comunista também é um dos fundadores da Solano Trindade, uma biblioteca com rico acervo de autores de esquerda. Como disse a Elaine, “um dos rolês mais legais para fazer na Cidade Tiradentes”.

Então, a caminhada realizada na companhia dessas pessoas, passou por diferentes coletivos com sedes na Zona Leste. Por essa trajetória conhecemos diversas pessoas que também militam e são representativas para o movimento, porém não foi possível nem entrevista-las, nem apresenta-las nesse trabalho. Durante dois anos e meio participamos de atividades e fizemos observações e anotações de campo. Foi somente depois de conhecermos a dinâmica e as formas de organização desses grupos que percebemos a importância dos fóruns e do MCP para o nosso trabalho. De maneira geral, os fóruns também são coletivos formados com integrantes de diferentes coletivos, mas com outras preocupações e atividades. Diferentemente, não organizam eventos culturais periódicos, já o fizeram algumas vezes com o propósito de criar um fórum de discussão, mas na verdade fomentam as reflexões sobre as maiores dificuldades pelas quais passam os coletivos, pensam políticas públicas, organizam debates e reuniões de trabalho.

A assertiva do Daniel Marques da Silva, ator e organizador do *Sarau O que dizem os umbigos?*, quando escreveu em uma rede social “Sou militante do encontro”, nos inspira, pois mostra uma das características principais dos Coletivos, o fato de seus integrantes frequentarem e prestigiarem as ações dos outros grupos, permitindo encontros e possibilidades de compartilhar. Os integrantes desse sarau até apelidaram o transporte que os levavam para os eventos de “poeta móvel”. Por isso, o ponto de partida foi constatar, desde o início, que o melhor caminho para conhecermos e entendermos os coletivos era irmos até os mesmos, conhecer pessoas, encontrá-las e reencontrá-las novamente, participar dos eventos, dos saraus

e das festas, enfim misturar-se para observar melhor. A necessidade de acompanharmos os coletivos e entendermos como se organizam e produzem, de certa forma, descrever o cotidiano de cada um, ainda que mais tarde tenhamos focado no MCP, nos incentivou encarar a aventura antropológica da etnografia urbana.

Escolhido o caminho de aproximação, surgiu um alerta para pensarmos a forma de fazer um mergulho etnográfico em São Paulo de dimensões metropolitanas. Sabendo da necessidade de estarmos perto dos Coletivos, uma primeira decisão resultou no recorte para as observações etnográficas que foram direcionadas para a Zona Leste.

A etnografia nas grandes cidades, quando foge da perspectiva de aldeia e trata de diferentes grupos, pede um recorte espacial, já que essa metodologia propõe analisar o sujeito, indivíduo ou coletivo, através da contextualização no tempo e no espaço (MAIA, 2013, p.15). A opção por estudar coletivos da Zona Leste do município e não das diferentes áreas e, mais tarde, o MCP, possibilitou esse encontro mais contínuo que é o ponto inicial da prática etnográfica, vista aqui não somente como uma metodologia de pesquisa de campo, um conjunto de instrumentos e estratégias para produzir o conhecimento (MAGNANI, 2012), “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” (GEERTZ, 1989, p 17), mas como “descrição densa”, uma noção emprestada de Gilbert Ryle por Geertz (1989) que possibilita perceber partículas de comportamento, gestos e sinais de cultura⁸⁵.

Segundo Magnani (2012), a partir da literatura antropológica, guardadas as diferenças, chegamos a uma primeira aproximação do que seria etnografia: um método próprio da antropologia que se apresenta como:

⁸⁵ A especificidade do olhar do etnógrafo, para além das visões distorcidas e de alguns mal entendidos, já foi bastante debatida na academia por diferentes autores. Entre eles estão os estrangeiros: Lévi-Strauss com o texto '*O lugar da antropologia nas ciências sociais*', Clifford Geertz com '*As interpretações da cultura*', Merleau-Ponty em '*De Mauss a Claude Lévi-Strauss*' com os quais podemos entender etnografia como "(...) experiência, prática, determinado esforço intelectual, processo de invenção e até como novo órgão de conhecimento" (MAGNANI, 2012, p. 263). Entre os brasileiros temos: Roberto DaMatta em '*A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*', Gilberto Velho em '*Um antropólogo na cidade*', Mariza Peirano, no livro '*A favor da etnografia*' (1995); Vagner Gonçalves da Silva em '*O antropólogo e a sua magia*' (2000) e Márcio Goldman '*Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia*' (2003).

[...] uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte não para perceber lá ou mesmo para explicar ou interpretar a lógica de sua visão de mundo, mas para, numa verdadeira relação de debate e troca, contrastar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento, ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (2012, p. 264).

Assim, fazer etnografia

[...] é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não como os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado [...] Começamos com as nossas próprias interpretações do que pretendem nossos informantes, ou o que achamos que eles pretendem, e depois passamos a sistematiza-las (GEERTZ, 1989, p. 20).

O trabalho do etnógrafo é “inscrever” o discurso social, anotando-o e transformando-o em passado, aberto à visita sempre que o pesquisado achar necessário. A caderneta de campo, material produzido ao longo trabalhos de campo densos, “quase obsessivos”, realizados em contextos cotidianos, em conjunto com teorias e conceitos, podem iluminar a compreensão da totalidade. O objetivo da etnografia então é elaborar grandes conclusões a partir do cotidiano e de seus pequenos acontecimentos e fatos, mas densamente iluminados e entrelaçados.

Apesar de Magnani esclarecer que o etnógrafo deve “olhar de perto e de dentro” (2002, p.11), buscando com tal proximidade, utilizar uma série de procedimentos metodológicos, como, por exemplo, observar, escutar, perguntar e escrever, conviver com os grupos, o pesquisador deve também manter um olhar distanciado, indispensável para ampliar os horizontes de interpretação dos detalhes observados mais de perto.

Assim, de um ponto de vista específico, a etnografia com um olhar mais focado no cotidiano, pode contribuir para o desvendamento de questões mais amplas, relacionadas com a totalidade da metrópole, construída e inserida em um sistema capitalista, feita por grandes atores, o Estado, os empreendedores imobiliários e os latifundiários urbanos. Estudarmos as relações entre cultura e política, fechar o foco para o registro, pode significar o aparecimento de outra cidade, de outra metrópole.

Um segundo recorte e a decisão de acompanhar somente o MCP tornou possível o desvendamento dos “arranjos coletivos” dos grupos estudados. No contato com o outro, pudemos compreender as histórias individuais de seus participantes, assim como as visões de mundo, projetos, formas de comunicação, as ações políticas e o repertório de contestação (e os recursos para tal). Essas histórias individuais se cruzam no movimento cultural e político que envolve artistas, produtores culturais e militantes de diversos Coletivos de diferentes lugares da cidade.

Como pesquisadora, com uma atuação que combinou participação ativa, direta e próxima, com observação densa, fomos acolhidas e rapidamente envolvidas tanto nas atividades do MCP,⁸⁶ como pela pauta de lutas, daí sermos também pesquisadora-militante. Ainda que fossemos de fora do movimento, não houve estranhamento, naquela acepção de Martins (1993) em “A Chegada do estranho” também presente no trabalho de Alex Ratts. Para o autor, “O pesquisador é um ‘estranho’ que se aproximou e apreendeu um pouco do modo de viver e de pensar do grupo” (RATTS, 1996, p. 15). Mas, também não houve uma inserção que pudesse nos qualificar como pesquisadora participante, pois como escreveu Ratts (1996),

O termo participante pressupõe um tipo de inserção que, se não for tranquila, parece (de uma vez por todas) revelar uma identificação e um entendimento amplo do grupo e solucionar problemas teóricos e ideológicos [...] Há limites no envolvimento com o grupo ‘pesquisado’ e a ‘participação’ não permite todo e qualquer tipo de intervenção. (RATTS, 1996, p. 14-15).

⁸⁶ Nas reuniões e assembleias, nas audiências públicas, nos atos e manifestações, nas conversas com técnicos da Secretaria Municipal de Cultura e com os vereadores e nas votações na Plenária da Câmara Municipal.

E apesar de ao final alguns tipos de intervenções já serem permitidas e de nos sentirmos totalmente integradas, com excelente relacionamento com o Coletivo, a pesquisa não se orientou como um projeto, por isso não podemos dizer que foi participativa de fato (RAFFESTIN, 1993 e RATTIS, 1996). Então, durante as observações etnográficas, fomos mais observadoras, com alguns momentos de participação mais intensa, especialmente no final.

Como inicialmente pretendíamos trabalhar com os Coletivos, as primeiras aproximações foram com alguns deles. Esse trabalho inicial que contou com idas ao campo e conversas informais foi importantíssimo, pois foi através dessa etapa, acompanhada de leituras diárias das páginas em redes sociais, que percebemos a importância dos Fóruns e do MCP. De certo modo, as atividades em diferentes Coletivos e a aproximação com seus integrantes contribuíram imensamente para o desenho da questão central da tese.

A forma como fizemos a escolha das atividades artístico-culturais foi bastante simples e, até certo ponto, intuitiva. A partir da leitura das páginas de uma rede social, selecionávamos os Coletivos para serem visitados durante a semana, organizando as informações em uma agenda. E da agenda escolhíamos a atividade da qual iríamos participar. Nesse processo de mapeamento das atividades e percursos, alguns Coletivos foram bem importantes, não por terem sido mais visitados (e o ALMA foi), mas por serem os coletivos nos quais lançamos um “olhar descentrado” (GOLDMAN apud MAGNANI, 2012), onde nos fomos, na expressão de Jeanne Fraver-Saadah “afetadas pelo objeto” (FRAVER-SAADAH apud MAGNANI, 2012). Ser afetado pelo objeto é a postura etnográfica mais importante, pois marca a experiência do “Olhar descentrado”, momento no qual o pesquisador passa olhar de outro ângulo, sem julgamentos, permitindo-se compreender o outro e perceber sua sabedoria.

3.5. O Coletivo ALMA e a experiência do “olhar descentrado”

O ALMA, Aliança Libertária e Meio Ambiente, é um Coletivo extremamente importante para a pesquisa, pois seus integrantes, desde o início foram muito receptivos, inclusive no compartilhamento das primeiras informações sobre o Fórum

de Cultura da Zona Leste (FCZL). Logo na primeira visita de aproximação, durante uma conversa informal com Eliana Maurelli e Thiago de Oliveira da Silva, Marcello Nascimento de Jesus que também nos recebeu, sabendo do nosso interesse pelo tema, indicou bibliografia e doou materiais importantes, como cópias de documentos de divulgação do FCZL e os CDs dos espetáculos do ALMA. Um acolhimento incrível que nos transmitiu a tranquilidade suficiente para termos a certeza que estávamos no caminho certo⁸⁷.

A Aliança Libertária e Meio Ambiente nasceu no Conjunto José Bonifácio (Itaquera), quando um grupo de jovens começou a se reunir na Casa de Cultura Raul Seixas, para encontros poéticos. Foi quando surgiu o primeiro espetáculo, *Pauliceia Desvairada*, apresentado na Casa de Cultura da Penha. Depois dessa experiência, inconformados com o lixo acumulado nas ruas do conjunto habitacional, a Thabata Ottoni, o Euclides Ferreira e o Gregory Pontes montaram o espetáculo *Antes que a Terra Fuja*, apresentado em uma grande temporada entre anos de 2004 e 2009.

Com essa montagem e concepção, consolidou-se o meio ambiente como tema privilegiado pelo Coletivo, inclusive em sua marca, a ‘folha com as quatro raízes’ que representam os quatro caminhos orientadores do grupo, a arte, a política, a ecologia e a espiritualidade. Depois de apresentações realizadas na Casa Raul Seixas, o grupo preferiu levar o espetáculo para os prédios. Nessa época chegaram Juliana Mangaba, Thiago Silva, Ana Rolf e Marcello para fortalecerem o grupo⁸⁸. A Juliana Mangaba, proponente do primeiro projeto enviado para seleção do VAI, depois de um momento de “epifania” resolveu sair do Coletivo e mudar de cidade (ARAÚJO, 2013). O Marcello, vindo do curso técnico em meio ambiente e gestão ambiental, entrou inicialmente para trabalhar no projeto da horta, depois pela sua capacidade organizativa e a saída da Juliana Mangaba, assumiu a administração do Coletivo. A horta foi criada no terreno do Posto de Saúde do bairro, na atual Unidade Básica de Saúde (UBS) Boni III, onde o Coletivo também montou uma composteira.

⁸⁷ E leituras indicadas por ele, trabalhos desenvolvidos por pesquisadores que também participavam de coletivos [a dissertação do Alexandre Araujo e a tese do Tiaraju Pablo] e da leitura do blog do Fórum de Cultura da Zona Leste mostrou o quanto os coletivos culturais de São Paulo enriquecem o debate político na cidade. Os fazeres artísticos criam espaços de liberdade de expressão e trocas de saberes. Slams/Saraus, as apresentações de teatro de rua, entre outras atividades provocam a crítica e a construção de outros olhares sobre a realidade.

⁸⁸ Depois chegaram também: Maria Cecília Mansur, Patricia Reis, Mauro Grillo, Samara Costa, Leticia Elisa Amoroso.

O Coletivo ALMA via no teatro uma oportunidade de reflexão sobre a própria condição de seus integrantes e a relação dos mesmos com o meio ambiente. Aos poucos, na história do coletivo, a reflexão também passou a acontecer, não somente na criação dos projetos, mas também na própria dinâmica das apresentações, já que ao final de cada peça, os atores desenvolviam uma ação educativa, organizando rodas de conversa sobre o tema *Lixo, de onde vem, para onde vai?* para os adultos e oficinas de brinquedos para as crianças. A leitura do livro *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente* do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves contribuiu no processo de criação e recriação dos textos do espetáculo *Antes que a Terra Fuja*. Esse livro ajudou na compreensão do sentido do movimento ambientalista, de maneira geral e em particular, da importância do significado das quatro raízes da marca (ARAÚJO, 2013)⁸⁹.

O texto da peça, baseado na fábula de Julieta de Godoy Ladeira, contava a história de uma Terra que cansada de ser maltratada pensava em fugir. Porém, um anjo aparecia e a convencia, junto com a amiga Lua, a permanecer no Sistema Solar. Apresentando-se nos prédios do condomínio, os atores buscavam explorar o potencial educativo da obra. Na época, havia uma ação efetiva representada pelo projeto *Ação Recicla Cohab – CohabitArte*, que tinha como objetivos: a implantação da coleta seletiva de lixo, parceria com cooperativa de reciclagem, e oficinas para adultos e crianças. Os atores entravam nos prédios e chamavam os expectadores cantando em cortejos musicais, estratégia usada por diversos coletivos, funcionando como um eficaz chamamento que invariavelmente envolvem!

Em 2009, pararam de apresentar os espetáculos nos prédios e depois pararam de fazer teatro. Depois de uma vacância de dois anos houve a montagem de *Vento ao Leste*, uma intervenção de rua. Nesse momento começaram a desenvolver uma ação cultural do Ponto de Cultura CohabitArte, voltada para promover encontros com outros Coletivos.

Em 2014, a causa socioambiental e a temática ligada à astronomia, um certo retorno às origens, estavam na criação e montagem da peça *Foi tudo por Terra*.

⁸⁹ Durante um tempo mantiveram uma parceria em um projeto de coleta seletiva com o CRUFF (Cooperativa de Reciclagem União Faz a Força de Itaquera) até 2011, quando a cooperativa encerrou as atividades. Foi nesse momento que o ALMA herdou o espaço do Barracão, onde fica sua sede atual.

Estávamos no parque CERET, logo cedo em um domingo chuvoso para assistir pela primeira vez um trabalho do ALMA. Em meio a uma garoa, a apresentação envolveu todos novamente na situação dramática pela qual a Terra passava. A música era envolvente e o diálogo com o público constante, tanto durante a peça, como no final, na roda de conversa realizada com as crianças. Para seus integrantes, escutar e ouvir o outro e saber como foi a recepção e o entendimento da apresentação era muito importante. Nesse dia, também pegamos uma carona com o grupo, conhecemos novas pessoas e estreitamos as relações.

Foto 3 Espetáculo - Foi tudo por terra - ALMA 2014

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivoalma?fref=ts>⁹⁰

⁹⁰ Acesso em 09/10/2014

Foto 4 Espetáculo - Foi tudo por terra - ALMA 2014

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivoalma?fref=ts>⁹¹

Foto 5 Atividade com as crianças depois do espetáculo - Foi tudo por terra - ALMA 2014

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivoalma?fref=ts>⁹²

⁹¹ Acesso em 09/10/2014

⁹² Acesso em 09/10/2014

Foto 6 Atividade com as crianças depois do espetáculo - Foi tudo por terra - ALMA 2014

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivoalma?fref=ts>⁹³

A segunda peça que assistimos foi *[Des]Água*, um espetáculo de rua montado em 2012 e reapresentado em 2014 que teve como tema central a questão da água e sua mercantilização, desenvolvendo também uma crítica à expansão desordenada das cidades, as dificuldades enfrentadas por sua população, a ausência do Estado nas periferias e as relações estabelecidas entre patrões e empregados. A história gira em torno de dois povos, o ‘bacia’ festivo da natureza e a vida e o ‘pneu’ aprisionador da força das águas. O povo ‘pneu’ de espírito bruto que surge durante o processo de modernização, consequência do crescimento desordenado das cidades, entra em cena criando um clima tenso, apesar de cômico. O povo ‘bacia’ que ora aparece como lavadeira da beira do rio, ora como trabalhador explorado, morador da periferia e usuário do péssimo transporte público sofre com o endurecimento típico das cidades controladas pelo capital.

⁹³ Acesso em 09/10/2014

Com uma agenda de um mês e encenada a partir das 16h na Praça do Patriarca, área central do município de São Paulo, a peça atraiu nos dois dias que assistimos um público significativo. Com músicas especialmente compostas para a montagem, o espetáculo propunha um momento de reflexão ao público que se envolveu, chegando a interagir com os atores em alguns momentos da apresentação. Na primeira apresentação ouvimos uma mulher que ao ver as cenas das lavadeiras, logo no começo, recordava e narrava histórias de sua família, especialmente das mulheres, mãe e avós que lavavam roupas no rio. Ela nos disse: “É verdade, era assim mesmo”. Na segunda apresentação também aconteceu um fato interessante quando um homem idoso saiu do espaço, imaginariamente, delimitado para a plateia, aproximou-se da atriz Ana Rolf e começou a conversar com ela no meio de uma cena na qual seu personagem, o dono de uma empresa de envasamento de água era central. No teatro de rua, as intervenções do público são bem comuns e os artistas lidam com essas situações com certa naturalidade.⁹⁴

⁹⁴ Ficha técnica: Criação: Coletivo ALMA; Direção geral: Edgar Castro (1ª temporada/2013) e Raniere Guerra (2ª temporada/2014); Dramaturgia: coletivo ALMA, com colaboração de Rogério Guarapiran e Thiago Nascimento (2ª temporada) Elenco: Adilson Fernandes “Camarão”, Ana Rolf, Fabrício Zavanella, Gabriela Maurelli, Letícia Elisa Leal, Mauro Grillo, Thiago Nascimento, Thiago Winter; Direção musical: Raniere Guerra; Direção e produção de áudio: Fabrício Zavanella; Música original: Coletivo ALMA; Preparação musical (percussão) e confecção de instrumentos: Adilson Fernandes “Camarão”, Preparação corporal: Raniere Guerra, Mauro Grillo e Thabata Ewara; Figurinos e cenografia: Samara Costa; Produção executiva: Marcello Nascimento de Jesus; Produção artística: Alexandre Falcão e Letícia Elisa Leal; Registro em foto e vídeo: Eliana Maurelli e Jonilson Montalvão; Arte gráfica: Murilo Thaveira (Casa da Lapa)

Foto 7 Espetáculo [Des] Água - Jonilson Montalvão 2014

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivoalma?fref=ts>⁹⁵

Foto 8 Espetáculo [Des]Água - Jonilson Montalvão

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivoalma?fref=ts>⁹⁶

⁹⁵ Acesso em 30/09/2014

⁹⁶ Acesso em 30/09/2014

Foto 9 Espetáculo [Des]Água - Jonilson Montalvão 2014

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivoalma?fref=ts>⁹⁷

Para além das peças teatrais, o coletivo ALMA também organiza entre outras, atividades oficinas de permacultura, feiras de trocas, saraus, festas e passeios fotográficos.

E foi em um desses passeios ocorrido em um domingo de manhã do mês de setembro de 2014 que tivemos mais uma experiência com o Coletivo. A atividade começou quando o grupo encontrou-se no Barracão e com câmeras fotográficas, das mais simples às mais sofisticadas, seguiu guiado pela Eliana Maurelli e pelo Jonilson Montalvão, que durante o percurso foram apresentando a Cohab José Bonifácio em suas múltiplas facetas sociais e ambientais. Um verdadeiro encontro com a geografia do bairro. Eles mostraram os prédios, o movimento, mas em especial, chamaram

⁹⁷ Acesso em 30/09/2014

atenção para as questões ambientais, córregos retificados e canalizados, muitas vezes poluídos, áreas de avanço dos empreendimentos imobiliários sobre a vegetação que ainda resta. No ritmo dos novos fotografos, a Eliana e o Jonilson foram orientando o olhar de cada de nós sobre o novo lugar.

Foto 10 Parque Raul Seixas - Thais Cunha Gomes

Fonte: <https://www.facebook.com/events/1464621367133596/>⁹⁸

A essência do ALMA é estar sempre de portas abertas, por isso foi muito prazeroso ir até lá, onde seus integrantes acolhem as visitas com carinho. No coletivo que associou teatro à educação ambiental, abrindo ao final das apresentações um espaço para conversar com as crianças, é um lugar onde sempre encontramos alguém com tempo para uma boa prosa, acompanhada com café coado na hora.⁹⁹ Começar a trabalho etnográfico pelo ALMA foi muito especial, pois lá percebemos e compreendemos um olhar específico sobre o mundo, a cidade e o bairro. As

⁹⁸ Acesso em 15/09/2014

⁹⁹ Para a construção desse texto também usamos, além de nossa caderneta de campo e entrevistas, as transcrições feitas por Alexandre Falcão de Araújo para a dissertação de mestrado *O teatro político de rua praticado pelos coletivos ALMA e Dolores: Estética de combate e semeadura*.

diferentes escalas, tão caras à geografia. Assim como também a intensidade do envolvimento dos artistas com o seu trabalho. A partir das experiências vividas no Conjunto José Bonifácio, preparamos o olhar para ver com mais sensibilidade e exatidão os Coletivos que ainda conheceríamos.

3.6. É Nós por Nós: o Movimento Cultural das Periferias

“[...] a noite é também um sol [...] Zaratrusta

Escrever um pouco sobre a história do Movimento Cultural das Periferias (MCP) e do movimento escrevendo a sua própria história não seria possível sem a presença de seus principais atores políticos, militantes e trabalhadores da cultura, porque a legitimidade da construção de uma historiografia legítima pertence somente a eles. De nossa parte, apresentamos um texto cuja participação dos integrantes do movimento foi grande, o que de certo modo faz a autoria do mesmo um pouco deles também. Feito não somente a partir das entrevistas e material impresso ou digital, produzido pelo movimento, esse texto tem muito do trabalho etnográfico. As observações realizadas ao longo do trabalho de campo, anotadas cuidadosamente foram fundamentais. Contudo, fazer somente as observações das atividades seria insuficiente, por isso sempre que possível, valorizamos também antes e do depois das intervenções, atos, reuniões e audiências públicas.

Cada encontro era marcado com um tempo de antecedência, porque para além das conversas feitas virtualmente e à distância, tinha sempre outra presencial antes para informar a situação e os objetivos daquela ação do dia, assim como uma discussão de alinhamento das estratégias a serem adotadas. Como sempre havia alguém que nunca tinha participado de uma ação, chegando no Coletivo pela primeira vez, essas conversas também serviam para acolher e contextualizar esse novo integrante. Depois da atividade, o grupo reunia-se novamente para discutir como foi a ação e os próximos passos que eram fechados em longas conversas virtuais madrugada adentro, pois os documentos foram escritos coletivamente. Não raro, o encontro acabava em um bar, já que alguns dias, especialmente os de

acompanhamento na Câmara Municipal, foram muito intensos, muitos corridos para ter pausas para almoço ou lanche. Esses momentos, mais descontraídos, feitos para despressurizar, também se constituíam como espaços para pensar questões ligadas ao movimento. Então, o texto vem muito desses encontros e observações, enfim de uma vivência mais próxima e intensa com Coletivo.

O acompanhamento das ações e a vivência com o Coletivo, durante o trabalho etnográfico, foram importantíssimos, porque possibilitaram a observação e a compreensão das ações e estratégias do fazer político consciente, a *práxis* política do MCP. Para Tilly, a “noção de repertório de contestação” (TILLY apud IFFLY, 2010, p. 179).

A noção de repertório de contestação identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e realizadas através de um processo relativamente intencional de escolha. Os repertórios são criações culturais aprendidas, mas não originam em uma filosofia abstrata nem se formam como resultado da propaganda política: eles surgem da luta (TILLY apud IFFLY, 2010, p. 179).

E mais,

Cada uma dessas formas de ação [...] tem origem e muda em função de uma interação contínua – luta, colaboração, competição, ou de sua combinação – no meio de grupos [...] Em termos aproximados [...] podemos imaginar um repertório de várias formas de contestação unindo várias pessoas entre si, um repertório que é utilizado e que muda em função de flutuações nos interesses, nas oportunidades e na organização (TILLY, 1986 apud IFFLY, 2010, p. 179).

Catherine Iffly (2010) lembra que a população pobre brasileira empregou várias estratégias de ação durante os anos de 1980, algumas aceitas como legais, outras não. Durante o período populista, a ação mais empregada pela população foi o abaixo-assinado entregue aos políticos, uma forma bem branda de reivindicar. Nessa

época as Associações de Amigos do Bairro faziam o diálogo entre os moradores e o poder público. Mas, com o tempo, as ocupações, vistas ainda como ilegais, transformaram-se no repertório de ação coletiva e política mais eficaz no meio urbano. A autora lembra que existiam ocupações, como as terras sobre as quais surgiram as primeiras favelas, porém, ao final da década de 1980, tornaram-se uma estratégia de ação coletiva e política. Hoje, nas cidades temos ocupações variadas, ocupações de terrenos, casas, edifícios, Câmara Municipal, Assembleia Estadual, escolas, galpões e praças, entre outras.

O ano de 1987 foi emblemático em relação a essa questão, porque até aquele momento as ocupações de terras, já banalizadas como práticas no campo, não eram comuns no espaço urbano. Nesse ano, o “Plano Cruzado”, criado para estabilizar a economia, fracassou desregulamentando e aumentando os aluguéis em fevereiro de 1987.

Em São Paulo, essa crise provocou os despejos de várias famílias que em situação de insolvência, não conseguiam mais pagar os aluguéis. A rua e as ocupações apresentaram-se como única saída. Em abril daquele ano, um estudo de pesquisa realizado pela Pastoral da Terra divulgou que existiam 238 áreas ocupadas na Zona Leste, cerca de 100 mil pessoas já instaladas nessas novas ocupações. Moradores, padres e polícias enfrentam-se em processos de reintegração de posse (IFFLY, 2010). Nesse contexto e com números muito relevantes e significativos

A primeira ocupação na Zona Leste começou no sábado de carnaval, no Jardim Lourdes, em Guaianases. [...] As autoridades respondem mandando contra os ocupantes a polícia militar, o batalhão de choque e a cavalaria. Dom Angélico Sândalo Bernardino denuncia 'a atitude canalha' do governador. No decorrer de uma intervenção, a Guarda Civil Metropolitana mata um sem-teto. A mídia inicialmente atribui a responsabilidade pelas invasões a diferentes atores, depois, cada vez mais, a Igreja é designada como instigadora. Uma investigação é iniciada posteriormente pela polícia federal, com o objetivo de incriminar dom Angélico e o padre Ticão, responsável pela pastoral da terra (IFFLY, 2010, p. 178).

Assim como os movimentos sindicais, os de terra e de moradia tem seu “repertório de contestação”, o Fórum de Cultura da Zonal Leste (FCZL) e, posteriormente, o MCP também têm o seu. Em momentos de conflitos negociados, o Fórum e o Movimento usaram estratégias como abaixo assinado, “cartas-manifesto” e “cartas-compromisso”, como definiu Harica Maia (2014). entregues e/ou lidas em eventos políticos da prefeitura, cortejos, ocupações de espaços, ocupações culturais, entre outras ações.

Esses documentos se consubstanciam em forma de comunicação e diálogo com o poder público. Nessas cartas, os Coletivos abordam as principais questões que os afetam, algumas delas há anos. Esses problemas foram apresentados com clareza na carta “Frente pelas Casas de Cultura: Defendendo o óbvio parte 3 = por mais cultura nas periferias”, endereçada ao prefeito Fernando Haddad e ao secretário de cultura Nabil Bonduki, no dia 30 de abril de 2015.

Nessa carta os Coletivos e artistas, vários identificados ao final da carta, colocam com clareza a necessidade de ações concretas como, por exemplo, reestruturação e abertura de concursos públicos para a Secretaria de Cultura; reforma, requalificação e readequar de todas as Casas de Cultura do município; implantação de um Conselho Gestor Normativo, Consultivo e Deliberativo para cada Casa de Cultura, conforme a lei 11.325 de 1992; construção imediata da Casa de Cultura de Ermelino Matarazzo; construção do Centros Culturais de São Mateus e Itaquera; construção da Casas de Cultura de Cidade Ademar/Pedreira, Parque São Rafael, Iguatemi, Itaim Paulista, Jardim Ângela e Guaianases; reavaliação imediata da gestão da Casas de Cultura de São Miguel e do Itaim Paulista, inclusão de todas as Casas de Cultura, CEUs e Territórios CEUS como polos para o Circuito Cultural São Paulo

Como podemos ver entre as demandas da carta endereçada ao prefeito e ao secretário de cultura há um destaque para a questão dos equipamentos de cultura, ausências e manutenção. Ainda que tenhamos avançado em alguns pontos, como, por exemplo, a construção dos CEUs (Centro Educacional Unificado), sabemos que não foi suficiente, pois apesar de serem mapeados como equipamento de cultura na verdade não são exclusivamente, isso porque alguns sequer tem auditório. Para além dessa questão mais estrutural, ainda que esteja preparado para receber atividades

artísticas e culturais, pode haver uma dificuldade de diálogo com o gestor que nem sempre, dependendo da gestão municipal, apresenta-se aberto ao trabalho compartilhado. Entre outros motivos, mais especialmente pela ausência de equipamentos sendo administrados de forma democrática é que acontecem as ocupações em diferentes áreas da cidade. Por isso, tais demandas aparecem em diversas cartas.

Em relação aos espaços ocupados, em 2017 temos onze localizados em diferentes áreas da cidade. São esses:

1. Centro Cultural Arte em Construção - Cidade Tiradentes - ZL
2. CDC Vento Leste - Cidade Patriarca - ZL
3. Sacolão das Artes - Parque Santo Antônio - ZS
4. Barracão do ALMA - José Bonifácio - ZL
5. Instituto Reação Arte e Cultura - José Bonifácio - ZL
6. Espaço Cultural CITA - Campo Limpo - ZS
7. Associação Jardim Damasceno - Jd. Damasceno - ZS
8. Comunidade Cultural Quilombaque - Perus – ZO
9. Projeto CICAS - Vila Medeiros - ZN
9. Okupação Cultural Coragem - Cohab 2
10. Casarão da Vila Mara - Jd Helena / Vila Mara - ZL
11. Cine Campinho / Lentes Periféricas - Guaianases - ZL

Auto identificado por seus integrantes como um processo em andamento que envolve uma série de Coletivos e Fóruns de Cultura, o Movimento Cultural das Periferias e também o Fórum Cultural da Zona Leste, como destacou a Elaine Mineiro¹⁰⁰, traz o histórico de todos os outros movimentos e articulações realizadas anteriormente, como o Movimento Cultural de Guaianases e o Movimento Popular de Artes de São Miguel Paulista (MPA). Esse último, em ação iniciada em 1978, tinha

¹⁰⁰ Entrevista realizada no primeiro semestre de 2016.

como maior objetivo a construção da Casa de Cultura de São Miguel Paulista, criada apenas em 1992¹⁰¹.

Nesse momento os grupos, artistas de diferentes coletivos culturais da periferia reuniram-se pela primeira vez com o intuito de discutirem a conjuntura e a situação para o desenvolvimento do trabalho em São Paulo. Durante as primeiras conversas perceberam uma semelhança nas dificuldades encontradas no dia a dia. Esses encontros que no princípio reuniam apenas integrantes de coletivos da Zona Leste deram origem ao Fórum Cultural da Zona Leste (FCZL). Mais tarde, como veremos, juntaram-se a grupos de outras áreas do município de São Paulo. O Movimento Cultural “em construção”, formado pelos “Sujeitos periféricos”, artistas-militantes, sobre os quais escreveu Tiarajú D’Andrea (2013)¹⁰², fortalecia-se a partir da participação de novos coletivos.

Um “coletivo de coletivo” como o Fórum de Cultura da Zona Leste, como definiu Maia (2014), e o Movimento Cultural das Periferias [movimento em construção] tem buscado ampliar suas bases, porque sabem da necessidade de chegarem nas periferias mais distantes e envolverem os coletivo menores, pouco organizados e com menos acesso as informações. Está posto um grande desafio, conhecer grupos, apresentar-se e envolve-los nos processos de discussão coletiva. É possível que para isso acontecer, necessitem reinventar o “repertório de atuação”, criando formas de comunicação específicas para tal empreitada.

No começo, início da gestão do prefeito Fernando Haddad em 2013, esse Fórum promoveu encontros, debates e seminários de formação tanto sobre políticas públicas

¹⁰¹ O MPA nasceu dos encontros de artistas que participaram das discussões realizadas para transformar a Capela Histórica de São Miguel Paulista, construída pelos índios Guaianases em 1622, em um Centro Cultural. A partir dessas discussões surgiu uma sinergia e um interesse em organizar uma mostra de arte, projeto realizado com sucesso entre 9 e 31 de dezembro de 1978. Os integrantes do MPA militaram pela cultura durante muitos anos, de certa forma ainda resistem nessa área, atuando em movimentos sociais e sindicais e ocupando espaços públicos como praças e ruas. O MPA também lançou um álbum coletânea, em 1985, do qual participaram Sacha Arcanjo, Edvaldo Santana Braga, Raberuan, Zulu de Arrebatá, Cecyro Cordeiro, Gildo Passos, Luis Casé, Lígia Regina, Osnofo, Grupo Goró e Matéria Prima. (Encarte do álbum Movimento Popular de Artes, Estúdio Eldorado, 1985 in <http://sachaarcanjo.blogspot.com.br/2010/08/mpamovimento-popular-de-artes.html> acesso em 04 de setembro de 2016 e Almanaque: um olhar sobre São Miguel Paulista, Fundação Tide Setubal e CPDOC São Miguel Paulista, 2008 <http://www.fundacaotidesetubal.org.br/downloads/getFile/246/almanaque-um-olhar-sobre-sao-miguel-paulista-manifestacoes-culturais-ontem-e-hoje> acesso em 04 de setembro de 2016).

¹⁰² Tiarajú D’Andrea é cientista social e sambista. Morador da zona leste e integrante de coletivos culturais da região, D’Andrea realizou uma pesquisa de doutorado sobre os sujeitos periféricos, protagonistas desses movimentos culturais contemporâneos.

para fomento da cultura na periferia da Zona Leste, como reuniões de caráter mais teórico. Ações e intervenções políticas também são planejadas e realizadas por seus membros, como, por exemplo, participações em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SMCSP), nas quais invariavelmente, faziam leitura de documentos. Assim como também encontros com o próprio secretário de cultura, na época o Juca Ferreira, posteriormente Nabil Bonduki e Maria do Rosário Ramalho. O contexto era positivo, pois a nova gestão abria mais possibilidades de diálogo, pois antes, na gestão Gilberto Kassab (2009 a 2012), quando as subprefeituras estavam ocupadas por militares, o diálogo era impossível.

Ainda segundo a Elaine Mineiro, as lutas no campo da cultura sempre foram por políticas públicas ou equipamentos. Como já escrevemos o Movimento Popular de Arte lutava pela Casa de Cultura de São Miguel Paulista, assim como mais tarde, o de Guaianases, de São Mateus, do Itaim Paulista e Ermelino Matarazzo, a luta é ainda para ter uma Casa de Cultura. De maneira geral, os coletivos e trabalhadores da cultura lutam pela criação de equipamentos, como é o caso histórico da Rede Cultura Zona Leste (Cultura ZL) e do Movimento Cultural de Ermelino Matarazzo¹⁰³, e pela utilização mais democrática dos existentes, como aconteceu na Casa de Cultura do Itaim Paulista, onde os coletivos de lá reivindicaram a troca do gestor, o que aconteceu quando o Zulú de Arrebatá, do MPA, foi substituído pelo Emerson Alcalde poeta, *slammer* e um dos idealizadores do *Slam* da Guilhermina.

Essa demanda por espaço público para desenvolverem as atividades artísticas era um dos temas tratados por diversos Coletivos. Mas, existiam outras tantas que também eram questões debatidas em diferentes lugares da cidade. À medida que os encontros foram acontecendo e o movimento crescia, seus integrantes iam percebendo que as demandas eram muito parecidas. Estavam desarticulados no território, porém sofrendo com os mesmos problemas, entre esses, a construção ou o uso de equipamentos públicos, como as Casas de Cultura, espaços de ocupação e sobrevivência dos indivíduos e Coletivos. Como a Queila Rodrigues, do Sarau O que

¹⁰³ A Rede Cultura ZL surgiu em 2010 quando coletivos de Ermelino Matarazzo e região organizaram-se para mapear as atividades e os grupos, assim como também para obter informações sobre o andamento do projeto da Casa de Cultura do bairro. Além de reuniões sistemáticas e atividades culturais e artísticas, o grupo também organizou manifestos em prol da construção da Casa de Cultura. A primeira foi em 2011, quando ocuparam uma praça do bairro e desenvolveram 15 atividades artísticas culturais, reunindo cerca de mil pessoas. Em 2013, a Rede contava com a participação 5 de coletivos, Muros que Gritam, La escada, Periferia invisível, Grupo do Balaio e *Slam* da Guilhermina (ALCALDE, 2013).

dizem os umbigos? e Semente Crioula, disse na entrevista, que as coisas foram surgindo, meio que sem planejamento ou produção, proporcionando “um aprendizado na prática”.

[...] aí um pessoal da Rede Livre Leste, o pessoal de Ermelino, Cidade Tiradentes que tá aí começou a retomar essas reuniões, falou... Pô, vamos retomar essas reuniões, começar a discutir, pensar política pública, das periferias e ao mesmo tempo que a gente começou a fazer reuniões lá em Ermelino Matarazzo, se eu não me engano a primeira foi em Ermelino Matarazzo, a gente ficou sabendo que tinha uma pessoa em Guaianazes também puxando essa conversa e entrou a Patriarca e aí a gente falou: Ah, vamos ajeitar pra ver o que a gente tinha em comum e tal [...].

Então, quando teve o primeiro encontro convocado pela Rede Livre Leste, IMCITA e Cultura ZL, o Coletivo levantou as demandas mais urgentes, desenhando a pauta de reivindicações norteadoras para a construção de uma política pública para a cultura mais justa e democrática. Logo, o Movimento Cultural de Guaianases uniu-se ao grupo. E mais tarde com novas reuniões foram chegando outros interessados vindos de São Miguel Paulista, Sapopemba, Itaim Paulista, Guaianases, Vila Nhocuné, Arthur Alvim, Penha, Cidade Tiradentes, Itaquera, Carrão e São Mateus. Depois, como está descrito na Carta-Manifesto de julho de 2015, com a realização de reuniões em diferentes lugares, algumas vezes em sedes, outras em espaços públicos chegaram militantes da Rede de Cultura M’Boi Campo Limpo, CAP – Coletivos Culturais de Cidade Ademar e Pedreira e a Rede Viva Periferia Viva. Nesse momento, o mapa da cidade foi sendo preenchido e o grupo já se configurava como um movimento mais amplo e para além da zona leste do município de São Paulo.

Mesmo antes da criação do FCZL, no início de 2013, houve simultaneamente alguns encontros em Ermelino Matarazzo e Guaianases, nos quais diversos coletivos da Zona Leste reuniram-se para pensar e propor políticas públicas culturais para a cidade de São Paulo. Pouco tempo depois, os dois grupos tornaram-se um, criando os Encontros ZL que aconteceram quatro vezes com esse nome.

Um segundo, chamado 2º Encontro Zona Leste, por iniciativa da IMCITA, Cultura ZL e Rede Livre Leste, aconteceu no Espaço Balaio, em Ermelino Matarazzo, em 2013. Nesse encontro reuniram-se os Coletivos que estavam anteriormente trabalhando separados, uns em Ermelino Matarazzo e outro em Guaianases. Com participação de Coletivos de Itaquera, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Cidade Tiradentes, São Mateus, Penha, Guaianases e Itaim, esse segundo encontro teve como pauta: a elaboração de um Dossiê com documentos com reivindicações dos coletivos, grupos e artistas da Zona Leste para ser entregue ao secretário municipal de cultura Juca de Ferreira.

O 4º Encontro Zona Leste “Rumo a um Fórum de Cultura com a Cara da ZL” aconteceu dia 4 de abril de 2013, no Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes. Nesse momento parte do grupo da zona leste resolveu organizar-se enquanto fórum dando origem ao FCZL. Depois dessas discussões, o Fórum já apareceu como organizador de atividades no “Encontro Zona Leste”.

O “Encontro Zona Leste”, realizado no dia 26 de junho de 2013, no Engenho Teatral, próximo à estação Carrão do metrô foi organizada pelo Grupo de Trabalho de Políticas Públicas e teve como tema principal o estudo dos planos e das leis relacionadas à cultura, cujo resultado foi usado para a organização e discussão das pautas para o Primeiro Seminário do Fórum de Cultura da Zona Leste. A organização desse seminário foi a primeira grande ação do FCZL, pois nesse encontro o grupo discutiu e preparou um documento para ser levado à III Conferência Municipal de Cultura.

Já denominado como FCZL e organizado a partir de Grupos de Trabalho (GTs), em princípio três: Formação, Políticas Públicas e Fomento às Periferias, o grupo já tinha objetivos e uma certa forma de organizar-se. Desde então, divididos nos GTs passou a organizar reuniões, encontros e seminários temáticos de formação. Na página do Fórum apresentam-se como sujeitos periféricos e artistas-militantes que estão reunidos e engajados em um Fórum aberto e não governamental e em “luta permanente pelo direito aos meios de produção, fruição e acesso à cultura das/nas periferiaS!”:

O Fórum de Cultura da ZL resulta da união de coletivos artísticos e militantes culturais da periferia da Zona Leste de São Paulo, que desenvolvem ações culturais na região e

lutam por políticas públicas de cultura que atendam, efetivamente, as demandas da produção artístico-cultural plural e diversa presente nas periferias da cidade, garantindo o reconhecimento, valorização, fomento e potencialização destas ações, assim como o direito aos meios de produção, fruição e acesso (FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE)¹⁰⁴.

A primeira dessas atividades foi o Encontro do GT de Formação que aconteceu no Centro Cultural da Penha, no dia 29 de maio de 2013. O tema escolhido pelo GT de Formação foi *A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo*. A mesa foi formada pelo expositor Tiarajú Pablo D'Andrea e por Elaine Mineiro (Coletivo NoBatente) e Luciano de Carvalho (Coletivo Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes), mediadores e militantes do Fórum.

O *flyer* para divulgação trazia quatro questões geradoras de interesse para o Fórum: 1) Por que nos últimos vinte anos houve o crescimento do número de atividades e coletivos de produção artística em toda a periferia de São Paulo?, 2) Qual o alcance da ação política desses coletivos artísticos?, 3) Qual o significado atual do termo periferia? e 4) Como se forma um sujeito periférico?. Questões debatidas no interior da tese do Tiarajú Pablo D'Andrea e todas muito caras ao Coletivo. Havia uma preocupação conceitual a ser debatida e aprofundada, porque pensar políticas públicas para cultura passava por essas questões mais teóricas e conceituais.

¹⁰⁴ <https://www.facebook.com/forumdeculturadazl/posts/1379008942330826> Acesso em 22 de julho de 2015.

Foto 11 Encontro de Formação - Queila Rodrigues 2013

Fonte: <https://www.facebook.com/forumdeculturadazl/info>¹⁰⁵

Foto 12 Encontro de Formação - Queila Rodrigues – 2013

Fonte: <https://www.facebook.com/forumdeculturadazl/info>¹⁰⁶

¹⁰⁵ Acesso em 16 de junho de 2014.

O I Seminário de Políticas Públicas para a Periferia foi organizado pelo Grupo de Trabalho de Políticas Públicas e realizado nos dias 20 e 21 de julho de 2013 no CDC, Clube da Comunidade Vento Leste, localizado no bairro do Patriarca, onde está sediado entre outros Coletivos, o Dolores Boca Aberta Mecntrônica de Artes.

No primeiro dia de Seminário, as discussões giraram em torno das questões: O que queremos para a cultura da periferia? (levantamento das demandas locais) e O que a Secretaria Municipal de Cultura tem para oferecer à periferia?, O convidado para a mesa foi o secretário municipal de cultura, Juca Ferreira, o Serginho (do Coletivo Carlos Marighella) e o Leandro Hoehne (Grupo Balaio) como mediadores. Enquanto a primeira mesa procurou mapear as demandas dos coletivos, a segunda tinha como objetivo saber do poder público qual era o projeto da Secretaria Municipal de Cultura para as periferias.

No segundo dia de trabalho teve a mesa *Panorama das políticas públicas da cultura* com Harika Maia, cientista social e pesquisadora do tema, ex. coordenadora do Programa VAI, com a mediação de Luiz Carlos Moreira, diretor do Grupo Engenho Teatral, um dos redatores da lei do Fomento ao Teatro e Ana Paula do Val, arquiteta e urbanista e pesquisadora e especialista em políticas públicas para a cultura. No Seminário também houve tempo para reuniões dos GTs de Fomento à Periferia e Políticas Públicas, assembleia para apresentação dos resultados das discussões feitas pelos GTs e encaminhamentos para o futuro. Um dos desdobramentos foi a escrita de uma carta que foi entregue ao secretário municipal de cultura, Juca Ferreira.

¹⁰⁶ Acesso [em 16 de junho de 2014](#).

Foto 13 Seminário de Políticas Públicas para a Periferia - Harika Maia

Fonte: <https://www.facebook.com/forumdeculturadazl/info>¹⁰⁷

Com objetivo de documentar e compartilhar a pauta do encontro, a partir do Seminário, o FCZL produziu um Informe de n° 1¹⁰⁸ Uma das coisas importantes é que já na primeira oportunidade conseguiram a presença da esfera pública. Em uma das noites, o debate contou com a presença de representantes da Secretaria Municipal de Cultura, como o secretário Juca Ferreira e seu assessor Guilherme Varella, os coordenadores Gil Marçal e Renato Almeida. A discussão ainda teve a presença dos já citados Luiz Carlos Moreira, Harika Maia, e Ana Paula do Val, arquiteta, urbanista¹⁰⁹.

Entre os temas discutidos, um de grande importância para o Fórum estava relacionado à Lei de Fomento à Periferia, uma proposta de política pública lançada com o objetivo de contemplar os projetos culturais de Coletivos de periferia, porém

¹⁰⁷ Acesso em 16 de junho de 2014.

¹⁰⁸ Material disponível na página: <https://www.facebook.com/forumdeculturadazl/info> Acesso em 16 de junho 2014.

¹⁰⁹ Material disponível na página: <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com.br/> Acesso em 16 de junho de 2014.

com algumas diferenças em relação ao VAI (Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais).

O programa seria estruturado em forma de lei, com orçamento próprio e mecanismos de reajustes pré-estabelecidos. Em termos gerais, a proposta direcionada às múltiplas linguagens artístico-culturais visava: a estruturação e potencialização de trabalhos continuados nas periferias; promover projetos sem restrição de faixa etária, aumentar o tempo de duração e a quantidade de recursos destinados por projeto (no mínimo R\$ 100.000,00); agilizar a implantação dos Pontos de Cultura na Secretaria Municipal de Cultura, simplificando a prestação de contas, a exemplo do modelo adotado pelo Programa VAI.

Nesse momento, o Fórum propôs ainda o fim dos mecanismos de incentivo via renúncia fiscal, como acontece na Lei Rouanet (Federal) e no Proac ICMS (Estadual). Para os integrantes do Fórum, o incentivo deveria subsidiar, via edital público, as ações propostas por grupos culturais de toda a cidade e não empresários da cultura. Para seus integrantes:

Tal ponto busca por fim aos Mecanismos de Incentivo Via Renúncia Fiscal Estas Leis foram criadas com intuito de incentivar os empresários a financiar a cultura. Isso não deu certo. Há mais de vinte anos o empresariado usa dinheiro público (impostos não pagos ao governo) para propaganda das suas empresas, os gerentes de Marketing escolhem artistas famosos e empreendimentos de visibilidade midiática para suas marcas. A cultura brasileira fica de fora (FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE)¹¹⁰.

Os participantes lembram que leis desse tipo já existiam, como era o caso da Lei Mendonça (Municipal), baseada na renúncia fiscal do ISS, além da Lei Zé Renato que na época tramitava da Câmara Municipal¹¹¹.

¹¹⁰Informe Nº 1, 20 E 21 DE JULHO DE 2013 <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com.br/> Acesso em 16 de junho de 2014.

¹¹¹ O Prêmio Zé Renato, homenagem ao diretor teatral paulistano José Renato Pécora, foi instituída através da Lei nº 15.951/2014, para apoiar a produção e desenvolvimento da atividade teatral.

Um projeto de Lei da Câmara que prevê R\$ 13 milhões para pequenos empresários e produtores teatrais, comprometendo em lei quase de R\$ 30 milhões do orçamento da prefeitura para uma única linguagem. O fórum propõe prioritariamente o fomento à diversidade de linguagens artísticas na cidade uma vez que já existe uma lei de fomento ao teatro (FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE)¹¹².

Sobre o orçamento da Secretaria de Cultura, a proposta é do Município reservar no mínimo 2% em lei, com projeção de chegar a 5% em 10 anos e no caso da União, no mínimo de 1% do PIB. Há também um destaque para a necessidade de transparência nos gastos e nos contratos.

As condições de trabalho dos artistas estão entre as maiores preocupações do Fórum, por isso nesse documento também destacaram a necessidade de garantir os direitos trabalhistas e a qualificação dos profissionais da área. Tal ponto também será de fundamental importância na escrita da Lei de Fomento à Cultura das Periferias.

A necessidade de um novo processo seletivo para supervisores e coordenadores de cultura e valorização da diversidade cultural de cada comunidade com mapeamento municipal das ações culturais desenvolvidas pela periferia também estavam entre as reivindicações.

Além da articulação intersetorial que pudesse viabilizar ações como, por exemplo, a efetivação do Passe-livre para a melhor circulação das pessoas na cidade e a criação de canais de participação social no processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

Os equipamentos culturais representam a quarta preocupação, já que indicam a melhoria dos equipamentos públicos existentes, assim como a criação de novos; a desburocratização do processo de utilização de espaços e equipamentos culturais e o da gestão privada a exemplo das Fábricas de Cultura do Governo do Estado, geridas por Organizações Sociais (OSs).

Em termos de espaços culturais, também indicam a conclusão da construção e implantação do Centro Cultural de Itaquera; garantia de verba própria para esse e

¹¹²Informe Nº 1, 20 E 21 DE JULHO DE 2013
<http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com.br/>. Acesso em 16 de junho de 2014.

para o Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes. Sobre as Casas de Cultura, no geral transformar o Decreto das Casas em Lei, no particular regularizar e implantar as Casas de Cultura de Guaianases, São Mateus e Ermelino Matarazzo, criando formas para que a comunidade possa se apropriar do espaço e da programação.

O Fórum também reconheceu a importância das ocupações e transformação de edificações abandonadas nos bairros em espaços de cultura restaurados num processo de 'ressignificação e reapropriação' continua. Porém, como esses espaços são objetos de outros interesses privados, o que tem resultado em muitas desocupações, segundo o Fórum, a situação só melhoraria caso o governo criasse mecanismos jurídicos para garantir a continuidade dos projetos.

Além disso, propõe um mapeamento e disponibilização dos espaços públicos ociosos, assim como terrenos baldios para serem utilizados por grupos e movimentos culturais. Para tanto, indicam a previsão de apoio financeiro (ação articulada com a Secretaria de Planejamento Urbano), cessão de espaços públicos já ocupados para que possam fixar sede, regularização e concessão de 99 anos às sedes dos grupos Vento Leste, Pombas Urbanas, Alma, Reação Arte e Cultura e Cine Campinho.

Existe um encaminhamento para a elaboração do Plano Municipal de Cultura, documento que orientará as ações da prefeitura para os próximos 10 anos. O Fórum pensava em participar dos espaços de discussão e proposição, já que depois de implantado, o Plano só poderá ser alterado pela Câmara Municipal.

O orçamento da Secretaria Municipal de Cultura apresenta-se como outro assunto debatido por diferentes Coletivos, inclusive pelo Fórum. Em uma carta endereçada aos vereadores, apresentaram um estudo. Essa carta, elaborada em 02/12/2013, poucos dias depois de uma audiência pública sobre o orçamento municipal, destacou o posicionamento político dos Coletivos culturais das periferias referente a esse ponto.

Estamos acompanhando de perto este processo, conquistando espaços de participação direta para debater as necessidades orçamentárias junto às Secretarias e Parlamentares, buscando garantir comprometimento com as políticas culturais,

sobretudo aquelas que influenciam diretamente na qualidade da produção cultural presente nas margens. 2% Já ¹¹³.

A exigência de 2% do orçamento da cidade para a cultura, uma das principais demandas da Conferência Municipal de Cultura de 2013, foi firmada enquanto compromisso já no Plano de Metas da Prefeitura. Por isso, o pedido de cumprimento em 2014. Dessa forma, o Fórum destacou que dos 453 milhões previstos para 2014, apenas 25 milhões iriam para políticas direcionadas à periferia.

Para o Fórum

A produção cultural das periferias representa em número a maior parte da produção do município, porém tem acesso preterido quando se trata de distribuição dos recursos. E por isso são necessárias políticas que revertam essa realidade cuja lógica é a de concentração dos recursos em programas e leis que, em sua execução, acabam limitados pelos muros ideológicos da exclusão imposta às margens¹¹⁴.

Como a proposta orçamentária apresentada pela Prefeitura não atendia as reivindicações da sociedade indicadas na Conferência Municipal de Cultura, o Fórum acreditava que:

A insuficiência do orçamento destinado à pasta da Cultura levará o retrocesso ou estagnação de diversos programas de formação e produção artístico-cultural¹¹⁵.

Assim, o Fórum reivindicava um aumento significativo do orçamento da Secretaria de Cultura, assim como outras demandas votadas na Conferência

¹¹³ Informe Nº 1, 20 E 21 DE JULHO DE 2013 <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com.br/>
Acesso em 16 de junho de 2014.

¹¹⁴ Informe Nº 1, 20 E 21 DE JULHO DE 2013 <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com.br/>
Acesso em 16 de junho de 2014.

¹¹⁵ Informe Nº 1, 20 E 21 DE JULHO DE 2013 <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com.br/>
Acesso em 16 de junho de 2014.

Municipal de Cultura, como, por exemplo, aumento da verba destinada ao Programa VAI, principal política cultural voltada à produção cultural periférica, recurso para políticas de apoio e manutenção de espaços culturais independentes, recurso para programação dos equipamentos culturais, com prioridade às Casas de Cultura, verba para execução da Semana do *Hip Hop*, evento regulamentado em lei há dez anos, na época sem recurso previsto, além de outros meios para reforma administrativa da Secretaria Municipal de Cultura que entre outros problemas há muito sofria com falta de funcionários¹¹⁶.

Depois de realizados os encontros de formação sobre os "Sujeitos Periféricos" e o I Seminário de Políticas Públicas para Periferia, o FCZL começou a planejar mais coletivamente. Durante os Encontros ZL, realizados na Escola de Samba Unidos de Santa Bárbara, Itaim Paulista, Centro Cultural Arte em Construção e Pombas Urbanas, os dois últimos na Cidade Tiradentes e em meio à organização da Mostra Cultural, o Fórum articulou-se para participar da Conferência Municipal de Cultura.

A Conferência Municipal de Cultura foi fundamental porque além de pautarem as demandas dos Coletivos, aproximaram-se de outros artistas e militantes que tinham causas e demandas muito parecidas com aquelas debatidas na Zona Leste. Nesse evento também estavam o Rapper Pirata e o Nando Comunista, ambos do Fórum do Hip Hop, movimento que mais tarde iria fortalecer a luta pela Lei de Fomento à Periferia. Nessa ocasião, também conheceram o Fernando Ferrari, cientista social e organizador do Sarau do Povo que como integrante da Rede Popular de Cultura M'boi e Campo Limpo começou articular o Fórum de Cultura da Zona Leste aos Coletivos da Zona Sul e da Noroeste, especialmente os ligados ao Sacolão das Artes e o Quilombaque. Quando a Lei começou a ser escrita o GT já contava com pessoas de diferentes lugares.

Articulados e com um documento discutido e preparado previamente, vários integrantes do FCZL foram à Conferência Municipal de Cultura. A primeira grande experiência do Fórum fora da Zona Leste foi na III Conferência Municipal de Cultura, realizada durante os dias 2, 3 e 4 de agosto de 2013, com o tema "Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Municipal de Cultura". Lá, como o objetivo de pautarem os assuntos importantes para o Fórum, se dividiram em grupos e

¹¹⁶ Informe Nº 1, 20 E 21 DE JULHO DE 2013 <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com.br/>. Acesso em 16 de junho de 2014.

participaram dos I Sistema Municipal de Cultura, II Produção Simbólica e Diversidade Cultural, III Cidadania e Direitos Culturais e IV Cultura e Desenvolvimento.

A Conferência foi então um momento de alguns avanços para o FCZL. O primeiro deles foi a de colocar no quadro das propostas prioritárias a Lei de Fomento às Periferias, que com 210 votos, ficou atrás somente da Reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura, com 215 votos¹¹⁷. Sobre essa participação o FCZL escreveu um texto que foi publicado no caderno “Participação e cidadania cultural: A experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo”, organizado e publicado pela Secretaria Municipal de Cultura em 2014. Nesse documento há um texto de avaliação escrito pelo próprio Fórum, a citação é longa, porém importante:

A participação da juventude periférica na III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo pegou muita gente de surpresa. Contudo, não foi a primeira vez que movimentos de outros setores da periferia estiveram presentes neste espaço – o movimento *Hip Hop*, por exemplo, apresenta suas demandas desde 2004, mas provavelmente esta foi a primeira vez que a periferia, na sua diversidade de grupos, se organizou e compareceu de forma afinada e propositiva.

Nosso processo de mobilização começou bem antes, com a construção de espaços para a formação política e troca de experiência entre as periferias da cidade. Desde maio realizamos GTs para estudos de planos e leis relacionadas à cultura, seminários e discussões de temas importantes para a nossa formação e atualização.

O momento de maior visibilidade do Fórum de Cultura da Zona Leste foi o 1º Seminário de Políticas Públicas para a Periferia, que realizamos uma semana antes da Pré-conferências com o objetivo de discutir ‘o que queremos e como queremos’ para nossos territórios e segmentos artístico-culturais, que lutam por uma sociedade mais justa e

¹¹⁷ As prioridades em ordem com o número de votos são: 1. Reestruturação da Secretaria de Cultura (215), 2. Lei de fomento à periferia (210), 3. Prêmios para o teatro (186), 4. Mapeamento e ocupação de espaços ociosos (181), 5. Casas de Cultura (162), 6. Cultura e educação (145), 7. Financiamento à cultura (140), 8. Programas de fomento (134), 9. Orçamento da cultura (127), 10. Cultura digital (119), 11. *Hip Hop* (108), 12. Cultura e território (106), 13. Fomento à diversidade cultural (98), 14. Acesso à informação e desburocratização do acesso às políticas (97), 15. Fomento à periferia (91), 16. Ocupação de espaços ociosos (83), 17. Conselho Municipal de Cultura (82), 18. Pavilhão das culturas brasileiras (82), 19. Capacitação (76), 20. Fomento à diversidade cultural (71 votos), 21. Acessibilidade (70), 22. Fomento à formação em cineclubismo e audiovisual (69), 23. Desoneração tributária (68), 24. Lei de artistas de rua (67), 25. Intercâmbio Cultural (66), 26. Orçamento da cultura (65), 27. Fomento à diversidade cultural (60), 28. Mapeamento colaborativo da produção e dos espaços culturais (59), 29. Descentralização dos recursos da cultura (57) e 30. Pontos de cultura (56) (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2014).

igualitária. Estes encontros foram também parte estratégica de uma participação crítica, que buscou elencar as demandas e propostas de toda a região, numa luta que antecede e ultrapassa a Conferência em si.

A presença massiva de militantes das periferias e as discussões do seminário provavelmente foram responsáveis para que, logo em seguida, o Fórum tenha sido convidado a integrar a comissão de organização da Conferência. Ocupamos este espaço com respeito aos que representamos, discutindo e avaliando o processo e nos fazendo presentes durante todo o período da atividade. Agora cobramos esta mesma transparência e vontade política para o cumprimento das propostas ali apresentadas.

Estamos ocupando espaços disputados por organizações hegemônicas consolidadas no cenário da produção cultural. Queremos pautar a agenda política no sentido de reconhecer a periferia como parte integrante da cidade, sendo necessário reivindicar e ocupar estas esferas de participação política e historicamente negadas a determinadas parcelas da população. Propomos outro modo de agir politicamente, buscando uma formação consistente, cobrando diálogos coerentes aos nossos princípios, os quais não compactuam com a recorrente política de bancada, e reivindicando ações mais diretas e estruturais (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2014, p. 72).

Para além dos pontos da avaliação, colocados de forma bem clara acima, tem outro detalhe muito importante. Primeiro, a participação dos artistas da periferia criou um ambiente de visibilidade para o Fórum, depois a articulação com Coletivos de outras regiões da cidade deu início ao que mais tarde chamariam de Movimento Cultural das Periferias.

Depois da Conferência, o Fórum ainda teve eventos importantes, como os contínuos Encontros ZL, os Encontros que continuavam a acontecer, agora para a organização da Mostra Cultural, uma atividade que também contribuiu para visibilizar o trabalho dos Coletivos culturais das periferias.

O conceito da Mostra foi definido durante o segundo encontro de organização, um princípio que não separasse a “questão ARTÍSTICA da LUTA POLÍTICA”. Nesta linha então, o grupo com participação de pessoas novas, tanto da Zona Leste, como

da Zona Sul,¹¹⁸ definiu que a mostra cujo tema principal foi a Lei de Fomento à Periferia seria consolidada a partir da divulgação daquilo que já era existia. A ideia era dar visibilidade para às ações já realizadas por coletivos em diferentes periferias da cidade, porque na época já havia uma

[...] multiplicidade de ações culturais acontecendo, simultaneamente, nas periferias, e compiladas numa programação única (no mês de Outubro), evidenciariam a quantidade e pluralidade da produção artístico-cultural periférica, chamando a atenção para demanda vs ausência de financiamento direto e efetivo (FORUM DE CULTURA DA ZONA LESTE).¹¹⁹

Para tanto, cada coletivo participante deveria mapear e fazer o contato com outros coletivos e ver a possibilidade de participarem da programação da Mostra.

Para a construção da Mostra houve simultaneamente encaminhamentos de tarefas e reorganização dos Grupos de Trabalho. O GT de Formação ficou responsável por pensar possíveis espaços para serem usados nas atividades de formação. Com vistas ao fortalecimento do grupo que pesquisaria e redigiria a Lei de Fomento, o GT de Políticas Públicas juntou-se com o de Fomento à Periferia. Houve também a necessidade de criar um novo Grupo de trabalho, o GT de Comunicação, especial para pensar, planejar e divulgar as ações do Fórum, assim como da Mostra e de futuras atividades e um GT de Programação. O mesmo GT levantou Coletivos e ações mapeadas para contatar e convidar para comporem a programação da Mostra. A divulgação foi realizada pelo Coletivo Voz da Leste, devido ao preço da reprodução,

¹¹⁸ Estiveram presentes no 8º Encontro ZL, preparatório para a construção da Mostra: Queila (O que dizem os umbigos? – Zona Leste), Pollyana (PCTH – Zona Leste), Wellington (PCTH – Zona Leste), Sheyla (Arte Maloqueira, Ruas de fazer, Juntos na Luta – Zona Leste), Rubão Motta, Ely Barbosa (Roteirista, Redator), Leandro (Balaio – Zona Leste), Edilson, Lucas (MAP – Zona Leste), Ivanildo (Fórum de Cultura São Miguel, Felipe, Chapéu (Cultura ZL, Acorda Zé – Zona Leste), Jonathan (Acorda Zé), Sandra Frietha, Josiel (Sacolão das Artes - ZS), Max (Brava Companhia – Zona Sul), Fernando Ferrari (Sarau do Fundão e Sacolão das Artes – Zona Sul), Samara (O que dizem os umbigos? – Zona Leste) Elaine Mineiro (Albertinas – Zona Leste), Dina Costa (Ruas de fazer – Zona Leste), Pedrinho (Cine Campinho, Movimento Guaianás, Ruas de fazer – Zona Leste), Ricardo (Espaço Marighella – Zona Leste), Daniel Marques (O que dizem os umbigos? – Zona Leste), Luciano (Dolores – Zona Leste), Marcello (ALMA – Zona Leste). <https://www.facebook.com/forumdeculturadazi/posts/1383980245167029> Acesso em 14 de setembro de 2016.

¹¹⁹ <https://www.facebook.com/forumdeculturadazi/posts> Acesso em 14 de setembro de 2016

especialmente via *internet*, uma ferramenta essencial não somente desse processo, como para outras ações do movimento cultural.

A 1ª Mostra Cultural da S Periferia S pela "Lei de Fomento à Periferia", de 12 de Outubro 16 de Novembro de 2013, aconteceu nos seguintes espaços:

- Barracão do coletivo ALMA (Itaquera)
- CDC Vento Leste (Espaço Dolores - Cidade Patriarca)
- Sarau o que dizem os Umbigos/Escola de Samba Unidos de Santa Bárbara (Itaim Paulista)
- *Slam* da Guilhermina (Pça da Guilhermina, anexa à estação do Guilhermina/Esperança (Vila Guilhermina)
- Espaço do Balaio (Ermelino Matarazzo)
- Estável/Arsenal da Esperança (Bresser)
- São Mateus/Praça
- Espaço Marighella (Guaianases)
- Cazeba Encubadora Cultural (Mogi das Cruzes)
- Sacolão das Artes (Zona Sul)
- Antropofágica (Zona Oeste)

Foto 14 Abertura da Mostra na Favela da Paz - Fotógrafo não identificado -2013

Fonte: Dossiê políticas de públicas para a periferia.

A Mostra Cultural foi muito importante não somente porque criou visibilidade para os eventos que aconteciam em diferentes coletivos periféricos, mas também porque tal atividade fortalece o fato desses artistas que em determinado momento resolveram assumir um papel mais organizativo da militância permaneçam artistas. Acreditamos que um dos pontos mais críticos do processo de luta e resistência, marcado pelo excesso de compromissos, plenárias, audiências públicas e reuniões, o artista seja sufocado pelo militante, causando um distanciamento da arte, ponto de partida da causa do movimento. O entrelaçar arte [estética] e ética será fundamental para inclusive criar “repertório de contestação”, formas de comunicação no território, e consequentemente, base para o movimento.

O ano de 2013 foi especial, pois logo com o surgimento e ampliação do movimento, conseguiram organizar-se internamente, através da criação de Grupos de Trabalho (Formação, Políticas públicas e Fomento às periferias), divulgar os debates realizados internamente para fora do Coletivo, a partir de um *blog* e das redes sociais do grupo e de seus componentes, participar de eventos, como Conferência Municipal de Cultura, organizar um Seminário próprio e fazer um levantamento das pautas e das principais políticas públicas de cultura que poderiam ser direcionadas para as periferias.

Em 2013 o Fórum de Cultura da Zona-Leste desenvolveu uma série de ações na cidade de São Paulo visando colocar em discussão as necessidades e urgências dos fazedores de cultura das periferias. Foram realizados diversos encontros em diferentes pontos da capital para o debate de políticas públicas de cultura e outros temas que envolvem a produção cultural periférica a partir de sua característica mais marcante – o fazer. O Fórum inaugura na cidade uma articulação entre movimentos, coletivos, artistas, projetos culturais e pesquisadores cujas práticas e territórios são diversos, mas que mantém uma luta coletiva comum que é a não mercantilização da cultura e a respectiva construção de políticas estruturantes, em Lei (FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE)¹²⁰.

¹²⁰ <https://www.facebook.com/forumdeculturadazi/posts> acesso 14 de setembro de 2016

Os anos seguintes não foram menos intensos em termos de ações, muito pelo contrário, intensificaram e variaram o “repertório de contestação”. Em 2014, o FCZL seguiu trabalhando cada dia mais próximo com outros Fóruns e Redes da Zona Sul e Noroeste. Nesse momento uma das prioridades foi a escrita da Lei de Fomento. O Grupo de Trabalho responsável seguiu com o processo de pesquisa e redação do texto até o início de 2015.

Além da escrita da Lei, outras duas demandas mapeadas desde os primeiros Encontros da ZL foram priorizadas. O grupo continuou na campanha pela transferência das Casas de Cultura, antes ligadas às Subprefeituras, para a Secretaria Municipal de Cultura. O que foi efetivado em setembro de 2014. Outra pauta de luta foram os debates sobre os espaços ocupados, cuja discussão ficou sob a responsabilidade do Bloco de Ocupação.

A transferência das Casas de Cultura saiu e o grupo aproveitou para realizar mais uma ação, escrever e ler uma carta no ato de assinatura do decreto pelo prefeito Fernando Haddad. Entre as exigências em relação às condições do retorno das Casas de Cultura, o grupo indicou que seria prioritário pensar nas questões abaixo:

[...] a questão da estrutura, dos profissionais que estarão à frente disso, as supervisões de cultura, a abertura de concurso público, dotação orçamentária própria, como é que fica a questão da lei das casas de cultura, a forma de gestão, a participação popular, a construção ao menos uma casa para cada distrito, enfim, uma coisa é certa: EXIGIMOS A CULTURA FORA DO BALCÃO DE NEGÓCIOS por entender que CULTURA É DIREITO!

No dia 26 de setembro de 2014, muitos integrantes dos Fóruns e Redes estavam presentes no Paço das Artes, prontos para fazerem a leitura da carta para o prefeito e para o público. Foi uma noite tensa, porque já imaginando ou tendo mesmo alguma informação antecipada, alguns técnicos da Secretaria de Cultura tentaram convencer os militantes que aquele não seria o melhor momento para a leitura de um documento de caráter político. Era um dia de festa, organizada para comemorar uma demanda da sociedade e muito provavelmente por isso, não gostariam que nada maculasse a noite.

Porém, os integrantes dos Fóruns e Redes não aceitaram e tendo o microfone negado, tiveram que ser um pouco mais firmes, forçando para conseguirem o espaço. Sobre o ocorrido nesta noite publicaram junto com a carta esse texto:

Apesar desse aparente avanço, diga-se de passagem CONQUISTA DOS MOVIMENTOS CULTURAIS DAS PERIFERIAS, infelizmente mais uma vez fomos incompreendidos e mesmo enquanto movimentos que lutaram pela assinatura deste decreto (e permanecem em luta por mais direitos) não tiveram direito a fala, o que causou imensa indignação entre muitos ali presentes, e nós, num impulso periférico de ser, pegamos o microfone sem consentimento, tivemos o mesmo cortado, e sem microfone mesmo mandamos brasa na leitura da carta abaixo. E o que queremos com a leitura desta carta? Que o prefeito tome ciência e que se aproxime ainda mais da realidade das periferias, que a nosso ver, deve ser prioridade. E que fique claro, não somos contra o governo e não queremos derrubar o governo (e até reconhecemos avanços progressistas), mas queremos que a sociedade civil e seus movimentos sejam ouvidos PUBLICAMENTE e não somente em salas de reunião.

Devido ao contexto marcado pela disputa eleitoral e a ida da candidata e presidenta da República Dilma Rousseff à Itaquera, zona leste de São Paulo, o grupo aproveitou para entregar um documento para a mesma durante o *Ato Periferia com Dilma*. A carta trazia em seu texto as pautas históricas relacionadas à cultura e à juventude presentes nas lutas dos Movimentos Populares da Periferia. Nesse momento já se delineava o grupo MCP, mas ainda não usavam esse nome para identificar o grupo. Mas, estavam presentes representantes dos Coletivos culturais de diferentes periferias como: Viva Rede Popular de Cultura Mboi e Campo Limpo, Viva Periferia Viva com Quilombaque Perus, FCZL, CAP-Coletivos Culturais De Cidade Ademar e Pedreira, Grajaú e Agencia Solano Trindade, entre outras.

O ano de 2014 terminou com um Encontro ZL para avaliar e discutir próximos passos. E com uma ação importantíssima que é participar da discussão sobre o orçamento. Para o MCP, final de ano é hora de ir para a Câmara e discutir o orçamento do município para o ano seguinte.

O ano de 2015, sobre o qual falaremos em outro capítulo, foi o ano no qual o grupo assumiu sua existência como um coletivo maior, com representantes de vários

Fóruns e Redes de diferentes áreas do município. Foi nesse ano também que assumiram o nome Movimento Cultural das Periferias, na criação de uma nova página em rede social já usando esse nome, no dia 16 de maio, e em uma postagem com o *flyer* do Cortejo pelas Casas de Cultura, publicada em 18 de maio. Os anos de 2015 e 2016, as discussões continuaram sendo feitas em encontros específicos, em certos períodos quinzenalmente. O processo de aprovação da Lei de Fomento foi mais priorizado. Apresentar e lutar pela Lei, pelo óbvio e por reparações históricas, foi o caminho possível para o movimento nestes dois anos.

CAPITULO 4. COLETIVOS CULTURAIS E DIREITO A CIDADE

4.1. Periferia, práticas e discursos: a cidade que desejam [obviedades de uma cidade em xeque]

Ao longo do processo de formação territorial da cidade e, posteriormente da metrópole, passamos por sucessivos processos de periferização, movimentos nos quais os trabalhadores foram direcionados para as áreas mais distantes e precárias de São Paulo, onde há um acúmulo de necessidades e ausências que não foram de forma alguma superadas com o passar das décadas.

Por mais que o Estado tenha investido na construção de infraestrutura básica, instalando sistemas de saneamento básico e energia, criando políticas públicas em educação, cultura, saúde, mobilidade e moradia, tais melhorias não foram suficientes para mudar a vida dos moradores da periferia. Ainda existem muitos lugares onde a população vive em situação muito precária, inclusive com altos índices de vulnerabilidade, isolamento e confinamento em relação às diferentes centralidades. Nas periferias moram pessoas que para além do caminho feito para chegar e voltar do trabalho, pouco usam a cidade e circulam por aqueles espaços que permitem o acesso à riqueza produzida em seus múltiplos aspectos. O mapa com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) mostra que as áreas mais vulneráveis coincidem com as periféricas.

Mapa 7 Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

O que é a periferia? Quem conhece a periferia? Você já foi à periferia? Muitas habitantes de São Paulo que circulam pela cidade e pela “metrópole corporativa e fragmentada”, para usar um conceito de Milton Santos, não conhecem a cidade e essas diferenças representadas no mapa anterior. Talvez por isso, a iniciativa de criar uma lei de base territorial tenha causado tanto impacto. A lei criou um ambiente para a discussão não somente sobre políticas públicas, como sobre a própria produção da cidade. Os mapas e a potência de representação que carregam trouxeram à tona as diferenças no território.

A Lei de Fomento à Cultura da Periferia causou certo impacto justamente porque limita a participação no edital de seleção à condição dos integrantes do núcleo do coletivo aspirante ao recurso morarem e desenvolverem seus fazeres artísticos há no mínimo três anos em uma das áreas criadas pela Lei. Em princípio, durante a elaboração, e depois ao longo das apresentações para os coletivos, vereadores e técnicos da Secretaria Municipal de Cultura, a Lei foi criticada, entre outros aspectos, preferencialmente por esse motivo. As pessoas diziam: Por que fazer uma Lei específica para a periferia? Vocês vão rachar a cidade? A Lei segrega ainda mais a cidade. E aí, como fez Marcello Nascimento de Jesus, do Coletivo ALMA, também lembramos o dramaturgo alemão Bertolt Brecht quando escreveu: “[...] que tempos são estes, em que temos que defender o óbvio?”. Parece um contra senso, mas lembrando do texto “Sobre o óbvio” de Darcy Ribeiro, desvendar “[...] a fim de revelar a obviedade do óbvio” é fundamental, porque muitas vezes não é simples explicar o mais visível. A periferia, por exemplo, construída historicamente, existe.¹²¹ É óbvio! Mas, muitos não a conhecem. Então, os militantes do movimento tem razão, porque se faz necessário tirar o véu e mostrar a obviedade. Você já foi à periferia?

Na entrevista com a geógrafa e periférica Elaine Mineiro, ela lembrou que em conversas com pessoas de outros bairros, como, por exemplo, da Vila Madalena, essas pessoas vão arrumar vários argumentos pós-modernos para defender que também moram na periferia.¹²² Os argumentos pós-modernos caminham no sentido de desconstruir as informações mais ligadas à materialidade, porém sabemos como

¹²¹ CANDIDO, Antonio. *Sobre o óbvio*: Ensaios insólitos. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

¹²² A Elaine Cristina Mineiro, integrante do Coletivo NoBatente e do Centro de Pesquisa e Documentação de Guaianases (CPDOC Guaianás), é moradora da Cidade Tiradentes há anos. Sua entrevista foi realizada na nossa casa no primeiro semestre de 2016.

demostra o mapa de vulnerabilidade, a cidade é fragmentada e seus moradores têm oportunidades diferentes. Os indicadores estão aí e não resta a menor dúvida, o centro expandido, especialmente o chamado quadrante sudoeste tem menor Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), mais equipamentos de saúde, cultura e educação. Também são territórios servidos por diferentes meios de transporte. Nesse mapa, o centro expandido e o quadrante sudoeste têm, respectivamente, Vulnerabilidade Muito Baixa e Baixíssima Vulnerabilidade, ao passo que a Cidade Tiradentes tem Vulnerabilidade Muito Alta, Alta e Média.

A noção de periferia foi fundamental para os integrantes do MCP escreverem o texto da lei e delimitarem as proporções de distribuição de recursos no território. A discussão sobre o significado da palavra periferia e a delimitação das áreas consumiu muitas horas de discussão, pesquisa e estudo. Durante o processo, os integrantes do Grupo de Trabalho responsável por essa tarefa buscaram informações e conceitos em diferentes materiais e documentos, como, por exemplo, leis, diagnósticos, dissertações e teses, os dados do IPVS e Censo do IBGE (2010), entre outros. Tudo para conseguirem desvendar as obviedades e delimitar o fomento à periferia. Quais foram os índices? Renda, mobilidade, recursos para equipamentos públicos de saúde, educação e cultura.

Nesse processo, além do IPVS, ainda usaram o Mapa de Agente Comunitário de Cultura, organizado pela Secretaria Municipal de Cultura, organizado a partir dos índices de renda *per capita* do IBGE/Censo 2010, onde localizaram áreas nos Distritos da Sé, Brás, Sé e Bom Retiro nas mesmas condições ou em condições muito próximas das áreas periféricas. Essas áreas foram chamadas de Bolsões, porque apesar de estarem localizadas no Centro, tem Vulnerabilidade Muito Alta. No mapa do Agente Comunitário de Cultura, Bom Retiro estava no Índice 3, acima de 20% da população vivendo com até meio salário mínimo por mês, e Brás, Sé e Pari no Índice 2, onde de 10,01 à 20% da população vivem com até meio salário mínimo.

Mapa 8 Agente Comunitário de Cultura 2016

A partir desses dados, o MCP conseguiu delimitar a periferia às áreas 2 e 3 excetuando os distritos centrais, o que causaria outros questionamentos. Vendo o mapa, alguém poderia então dizer, “ah, então tem periferia no centro”. E o MCP responderia, “não, não há periferia no centro”. O que há são áreas de vulnerabilidade média e alta, Bolsões de “pobreza”, porém não há comparação entre essas áreas vulneráveis e a Cidade Tiradentes, fato que não as tornam periferia. O MCP sabe que essas leituras que buscam embaralhar as noções de centro e periferia, de dizer que o centro está na periferia e a periferia está no centro fazem parte da leitura pós-moderna do mundo preconizada por muitos, inclusive pelo geógrafo Edward W. Soja¹²³.

É óbvio, tem condição de pobreza, mas não dá para comparar o Bixiga, onde morei durante a infância, com a Cidade Tiradentes, onde moro hoje, né? Só uma pessoa que mora no Bixiga e que não conhece a Cidade Tiradentes pode achar que ser pobre e morar na Cidade Tiradentes e no Bixiga são as mesmas coisas. [...] tem o custo da cidade, o custo da periferia. O custo com mobilidade, por exemplo, é bem maior para o morador da Cidade Tiradentes. (ELAINE MINEIRO, 2016).

Pelas diferenças de acesso ao trabalho e aos diferentes equipamentos públicos de uso coletivo, foi que o MCP preferiu diferenciar essas áreas de maior vulnerabilidade como Bolsões e não como periferia. Para delimitar periferia, segundo a Elaine Mineiro, a questão da renda *per capita* foi fundamental:

Isso é periferia. São as pessoas que tem mais dificuldade de mobilidade. É nesse lugar que as pessoas estão morrendo. É nesse lugar que está o VAI, por exemplo, que é um programa feito para quem é de baixa renda, independente do bairro. Mas, quando você vê os projetos contemplados, estão em grande parte nessas regiões. Para a gente era óbvio, mas como precisamos defender o óbvio, fizemos a Lei, especificamente para deixar claro: oh, essas são as regiões (ELAINE MINEIRO, 2016).

¹²³ *Geografias pós modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1993.

A periferia seria aquele lugar onde os direitos civis, políticos e culturais são negados cotidianamente. Onde a Polícia Militar (PM) mata ao invés de proteger. Se você não acredita em genocídio da população jovem negra, você não conhece a periferia. Se você acha legal ir até lá para curtir um “rolê” diferente, festas que resgatam a cultura popular, o teatro de rua e o fluxo do *funk* e fecha o final de semana com aquela satisfação de pertencer a uma espécie de vanguarda, como quem acabou de fazer uma pequena viagem para dentro da sua cidade, você não conhece a periferia. Porque nesses mesmos lugares onde acontecem as atividades, jovens negros são mortos pela polícia em “autos de resistência” e “resistência seguida de morte”. E a pergunta permanece: você conhece a periferia?

Para quem mora e conhece bem a periferia, as condições de vida, as dificuldades de mobilidade de ir de um lugar para o outro, o sofrimento em relação ao tempo e o dinheiro gasto com a mobilidade para ir ao trabalho, contraditoriamente também preserva a capacidade criativa e a esperança das utopias e dos desejos de construção de outra cidade. Esse movimento de pensar a cidade, em si como processo de reflexão e interpretação, reivindicar o direito à cidade no sentido de reaver o direito de pensar a cidade é uma conquista libertadora e revolucionária.

Nesse contexto de emergência de diferentes movimentos sociais, David Harvey, resgatando as reflexões de Henry Lefebvre sobre o direito à cidade, conceito tão central para pensarmos os movimentos sociais atualmente, lembra que essa ideia não surgiu fundamentalmente dos “caprichos e modismos intelectuais”, nem simplesmente das lutas por infraestrutura e equipamentos, mas sim das ruas, do território “[...] como um grito de socorro e amparo das pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p. 15) que ao viverem e refletirem sobre cidade, ousaram [e ousam] pensar nas transformações necessárias. Por isso, Harvey escreveu que o direito à cidade está relacionado com o pensar acerca de duas questões centrais e indissociáveis: Que tipo de cidade queremos? e Qual tipo de pessoa queremos ser? Isso porque fazemos a cidade e nos (re)fazemos a partir dela.

Para o autor:

Reivindicar o direito à cidade [...] equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira mais radical e fundamental (HARVEY, 2014, p. 30).

Esse radical e fundamental posicionamento para os integrantes do movimento está em construir uma cidade mais justa e efetivamente democrática, onde os direitos civis, políticos e culturais sejam respeitados em todas as “quebradas”. Desejam que as periferias também tenham equipamentos e atividades culturais acessíveis aos moradores, mas que esses também possam circular por outros “pedaços” da cidade.

Esse pensar a cidade que desejamos acontece em um período especial delimitado por Milton Santos (2000) como “Período Popular da História”, contexto no qual, movimentos contra racionalidades surgiram dos lugares mais pobres. Desses lugares que durante um longo tempo foram desinteressantes para o capital e onde surgem reflexões e ações muito criativas e bastante independentes daquilo que se produz no centro. E é por dentro desse movimento, que os Coletivos Culturais a partir da precariedade marcada pela falta de tempo, espaço e também de recursos para a produção, criam a partir de diferentes linguagens artísticas um discurso crítico sobre a cidade, uma estética política. A historiadora, programadora cultural do Centro de Formação da Cidade Tiradentes e militante do MCP Queila Rodrigues, em entrevista, falou um pouco sobre a existência dessa estética da periferia¹²⁴.

Eu acho que ela [a periferia] existe de maneira histórica, mas também pela estética, mas sem ser estereótipo. Então, existe uma estética da periferia. Existe uma maneira de produção que às vezes é precária e se transformou em uma estética. Uma estética da periferia precária, mas não pela escolha em ser. Mas, também tem outras coisas, como a ancestralidade e as tradições, enfim a memória e tudo mais. Se um grupo faz uma

¹²⁴ A Queila Rodrigues é do Oquedizemosumbigos?, um coletivo que organiza entre outras coisas um sarau no bairro de Itaim Paulista. Sua entrevista foi realizada no primeiro semestre de 2016 no Centro de Formação da Cidade Tiradentes.

atividade de maneira precária, não é por ser estética deles. “Ah vamos ser precários” É porque as condições socioeconômicas que nasceram com a escravidão, um efeito colonial e tudo mais foram dando um pouco essa cara, então torna-se uma estética [...] (QUEILA RODRIGUES).

As ações dos Coletivos, caracterizado por certa estética, surgem não somente como forma de amenizar a falta de atividades, mas também como espaço político. Como lembrou o Soró:

A cidade desejada não definida pelo valor da terra, pela especulação imobiliária, pelo contrário, deve ser definida por aquilo que dá vida ao território humano e suas circunstâncias, pela cultura e educação, elementos fundamentais que definem o ser humano. O desenho da cidade que queremos não é somente o território do necessário, é também o território do que a gente acha legal, bacana. É o modo de enfrentar essa determinação da cidade como produto, como mercadoria (SORÓ):

Esse modo de enfrentar os construtores da privação da cidade, os empreendedores imobiliários, os latifundiários urbanos e o Estado, também passa pelos fazeres artístico. Em um sarau ou *slam* você pode ouvir diferentes poemas que tratam de questões políticas bastante atuais. Nas ocupações dos espaços públicos, antigas edificações abandonadas e sem uso e das praças, acontecem encontros nos quais a partir de determinada estética surgem espaços educativos e de formação política bastante eficaz. Artistas, produtores, educadores populares e militantes fazem desses espaços de ocupação, ainda que de forma precária, um lugar de encontro e de fazer política. Nesses espaços, brincam, cantam, dançam e tecem a crítica à cidade que temos, projetando a cidade que queremos.

E esse movimento que mobiliza o surgimento de espaços de encontro é intenso e está espalhado por todas as periferias de São Paulo, onde diferentes Coletivos produzindo arte possibilitam uma melhor localização do sujeito no mundo. Para perceber parte disso, basta lermos o mapa com os projetos selecionados para os

programas VAI I e VAI II de 2015¹²⁵. Como podemos observar, a maioria dos proponentes moram em áreas mais vulneráveis da cidade.

O mapa a seguir, como lembrou a Elaine Mineiro, mostram como os projetos contemplados pelo VAI (Programa de Valorização de Iniciativas Culturais), programa que prioriza jovens moradores de áreas de maiores índices de vulnerabilidade, concentra-se nas áreas periféricas. Os mapas apenas com os premiados, representam diferentes projetos em diversas linguagens como podemos ver nas legendas. Cada um desses projetos, com duração de quase um ano promovendo eventos, encontros, debates, projeção de filmes, teatro, entre outras linguagens, pode funcionar também como um espaço político, fato que demonstra a potência da periferia.

¹²⁵ O Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) foi criado pela lei nº13540/2003 e regulamentado pelo decreto 43823 no mesmo ano. Em vigor desde 2004, com a finalidade de subsidiar financeiramente atividades artístico-culturais, propostas especialmente por jovens moradores de regiões de vulnerabilidade socioeconômica, desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Em 2013, o projeto de lei 453/2010 foi aprovado na Câmara Municipal de São Paulo e sancionado pelo prefeito Fernando Haddad, dando origem à Lei nº 15.897/2013 que amplia o programa e apresenta a versão VAI II. A modalidade VAI I é destinada para grupos e coletivos, compostos prioritariamente por jovens de baixa renda que tenham entre 18 e 29 anos. A modalidade VAI II é destinada para grupos e coletivos de jovens e adultos de baixa renda que tenham um histórico de atuação na área para a qual estão propondo a atividade de no mínimo 2 anos e pelo menos uma participação no VAI I. No ano de 2015, o VAI I pagou R\$ 32.000,00 e o VAI II R\$ 64.000,00 para 8 meses de trabalho. Em 2016 o VAI I está pagando 35.100,00 e o VAI II R\$ 70.000,00 para 10 meses de trabalho. http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/editalvai2015_1419279504.pdf Acesso em 10 de julho de 2016.

Mapa 9 Programa VAI - Núcleo de Cidadania Cultural

4.2. Salve, quebradaS! Defendendo o óbvio: a lei de fomento à cultura das periferias

“Não adianta querer, tem que ser, tem que pá
O mundo é diferente da ponte pra cá” Racionais MC’s

4.2.1. Políticas públicas para cultura

O entendimento do significado da construção da Lei de Fomento que visa distribuir recursos a partir de critérios territoriais passa necessariamente pela compreensão do que seriam as políticas públicas para cultura¹²⁶. De forma alguma pretendemos reconstituir a história das políticas públicas no Brasil, sequer em São Paulo. De maneira geral, nesse momento abordaremos algumas iniciativas que foram importantes para que chegássemos nesse contexto atual.

No Brasil, a história conta que as políticas públicas têm sido formuladas e implementadas quase sempre de forma isolada e sem nenhuma participação da sociedade civil. Algumas iniciativas de planejamento no campo da cultura, com participação dos atores envolvidos, tem acontecido, porém políticas públicas que considerem processos de leitura adequada da situação e diagnósticos feitos com participação popular opinando e decidindo, ainda são raridades. As discussões sobre produção cultural nas três esferas, municipal, estadual e federal, assim como dos princípios norteadores da elaboração das políticas públicas culturais, entendidas aqui como “um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura” (CALABRE, 2005, p.1) foram intensificadas durante os últimos anos¹²⁷.

Porém, artistas e organizações, especialmente coletivos reclamam que as políticas para o desenvolvimento da área ainda são insuficientes para abarcar a produção cultural no Brasil e, especialmente, em São Paulo. Mesmo nas experiências mais participativas, como, por exemplo, as Conferências Municipais de Cultura e,

¹²⁶ No Brasil não há uma grande produção de pesquisas sobre política públicas de cultura, mas muito do que há está nesse site: www.cult.ufba.br

¹²⁷ Produção cultural aqui é entendida como produção de um conjunto de diversos saberes e fazeres organizados em diferentes linguagens artísticas. A arte aqui é vista como um aspecto da cultura.

consequentemente, a elaboração de Planos Municipais, a sensação para a maioria não é de plena participação. Muitas vezes membros da sociedade civil saem dessas conferências com a impressão de não ter colaborado efetivamente. Não por falta de possibilidades de falar, inclusive porque há espaços para participação, mas por falta de escuta do outro lado. Será que efetivamente os processos de planejamento participativos abarcam os desejos e planos da sociedade civil? A riqueza cultural e artística do Brasil exige políticas públicas especiais. Mas, o que seriam exatamente políticas públicas culturais? E como se desenvolveram?

O que podemos perceber a partir de um resgate da história das políticas públicas, é que as ações do Estado no âmbito da cultura a partir de 1960, especialmente a partir da Nova República (1985) intensificaram-se. E apesar de uns avanços, representados por uma série de iniciativas, muitas foram abandonadas e retomadas diversas vezes com pequenas alterações por governos seguintes. Então, sem continuidade, foi mais um “eterno retorno”, sobre o qual escreveu Marlise Meyer. Esse tipo de movimento foi em uma direção oposta ao que vemos fora do Brasil, especialmente em países nos quais o papel da cultura nas sociedades é muito valorizado. Em vários lugares do mundo, o campo da cultura tem tomado importância, tanto como parte da valorização do patrimônio histórico, como possibilidade de geração de emprego e renda. Como escreveu Rubim

O itinerário das políticas culturais, não resta dúvida, produziu tristes tradições e, por conseguinte, enormes desafios. Estas tristes tradições podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade (RUBIM, 2007, p. 2).

Ainda que tenham rupturas, podemos localizar a partir de 1930 algumas iniciativas de caráter pontual. Na escala nacional, podemos destacar as ações do primeiro governo do Vargas (1930 – 1945)¹²⁸; um tempo de estruturação formal da

¹²⁸ É importante lembrar que antes desse período também houve algumas iniciativas, porém muitas ações foram pontuais, nada poderia indicar a existência de um projeto de criação de políticas públicas voltadas para a cultura. No Brasil, os projetos ligados à educação foram durante muito tempo a única política pública na área cultural. Calabre (2005) apontou a importância do governo (1930 – 1945) na elaboração de políticas públicas culturais no Brasil, período no qual aparelhou o Estado criando novos

área da cultura e os governos militares, especialmente o período dos presidentes Médici e Geisel, quando ocorreu um intenso processo de renovação da ação pública no campo da cultura, porém contextualizados no período da ditadura, um período de grande cerceamento das liberdades individuais¹²⁹. Já os governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, o movimento na área cultural foi absolutamente devastador. Os dois governos caminharam sem resistência às ingerências do neoliberalismo. Novas iniciativas e incentivos no campo da cultura vão acontecer durante os governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Tais flutuações entre esses governos apontam uma descontinuidade nos processos de elaboração de políticas públicas culturais no Brasil. Tal fato repete-se na escala municipal também.

Com a abertura política, realizada após o fim regime militar (1964 – 1985) e a eleição indireta para presidente na qual foram escolhidos pelo Colégio Eleitoral Tancredo Neves (presidente) e José Sarney (vice-presidente)¹³⁰, houve o restabelecimento do regime democrático que abriu debates e possibilidades de mudanças, inclusive criando um ambiente para a formação da Assembleia Constituinte. E, mesmo durante uma longa crise política e econômica, período

ministérios e uma série de instituições voltadas para setores nos quais ainda não atuava. O maior exemplo dessa atuação aconteceu no campo da preservação do patrimônio material a partir da fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). No mesmo governo, tivemos passos importantes no universo da cultura, primeiro para a regulação do cinema (1936), depois para a ampliação do mercado editorial (1937), respectivamente com a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e o Instituto Nacional do Livro (INL). E apesar da primeira emissora de rádio brasileira ter ido ao ar em 1923, a legislação específica, mais especificamente a Lei nº21.111, decretada para normatizar as transmissões, foi promulgada quase uma década depois, em 1932.

¹²⁹ Durante a ditadura, os governos militares, atuando de forma autoritária e repressora desde 1964, desorganizou parte significativa do trabalho anterior, incluindo projetos culturais existentes. Apesar de durante o governo do Castelo Branco (1964-1967), ter surgido discussões acerca da necessidade de elaborar uma política nacional de cultural, nada de novo foi realizado. De concreto teve apenas, a criação de dois órgãos em 1966, o Instituto Nacional de Cinema Educativo foi criado para formular e executar a política governamental relativa à produção de cinema e o Conselho Federal de Cultura que elaborou três planos (1968, 1969 e 1973), mas não executou nenhum. No governo do Presidente Médici (1969 – 1974) foi elaborado o Plano Cultural (PAC), apresentado pela imprensa da época como um projeto de financiamento de eventos culturais e capacitação de pessoal. O plano que segundo Sérgio Miceli (1984) não apenas abria crédito financeiro e político para a produção oficial, como representaria uma “tentativa oficial de ‘degelo’ em relação aos meios artísticos e intelectuais” (MICELI, 1984) e fortalecimento da Secretaria a Cultura. Na sequência, durante o governo Geisel (1974-1978), o aparelhamento continuou. Nesse período foram criados o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), ocorrendo ainda a reformulação da Embrafilme (criada anteriormente, em 1969).

¹³⁰ Devido complicações de saúde, o presidente Tancredo Neves acabou falecendo. O vice-presidente da chapa, José Sarney assumiu a presidência, permanecendo no cargo de 22 de abril de 1985 a 14 de março de 1990.

marcado pelos altos índices de inflação, o governo José Sarney criou o Ministério da Cultura (1985)¹³¹. Uma iniciativa frustrada pela perda crescente de investimentos.

Durante, o governo Fernando Collor de Melo, a Rouanet é o maior exemplo da negação de uma política pública para a cultura, tornando-se motivo de críticas tanto dos progressistas, quanto dos conservadores, inclusive no momento atual. O nome do segundo secretário, empossado em 1991, Sérgio Paulo Rouanet, batizou a nova lei de incentivo à cultura. Através de Lei nº 8.313 (23 de dezembro de 1991) instituíram o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), conhecida por todos como Lei Rouanet. Apesar de muito criticada, a Lei existente até o presente momento, aperfeiçoada ao longo dos governos da presidência de Fernando Henrique Cardoso, ganhou algumas regulamentações que permitiram maior agilidade em sua aplicação. Essa não foi a primeira lei baseada no mecanismo de renúncia fiscal, tal procedimento aconteceu pela primeira vez em 1986, durante a gestão do Ministro Celso Furtado, o governo José Sarney, promulgou a lei de incentivo à cultura. Aquela época, a Lei nº 7.505, extinta em 1990, início do governo Collor, recebeu objeto de inúmeras críticas¹³².

Durante a presidência do Fernando Henrique Cardoso, Ministro Francisco Weffort (1995-2002), o governo federal além de diminuir os investimentos públicos na área da cultura, repassou a responsabilidade de decidir os caminhos da produção cultural para as mãos da iniciativa privada. A Lei Rouanet passou a permitir que o setor privado escolhesse onde os recursos, oriundos da renúncia fiscal, serão investidos, criando uma situação bastante contraditória, já que os empresários

¹³¹ Os assuntos tratados pelo novo ministério, de 1953 até o momento de sua criação, esteve na pasta do Ministério da Educação Cultura (MEC).

¹³² A gestão do Presidente Fernando Collor de Melo alterou toda a estrutura federal no campo da cultura. Logo no início do governo, em abril de 1990, o Presidente promulgou uma lei (Lei nº8.029) que de maneira abrupta extinguiu diversos órgãos da administração pública federal, em especial no âmbito da cultura. Tiveram seus trabalhos encerrados FUNARTE, Pró-Memória, FUNDACEN, FCB, Pró-Leitura e EMBRAFILME. O SPHAN foi totalmente reformulado. Vários projetos foram interrompidos, independente do nível de desenvolvimento. Entre essas mudanças, o próprio Ministério da Cultura foi extinto, tendo suas atribuições deslocadas para a Secretaria de Cultura que teve como primeiro Secretário Ipojuca Pontes.

Em 1992, após saída do Fernando Collor de Mello, o presidente da República, Itamar Franco, recriou o Ministério da Cultura, nomeando Antônio Houaiss como ministro. O novo ministério abarcou a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), a Fundação Nacional de arte (FUNARTE), a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

decidem onde os impostos serão aplicados, ou seja, quais artistas/produções serão financiadas.

A Lei é bastante injusta, pois a decisão final cabe à iniciativa privada, que invariavelmente escolhe projetos com maior apelo comercial. O processo de seleção é simples. Após passar pelas etapas da inscrição, previstas no edital, os proponentes com projetos aprovados na Lei ganham um certificado que é a chave para buscar um patrocinador. Mas, infelizmente, nem todos os aprovados conseguem patrocínio. Os projetos de pequenos grupos, vindos das áreas periféricas ou de grupos com temas pouco atraentes para serem usados nos programas de marketing cultural empresarial não alcançaram êxito no processo de financiamento. Muitos projetos escolhidos são de grupo consolidados e artistas já conhecido do grande público. Daí a contradição e a injustiça, pois o dinheiro é público, mas a decisão onde será usado fica com a iniciativa privada. A lógica é muito perversa, pois a decisão é privada, mas o dinheiro que financia os projetos é, na verdade, público. O mercado toma o papel do Estado onde a lógica é realmente mercantilista e vinculada à sociedade do espetáculo tão bem definida por Guy Debord¹³³.

O ministério de Francisco Weffort durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi marcado pelas leis de incentivo à cultura, especialmente pela Lei Rouanet e a pela Lei do Audiovisual, e a transferência das decisões sobre quais projeto receberia recurso para as empresas. Uma situação que mudou com os governos seguintes, primeiro do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), com os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira e no governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014), que teve como ministras Ana de Holanda, Marta Suplicy, Ana Cristina Wanzeler (interina) e Juca Ferreira, novamente. Ainda que a principal forma de financiamento tenha permanecido assentada nas leis de incentivo, houve a iniciativa e o esforço para criar políticas culturais que se tornem políticas de Estado e tenham continuidades (RUBIM, 2007).

Calabre (2005) lembra que a legislação é um bom indicador para observarmos a ação do Estado sobre determinados campos. O campo da cultura não é diferente, pois um conjunto de leis, decretos, medidas provisórias, instruções normativas e

¹³³ Guy Debord *A sociedade do espetáculo: comentários da sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro. Contraponto Editora. 2013.

portarias foram aprovados ao longo da presidência de Fernando Henrique Cardoso. No caso da cultura, isso ficou muito claro, à medida que verificamos uma concentração da legislação voltada à operacionalização da Lei Rouanet e uma quase escassez na elaboração das propostas, planos e diretrizes de gestão pública para o campo da cultura. A mesma autora aponta que praticamente um terço da legislação voltada para a área da cultura, promulgada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi direcionada para solucionar questões inerentes à lei de incentivo. Para ela, as leis de incentivo tornaram-se basicamente a única política cultural do Ministério da Cultura na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro Francisco Weffort. Tal perspectiva mudará durante o próximo governo.

Rubim (2007), a partir da leitura da coletânea dos discursos do ministro Gilberto Gil, escritos e lidos no primeiro ano de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, esclarece que o Ministério da Cultura privilegiou três pontos que mudariam o que ele define como a “tradição da ausência”. No primeiro enfatizou o papel ativo do Estado na criação e implementação de políticas de cultura. No segundo, estabeleceu uma crítica ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro Francisco Weffort, especialmente em relação à ausência do Estado, com forte submissão ao mercado, através das leis de incentivo. E um terceiro ponto, o ministro Gilberto Gil defendeu a ampliação do conceito de cultura, antes circunscrito à cultura culta e erudita, após esse momento mais abrangente abarcando a culturas: populares, afro-brasileiras, indígenas, periférica; entre outras.

Nesse momento, com o intuito de construir políticas públicas num ambiente democrático surgiram vários espaços de diálogo com a sociedade civil como seminários; câmaras setoriais; conferências. Então, além da organização da Conferência Nacional de Cultura, ainda houve a implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC) (CALABRE, 2005 e RUBIM, 2007) Ainda com o objetivo de consolidar políticas públicas num ambiente democrático, surgem inúmeros projetos, entre os quais estão os Pontos de Cultura, eixo principal do Programa Cultura Viva, implementado pelo

MinC entre 2004 e 2005. A ideia principal do programa é valorizar e apoiar as iniciativas culturais da comunidade¹³⁴.

Entre as ações mais importantes do governo da presidenta Dilma Rousseff está a continuidade no processo de implantação do Sistema Nacional de Cultura, principal tema da III Conferência Nacional de Cultura, que ocorreu em 2013, e cujo tema era, significativamente. Como o Sistema Único de Saúde (SUS), o SNC tem como objetivo articular e integrar municípios e estados para o estabelecimento de princípios e diretrizes comuns para as políticas culturais no Brasil. Segundo Alexandre Barbalho, o Sistema Nacional de Cultura:

[...] situa-se entre os programas mais ambiciosos do MinC, por institucionalizar a cultura como um sistema federativo de políticas públicas. Apesar de sua importância, como se observou, o processo de implantação do Sistema passou por momentos críticos que colocou em xeque sua efetivação durante os governos Lula, em especial no início do segundo mandato. Isso se deveu aos antagonismos e disputas que fazem parte de toda relação de poder e que foram se equilibrando ao longo dos anos (2014, p. 15).

Infelizmente, o Sistema não foi totalmente implantado e com a troca de governo certamente correrão sérios riscos em sua concepção, cabendo à sociedade civil apropriar-se daquilo que foi construído. Contudo, as tentativas de criar políticas públicas no nível federal acabaram refletindo nas instâncias estaduais e municipais, inclusive em São Paulo.

A prefeitura do Município de São Paulo, sob a gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016), tem criado uma série de políticas públicas em diversas áreas, inclusive no campo da cultura. Se ainda é insuficiente, sabemos que tais políticas são também uma continuidade de um jeito diferente de conceber a cultura na cidade,

¹³⁴ Os Pontos de Cultura tiveram uma continuidade durante os governos da presidenta Dilma Rousseff. Segundo a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), a progressão da instalação de Pontos de Cultura nos últimos anos foi: 3.405 em 2010, 3.613 em 2011, 3.618 em 2012, 4.155 em 2013, 4.502 em 2014 e 4.733 em 2015. Existia antes do impeachment da presidenta (em 2016), uma projeção de 15 mil Pontos de Cultura para 2020. <http://pnc.culturadigital.br/metas/15-mil-pontos-de-cultura-em-funcionamento-compartilhados-entre-o-governo-federal-as-unidades-da-federacao-ufs-e-os-municipios-integrantes-do-sistema-nacional-de-cultura-snc/> Acesso em 12 agosto de 2016.

estabelecida durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989 – 1993) e da Marta Suplicy (2001 - 2004) quando os paulistanos respiraram ares de administrações democráticas¹³⁵.

Entre as iniciativas culturais da gestão do prefeito Fernando Haddad (2013 – 2016) e dos projetos e programas estabelecidos em sintonia com o governo federal e sua política de integração dos municípios e estados a partir da construção do SNC, o Núcleo de Cidadania Cultural da Secretaria Municipal de Cultura é uma materialização dessa sinergia entre governo municipal e federal. Esse Núcleo é o setor responsável direto por programas e ações estruturantes, trabalhando com projetos que possam de alguma maneira garantir o direito à cultura, a partir da distribuição dos recursos públicos por todo o território da cidade. Ao organizar e fazer a gestão dos projetos ligados aos programas Cultura Viva Municipal, Agente Comunitário de Cultura, Aldeias, VAI, o Núcleo de Cidadania Cultural, inclusive a Lei de Fomento à Cultura da Periferia, trabalha diretamente com as com os Coletivos e ações que criam inúmeros espaços culturais na cidade.

Porém, apesar de todas as iniciativas para a criação de políticas públicas para cultura nas três esferas (Federal, Estadual ou Municipal), muitas foram realizadas de maneira imediata e improvisada e sem grandes desdobramentos, por isso avançando muito pouco. Por isso, há ainda a necessidade de políticas públicas mais articuladas nos três níveis de governo, respeitando as especificidades de ser da esfera cultural.

Muito em função disso, artistas, produtores e militantes das periferias de São Paulo, sentindo-se pouco contemplados por essas políticas e seus editais, organizaram-se para refletir sobre as dificuldades de trabalhar com cultura, fomentada por essas políticas públicas e imaginar propor soluções. Depois de uma caminhada de mais de três anos, um grupo auto identificado como Movimento Cultural das Periferias, vindo da periferia, conseguiu aprovar uma Lei de Fomento específica para os que têm menos acesso as políticas já existentes. Uma Lei de Fomento para a área da cultura com um recorte territorial.

¹³⁵ Durante muito tempo, equipamentos e monumentos foram confundidos como políticas de cultura, isso será apenas no final da década de 1980, com a gestão da prefeita Luiza Erundina, na época filiada ao Partido dos Trabalhadores, que políticas públicas serão efetivamente construídas extrapolando a ideia do equipamento como política pública cultural.

4. 2.2. A Lei de Fomento à Periferia: construção de uma lei de iniciativa popular

Em todas as vezes que participamos de reuniões, atos, apresentações da lei e, depois do edital, ouvimos em algum momento a interjeição “defendendo o óbvio”. A expressão também presente nos manifestos escritos é muito forte e significativa, pois logo no início da conversa alguém do movimento deixava claro que a realidade está aí, mas a sociedade e o poder público não enxergam [ou não querem ver].

Então, não resta outro caminho senão a doce ironia. Está tudo desenhado, e agora não é ironia, está tudo nos mapas. Há uma cartografia das desigualdades, uma infinidade de mapas, sobre as médias salariais, a mortalidade de jovens pretos, o número de equipamentos de cultura, educação e saúde, entre outros dados. Mas, ainda assim é necessário dizer que São Paulo, seu território e sua realidade têm diferenças e por isso, as políticas não podem ser iguais. É necessário distribuir os recursos a partir desse conhecimento. A geografia de São Paulo, resultado dessa produção social desigual do espaço, tem um papel importante nos processos de pensar e agir no território.

No caminho da pesquisa, inicialmente sobre os coletivos artísticos e culturais, encontramos o Movimento Cultural das Periferias e o óbvio na luta pela transferência das Casas de Cultura para a Secretaria Municipal de Cultura, a legalização das ocupações culturais e a aprovação da Lei de Fomento à Cultura das Periferias. A questão das ocupações não seguiu muito adiante, vários coletivos sofrem com ordens de despejo e as negociações seguem separadamente.

Das vitórias, as Casas de Cultura já saíram das subprefeituras e voltaram para a Secretaria Municipal de Cultura. Na subprefeitura, a gestão desses equipamentos e seus usos pelos coletivos ficavam dependentes das relações com o subprefeito e os gestores que raramente conheciam os grupos do bairro e suas atividades e quase nunca conversavam com a comunidade.

O Movimento trabalhou um tempo a partir de Grupos de Trabalho e dentre esses, o da Lei de Fomento encaminhou a necessidade de elaboração da mesma a partir de pesquisas e leituras sobre outras leis, reuniões para discussão e redação. No

início a própria redação de uma lei já gerava uma dificuldade, que foi superada. Houve também o auxílio do Luiz Carlos Moreira, diretor do Grupo Engenho Teatral e um dos articuladores e redatores da Lei de Fomento ao Teatro.

A Lei de Fomento, uma lei de iniciativa popular, construída em três anos incessantes de trabalho, foi aprovada e seus primeiros projetos já foram selecionados¹³⁶. No final de 2016, provavelmente os coletivos já terão recebido a primeira parcela do fomento. Uma grande vitória, pois reconheceu pela primeira vez a importância da dimensão territorial para a distribuição dos recursos públicos. Como veremos mais adiante, uma das discussões mais desgastantes durante o processo de elaboração da lei questionava como distribuir a fomento de maneira mais justa. A resposta veio através da cartografia e do território paulistano, construído historicamente, como vimos, a partir de processos que o fragmentaram. É uma outra geografia cultural da cidade.

A Lei de iniciativa popular foi construída em três anos nos quais o Grupo de Trabalho Lei de Fomento, criado em princípio pelo Fórum Cultural da Zona Leste, posteriormente fortalecido por artistas militantes e Fóruns de outras regiões, pesquisou, discutiu e escreveu o texto da lei. Posteriormente, articulou-se com a Secretaria Municipal de Cultura, a Câmara Municipal e a Prefeitura de São Paulo para não somente obterem a aprovação e assinatura, mas também conseguirem os recursos necessários dentro do orçamento municipal.

Nesse sentido, a Lei de Fomento indica mais que uma suposta opção reformista do Movimento que preferiu, entre tantas demandas, construir mais uma possibilidade de fomento a partir do diálogo com o poder público, significa acima de tudo um período de formação simbólica, prática e horizontal.

Simbólica, porque durante o trabalho contínuo de pesquisa e redação da lei, houve uma intensa discussão sobre a noção de periferia. Nesse momento, as trocas de experiências de vida e as dificuldades que cada um encontrava para desenvolver suas atividades culturais contribuíram para a criação de uma identidade de pertencimento a certa fração da sociedade. A periferia então se fortaleceu como

¹³⁶ O fato de ter sido acolhida por muitos na Câmara Municipal, aprovada por unanimidade com autoria de diversos vereadores, a Lei de Fomento à Cultura da Periferia é na realidade é uma lei de iniciativa e autoria popular.

marca dessa identidade, construída desde o início do movimento *Hip Hop*. Prático, porque foi necessário exercitar e aprender uma série de habilidades ligadas à pesquisa, escrita, articulação, mediação de conflitos, comunicação entre outras. Horizontal, porque dentre tantas experiências nas quais nos relacionamos de forma vertical, como nas escolas e empregos pelos quais passamos, o trabalho em um Coletivo e em um Fórum requer além da expressão da oratória, do falar bem, a paciência do silenciar, do ouvir bem. Não houve uma única atividade, fosse reunião, assembleia, ato, no qual as pessoas foram cerceadas da fala. Muito pelo contrário, no início de cada encontro acompanhado durante os trabalhos de campo, sempre houve uma apresentação do histórico da elaboração da lei e a abertura da roda para apresentações, informes e perguntas. De certa forma, os encontros potencializam e fortalecem o conhecimento popular.

Aprovada em 21 de junho de 2016 e sancionada pelo prefeito Fernando Haddad, no dia 20 de julho de 2016, a Lei de Fomento que teve suas primeiras inscrições entre o dia 8 de agosto e 6 de setembro para concorrer a prêmios de R\$ 100 mil a R\$ 300 mil, totalizando este ano R\$ 9 milhões, claramente é um avanço, pois como os integrantes do Movimento sempre lembram, se compararmos com o orçamento destinado à Fundação Theatro Municipal, cujo o orçamento de 2016 foi de R\$ 121 milhões. Porém, sabemos que apesar dos avanços os trabalhadores e militantes da cultura querem mais justiça em relação à distribuição de recursos para os projetos da periferia de São Paulo. Em primeiro lugar, porque como veremos o projeto inicialmente prevê o total de 20 milhões, 11 milhões a mais que o liberado neste edital. Depois porque um dos argumentos mais presentes no discurso do Movimento é de colocar a Lei como uma possibilidade de reparação histórica. Assim, seria somente o começo de várias outras conquistas imaginadas para o futuro. Apenas uma parcela desta dívida com a população das periferias.

O que buscamos é a reparação histórica, é inverter a lógica do mercado. Fundamentados no ponto de vista de quem vive e produz cultura neste lugar, a periferia, e por entender a tirania do processo de mercantilização que a tudo padroniza e homogeneiza; que busca transformar em mercadoria toda a produção humana e que, portanto, exerce forte pressão às manifestações culturais nas quebradas para que se transformem em produtos à venda (MANIFESTO PERIFÉRICO, 2014).

Historicamente, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo abre editais com o objetivo de fomentar projetos culturais na cidade, responsáveis por importante apoio a produção independente da cidade. Desde 2002, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy, de janeiro de 2001 a dezembro de 2004, independente das sucessões, editais premiam projetos artísticos e culturais. Observando os dados e mapas com localização dos projetos é possível observar a potência desses fomentos.

Contudo, por serem fomentos que oferecem prêmios pequenos e fazem essa distribuição para o território da cidade inteiro, sem distinção das diferenças e vulnerabilidades da população, os integrantes do Fórum de Cultura da Zona Leste resolveram criar uma lei que levasse em consideração as fragmentações e as desigualdades presentes no território, constituindo-se hoje a primeira Lei que distribui recursos públicos priorizando as regiões que historicamente sempre tiveram menos acesso a uma série de benefícios, inclusive dos fomentos.

O óbvio está nos mapas, dados, teses e numa infinidade de materiais, mas essa relação fomento/território inacreditavelmente nunca tinha sido feita com tamanha objetividade. Por isso, os militantes da cultura sempre lembram a necessidade de falar sobre o óbvio que muitos insistem em não ver. Qualquer imagem de distribuição de equipamentos de cultura e infraestrutura de uso coletivo poderá ilustrar essa obviedade, apesar disso em São Paulo ainda não existe uma política pública para consolidar a reparação histórica exigida pelo Movimento.

Nesse sentido, o grupo faz dois grandes movimentos, um primeiro, por elaborar uma Lei, aparece como resistência social propositiva e um segundo, por articular-se durante o processo de aprovação com o poder público e outros movimentos sociais, criou espaços de denúncia da realidade vivida nas periferias e das condições de seus moradores e deles próprios. A Lei de Fomento é, ao mesmo tempo, resistência de uma camada social e denúncia das ausências, não somente no campo da cultura, mas da vida nas periferias de maneira geral.

Ao observarmos o mapa de Equipamentos Culturais Municipais percebemos que o centro histórico e a área reconhecida como quadrante sudoeste concentram, além dos equipamentos de cultura privados como teatros, cinemas e casas de shows, também a maioria dos equipamentos de cultura municipais. Fica evidente que as áreas mais periféricas sofrem com escassez de equipamentos e atividades culturais como shows. O vazio dos mapas com equipamentos de cultura somente aparecem preenchidos quando observamos os mapas com as atividades realizadas por grupos

autônomos. Como já vimos anteriormente no mapa de distribuição dos recursos do VAI I e do VAI II onde essas áreas desérticas de equipamentos têm nas atividades dos coletivos artísticos e culturais a única opção para ver uma peça de teatro, dança etc.

Tal situação revela-se ainda mais complicada quando cruzamos os mapas dos equipamentos de cultura com os dados com a proporção de domicílios com renda *per capita* de até meio salário mínimo. Esse cruzamento de informações nos dá a medida das dificuldades, pois demonstram que os distritos com menos equipamentos são os com a maior proporção de domicílios com renda *per capita* com até meio salário mínimo no mapa do Agente Comunitário de Cultura. A Área 3, na qual mais de 20% dos domicílios acolhe famílias que vivem com até meio salário mínimo tem os distritos nos quais os equipamentos de cultura são raríssimos.

Estes dados contidos nos anexos apontados acima, reveladores das áreas nas quais a população pode ser classificada como de alta vulnerabilidade social, foram usados para a definição das áreas de atuação dos Agentes de Cultura da Secretaria Municipal de Cultural.

Mapa 10 Equipamentos Culturais Municipais

Os militantes do Fórum de Cultura da Zona Leste, e mais tarde também do Movimento Cultural das Periferias, também se basearam nesse material utilizado para o projeto de Agentes de Cultura. Segundo os militantes do movimento, a lei ampliaria os acessos aos meios de produção e de fruição dos bens artísticos e culturais, especificamente, das periferias e dos bolsões de vulnerabilidade social localizados no centro. Os recursos, distribuídos aos coletivos artísticos culturais, podem fomentar pesquisas, formação, difusão das atividades artísticas e culturais, assim como a manutenção tanto dos coletivos da periferia como dos espaços públicos abandonados e ociosos. Desta forma, a Lei de Fomento, vista como “política pública estruturante” como pensou o Luciano Carvalho do *Dolores Boca Aberta*, cumpriria seu papel no processo de certa reparação histórica em relação aquilo que foi tirado das populações mais pobres.

Enquanto sujeitos periféricos residentes e atuantes às margens da metrópole, propomos e defendemos a criação de uma LEI de FOMENTO à PERIFERIA, capaz de estruturar econômica e poeticamente as coletividades das quebradas (MANIFESTO PERIFÉRICO, 2014)¹³⁷.

A Lei de Fomento, direcionada à produção periférica, cujos coletivos culturais são protagonistas, é vista por seus atores como uma política pública de investimento direto, estruturada em forma de lei e com dotação orçamentária própria, cujo principal objetivo seria potencializar a capacidade criativa dos “sujeitos periféricos” e, ao mesmo tempo, valorizar, fortalecer e articular os coletivos artísticos periféricos e suas práticas.

Por isso, o texto do Prêmio de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo traz no artigo 2 os seguintes objetivos:

Art. 2º - O PRÊMIO DE FOMENTO À CULTURA DA PERIFERIA DE SÃO PAULO tem por objetivos:

I - ampliar o acesso aos meios de produção e fruição dos bens artísticos e culturais pela população da Periferia e dos Bolsões com altos índices de vulnerabilidade social;

¹³⁷ O Manifesto Periférico foi publicado pela primeira vez em 2014 na página do Fórum de Cultura da Zona Leste.

II - Fortalecer as práticas artísticas e culturais dos Coletivos de histórico relevante;

III - descentralizar e democratizar o acesso a recursos públicos;

IV - reconhecer e valorizar a pluralidade e singularidade vinculadas às produções culturais e artísticas da Periferia e dos Bolsões com altos índices de vulnerabilidade social (LEI DE FOMENTO, 2016).

Esses objetivos acima e os dados que foram usados para a elaboração da Lei acabam representando no mapa e preservando na Lei o conceito de periferia do grupo publicado e divulgado amplamente nas redes sociais. Para o grupo, a noção de periferia, exposta neste Manifesto representa um ato político, pois assumido enquanto identidade evidencia o óbvio, o mesmo de sempre, repetido tantas vezes. O uso da marca periferia recoloca, sob o olhar dos sujeitos periféricos e não somente da universidade e dos escritórios de desenvolvimento urbanístico, contribui para dois movimentos: Em um primeiro, coloca os debates e prioridades sobre as disparidades sociais, econômicas, geográficas e culturais, historicamente construídas e impostas pelas camadas hegemônicas na agenda de reflexões e preocupações. Num segundo, cria uma possibilidade de mostrar a desproporção de verbas públicas destinadas à produção cultural das quebradas e das áreas centrais em direção sudoeste da cidade.

A periferia é vista como diversa, na verdade várias periferias com características distintas, porém sempre como um “lugar de resistência política”, pois quando relacionada à questão urbana aparece sempre em posição de desvantagem em relação aos investimentos e a aplicação de políticas públicas.

Compreendemos PERIFERIA como espaço urbano geograficamente identificável, abrigo das classes trabalhadoras brasileiras, da maioria da população negra, indígenas urbanos e imigrantes e cujos traços culturais são entoados pela heterogeneidade resultante do encontro (nem sempre pacífico) desta convivência multicultural atravessada pela desigualdade social. Periferia, não por acaso, substantivo feminino no qual se inscreve a história corrente de inúmeras mulheres. Museu sem teto ou paredes, bolsões de expressões ancestrais, tradicionais e experimentações inovadoras, cuja geografia é território, marca identitária e também espaço de exclusão econômica, com excesso de polícia e ausência de políticas públicas que procurem agir na resolução das

consequências de um processo histórico de brutalidades sociais, desigualdades e injusta distribuição de riquezas (MANIFESTO PERIFÉRICO, 2014).

Para o grupo, a Lei de Fomento seria umas das formas para reivindicarem do Estado políticas públicas que viabilizem as práticas artísticas e culturais que garantissem as particularidades simbólicas da produção periférica, tomada não como mercadoria, refém de um gosto do mercado universalizado.

[...] de modo a distanciar-se da lógica mercantilista, do caráter eventual das ações culturais e da competitividade desigual dos editais, considerando a cultura um direito humano, garantindo a descentralização dos recursos e uma produção cultural autônoma, singular e continuada, orientada pelas relações sociais estabelecidas por/entre agentes artístico-culturais e suas comunidades (MANIFESTO PERIFÉRICO, 2014).

Outra questão muito debatida pelo grupo está relacionada com necessidade de criar condições dos coletivos artísticos e culturais que de fato atuam nessas áreas de maior vulnerabilidade social alcançar a premiação. Seria necessário criar um dispositivo definindo bem quem teria as condições de participar do edital, limitando, ao mesmo tempo, que as pessoas que já têm acesso a uma série de benefícios capturem tal recurso. Para o grupo estes recursos não poderiam ir para grupos que moram e atuam na área 1 e que de repente por causa de uma oportunidade de edital escreveriam um projeto para atuar na periferia. Esse fomento foi pensando para pessoas que moram e atuam nas periferias há mais de três anos comprovados com portfólio como fica claro nos artigos 1 e 3 e em seu 1º parágrafo.

Art. 1º - Fica instituído o PRÊMIO DE FOMENTO À CULTURA DA PERIFERIA DE SÃO PAULO no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura para apoiar financeiramente Coletivos artísticos e/ou culturais residentes e atuantes na Periferia da cidade ou em Bolsões do Município com altos índices de vulnerabilidade social

[...]

Art. 3º - Para efeitos desta lei, entende-se por Coletivo um agrupamento de no mínimo 03 (três) pessoas com trabalho artístico e/ou cultural na Periferia ou em Bolsão

durante os 03 (três) últimos anos em relação às datas limites de inscrições previstas no artigo 10.

§ 1º - Cada Coletivo será representado, para efeitos desta lei, por um Núcleo de 03 (três) pessoas que, obrigatoriamente, deverão residir na Periferia ou em Bolsão no mesmo período estabelecido no caput deste artigo (LEI DE FOMENTO, 2016).

A partir do mapa do Agente Comunitário de Cultura 2013, porém igual ao 2016, pois os dois estão baseados no Censo 2010, o Artigo 4º apresenta a cidade em quatro áreas, das quais 2 e 3 são compreendidas como periferias, a 1 como centro e a 4, área na qual existem distritos com características das áreas 2 e 3, inclusive com a existência de cortiços, ocupações e favelas, assim como também a presença de núcleos de imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade, porém localizados em Distritos do Centro Expandido da Cidade de São Paulo, como o Bom Retiro, Brás, Pari e Sé.

Como podemos ver no mapa Regiões da Lei de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo a seguir, as áreas para aplicação da Lei ficaram assim:

Mapa 11 Regiões da Lei de Fomento à Cultura da Periferia

A área 1, definida pelos Distritos que concentram até 10% de seus domicílios com renda de até meio salário mínimo per capita, são: Alto de Pinheiros, Barra Funda, Bela Vista, Belém, Butantã, Cambuci, Campo Grande, Consolação, Itaim Bibi, Jardim Paulista, Lapa, Liberdade, Moema, Mooca, Perdizes, Pinheiros, República, Santa Cecília, Santana, Santo Amaro, Saúde, Sé, Tatuapé, Tucuruvi, Vila Leopoldina, Vila Mariana.

A área 2, definida pelos Distritos que concentram entre 10,01 e 20% de seus domicílios com renda de até meio salário mínimo per capita, são Água Rasa, Aricanduva, Artur Alvim, Campo Belo, Carrão, Casa Verde, Cidade Líder, Cursino, Freguesia do Ó, Ipiranga, Jabaquara, Jaguara, Jaguaré, Limão, Mandaqui, Morumbi, Penha, Pirituba, Ponte Rasa, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Sacomã, São Domingos, São Lucas, Socorro, Vila Andrade, Vila Formosa, Vila Guilherme, Vila Maria, Vila Matilde, Vila Medeiros, Vila Prudente, Vila Sônia.

Já a área 3, Define-se pelos Distritos que concentram mais de 20% de seus domicílios com renda de até meio salário mínimo per capita, a saber: Anhanguera, Brasilândia, Cachoeirinha, Campo Limpo, Cangaíba, Capão Redondo, Cidade Ademar, Cidade Dutra, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Grajaú, Guaianases, Iguatemi, Itaim Paulista, Itaquera, Jaçanã, Jaraguá, Jardim Ângela, Jardim Helena, Jardim São Luís, José Bonifácio, Lajeado, Marsilac, Parelheiros, Parque do Carmo, Pedreira, Perus, São Mateus, São Miguel, São Rafael, Sapopemba, Tremembé, Vila Curuçá, Vila Jacuí.

Feita a divisão do território do município em 4 áreas já mencionadas anteriormente, o artigo 7º define a distribuição dos recursos para os coletivos da seguinte forma:

a) 70% do orçamento serão destinados para os coletivos da área 3; b) 23% para a área 2 e c) 7% para os bolsões dos distritos centrais.

Os Coletivos poderão receber um prêmio que pode variar de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) à de R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais). A decisão sobre a quantidade de recurso pleiteada por cada coletivo deve estar coerente com o tipo de produção, tempo de duração do projeto, podendo estender-se até 2 anos.

Além disto, a Lei de Fomento também estabeleceu quais coletivos poderiam se inscrever. Ficou então especificado que a inscrição de um coletivo para concorrer ao prêmio será feita para uma determinada área ou bolsão e que estes devem ter um histórico de projetos voltados para as periferias, com seu núcleo formado por integrantes moradores nas áreas ou bolsões por no mínimo três anos. Desta forma somente poderá inscrever-se para concorrer à área 3 o Coletivo cujos integrantes residem e atuam nessa área há no mínimo três anos. Na área 2, o Coletivo cujos integrantes residem e atuam nas áreas 2 ou 3 há no mínimo três anos. Já para se inscrever como concorrente a um bolsão seus integrantes devem residir e atuar nesta área ou nas áreas 2 ou 3 há, pelo menos, três anos.

Dessa forma, compreendemos que para além dos recursos serem direcionados à periferia, a distribuição mais justa fica garantida, à medida que 70% do orçamento serão destinados às áreas com mais domicílios com a renda per capita de até meio salário mínimo. O José de Souza Queiroz, o Soró, explicou em entrevista que a ideia de criar a Lei de Fomento caiu perfeitamente bem nas discussões feitas pelo grupo. Porque existia um desejo de democratizar os recursos da cultura. Então a Lei de Fomento foi construída para isso, tirar o “sujeito periférico” do lamento e torna-lo um protagonista da cidade, assumindo “Esse papel de afirmação, reafirmação da identidade do sujeito que é capaz de pautar e ser político” [Soró]. A Lei de Fomento é “O único jeito que a gente tem de desconstruir essa enorme diferença orçamentária” [Soró], distribuir recursos de maneira mais justa no território da cidade.

Mapa 12 Fomento à Cultura da Periferia (Inscritos no Programa)

Considerações finais

Durante a realização da pesquisa pudemos acompanhar os Coletivos Culturais em diversas atividades. Por sorte, tivemos a experiência de participar de momentos fundamentais para o Movimento Cultural das Periferias e, apesar de não termos compartilhado do momento da pesquisa e da escrita da Lei de Fomento à Cultura das Periferias, estivemos juntos em outras etapas muito importantes, como na apresentação do texto da Lei para outros Coletivos e para os vereadores. Também tivemos a sorte de acompanhar as Audiências Públicas e a votação no Plenário, porque observar as articulações da Câmara Municipal foi um grande aprendizado sobre a política na cidade.

À medida que o prazo para a entrega da tese foi chegando ao fim, torcíamos para que os procedimentos legais fossem logo encaminhados para que a Lei fosse sancionada. Uma ansiedade tomava conta de todos do MCP, inclusive de nós. Em um contexto político nacional cada vez mais difícil, sabíamos que a Lei deveria ser assinada pelo prefeito o quanto antes, caso contrário, o risco de não sair o fomento esse em 2016 seria muito grande.

Quando saímos do Gabinete do Prefeito Fernando Haddad, onde aconteceu a cerimônia da assinatura da Lei, pensamos: o trabalho etnográfico terminou e por sorte concluímos a pesquisa em um bom momento. Agora, é só escrever.

Porém, em breve saberíamos que ainda restava um momento para fecharmos as observações, pois fomos indicadas para compor a Comissão de Avaliação do primeiro edital da Lei de Fomento à Cultura das Periferias, isso porque a Lei garante a participação de membros da sociedade civil, um para cada cem projetos. Então, com 274 trabalhos inscritos, três representantes foram definidos a partir da indicação dos coletivos inscritos. E as três primeiras indicadas foram três mulheres pretas da periferia. Além de mim, a Jenyffer do Nascimento, do Coletivo Fala Guerreira e a Lívia Lima da Silva, do Coletivo Nós, mulheres da Periferia. Um resultado muito simbólico para todas nós.

Então, enquanto concluía esse texto manipulava e lia os projetos. Observar planos, objetivos, cronogramas, *portfólios* e, especialmente, sonhos. É bastante difícil mensurar, depois de acompanhar por dois anos o trabalho de apresentação, aprovação e assinatura, o quanto foi emocionante e edificante participar desse processo. Escrever uma tese enquanto a história política dos coletivos se inscrevia

na história da cidade. Contudo, nada foi mais realizador que ver a representação cartográfica dos locais de residência dos responsáveis legais de cada projeto enviado, o mapa 12 Fomento à Cultura da Periferia (Inscritos no Programa), visto anteriormente. O número de projetos na Área 3 evidencia a potência cultural das periferias de São Paulo. Uma espécie de dialética da esperança que se materializa no território paulistano nesses dias sombrios. Na tentativa de criar políticas públicas mais democráticas e abrangentes, com participação da sociedade civil exercendo seus direitos de cidadania, reafirmou-se a possibilidade de romper com tradição de promover a cultura dita erudita, aquela mesma, sempre concentrada nas áreas centrais da cidade, em detrimento da cultura periférica. Os mapas mostram como a periferia sempre negada a partir de suas práticas e discursos sai do ofuscamento e apresenta-se para a cidade, como cidade que deseja, que cria utopias e realiza transformações.

Podemos dizer que os coletivos reescreveram minha história na academia, história iniciada por dentro dos arquivos e em meio à busca pelo entendimento do passado ainda hoje presente. Agora o presente é o de uma pesquisadora que deseja fazer sucumbir o passado como problema de pesquisa e assim, já conhecendo o caminho dos arquivos, voltarem ao meio da rua, na vastidão das quebradas e no seio dos movimentos culturais da periferia.

As palavras que encerram esta tese indicam certo caminho de volta para casa, retorno que se dá uma oitava acima, ao som dos *hip hop* dos pretos, do *graffiti*, dos grafos dos pixos, da poesia dos *slams* e se soldam à formação acadêmica, ao trabalho intelectual e ao estudo sistemático.

A cidade agora é outra e a periferia se tornou uma obviedade até mesmo para mim.

Referências Bibliográficas

ABREU, James de Lemos. *Cultura e política: O caso do Programa “VAI” em São Paulo – 2004-2008*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais Área Políticas Culturais, PUC, 2010.

AGUIAR, João H. C. Monteiro. *Crítica ou opinião? Os casos Anita Malfatti em 1917 e Ateliê do Engenho de Dentro em 1949*. Revista *Habitus*: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 53-66, dez. 2008. Semestral. Disponível em: www.habitus.ifcs.ufrj.br. Acesso em 24 de maio de 2014

ALCALDE, Emerson (org.). *Cultura ZL*. São Paulo: Edicon, 2013. 123 p.

_____ (org.). *Slam da Guilhermina*. São Paulo: Um ponto zero, 2014. 114 p.

ALMEIDA, Patrícia Freire, MARCELINO, Julio C. José et al. *Movimentações pela cultura: um painel dos movimentos culturais da região leste de São Paulo 1980-1990*. São Paulo: Movimento Cultural da Penha. 2014. , 124 p.

ANDRADE, C. R. M. de. *A Peste e o Plano*. O urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito. 281f. 1992. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. 1992.

ANDRADE, Elaine Nunes de. *Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. 1996.

ARANTES, Paulo E. *Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo*. In: O sentido da Formação. ARANTES, P. E.; ARANTES, Otília B. F. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

ARAUJO, Alexandre Falcão de. *O teatro político de rua praticado pelos coletivos ALMA e Dolores: Estéticas de combate e sementeira*. Dissertação de Mestrado em Artes. Universidade Estadual Paulista – UNESP. São Paulo. 2013.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Metrpole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do sculo. In *Tempo Social*. Revista de Sociologia. So Paulo. V.9, N2, 1997. Disponvel em <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86689>

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura. Questes de interpretao. In *Tempo Social*. So Paulo. V.16, N1, 2004.

AZEVEDO, Aroldo (org.). *A cidade de So Paulo: estudos de geografia urbana*. So Paulo: AGB/Companhia Editora Nacional, 1956.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor lquido: sobre a fragilidade dos laos humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BELO, Vanir de Lima. *O enredo do carnaval nos enredos da cidade*. Dinmica territorial das escolas de samba em So Paulo. Dissertao de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Cincias Humanas – USP. 2006.

BONDUKI, Nabil. *Depoimento. Periferia Revisitada*. Revista *Espao & Debates*, ano XVII, n 42. So Paulo: Neru, 2001. PP. 92-99 [Entrevista].

BONDUKI, Nabil. *As Origens da Habitao Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difuso da casa prpria*. So Paulo: Estaco Liberdade/Fapesp, [1998] 2002.

BOSI, Ecleia. *Memria e Sociedade: Lembrana dos Velhos*. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1999.

BOSI, Alfredo. *O Tempo e os Tempos*. In: NOVAES, A. *Tempo e Histria*. So Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras, 1992. (BOSI, S/D).

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simblicas*. So Paulo: Perspectiva, 1989.

BOLLE, Will. *Fisionomia da metrpole moderna*. So Paulo: Fapesp/Edusp, 2000.

BOURDIEU. P. *A economia das trocas simblicas perspectiva*. So Paulo: 1982.

BLAY, Eva A.(org.). *A luta pelo espao: Textos de Sociologia Urbana*. Editora Vozes: Petrpolis, 1978.

BRAGA, Rosalina Batista. *Conhecendo cidade pelo avesso: o caso de Salvador*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. 208 p

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 86 p.

BRAGA, Rosalina Batista. *Conhecendo cidade pelo avesso: o caso de Salvador*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. 208 p

BRANT, Vinícius Caldeira e SINGER, Paul. *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRUNO, Ernani da Silva. *Viagem ao País dos Paulistas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953-1954.

BURGOS, Rosalina. *Periferias urbanas na metrópole de São Paulo: Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Urbanização e Marxismo: A Cidade vista do Averso. In Franca, G. C (org.). *Cidade, Natureza e Educação: Olhares Marxistas*. São Paulo: Xamã, 2016. P. 87 – 99.

CALABRE. *Política Cultural no Brasil: um breve histórico*. Salvador: UFBA, 2005.

CALDAS, Waldenyr. *Luz néon: canção e cultura na cidade*. São Paulo: Sesc/Nobel. 1995. 157p.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A política dos outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMPOS Júnior, Carlos Teixeira de. *O Novo Arrabalde. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória*. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Coleção Ensaio. Vol. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

_____. *A revolução de 30 e a cultura*. Novos estudos do CEBRAP. N. 4. São Paulo, 1984.

_____. *O direito à Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

CAPEL, Horacio. *Geografia Humana y Ciencias Sociales: unaperspectiva histórica*. Barcelona: Editorial Montesinos, 1985.

CARDOSO, Irene. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Editora Autores Associados – Cortez, 1982.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: Território escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Uma Geografia da Cidade – Elementos da Produção do Espaço Urbano – Território escalas de ação e instituições*. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org.) *Geografia da Cidade: a Produção do Espaço Urbano*. Goiânia: Alternativa, 2008, pp.11-32.

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2000.

CHAUI, Marilena. *Cultura política e política cultural*. In. *Estudos Avançados*. São Paulo N°9, 1995.

COSTA, Wanderley M. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 1992. P. 374.

COSTA, Luiz Carlos. *Aspectos do processo de produção das periferias da grande São Paulo*. Dissertação de mestrado São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP, 1984.

COSTA, W. P. *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Unesp/Fapesp, 1997. p. 143-158.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: Ensaio sobre ideias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 215p.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a Corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo*. Editora Cortez: São Paulo, 2008. 200p.

CRISTO, Ismael Vieira de. *Acesso à justiça e participação popular: reflexões sobre o direito de ação*. São Paulo: Pulsar, 2001. 142

CURADO, Gustavo I. del Brando. *Polén, Pólis, Política*. Encen [ações] de um Coletivo de Trabalhadores-Artistas. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Artes Cênicas, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2012.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: Sociologia, Universidade de São Paulo, 2013.

DAVIS, Mike *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIAS, Leila C. *O sentido da rede: notas para uma discussão*. In SILVEIRA, Rogerio L da (org.). *Redes Sociedades e Territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC 2007 PP. 11 – 28.

DOIMO, Ana Maria. *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular*. Petrópolis: Vozes, 1984,

DOWNING, John. *Mídia Radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais*. São Paulo: Senac, 2002.

ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do Discurso Geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FADEL, Simone. *Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império a Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2006.

FAUSTO, Boris. *Pequeno Ensaio de História da República: (1889-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FELIX, João Batista de J. *Hip Hop: Cultura e Política no Contexto Paulistano*. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo: USP, 2005.

FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. Disponível em: < <https://www.facebook.com/forumdeculturadazl/>>, acesso em: 18 jun. 2014.

FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. Informe n°1, n°20 e n°21. De julho de 2013. Disponível em: < <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com.br>>, acesso em: 16 jun. 2014.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *Política e Educação*, 1972, p. 22.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GAMA, Lúcia Helena. *Nos Bares da Vida – Produção Cultural e Sociabilidade em São Paulo – 1940-1950*. São Paulo: Senac, 1998.

GALVÃO, A; FRANÇA, F; BRAGA, L. *O território e territorialidade: contribuições de Claude Raffestin*. In Leituras do conceito de território e de processos espaciais de marcos Aurélio Saquet e Edson Belo Clemente de Souza (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GASPAR, Marco Aurélio Fernandes. *A falta que faz a mística: Elementos para a retomada do trabalho de base nos movimentos populares*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Psicologia Social e Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2010.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977 [1976]. 405 p.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOHN, Maria da Glória. *A força da periferia*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. Editora Loyola 2014.

GOMES, Carin Carrer. *O uso do Território Paulistano pelo Hip Hop*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Campinas: Universidade Estadual Paulista, 2008.

GOMES, Renan Lélis. *Território usado e movimento Hip-Hop: cada canto um rap, cada rap um canto*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Campinas: Universidade Estadual Paulista, 2012.

GONÇALVES, Genivaldo de Oliveira. *A quem possa interessar*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/gog/961445/>>, acesso em: 17 set 2014.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território em trânsito. In. Sesc Social do Comércio e Associação Cultural Videobrasil. Cadernos do Sesc_Vídeobrasil: geografias em movimento. São Paulo: Edições Sesc, nº9, 2013.

HAESBAERT, Rogério. "Território e região numa 'constelação' de conceitos". In MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza & SILVA, Márcia da (org.). *Espaço e tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN/Anpege, 2009, pp. 621-634.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2001. 251 p.

_____. *Espaços da Esperança*. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. Hucitec/Anpocs, São Paulo. 1998.

HOLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

IFFLY, Catherine. *Transformar a metrópole: a igreja católica e mobilizações sociais em São Paulo 1970-2000*. São Paulo: UNESP, 2010, 360p.

IANNI, Octávio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

JESUS, Marcello Nascimento de (org.). *Dossiê de Políticas Públicas Para a Periferia*. Movimento Cultural das Periferias. São Paulo. Inédito. s/d.

KOWARICK, Lúcio e BRANT, Vinícius Caldeira (coord.) *São Paulo, 1975, crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1ª edição, 1976.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio; CAMPANÁRIO, M. *São Paulo: Metrópole do Subdesenvolvimento Industrializado*. *Revista Novos Estudos*, n° 13. São Paulo: CEBRAP, outubro. 1985.

KOWARICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KOWARICK, Lúcio; CAMPANARIO, M A. *São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre a crise econômica*. In: *Lutas Sociais e a Cidade*: São Paulo, Passado e Presente, 1994.

KOWARICK, Lúcio. *Espoliação Urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente*. *Revista Espaço e Debates*, n° 40. São Paulo: NERU. 1997. pp. 105 – 113.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009. 318 p.

KRUCHIN, Samuel. *São Paulo 30-60: Quatro Movimentos*. In *Espaço e Debates*, nº27, Ano IX, São Paulo, 1989, 29 p.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A Estruturação da Grande São Paulo: Estudo de Geografia Urbana*. Tese de doutorado. Rio Claro: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 1968. Vol. 1 e 2

LANGENBUCH, Juergen Richard. Depoimento. Periferia Revisitada. *Revista Espaço & Debates*, ano XVII, n 42. São Paulo: Neru, 2001. pp. 85-91 [Entrevista]

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2006. 145p.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LEME, Maria Cristina da Silva e FELDMAN, Sarah (coord). Periferia Revisitada. *Espaço e Debates*, ano XVII, nº42. São Paulo. NERU, 2001.

LOBATO, 1917 apud AGUIAR, João H. C. *Monteiro. Crítica ou opinião? Os casos Anita Malfatti em 1917 e Ateliê do Engenho de Dentro em 1949*. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 53-66, dez. 2008. Semestral. Disponível em: www.habitus.ifcs.ufrj.br Acesso em 27 de maio de 2014.

LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: A construção do passado e do futuro nas comemorações de 1954*. Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. 2002.

LOPES, André Luis Borges. *O engenheiro Saturnino de Brito e o urbanismo sanitaria*. Revista História e História. Grupo de pesquisa Arqueologia Histórica da Unicamp. Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=435> > acesso em: 26 fev 2013.

LOPEZ, Telê Ancona (2002). *A Bordo do Diário*. In: ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. Belo Horizonte, Itatiaia.

MAIA, Harika Merisse. *Grupos, redes e manifestações: a emergência dos agrupamentos juvenis nas periferias de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. *Festa no Pedaco: Cultura Popular e Lazer na Cidade*. São Paulo: Hucitec/Editora Unesp, 2003.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. *Da Periferia ao Centro: Trajetórias de Pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Fapesp/Terceiro Nome, 2012.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Política e educação popular: Experiências de alfabetização no Brasil com o Método Paulo Freire – 1960/1964*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. 156 p.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis, 1984.

MARICATO, Ermínia. *A Produção Capitalista da Casa (e a cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MARICATO Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARINO, Aluizio. *Ação Cultural e Territórios Insurgentes: Uma Pesquisa-ação com Coletivos Culturais e São Paulo e Bogotá*. Dissertação de Mestrado. Santo André: Planejamento e Gestão, Universidade Federal do ABC, 2016.

MARTINS, José de Sousa. Depoimento. Periferia Revisitada. *Revista Espaço & Debates*, ano XVII, nº 42. São Paulo: Neru, 2001. pp. 75-84 [Entrevista]

MARTINS, Maira Lúcia Refinetti. *São Paulo, Metrópole É Isso Tudo 1920 a 1980*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, 1982.

MEYER, Marlise. *A descoberta do Brasil: um eterno retorno*. Caderno do CERU, nº 42. São Paulo: CERU, 1980.

MILLIET, Sérgio (org.). *São Paulo Antigo: Plantas da Cidade, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A Brasilidade Modernista: Sua Dimensão Filosófica*. Rio de Janeiro: Geral, 1978.

MORAES, Antonio C. R (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 199.

_____. *Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991. 156 p.

_____. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

_____. *Geografia histórica do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. *Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil*. in Estudos Históricos. Vol.4, n 8. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, PP. 166-176.

MORAES, José Geraldo Vincci. *As sonoridades paulistanas: a música popular na cidade de São Paulo no final do século XX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1995.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: De comunidade à metrópole: a biografia de São Paulo*. Difusão Européia do Livro, 1970.

MOTA, Carlos Guilherme. *Cultura Brasileira ou Cultura Republicana*. Estudos Avançados, n° 4, Janeiro-Abril, 1990.

_____. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1977.

MOURA, Clóvis. Brasil: *Raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003a.

_____. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003b.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 207p.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Modernidade e Questão Nacional*. Lua Nova, n° 20, 1990b.

OLIVEIRA, Vera Aparecida de. *Memórias de Mulheres dos Movimentos Sociais da Zona Leste de São Paulo: Histórias e Resistências*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação, PUC, 2007.

OLIVEIRA, Kelly Adriano de. *Entre o lúdico e a luta: Leandro de Itaquera: uma Escola de Samba da cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. P.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

PETRONE, Pasquale. São Paulo no século XX. In. AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo*. Vol. 2. Evolução Urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

PEREIRA, Sergio Nunes. *Caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil 1838/1922*. 107f. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)– Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. *Viva a Geografia*. 3° Encontro Nacional de Geógrafos de Fortaleza, realizado em julho de 1978, Boletim Paulista de Geografia, n° 55, novembro/1978.

PRADO JR., Caio. *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RAFFESTEIN, C. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 208 p.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Terra conquistada: a pátria de alma bandeirante. Terra Brasilis. Ano I, nº2, dez. 2000.

RATTS, Alecsandro J. P. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Cultura e Estratégias de Desenvolvimento*. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno. São Paulo: Editora Unesp/Fapesp, 1997. parte 3, p. 143-158.

REZENDE, Sonaly C. e HELLER, Léo. *O pensamento no Brasil: Políticas e interfaces*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008.

RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio: Ensaio insólitos*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

RODRIGUES, Glauco Bruce e SOUZA, Marcelo Lopes de. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 133p.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Quando a Política Encontra a Cultura: A Cidade Vista (E Apropriada) pelo Movimento Hip Hop. *Revista Cidades (Ativismos sociais e o espaço urbano, Volume 6, n 9)*. São Paulo: Expressão Popular, outubro, 2009. pp.93-120

RODRIGUES, Catia Regina. *A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Evaristo Arns (1970 – 1990)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: História Social, Universidade de São Paulo, 2008.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fapesp/Studio Nobel, 1997. 242 p.

ROLNIK, Raquel. *São Paulo*. São Paulo: PubliFolha, 2003.

ROSA, Allan da. *Pedagogia, autonomia e mocambagem*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013. 288 p.

ROSA, Thais Troncon. *Favelas, periferias: uma reflexão sobre os conceitos e dicotomias*. 33 ° Encontro Anual da Anpocs. 2009.

ROSE, Tricia. Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip hop. In: HERSCHMANN, Michel (org). *Abalando os anos 90: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais e novos desafios. Revista Matrizes. Ano 2. N°2. 2009. Disponível em <http://200.144.189.42/ojs/index.php/MATRIZES/article/viewFile/7378/6734>. Acesso em 20 de julho de 2016.

_____. Políticas culturais entre o possível e o impossível. Disponível em <https://politicasculturais.files.wordpress.com/2009/03/politicasculturais-entre-o-possivel-e-o-impossivel.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2016.

_____. Políticas culturais do governo Lula/Gil. 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbinoRubim.pdf> Acesso em 20 de julho de 2016.

SACHS, Celina. *São Paulo: Políticas Públicas e Habitação Popular*. São Paulo: Edusp, 1999. 277 p.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALGADO, Flávia Salazar. *O Brasil por Mário de Andrade: Um olhar sobre os discursos e as representações do espaço nacional do começo do século*. Trabalho de Graduação Individual. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 1997.

SANTOS, Marcelo Burgos P. dos. *O Turista Aprendiz: breves notas e observações sobre a viagem de formação de Mário de Andrade*. Disponível em http://www.pucsp.br/revistaaurora/ed6_v_outubro_2009/artigos/ed6/6_4_Marcelo_Burgos.htm, acesso em: out. 2016.

SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2009. 129 p.

_____. *O espaço: sistema de objetos, sistemas de ações*. In Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, 1991, pp. 35-39.

_____. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190.

_____ *O retorno do território*. In SANTOS, Milton, Maria Adélia A. de SOUZA e Maria Laura SILVEIRA, *Território: Globalização e Fragmentação*, Hucitec-ANPUR, São Paulo, 1994b, pp.15-20.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo*. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996b. 124 p.

_____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. 174 p.

SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Editora Unesp, 2008. 175 p.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. *Movimentos sociais e geografia: sobre a (s) espacialidades (s) da ação social*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. 345 p.

SÃO PAULO. PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Literatura Periférica: Veia, ventania*. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/edital%20Veia%20e%20Ventania_1431623688.pdf, acesso em 22 out. 2016.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre o território*. Expressão Popular, 2007.

SARLO, Beatriz. *Os militares e a história*. In: Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e méis de comunicação. São Paulo: Edusp, 1997, pp. 25-34

SCARLATO, Francisco C. *Busca do centro: o reencontro com a cidade*. In CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. de. *Geografias de São Paulo: Representação e crise da Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. 247-270 p.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *São Paulo: A cidade, os bairros e a periferia*. In CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. de. *Geografias de São Paulo: Representação e crise da Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. 271-311 p.

SECCO, Lincoln *História do PT*. Cotia: Ateliê Editorial. 2011. p. 340

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *Plano municipal de cultura de São Paulo: Caderno de consulta pública*. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 2016. 237 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Programa Vai. *A Periferia é o Centro*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lezP-VjqWi0>>, acesso em: 26 set 2014.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: NOVAIS, F. (org). *História da vida privada no Brasil-República: da belle époque à era do rádio*, v.3, 7.reimp., São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 7.

SILVA, Armando C. da. *De quem é o pedaço*. Espaço e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, Armando Corrêa da. *O território da consciência e a consciência do território*. In SANTOS, Milton, Maria Adélia A. de SOUZA e María Laura SILVEIRA, *Território: Globalização e Fragmentação*, Hucitec-ANPUR, São Paulo, 1996, pp.15-20.

SILVA, J.C. G. *Negros em São Paulo: espaço público, imagem e cidadania (1900-1930)*. In NIEMEYER, A. M (org). *Além dos territórios: por um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e estudos urbanos*. Campinas: São Paulo, 1998.

SILVA, Jose Carlos Gomes. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1998.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. *Branços e negros no carnaval popular paulistano, 1914 -1988*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. 377 p.

SINGER, P. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*. in O Brasil Republicano. Vol. XI. Coleção História Geral da Civilização. Organização de Boris Fausto. São Paulo: Difel.

SMITH, N. *Geografia, diferencia y políticas de escala*. Revista. Terra Livre Geografia, Movimentos Sociais e Teoria AGB Ano 18 Vol2 n 19. São Paulo Jul/dez 2002, p.128-145. Disponível em: < http://www.agb.org.br/files/TL_N19.pdf >, acesso em: 11 de out. 2016.

SOMEKH, Nadia. *A cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador*. São Paulo 1920-1939. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1994.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. *Mapas do corpo, territórios de identidade*. In: Wilton Garcia (Org.). *Corpo e subjetividade: estudos contemporâneos*. São Paulo: Factash Editora, 2006 (pp. 57-66).

SOUSA, Rafael Lopes. *O Movimento Hip Hop: A Anti-Cordialidade da República dos Manos e a Estética da Violência*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2013. 266 p.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A identidade da metrópole*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1994.

TANAKA, *Periferia conceito, práticas e discursos: práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2006.

TELES, Vera da Silva. Anos 70: Experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 217 – 249.

TEXEIRA, Adailton Alves. *Identidade e Território como Norte do Processo de criação Teatral de rua: Buraco D'Oráculo e Pombas Urbanas nos Limites da Zona Leste de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Artes Cênicas, Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, 2012.

TOLEDO, B. L. de. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

TOLEDO, Alberto Rodrigues. *As influências de Anhaia Mello e Prestes Maia na formulação de um pensamento urbanístico paulista*. Revista Eletrônica do Arquivo do Estado. N 52, São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao52/materia05/>, acesso em: 26 fev. 2013.

VAL, Ana Paulo do, LIMA, Luciana Pizazzon Barbosa, OLIVEIRA, Maria Carolina V. e PINTO, Viviane Cristina (org.). *Participação e cidadania cultural: A experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2014. 100 p.

VAZ, Sérgio. *Literatura, Pão e Poesia*. Histórias de um Povo Lindo e Inteligente. São Paulo: Editora Global, 2011.

VEIGA, Alfredo Cesar da. *Teologia da Libertação: Nascimento, Expansão, Recuo e Sobrevivência da Imagem do Excluído dos anos 1970 à Época Atual*. Tese de Doutorado. São Paulo: História Social, Universidade de São Paulo, 2009.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *O Mito da Originalidade Brasileira: A Trajetória Intelectual de Cassiano Ricardo dos 20 ao Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1983.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Editora Studio Nobel/Fapesp, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

XAVIER, Denise P. e KAHIL, Samira P. *Repensando a Periferia no Período Popular da História: O Uso do Território pelo Movimento Hip Hop*. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2006/repensando.pdf>

Z'AFRICA, Gaspar. *O Brasil é um Quilombo*. São Paulo: Nova Espiral, 2013.

FILMES

MARQUES, Daniel. De Papo no Fusca do Leandro. Entrevista com Daniel Marques “artista da periferia”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tUqgr25B9i0&feature=youtu.be>, acesso em: 15 de outubro de 2016.

O HOMEM QUE VIROU SUCO, 1981. Direção Geral: João Batista de Andrade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FF70tg8QSS4>, acesso em: 15 de setembro de 2016.

MIL TRUTAS MIL TRETAS, 2006. Direção Geral: Ice Blue, Mano Brown e Roberto T. Oliveira. Produção: Sindicato Paralelo Filmes. Disponível em Racionais TV <https://www.youtube.com/watch?v=slwalSi03q8>, Acesso em: 20 de maio de 2015.

PRAÇA GIRANTE, 2014. Direção: Coletiva. Disponível em: <https://vimeo.com/115072604>, Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

MÚSICAS E ALBÚNS

MC's RACIONAIS. *Um homem na Estrada (álbum)*. 1994 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JfWBM9KSlq0> acesso em: 04 abr. 2016.

MC's Racionais. Pânico na Zona Sul. 1988. Disponível em:
<<https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/63443/>>, acesso em: 04 abr. 2016.